GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIII - Nº 222 | SEGUNDA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1999 | PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	3
SECRETARIA DE FAZENDA	5
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6
SECRETARIA DE SAÚDE	6
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7
SECRETARIA DE OBRAS	7
SECRETARIA DE TRANSPORTES	7
SECRETARIA DE CULTURA	7
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	7
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	9
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	9
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	10

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	24
VICE-GOVERNADORIA	24
SECRETARIA DE GOVERNO	25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	25
SECRETARIA DE FAZENDA	25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	26
SECRETARIA DE SAÚDE	30
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
SECRETARIA DE AGRICULTURA	33
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	33
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	33
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	33
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	33
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO	35
SECRETARIA DE GOVERNO	35
SECRETARIA DE FAZENDA	36
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36
SECRETARIA DE SAÚDE	37
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	41
SECRETARIA DE OBRAS	41
SECRETARIA DE TRANSPORTES	43
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	43
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	43
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	44
SECRETARIA DE CULTURA	44
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	45
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	45
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	45
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO	45
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	45
INEDITORIAIS	46
ÍNDICE	46

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 20.814, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Câmara Legislativa do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1999
111º da República 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101 00001 **01101** **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				187.800
01.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002537 0002 FUNCIONAMENTO DA CÂMARA LEGISLATIVA	34.90.14	100	70.000	
	34.90.33	100	40.000	
				110.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002540 0001 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA	34.90.46	100	40.000	
	34.90.48	100	37.800	
				77.800
00899/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	187.800

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101 00001 **01101** **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				187.800
01.007.0024.1005 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA				
Ref: 000044 0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA	45.90.52	100	187.800	
				187.800
00899/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	187.800

DECRETO Nº 20.815, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 4º da Lei nº 2.460, de 15 de outubro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Gabinete do Vice-Governador crédito suplementar, no valor de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos I e II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo III.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1999
111º da República 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
100101/00001 **10101** **GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**				5.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002353 0003 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	31.90.08	100	5.000	
				5.000
00901/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	5.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 **01101** **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				290.000
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000039 0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	290.000	
				290.000
00901/2 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	290.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101 00001 **01101** **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				290.000
01.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002539 0002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA CÂMARA LEGISLATIVA	31.90.92	100	290.000	
				290.000
100101 00001 **10101** **GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**				5.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002350 0004 FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	34.90.33	100	5.000	
				5.000
00901 3 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	295.000

DECRETO Nº 20.816, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 2.288, de 8 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Polícia Militar do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo III.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal fica reduzida na forma do Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1999
111º da República 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	140.000	140.000
00912/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	140.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				400.000
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003888 0094 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	100	300.000	
	34.90.39	104	100.000	
				400.000
00912/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	400.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				260.000
06.030.0025.1491 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 002881 0013 CONSTRUÇÃO DE CPMIND NO RESIDENCIAL OESTE QUADRAS 201/202 - SÃO SEBASTIÃO	45.90.51	100	100.000	
				100.000
06.030.0025.1491 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 003872 0020 CONSTRUÇÃO DE POSTO POLICIAL NO SRN/A EM PLANALTINA	45.90.51	100	20.000	
				20.000
06.030.0025.1491 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 003873 0021 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ÁREA INTERNA DO 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	45.90.51	100	10.000	
				10.000

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

06.030.0025.1491		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 003880	0028	CONSTRUÇÃO DE POSTO POLICIAL NA VILA SÃO JOSÉ EM BRAZLÂNDIA	45.90.51	100	10.000	
						10.000
06.030.0025.1491		CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 003881	0029	CONSTRUÇÃO DE POSTO POLICIAL NA QUADRA 417/517 NORTE EM SANTA MARIA	45.90.51	100	10.000	
						10.000
06.030.0177.1493		REEQUIPAMENTO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 003886	0050	AQUISIÇÃO DE TRANSCEPTORES TIPO HT PARA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL DE SÃO SEBASTIÃO	45.90.52	100	10.000	
						10.000
06.030.0177.1625		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO POLICIAL MILITAR				
Ref: 003887	0001	AQUISIÇÃO DE COLETES À PROVA DE BALAS PARA PROTEÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES	34.90.39	104	100.000	
						100.000
200202/20202	26202	**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				140.000
16.088.0537.1486		AMPLIAÇÃO E EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO				
Ref: 003906	0092	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE PEDESTRES NAS PRINCIPAIS RODOVIAS E ESTRADAS PARQUES DO DISTRITO FEDERAL	45.90.51	100	140.000	
						140.000
00912/2 - 200042		* As transferências não constam do Total			TOTAL	400.000

DECRETO Nº 20.817, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 318.400,00 (trezentos e dezoito mil e quatrocentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 35, inciso II , alínea "b", do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília crédito suplementar, no valor de R$ 318.400,00 (trezentos e dezoito mil e quatrocentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1999
111º da República 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I EXERCÍCIO DE 1999 R$1,00

SUPLEMENTAÇÃO

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES

26201 SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
16.007.0021.	2269	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA				
Ref.: 003129	0001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA.	7	1	318.400	318.400
					TOTAL	318.400

ANEXO II EXERCÍCIO DE 1999 R$1,00

CANCELAMENTO

26 SECRETARIA DE TRANSPORTES

26201 SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
16.007.0021.	8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref.: 002489	0052	FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA.	4	1	318.400	318.400
					TOTAL	318.400

DECRETO Nº 20.818, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos nºs 196.000.123/99 e 196.000.350/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação Pólo Ecológico de Brasília crédito suplementar, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo III.

Art. 3º Em função do disposto nos artigos anteriores, fica acrescida a receita da Fundação Pólo Ecológico de Brasília conforme Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1999
111º da República 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
21204 FUNDAÇÃO POLO ECOLOGICO DE BRASILIA	1712.30.00	100	240.000	240.000
00907 1 * As transferencias não constam do Total			TOTAL	240.000

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150204 15204	21204	**FUNDAÇÃO POLO ECOLOGICO DE BRASILIA**				240.000
03.017.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002534	0025	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO POLO ECOLOGICO DE BRASILIA	34.90.36	100	40.000	
			34.90.39	100	200.000	
						240.000
00907 1 - 200035		* As transferencias não constam do Total			TOTAL	240.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150104 00001	21104	**INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL**				240.000
03.010.0024.1498		AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFORMATICA DO INSTITUTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002588	0001	AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFORMATICA DO INSTITUTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	5.000	
			34.90.36	100	5.000	
			34.90.39	100	10.000	
			45.90.52	100	20.000	
						40.000
03.010.0057.1155		PROJETO ALFA III - MERITO BRASILIENSE DE INOVAÇÃO TECNOLOGICA				
Ref: 000602	0001	PROJETO ALFA III - MERITO BRASILIENSE DE INOVAÇÃO TECNOLOGICA	34.90.39	100	60.000	
						60.000
03.010.0057.1165		INSTALAÇÃO DO CENTRO DE COMPETITIVIDADE TECNOLOGICA - COMTEC				
Ref: 000614	0001	INSTALAÇÃO DO CENTRO DE COMPETITIVIDADE TECNOLOGICA - COMTEC	34.90.30	100	7.000	
			34.90.36	100	15.500	
			34.90.39	100	15.000	
			45.90.51	100	10.500	
			45.90.52	100	92.000	
						140.000
00907/2 - 200042		* As transferências não constam do Total			TOTAL	240.000

VICE-GOVERNADORIA

DESPACHOS DO VICE-GOVERNADOR
Em 17 de novembro de 1999

PROCESSO Nº : 141.000.323/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 411/99

no valor de R$ 11.641,14 (onze mil, seiscentos e quarenta e um reais e quatorze centavos), em favor da CEB - Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais-SUCAR, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.000.324/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho nºs 409 e 410/99 no valor de R$ 66.123,41 (sessenta e seis mil, cento e vinte e três reais e quarenta e um centavos), em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais-SUCAR, para as providências complementares.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 31 de março de 1999(*)

PROCESSO Nº : 139.001.132/97
INTERESSADO : INTERMEDIUM - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

(*) Republicado por haver saído com incorreção, do original, no DODF nº 64, de 05.04.99, Seção I, página 2.

Em 10 de julho de 1999(*)

PROCESSO Nº : 139.001.130/97
INTERESSADO : INTERMEDIUM - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

(*) Republicado por haver saído com incorreção, do original, no DODF nº 112, de 14.06.99, Seção I, página 4.

Em 19 de novembro de 1999

PROCESSO Nº : 149.000.186/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho nº 094/99 no valor de R$ 2.211,20 (dois mil, duzentos e onze reais e vinte centavos), em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 149.000.186/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE PABX VIRTUAL

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho nº 262/99 no valor de R$ 2.677,50 (dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), em favor da Telebrasília - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO : 133.000722/99
INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Com base no artigo 80 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, e tendo em vista o constante no Processo nº 133.000.722/99 , reconheço a dívida, no valor de R$ 3.701,83 (três mil, setecentos e um reais e oitenta e três centavos) em favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, à conta de Dotação própria, elemento de despesa 319092 - **DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**.
Publique-se e encaminhe-se a Seção de Orçamento e Finanças para emissão de Nota de Empenho e, em seguida, a liquidação da despesa.

ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 147, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 518/98, processo nº 137.001.312/98.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 148, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA,, constante da Nota de Empenho nº 519/98, processo nº 137.001.314/98.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 149, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 258/99, processo nº 137.001.233/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 150, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 260/99, processo nº 137.000.857/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 151, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA constante da Nota de Empenho nº 275/99, processo nº 137.001.358/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 152, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 280/99, processo nº 137.001.667/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 153, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA,, constante da Nota de Empenho nº 259/99, processo nº 137.000.856/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 154, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 271/99, processo nº 137.001.612/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 155, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 270/99, processos nº's 137.001.610/99 e 137.001.611/99.

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 156, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a obra de ampliação do sistema de iluminação pública desta RA, constante da Nota de Empenho nº 276/99, processo nº 137.001.346/99.

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 87, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 179 da lei nº 2105 de 08 de outubro de 1998, resolve: publicar a relação de bens apreendidos do depósito desta RA VIII, para que os proprietários interessados no prazo de 30 (trinta) dias apresentem documentos fiscais para sua retirada, conforme termo de apreensão 000325 e processo 136.001.262/99 – ARNB.

- 92 (noventa e duas) peças caibros
- 20 (vinte) peças de vigas.
- 05 (cinco) m³ de areia saibrosa.
- 3800 (três mil e oitocentos) telhas coloniais.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 88, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 179 da lei nº 2105 de 08 de outubro de 1998, resolve: publicar a relação de bens apreendidos do depósito desta RA VIII, para que os proprietários interessados no prazo de 30 (trinta) dias apresentem documentos fiscais para sua retirada, conforme termo de apreensão 000046 e processo 136.00.945/99 – ARNB.

- 01 (uma) caixa térmica medindo aproximadamente 4 m² tipo frigorifico.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 89, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 180 da lei nº 2105 de 08 de outubro de 1998, resolve: publicar a relação de bens apreendidos desta Administração Regional e por não apresentar documentos fiscais para sua retirada dentro do prazo previsto, considera-los à disposição para uso da DRO/RA VIII, conforme Auto de apreensão nº 000048 e processo 136.001.041/99 – ARNB.

- 32 (trinta e duas) telhas amianto
- 16 (dezesseis) madeirites.
- 13 (treze) caibros.

Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 90, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 180 da lei nº 2105 de 08 de outubro de 1998, resolve: publicar a relação de bens apreendidos desta Administração Regional e por não apresentar documentos fiscais para sua retirada dentro do prazo previsto, considera-los incorporados ao patrimônio do Distrito Federal a serem utilizados pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante RA VIII, conforme Auto de apreensão nº 000319 e processo 136.001.119/99 – ARNB.

- 01 (um) tanque de lavar roupas lavy.
- 04 (quatro) cadeiras sem acento.
- 08 (oito) cadeiras em tubo com acento e encosto em plástico trançado.

Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

SECRETARIA DE FAZENDA

PARECER Nº 125, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

PROCESSO Nº : 042.000.220/98
INTERESSADO : MARIA DE LOURDES MENDONÇA
ASSUNTO : Recurso Voluntário

EMENTA : **ISENÇÃO IPTU/TLP**

A requerente solicita o reconhecimento de isenção do IPTU e da TLP, relativos ao exercício de 1998, incidentes sobre o imóvel de sua propriedade e em que reside, com fundamento na Lei nº 1.362, de 30 de dezembro de 1996.

Revisão do julgamento de primeira instância. Reconhecido o direito da requente concedendo-se o benefício de forma requerida.

Recurso provido.

Aprovo o Parecer GAB/SEF Nº 125 /99.

Publique-se. Após, encaminhe-se o presente processo à Subsecretaria da Receita para ciência ao interessado e demais providências complementares.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

CONSULTA Nº 19/99

PROCESSO Nº: 048.006.750/99
INTERESSADO: BANCO DO BRASIL S/A
RESUMO DA CONSULTA: ICMS – CONVÊNIO ICMS Nº 132/95 - PROCEDIMENTO NO CASO DE EXTRAVIO OU INUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS.

Senhor Chefe,

BANCO DO BRASIL S/A, inscrição no CGC sob o nº 00000000/035-00 à luz do Convênio ICMS 132/95, que instituiu regime especial de recolhimento de ICMS nas vendas de café em grão leiloado em bolsa, efetuadas pelo Governo Federal, consulta-nos em caso de eventualidade ocorrer o extravio ou inutilização de formulários contínuos no Distrito Federal ou em outras unidades federadas, quais os procedimentos a serem adotados.

A Divisão da Receita de Brasília efetuou o preparo processual em conformidade com o art. 48 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e informou que o consulente não se encontra em ação fiscal.

É o relatório.

O Convênio 132/95 que trata de regime especial de recolhimento do ICMS nas vendas de café em grão leiloado em bolsa, efetuadas pelo Governo Federal, na sua cláusula quarta prevê a solicitação por parte do Banco do Brasil de autorização para confecção de formulários contínuos para emissão de Nota Fiscal, vejamos "in verbis":

"Cláusula Quarta - Poderá o Banco do Brasil S/A, por sua Agência Central, no Distrito Federal, solicitar a autorização prevista no artigo 16 do Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, para a confecção dos formulários contínuos para a emissão da Nota Fiscal a que alude a cláusula anterior, apenas à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, em numeração única a ser utilizada por todas as suas agências, no país, que tenham participação nas operações previstas neste Convênio.

§ 1º - Para a distribuição dos formulários contínuos à agência que deles irá fazer uso, a Agência Central, no Distrito Federal, deverá:

1 - efetuar comunicação, em função de cada agência destinatária dos impressos, em quatro vias, à repartição que concedeu autorização para sua confecção, a qual reterá a 1ª via, para efeito de controle, devolvendo as 2ª, 3ª e 4ª vias, devidamente visadas, ao Banco do Brasil S/A;

2 - entregar a 2ª via da comunicação prevista no item anterior à Secretaria da Fazenda, Finanças ou Tributação da unidade da Federação onde estiver localizada a agência recebedora dos impressos da Nota Fiscal;

3 - manter a 3ª via da comunicação na agência recebedora dos impressos e a 4ª via na agência central do Distrito Federal, para efeito de controle.

§ 2º - É vedada a retransferência dos formulários contínuos entre dependências que possuam inscrições diferentes."

Pela disposição do Convênio 132/95 acima descrita a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal é o órgão que autoriza e controla a confecção dos formulários contínuos para uso de emissão de Nota Fiscal nas operações previstas no referido convênio.

Toda previsão sobre documentação fiscal acha-se respaldada no Convênio S/Nº, de 15 de dezembro de 1970 – SINIEF e suas alterações, contida na legislação tributária do Distrito Federal, especialmente no Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997 – RICMS.

O artigo 210 do referido RICMS dispõe sobre o extravio ou a inutilização de livros e documentos fiscais ou comerciais, senão vejamos, "in verbis":

"Art. 210 - O extravio ou a inutilização de livros ou documentos fiscais ou comerciais serão comunicados, pelo contribuinte, à repartição fiscal da circunscrição em que se localizar o estabelecimento, no prazo de quinze dias, a contar da data da ocorrência.

§ 1º - A comunicação a que se refere este artigo será feita, por escrito, mencionando, de forma individualizada:

I - espécie, número de ordem e demais características do livro ou documento;

II - período a que se referir a escrituração, no caso de livro;

III - existência ou não de cópias do documento extraviado, ainda que em poder de terceiros, identificando-os se for o caso;

IV - existência ou não de débito de imposto, valor e período a que se referir o eventual débito.

§ 2º - A comunicação, será também, instruída com a prova de prévio registro da ocorrência junto à Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e da posterior publicação do extravio em jornal local de grande circulação, ou no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 3º - No caso de livro extraviado ou inutilizado, o contribuinte apresentará, com a comunicação, um livro a fim de ser autenticado."

Sendo a confecção dos documentos fiscais autorizada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, o procedimento acima descrito deverá ocorrer nesta unidade federada, com comunicação do fato às Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados onde tais documentos são utilizados pelas agências do Banco do Brasil S/A, devendo também observar, outras exigências existentes na legislação tributária daquelas unidades federadas.

À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por tratar-se de matéria não controvertida.

É o parecer, s.m.j.

Brasília-DF, 18 de outubro de 1999

CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 7.213-3

De acordo. Submetemos à aprovação do Chefe da Divisão de Tributação o parecer supra.

Brasília-DF, 16 de novembro de 1999

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1.995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.

Esclarecemos que o consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.

Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília-DF, 16 de novembro de 1999

IVAN SOARES RASLAN
Divisão de Tributação
Chefe

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 8 de novembro de 1999

Recurso Voluntário nº 350/99
Recorrente : **MARIA MAZZARELLO DE CARVALHO SANTOS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-V
MARIA MAZZARELLO DE CARVALHO SANTOS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 134.000494/99, pertinente ao Auto de Infração nº 2576/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 6 de Julho de 1999 (documentos de fls. 15). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 16 de Junho de 1999 (recibo de fls. 14), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 404/99
Recorrente : **RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.002104/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1006/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de Julho de 1999 (documentos de fls. 08). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 15 de Junho de 1999 (recibo de fls. 07), evidenciando-se, portanto, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 432/99
Recorrente : **MARIA DEL PILAR BAJO CASTRILLO**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
MARIA DEL PILAR BAJO CASTRILLO, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.002790/99, pertinente ao Auto de Infração nº 650/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 5 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 11). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 16 de Julho de 1999 (recibo de fls. 10), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 452/99
Recorrente : **IAG PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
IAG PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.003758/99, pertinente ao Auto de Infração nº 3107/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 10 de Setembro de 1999 (documentos de fls. 06). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 23 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 453/99
Recorrente : **OTACÍLIA MARIA DE MACEDO**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XIX
OTACÍLIA MARIA DE MACEDO, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 147.000274/99, pertinente ao Auto de Infração nº 217/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 13 de Setembro de 1999 (documentos de fls. 08). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 31 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 06), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 459/99
Recorrente : **RESTAURANTE E CHURRASCARIA COZINHA MINEIRA TRADIÇÃO LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
RESTAURANTE E CHURRASCARIA COZINHA MINEIRA TRADIÇÃO LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004013/99, pertinente ao Auto de Infração nº 1422/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 31 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 06). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 24 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 478/99
Recorrente : **CHARLES DA SILVA ABRANTES**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
CHARLES DA SILVA ABRANTES, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.003535/99, pertinente ao Auto de Infração nº 6279/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 6 de Outubro de 1999 (documentos de fls. 08). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 17 de Setembro de 1999 (recibo de fls. 07), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 483/99
Recorrente : **EDMILSON LIMA NASCIMENTO**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-II
EDMILSON LIMA NASCIMENTO, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 131.001461/99, pertinente ao Auto de Infração nº 4039/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 7 de Outubro de 1999 (documentos de fls. 13). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 29 de Setembro de 1999 (recibo de fls. 11), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 9 de novembro de 1999

Recurso Voluntário nº 446/99
Recorrente : **CENTRO DE ORIENTAÇÃO FÍSICA VELLOSO CRUZ LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
CENTRO DE ORIENTAÇÃO FÍSICA VELLOSO CRUZ LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.003047/99, pertinente ao Auto de Infração nº 4704/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 30 de Agosto de 1999 (documentos de fls. 06). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 1 de Julho de 1999 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, portanto, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 458/99
Recorrente : **LAKE MODAS CONFECÇÕES LTDA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
LAKE MODAS CONFECÇÕES LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.004026/99, pertinente ao Auto de Infração nº 4596/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 13 de Setembro de 1999 (documentos de fls. 06). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 23 de Agosto de 1999 (recibo de fls. 05), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 10 de novembro de 1999

Recurso Voluntário nº 423/99
Recorrente : **JOÁS MARTINS DE OLIVEIRA**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
JOÁS MARTINS DE OLIVEIRA, irresignado com a lavratura do Auto de Infração nº 1109/99, que originou o processo nº 141.002765/99, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 8 de Junho de 1999 (documentos de fls. 3). **DEIXO DE RECEBÊ-LO**, negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, por falta de objeto, uma vez não há decisão de 1ª instância a ser recorrida. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Nos pareceres do CEDF/99 de nºs 11, 12, 13, 14, 16 e 17, REPUBLICADOS no DODF nº 221, de 19/11/99, nas páginas 11 e 12; onde se lê, despachos de 18.11.99, leia-se despachos de 16/11/99.

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIAS DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais definidas no item XVI do art. 32, do Regimento da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 19/08/75 e,

Considerando a necessidade de melhor atender as Unidades da Secretaria de Saúde, FHDF, ISDF, Fundação Hemocentro de Brasília e as Regionais de Saúde na realização de Eventos,

Considerando que a ordenação das medidas administrativas demanda tempo e, ainda,

Considerando que o apoio aos eventos é prestado pelo Departamento de Comunicação em Saúde da FHDF/SES, resolve:

1. Determinar que as Regionais adotem os procedimentos abaixo enumerados, quando da programação de Eventos:

1.1. Comunicar dia, horário e local do Evento, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, solicitando, se necessário, o que se segue:
a) Cobertura jornalística:
-Repórter
-Fotógrafo
-Cinegrafista

b) Serviços de relações públicas:
- Cerimonial
- Impressão de convites (necessário fornecer relações de autoridades e convidados)

2. Na realização de Feiras de Saúde, Seminários, Conferências, Cursos e similares, o Departamento de Comunicação em Saúde – FHDF/SES deverá ser comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias, com vistas à organização dos Eventos.

3. Identificada a necessidade de confecção de material educativo, tais como folders, cartazes, cartilhas, vídeos, folhetos, faixas e etc., o pedido deverá ser dirigido ao Departamento de Comunicação em Saúde – FHDF/SES, com 30 (trinta) dias de antecedência.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando a Portaria nº 48/SAS/MS, de 11/02/99, resolve:

1. Fica o Hospital Regional de Planaltina – HRPL, credenciado a executar os procedimentos especificados na lei 9.263 de 12.01.96.

JOFRAN FREJAT

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre interrupção de atendimento em entidades de assistência social no Distrito Federal.

O Presidente do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal-CAS/DF, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 997 de 09 de dezembro de 1.995 , de acordo com deliberação do CAS/DF, em reunião ordinária realizada dia 17 de novembro de 1999, resolve:
Art. 1º - Alterar o Artigo 1º da Resolução Normativa nº 11, de 10 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com seguinte redação :
" Estabelecer que as entidades que atuam nas modalidades de albergue e abrigo não poderão interromper o atendimento ao usuário da assistência social."
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ ANTONIO MARTINS ALVES

RESOLUÇÃO DE INSCRIÇÃO Nº 29, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a não concessão de inscrição à entidade ASSOCIAÇÃO DE APOIO DOS DEFICIENTES FÍSICOS.

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - CAS/DF, com fundamento no art. 9º da Lei nº 8.742/93, e tendo em vista o disposto na Resolução Normativa nº 04/99- CAS/DF, resolve:
Não conceder inscrição à entidade ASSOCIAÇÃO DE APOIO DOS DEFICIENTES FÍSICOS, conforme deliberação do Conselho em reunião ordinária realizada no dia 17 de novembro de 1999, devidamente exarada no processo nº 030.006.133/99.

JOSÉ ANTONIO MARTINS ALVES
Presidente

SECRETARIA DE OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 66, do Regimento aprovado pelo Decreto n. 15.342, de 20 de dezembro de 1993, resolve: tornar sem efeito o ato de 05/11/99, referente ao Processo nº 113002801/99, publicado no DODF n. 214, pag. 03 de 09/11/99, por ter sido publicada indevidamente.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE TRANSPORTES

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DA DIRETORIA COLEGIADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1999

Processo 097.000693/99. A Diretoria Colegiada RATIFICA, na forma do estatuído no art. 26 da Lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação de que trata seu art. 25, inciso I, concedida pelo Diretor-Presidente à Jawa Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda., em 17/11/99, para contratar serviços de adaptação, para o ano 2000, de um carimbo datador numerador, marca IRCE, modelo CDN-06 especial, no valor total de R$220,00 (duzentos e vinte reais).

Paulo Victor R. Rezende; José Geraldo Maciel; Cairo Ramos; Hélio B. Alves; Luiz Gonzaga R. Lopes.

SECRETARIA DE CULTURA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 18 de novembro de 1999

PROCESSO: 150.000222/99
INTERESSADO: FUNARTE
ASSUNTO: DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação a favor da FUNARTE, para firmatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.
A dispensa de licitação foi fundamentada no § 2º do artigo 17 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa constanto no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/SCDF para os demais procedimentos administrativos.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 141, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **TEMPLA – SERVIÇOS GERAIS À EMPRESA LTDA**, processo nº **160.000.281/94**, *Empresa de Pequeno Porte, atividade de prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 184.557,95*, a empresa conta atualmente com 90 (noventa) empregados e irá gerar *40* (quarenta) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *112/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 18, Conjunto 05, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 142, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **OLIVAR NASCIMENTO DE SOUZA - ME**, processo nº **160.001.033/94**, *Microempresa, atividade comercial*, com investimento da ordem de *R$ 48.896,90*, a empresa irá gerar *03* (três) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *103/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 04, Conjunto 09, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 143, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **MÁRCIA BARROS TUCUNDUVA ARANTES - ME**, processo nº **160.000.468/94**, *Microempresa, atividade comercial*, com investimento da ordem de *R$ 124.741,00*, a empresa conta atualmente com 07 (sete) empregados e irá gerar *03* (três) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *97/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela

assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 19, Conjunto 07, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 144, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **INSTRUMENTAL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - ME**, processo nº **160.000.354/94**, *Empresa de Pequeno Porte, atividade de prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 430.821,00*, a empresa conta atualmente com 19 (dezenove) empregados e irá gerar *06* (seis) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *92/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 13, Conjunto 05, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 145, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **RAJAS ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO LTDA - ME**, processo nº **160.001.128/94**, *Pequeno Porte, atividade prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 113.746,02*, a empresa conta atualmente com 04 (quatro) empregados e irá gerar *03* (três) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *106/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 13, Conjunto 04, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 146, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **JOSEFA DE CARVALHO KRAN - ME**, processo nº **160.000.362/97**, *Microempresa, atividade industrial*, com investimento da ordem de *R$ 37.579,88*, a empresa irá gerar *03* (três) novo emprego. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *51/99* - CDE/DF, de *27* de *maio* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 10, Conjunto A, Quadra 319 localizado no Setor de Oficinas de Santa Maria/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

PORTARIA Nº 147, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **TELMA DA SILVA LORGA - ME**, processo nº **160.001.462/94**, *Microempresa, atividade comercial*, com investimento da ordem de *R$ 57.039,88*, a empresa irá gerar *04* (quatro) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *111/99* - CDE/DF, de *24* de *junho* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 14, Conjunto 07, localizado no Setor Placa da Mercedes – Núcleo Bandeirante/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO

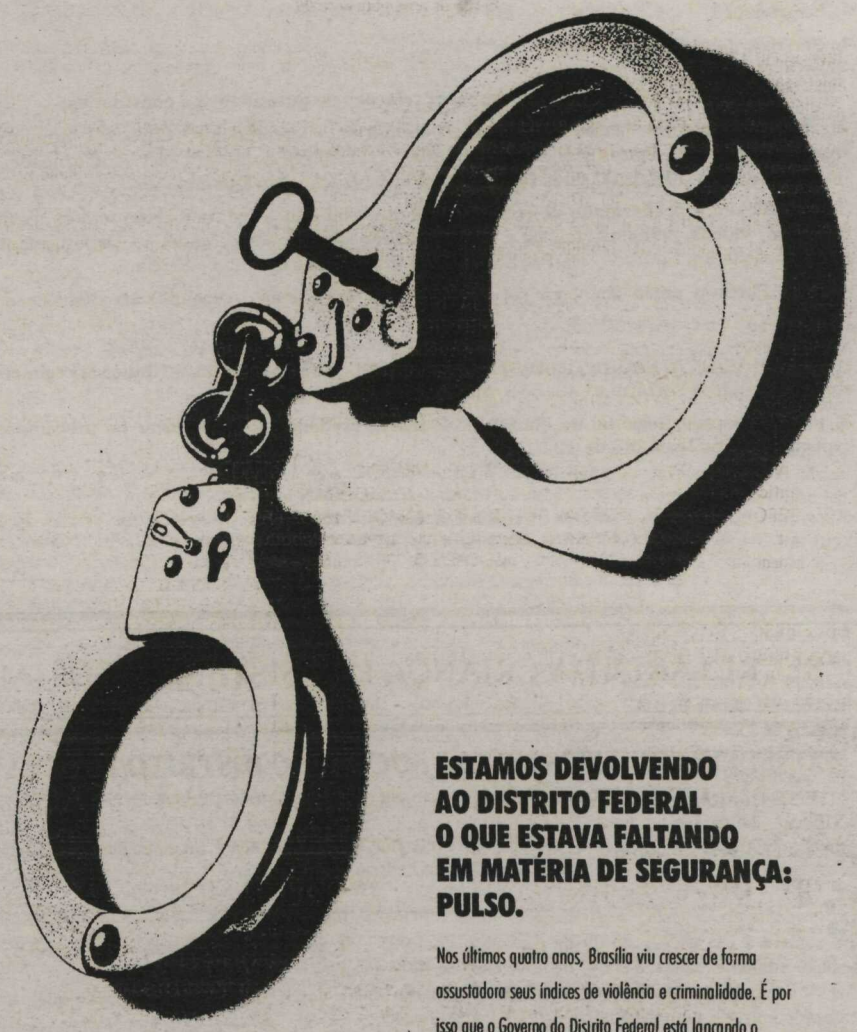
PORTARIA Nº 148, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 13º do Decreto nº 14.067, de 29 de julho de 1992, **resolve**:

Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PRODECON/DF, tendo como beneficiária a empresa **EDSON BARBOSA DA SILVA ESQUADRIAS - ME**, processo nº **160.000.313/97**, *Microempresa, atividade industrial*, com investimento da ordem de *R$ 32.694,60*, a empresa conta atualmente com 01 (um) emprego e irá gerar *02* (dois) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *44/99* - CDE/DF, de *27* de *maio* de *1999*, consubstanciado pela assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Com Opção de Compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, relativo ao *Lote 23, Conjunto C, Quadra 219, localizado no Setor de Oficinas de Santa Maria/DF.*

Art. 2º O incentivo econômico concedido à empresa acima referida passará a fruir após a publicação desta Portaria no DODF.

LAZARO MARQUES NETO



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de novembro de 1999

Processo nº 170.000.484/99
Interessado: Fundação Teotônio Vilela
Assunto: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a alínea "c", item 1, da Portaria de 25/03/99 publicada no DODF nº 60 de 29/03/99, a dispensa de licitação em favor do interessado acima citado, relativa a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações previstas no Plano Estadual de Qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício, de acordo com o Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT nº 005/99 - SETER/DF. A dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do inciso XIII, art. 24 da lei 8.666/93. Publique e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

Em 11 de novembro de 1999

PROCESSO: 170.000.473/99
INTERESSADO: INSTITUTO AGOSTIN CASTEJON
Assunto: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, combinado com a alínea "c," item 1, da portaria de 25/03/99 publicada no DODF nº 60 de 29/03/99, a dispensa de licitação em favor do interessado acima citado, relativa a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações previstas no Plano Estadual de qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício, de acordo com o Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT nº 0005/99-SETER/DF. A dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do inciso XIII, art. 24 da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.500/99
INTERESSADO: COOPERATIVA DE EDUCADORES
Assunto: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, combinado com a alínea "c," item 1, da portaria de 25/03/99 publicada no DODF nº 60 de 29/03/99, a dispensa de licitação em favor do interessado acima citado, relativa a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações previstas no Plano Estadual de qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício, de acordo com o Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT nº 0005/99-SETER/DF. A dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do inciso XIII, art. 24 da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

MARCO AURÉLIO MALCHER
Adjunto

CONSELHO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

"Ad. Referendum"

O Presidente do Conselho do Distrito Federal, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei nº 892/95 e pela Lei nº 1.989, de 03 de julho de 1998, Decreto 16.961 de 22 de novembro de 1995, combinado com o subítem 2.2.1.1 da cláusula Segunda do Termo Aditivo 008/99 - Convênio MTb/SPES/CODEFAT nº 008/96-SINE/DF, resolve:

Art. 1º Aprovar o remanejamento dos subítens da despesa de custeio constante do Plano de Trabalho SPES/99, conforme discriminação abaixo:

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DISCRIMIÇÃO	TOTAL APROVADO SPES/CONSELHO	ALTERAÇÃO CANCELAMENTO/ SUPLEMENTAÇÃO	AUTORIZADO PELO CONSELHO DO TRABALHO
MATERIAL DE CONSUMO			
Material de Expediente	9.996,55	+7.880,00	17.876,55
OUTROS SERVICOS E ENCARGOS			
Locação de Imóveis (PF)	5.000,00	-469,06	4.530,94
Despesas c/ Seminários, Congressos	22.226,00	-22.226,00	-0-
Locação de Imóveis (PJ)	25.000,00	-5.172,27	19.827,73
Serviço de Limpeza e Conservação	79.187,31	-5.187,31	74.000,00
Serviço de Vigilância	100.000,00	-44.458,01	55.541,99
Consultoria	129.009,78	+69.580,65	198.590,43
Seguro de Veículos	-0-	+52,00	52,00

SEGURO DESEMPREGO

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL APROVADO SPES/CONSELHO	ALTERAÇÃO CANCELAMENTO/ SUPLEMENTAÇÃO	AUTORIZADO PELO CONSELHO DO TRABALHO
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS			
Manutenção de Veículos	5.000,00	-750,00	4.250,00
Serviços de Vigilância	106.845,50	-5.849,14	100.996,36
Consultoria	121.875,00	+6.599,14	128.474,14

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALDO SOARES LEITE

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 8 de novembro de 1999

PROCESSO N.º 191.000.895/98
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGETICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação.
RATIFICO nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 a inexigibilidade de licitação em favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), visando atender despesa com fornecimento de energia elétrica no exercício de 1999.
A inexigibilidade foi fundamentada no "Caput" do art. 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constante no processo..

Em 9 de novembro de 1999

PROCESSO N.º 191.000.713/99
INTERESSADO :ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL
ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação.
RATIFICO nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 a inexigibilidade de licitação em favor de: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL no valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), visando a inscrição do servidor CELSO MENDES DE ASSIS no Curso de Legislação Ambiental que será realizado no período de 23 à 26/11/1999..
A inexigibilidade foi fundamentada no art. 25 do inciso II da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constante no processo.

Em 10 de novembro de 1999

PROCESSO N.º 191.000.942/98
INTERESSADO : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.
ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação.
RATIFICO nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 a inexigibilidade de licitação em favor do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais). em complemento a 99NE00004/99, visando atender despesa com publicação de matérias no DODF no exercício de 1.999.
A inexigibilidade foi fundamentada no "Caput" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constante no processo supracitado.

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 293, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e que consta dos processos nºs 170.000.498/99 e 101.001.247/99, resolve:
I - Aprovar, na forma dos Anexos I, II, III e IV, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.004, de 13 de janeiro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
300101/00001 **25101** **SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**				8.000
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002315 0001 INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO	34.90.30	121	8.000	
				8.000
00914/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	8.000

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A C R É S C I M O

Anexo à Portaria nº

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180201/18201 **17201** **FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL**				60.700
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003002 0001 APOIO A ATIVIDADE SÓCIO EDUCATIVA EM MEIO ABERTO	34.90.39	104	60.700	
				60.700
00914/2 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	60.700

ANEXO III

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
300101/00001 25101 SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA				8.000
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002315 0001 INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO	34.90.39	121	8.000	
				8.000
00914/3 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	8.000

ANEXO IV

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180201/18201 17201 FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL				60.700
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003002 0001 APOIO A ATIVIDADE SÓCIO EDUCATIVA EM MEIO ABERTO	34.50.39	104	60.700	
				60.700
00914/4 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	60.700

PORTARIA Nº 300, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:
I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 20.004, de 13 de janeiro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL				320.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002464 0045 FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	34.90.41	220	320.000	
				320.000
00932/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	320.000

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL				320.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002464 0045 FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	34.20.41	220	98.000	
	34.90.39	220	200.000	
	34.90.92	220	2.000	
	34.90.93	220	20.000	
				320.000
00932/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	320.000

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ACÓRDÃO Nº 34/99

Processo nº : 0511/97
Apenso nº : 097.000.023/95
Órgão de Origem: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ
Responsáveis: Paulo Victor Rada de Rezende, Cairo Ramos, José Gaspar de Souza e Edison Grossi de Andrade
Órgão instrutivo: Terceira Inspetoria de Controle Externo.
Representante do MP/TCDF: Procurador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Relator: Conselheiro Jorge Caetano.

Vistos, relatados e discutidos os autos da Prestação de Contas Anual da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF, relativa ao exercício de 1994.

Considerando que o órgão do Controle Interno do Governo do Distrito Federal certificou, com ressalva, a regularidade das contas em apreço, apontando, no item 4 do Relatório de Prestação de Contas nº 009/95 – DACON/SUAUD, observação quanto ao saldo das aplicações no mercado aberto e ressalva relativa à apresentação da correção monetária do capital social já consolidado com o subgrupo capital Social, em desacordo com o art. 178 da Lei nº 6.404/76;

Considerando que as dúvidas levantadas foram dirimidas por intermédio de diligências determinadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com exceção da realização de despesas sem o correspondente empenho, com descumprimento do art. 60 da Lei nº 4.320/64, e da apresentação no balanço patrimonial do capital social tendo já incorporada a correção monetária, em desacordo com o § 2º do art. 182 e art. 167 da Lei nº 6.404/76;

Considerando que o Orçamento da jurisdicionada, relativo ao exercício de 1994, não contemplou as receitas de aplicações financeiras, deixando de ser apresentada a conseqüente proposta de abertura de crédito adicional prevista no art. 25 do Decreto nº 15.400, de 30/12/93;

Considerando que o Tribunal, em obediência ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, determinou a audiência dos responsáveis para apresentarem suas razões de justificativa quanto às impropriedades registradas;

Considerando que a Terceira Inspetoria de Controle Externo, na condição de unidade de controle externo, e o Ministério Público junto ao Tribunal manifestaram-se pela regularidade das contas, com ressalvas;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com fulcro no art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, em:

I - conhecer as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, fls. 115/121, para, no mérito, negar-lhes provimento;

II - julgar, com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, as contas de Paulo Victor Rada de Rezende, Cairo Ramos, José Gaspar de Souza e Edison Grossi de Andrade, componentes da Diretoria Colegiada da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF, regulares com ressalvas, dando-lhes quitação, tendo em vistas as seguintes falhas apontadas pela Terceira Inspetoria de Controle Externo, na Informação nº 85/98, fls. 63/80:

a) realização de despesas sem prévio empenho, em desacordo com o disposto no art. 60 da Lei 4.320/64;

b) não inclusão no Orçamento, por Crédito Adicional, das receitas de aplicações financeiras, com descumprimento do art. 25 do Decreto nº 15.400/93;

c) apresentação das contas do Patrimônio Líquido, no Balanço Patrimonial, com a correção monetária incorporada ao Capital Social, em desacordo com o disposto no art. 182, § 2º, c/c o art. 167, da Lei 6.404/76;

III deixar de fazer determinações, conforme prescreve o art. 19 da Lei complementar nº 1/94, uma vez que a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ já adotou, em relação aos exercícios posteriores, medidas que podem garantir a correção das impropriedades tratadas neste Acórdão.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1999.

JORGE CAETANO
Conselheiro-Relator

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 35/99

Processo nº 3792/97
Apenso nº: 030.005.477/97
Assunto: Tomada de Contas Anual
Origem: Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal
Responsáveis: William Cruz Vaz e Fabiano de Oliveira Lago
Órgão Instrutivo: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins

Vistos, relatados e discutidos os autos da Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996.

CONSIDERANDO que o serviço da Tomada de Contas da SRF/SEA atestou a regularidade das contas, por meio do Relatório nº 16-97- STC/SRF, de 26.06.97;

CONSIDERANDO que as impropriedades detectadas foram relevadas pelo Tribunal, pois não comprometem a gestão dos administradores;

CONSIDERANDO que tanto o órgão instrutivo quanto o Ministério Público junto ao Tribunal manifestaram-se em favor da regularidade das contas;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, em julgar regulares as contas dos Agentes de Material da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, referentes ao exercício de 1996, com esteio nos arts. 17, inciso I, da mencionada Lei Complementar nº 1/94 e 167, inciso I, do RI/TCDF.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1999.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Auditor-Relator

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 36/99

Processo n.º: 6278/91
Apenso n.º: 032.000.306/91
Assunto: Tomada de Contas Anual – Agentes de Material - 1990
Origem: Secretaria de Administração do Distrito Federal
Responsáveis: Haroldo Mendes e Leones Alves Pereira.
Órgão Instrutivo: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Vistos, relatados e discutidos os autos de Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da Secretaria de Administração do Distrito Federal, referente ao exercício de 1990.

CONSIDERANDO que o órgão de Controle Interno da Secretaria de Fazenda (Certificado de Auditoria n.º 181/91 – DpA/SEF), o controle externo a cargo da 2ª Inspetoria e o Ministério Público junto a esta Corte pronunciaram-se pela regularidade plena das contas em apreço.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, em:

I) de conformidade com o artigo 17, I, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares as contas dos Agentes de Material da Secretaria de Administração do Distrito Federal, referentes ao exercício de 1990;

II) em conseqüência, nos termos da Decisão n.º 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, considerar quites os responsáveis Srs. Haroldo Mendes (Chefe da Seção de Recursos Materiais da Divisão de Administração no período de 01.01 a 18.05.90) e Leones Alves Pereira (Chefe da Seção de Recursos Materiais da Divisão de Administração no período de 19.05 a 31.12.90).

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

MARLI VINHADELI
Conselheira-Relatora

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 37/99

Processo n.º: 4013/98
Apenso n.º: 133.000.011/98
Assunto: Tomada de Contas Anual – Agentes de Material - 1997
Origem: Administração Regional de Brazlândia – RA IV
Responsáveis: Adevair Moreira Soares, Regina Maria de Paiva Barros e Jamil Francisco dos Santos.
Órgão Instrutivo: 1ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Vistos, relatados e discutidos os autos de Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da Administração Regional de Brazlândia – RA IV, referente ao exercício de 1997.

CONSIDERANDO que o órgão de Controle Interno da Secretaria de Fazenda (Certificado de Auditoria n.º 201/98 – DADI/SUAUD), o controle externo a cargo da 1ª Inspetoria e o Ministério Público junto a esta Corte pronunciaram-se pela regularidade plena das contas em apreço.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, em:

I) de conformidade com o artigo 17, I, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares as contas dos Agentes de Material da Administração Regional de Brazlândia, referentes ao exercício de 1997;

I) em conseqüência, nos termos da Decisão n.º 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, considerar quites os responsáveis Srs. Adevair Moreira Soares (Chefe da Seção de Material e Patrimônio de 01.01 a 30.11.97 e 31.12.97), Regina Maria de Paiva Barros (Chefe da Seção de Material e Patrimônio – Substituta de 01.12 a 08.12.97) e Jamil Francisco dos Santos (Chefe da Seção de Material e Patrimônio – Substituto de 06.12 a 30.12.97).

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

MARLI VINHADELI
Conselheira-Relatora

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 38/99

Processo n.º: 4066/98
Apenso n.º: 030.004.992/98
Assunto: Tomada de Contas Anual – Agentes de Material - 1997
Origem: Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal
Responsáveis: William Cruz Vaz, Edson Sampaio de Souza e Fabiano de Oliveira Lago
Órgão Instrutivo: 2ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Vistos, relatados e discutidos os autos de Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material da então Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997.

CONSIDERANDO que o Serviço de Tomada de Contas da Secretaria de Administração (Relatório n.º 18/98 – STC/SRF/SEA), o órgão de Controle Interno da Secretaria de Fazenda (Certificado de Auditoria n.º 169/98 – DADI/SUAUD), o controle externo a cargo da 2ª Inspetoria e o Ministério Público junto a esta Corte pronunciaram-se pela regularidade plena das contas em apreço.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, em:

I) de conformidade com o artigo 17, I, da Lei Complementar n.º 01/94, julgar regulares as contas dos Agentes de Material da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, referentes ao exercício de 1997;

II) em conseqüência, nos termos da Decisão n.º 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/94, considerar quites os responsáveis Srs. William Cruz Vaz (Chefe da Seção de Serviços Gerais de 01.01.97 a 10.01.97), Edson Sampaio de Souza (Chefe da Divisão de Administração Geral de 10.01 a 06.02.97) e Fabiano de Oliveira Lago (Chefe da Seção de Serviços Gerais de 07.02 a 31.12.97).

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

MARLI VINHADELI
Conselheira-Relatora

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 39/99

Processo nº: 0109/99
Apensos nº: 5214/98
Assunto: Tomada de Contas Anual
Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal
Responsáveis: Juraci Alves das Chagas, Henrique de Freitas Soares, Rone Carlos de Oliveira Machado e Jacques Fernando Reolon
Órgão Instrutivo: 1ª Inspetoria de Controle Externo
Representante do MP/TCDF: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli

Vistos, relatados e discutidos os autos de Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material deste Tribunal, referente ao exercício de 1998.

CONSIDERANDO que o Serviço de Contabilidade, órgão responsável pela organização das contas, concluiu pela regularidade dos atos de gestão praticados pelos Agentes de Material desta Casa, no decorrer do exercício de 1998, asseverando que:

a) foram observadas as normas que regem a matéria;

b) as pessoas mencionadas no Rol de Responsáveis (fls. 01 e 02) encontram-se em situação regular perante a Fazenda Pública; e

c) a eficiência e a eficácia da gestão de material são satisfatórias, demonstrando que a movimentação, guarda, conservação e segurança dos bens estão situadas dentro de um padrão razoável de confiabilidade dos controles internos.

CONSIDERANDO que as falhas apontadas pela instrução não têm expressão suficiente a ponto de ensejar a aposição de ressalvas às presentes contas;

CONSIDERANDO que a Administração desta Casa já adotou as medidas necessárias ao saneamento das referidas falhas, criando mecanismos para que elas não mais venham a se repetir no futuro;

CONSIDERANDO que o órgão instrutivo não identificou qualquer fato que pudesse macular a regularidade das contas em apreço; e

CONSIDERANDO que o Ministério Público junto ao Tribunal manifestou-se em favor da regularidade plena das contas **sub examine**,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 24 da Lei Complementar nº 01/94, em:

I) com esteio nos arts. 17, I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, I, do RI/TCDF, julgar regulares as contas dos Agentes de Material deste Tribunal, referentes ao exercício de 1998;

II) em conseqüência, considerar quites os responsáveis a seguir relacionados, nos termos da Decisão nº 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 01/94:

NOME	FUNÇÃO	PERÍODO
Juraci Alves das Chagas	Diretor da Divisão de Material e Patrimônio	01.01 a 18.01 31.01 a 17.05 07.06 a 31.12.98
Henrique de Freitas Soares	Diretor da Divisão de Material e Patrimônio (substituto)	19.01 a 30.01 18.05 a 06.06.98
Rone Carlos de Oliveira Machado	Chefe da Seção de Material	01.01 a 14.01 28.01 a 25.02 18.03 a 04.06 10.06 a 15.06 23.06 a 31.12.98
Jacques Fernando Reolon	Chefe da Seção de Material (substituto)	15.01 a 27.01 26.02 a 17.03 05.06 a 09.06 16.06 a 22.06.98

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

MARLI VINHADELI
Conselheira-Relatora

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

ACÓRDÃO Nº 40/99

PROCESSO N.º 2009/95 (APENSO N.º 143.000.283/95)
ORIGEM: Região Administrativa XIII – Santa Maria
ASSUNTO: Notas e Empenho/Tomada de Contas Especial
RESPONSÁVEIS: André Luiz Pires Costa, Lúcia Maria Carvalho e Romeu Macedo
UNIDADE TÉCNICA: 1ª Inspetoria de Controle Externo
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Procuradora-Geral Márcia Ferreira Cunha Farias
RELATOR: Conselheiro José Milton Ferreira

Vistos, relatados e discutidos os autos, que versam sobre a Tomada de Contas Especial instaurada pela então Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com a finalidade de apurar possíveis prejuízos decorrentes da contratação de bandas musicais para a programação carnavalesca de 1995, levada a efeito pela Região Administrativa XIII – Santa Maria.

CONSIDERANDO que o relatório apresentado pela Comissão de Tomada de Contas Especial registra que a Região Administrativa XIII – Santa Maria realizou despesa sem observar as regras estabelecidas nas normas de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal vigentes no exercício de 1995, na Lei n.º 4.320/64 (art. 60) e no art. 26 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO que foram identificados como responsáveis o então Administrador Regional da RA – XIII, André Luiz Pires Costa, a então Diretora de Administração Geral, Lúcia Maria Carvalho e o então Diretor da Divisão Regional de Cultura, Romeu Macedo;

CONSIDERANDO que os servidores havidos como responsáveis, regularmente notificados para oferecer razões de justificativa em relação aos atos praticados, deixaram de fazê-lo;

CONSIDERANDO que, mesmo não havendo débito a ser-lhes imputado, ficou caracterizada grave infração à norma legal, especificamente às constantes dos arts. 60 da Lei n.º 4320/64 e 26 da Lei n.º 8.666/93;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ante as razões expostas e nos termos do art. 24 da Lei Complementar n.º 01/94, em:

a) considerar, à vista do disposto no art. 13, § 3º, da Lei Complementar n.º 1/94, revéis os servidores responsabilizados, porque deixaram de atender ao chamamento expresso na Decisão n.º 6779/98, apesar de regularmente notificados;

b) julgar irregulares as contas objeto do processo em exame, com suporte no art. 17, III, b, c/c o art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 1/94, aplicando aos servidores responsabilizados multa individual em valor correspondente a 50 (cinqüenta) Unidades Fiscais de Referência;

c) determinar a notificação dos servidores responsabilizados para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o valor da multa, remetendo a esta Corte os respectivos comprovantes.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

JOSÉ MILTON FERREIRA
Conselheiro-Relator

MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA-DGA Nº 42, DE 19 NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 42, parágrafo 2º, da Lei-DF nº 2.045, de 30 de julho de 1998, combinado com a Portaria nº 001, de 1º de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Portaria-DGA nº 001, de 12 de janeiro de 1999.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

HÉLIO BEBIANO

ANEXO I R$1,00

ACRÉSCIMO

ORÇAMENTO FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
02101/00001 TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL				65.000
01.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
0003 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	31.90.13	100		65.000
Ref: 002517				
			TOTAL	65.000

ANEXO II R$1,00

REDUÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
02101/00001 TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL				65.000
01.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
0003 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	31.90.92	100		65.000
Ref: 002517				
			TOTAL	65.000

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.461

Aos 11 dias do mês de novembro de 1999, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3460 e Extraordinária Reservada nº 145, ambas de 10.11.99.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de documento apresentado pela Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, correspondente a temas discutidos no II Congresso Brasileiro de Direito Público, realizado nesta Capital no período de 28 a 30 de outubro último.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 0056/93 - Aposentadoria de MARIA DA PENHA MARQUES-FHDF. - DECISÃO Nº 8818/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Maria da Penha Marques, matrícula nº 103.533-9-FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 34, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, a fim de: a1) considerar como vantagem pessoal nominalmente identificada a diferença a menos, porventura encontrada, entre a remuneração que seria devida à servidora em janeiro/1990 (em decorrência da aplicação da Lei nº 87/89) e a remuneração de dezembro/1989, nos termos do § 8º do artigo 2º da mesma Lei, corrigida pelos índices gerais de reajuste salarial, até a data da aposentadoria, apurando-se e efetuando o ressarcimento de quaisquer parcelas eventualmente recebidas a mais, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; a2) calcular as parcelas integrantes do abono provisório denominadas "Vant. Pessoal (triênio) 7%" e "Ad. p/tempo de serv. 23%" sobre o vencimento padrão da servidora no mês da concessão; a3) recalcular a parcela "Vant. Art. 184-II", que deve incidir sobre a remuneração da inativa; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0844/94 (apensos os de nºs 589/95 e 590/95) - Contrato de Renovação nº 097/93 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 8819/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 51/97 e 79/97 GAB, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com os documentos de fls. 87 a 175; II - considerar parcialmente cumprida a Decisão nº 11.520/95, proferida na Sessão Ordinária nº 3.114, de 26/9/95, relevando o atraso apontado nos autos; III - sobrestar o julgamento de mérito da matéria até o deslinde do Processo nº 3.244/95, onde está sendo examinada a constitucionalidade da Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 17/97.

PROCESSO Nº 2033/95 - Aposentadoria de JOAQUIM GERALDO LEANDRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8820/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Joaquim Geraldo Leandro, matrícula nº 122.632-1/FHDF; II - determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar um novo abono provisório, em substituição ao de fl. 16, com o fim de calcular as parcelas "Dec. Jud. TST 241/87" e "Dec. Jud. PCCS-INAMPS processo 1557/88" na mesma proporcionalidade dos proventos, ou seja, 11/35; b) apurar as quantias pagas a mais, a título de "Dec. Jud. TST 241/87" e "Dec. Jud. PCCS-INAMPS", para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2046/95 - Aposentadoria de CARMEM BRASIL MORAIS KOLLAR-FHDF. - DECISÃO Nº 8821/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2624/95 (apenso o de nº 132.000.134/95) - Aposentadoria de MANOEL MARCOS PEREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 8822/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração para que, em diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. juntar aos autos os atos de designação e dispensa dos cargos/funções exercidos pelo servidor, que permitiram incorporar a seus proventos os benefícios do artigo 62 da Lei nº 8.112/90; II. elaborar demonstrativo de incorporação de quintos de acordo com o item anterior, ou indicar qual dentre os demonstrativos já presentes nos autos (fls. 63 e 64-apenso nº 132.000.134/95-GDF) satisfaz a determinação; III. retificar o ato de concessão de fls. 48/60-apenso nº 132.000.134/95-GDF, para combinar o artigo 62 da Lei nº 8.112/90 com o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e excluir a referência à Medida Provisória nº 892/95 (item 3 da Decisão nº 3395/99, adotada no processo nº 3871/96); IV. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 9-apenso nº 132.000.134/95-GDF, para sanar as divergências existentes com a certidão de tempo de serviço emitida pela NOVACAP (fls. 13/15-apenso), quanto aos assentamentos de faltas do servidor; V. tornar sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 3893/95 (apenso o de nº 061.033.114/95) - Aposentadoria de MARIA SALETE DE SOUSA OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8823/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Maria Salete de Sousa Oliveira, matrícula nº 103.187-2/FHDF; II - determinar à FHDF que, posteriormente, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 22 - apenso, para consignar a parcela de triênio no percentual de 4%, promovendo-se os acertos daí decorrentes, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 5708/95 (apenso o de nº 094.000.850/95) - Aposentadoria de FRANCISCO TELES DE SOUZA-SLU. - DECISÃO Nº 8824/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Francisco Teles de Souza, matrícula nº 60.396-1-SLU; II. determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 24 - apenso, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, a fim de: a.1) excluir a parcela "Complementação Salário Mínimo"; a.2) corrigir as parcelas "Grat. Atividade Dec. 15160/93 - 160% e "Grat. Limpeza Urbana Lei 785/94 - 55%" aplicando os respectivos percentuais sobre a parcela "Vencimento", considerando a proporcionalidade de 18/35 avos; b) apurar as quantias pagas indevidamente para fins de reposição ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído - fl. 24 - apenso.

PROCESSO Nº 2809/96 (apenso o de nº 082.009.214/95) - Aposentadoria de MARIA INÊS MELO DE BRITO-FEDF. - DECISÃO Nº 8825/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Maria Inês Melo de Brito, matrícula nº 95.102-1-FEDF; II - determinar à Fundação Educacional do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 22 - apenso, para corrigir as parcelas TIDEM I e II, que devem ser calculadas integralmente, mesmo nas aposentadorias proporcionais, conforme Decisão nº 2451/96, dada no processo nº 564/94, S.º nº 3153, de 16/4/96, do interesse de América Segal Dias, corroborada pelo entendimento exarado no processo 865/97, atentando para o reflexo nas demais parcelas; b) torne sem efeito o documento substituído; III - alertar a Fundação Educacional do DF sobre a possibilidade da interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação das Gratificações de Regência de Classe, de Alfabetização e de Ensino Especial.

PROCESSO Nº 6302/96 - Representação da 1ª Inspetoria de Controle Externo sobre eventual ilegalidade da Portaria SEA nº 59/95, de 13.10.95, que altera a concessão de diárias na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 8826/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator,

preliminarmente, decidiu: I - determinar à Secretaria de Administração que informe o recebimento do OF GP nº 342/99, de 15/3/99, e as providências adotadas com relação à revisão ou revogação da Portaria SEA nº 59/95, de 13/10/95, no prazo de 20 (vinte) dias; II - alertar o sr. Secretário de Administração do Distrito Federal para as sanções a que se sujeitam os responsáveis pelo não-atendimento da Decisão nº 955/99, adotada na S.O. nº 3398, de 9/3/99, e que os acréscimos de despesas com a concessão de diárias, ocasionados pela observância da referida portaria, serão considerados ilegais e, portanto, sujeitos à tomada de contas especial, para a proporcional recomposição do erário; III - restituir os autos à 2ª ICE, para os devidos fins, inclusive confirmação do recebimento do ofício de fls. 97.

PROCESSO Nº 2503/97 (apenso o de nº 061.036.590/96) - Aposentadoria de SEBASTIÃO ALVES DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 8827/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Sebastião Alves do Nascimento, matrícula nº 115.539.3/FHDF; II - determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 28 - apenso, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, a fim de calcular a parcela "Parc. Pec. Lei 1.062/96" proporcional a 33/35 avos; b) apurar as quantias pagas indevidamente, referentes ao item acima, para fins de reposição ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0092/98 (apenso o de nº 082.009.890/97) - Aposentadoria de DJANIRA ALVES DE ASSIS ROCHA-FEDF. - DECISÃO Nº 8828/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0388/98 (apenso o de nº 040.013.331/97) - Aposentadoria de JOSÉ ALEIXO DE OLIVEIRA FILHO-SEF. - DECISÃO Nº 8829/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Fazenda do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato concessório de fls. 40/41 - apenso nº 40.013.331/97-GDF - para combinar os artigos 1º e 7º da Lei nº 1.004/96 com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96; II - anexar ao processo nº 40.013.331/97-GDF o ato de dispensa da função de Chefe do Serviço de Administração e Planejamento da Divisão de Área Social e Administração Superior/DGO/SUPLAN/SEF (DF-10) - designação em 1/7/94, fl. 26 - apenso nº 40.013.331/97-GDF; III - anexar ao processo nº 40.013.331/97-GDF certidão expedida pelo INCRA, comprobatória do tempo averbado no período de 26/3/82 a 18/7/83, computado para cálculo do percentual de ATS; IV - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 43 - apenso nº 40.013.331/97-GDF, para calcular as parcelas de "décimos" fundadas na Lei nº 1.004/96 pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido (opção correspondente a 55%) com a respectiva representação mensal, e as baseadas na Lei nº 1.141/96 somente pelo valor da respectiva representação mensal (item 4.1.2 da Decisão nº 3395, adotada no processo nº 3871/96).

PROCESSO Nº 0953/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidade por prejuízo causado ao erário em decorrência de pagamento, efetuado à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a título de juros e mora. - DECISÃO Nº 8830/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1534/99-SSP/DF; II. conceder à Secretaria de Segurança Pública do DF novo prazo, por 90 (noventa) dias, até 19/1/2000, para conclusão da TCE tratada no processo nº 050.000.196/98; III. determinar àquela jurisdicionada que envide esforços no sentido de ultimar, no prazo concedido, as providências de sua alçada, relativas à TCE em questão, tendo em vista o longo período decorrido desde a sua instauração.

PROCESSO Nº 1991/98 (apenso o de nº 040.002.974/96) - Aposentadoria de RAIMUNDO NONATO DE SOUSA-SEF. - DECISÃO Nº 8831/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Fazenda para que, em diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato de concessão de fls. 63/64 - apenso nº 040.002.974/96 para incluir o artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864/98, tendo em vista que todas as parcelas de "décimos" foram incorporadas antes de 20/1/98; II - fazer a correção da função oriunda do Ministério Público Federal/MPF com aquelas previstas na estrutura do DF, a exemplo do que ocorreu no Processo nº 1437/81 - Ana Passos Bacelar (Decisões nº 13170/95, 5194/96 e 2336/97, ratificadas pela de nº 3395/99, S.O. nº 3423, de 10/6/99, Processo nº 3871/96); III - juntar o ato de dispensa do cargo de Assistente, DF-09, da Divisão de Fisc. de Mercadoria em Trânsito da SUREC/SEFP, cuja designação ocorreu em 7/10/96; IV - elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68 - apenso nº 040.002.974/96, para calcular o ATS com base no percentual de 23%, de acordo com a apuração de tempo de serviço de fl. 67 do mesmo apenso; V - calcular as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1004/96 ("décimos") pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal (item 3.2.1 da Decisão nº 3395, adotada no Processo nº 3871/96).

PROCESSO Nº 4640/98 (apensos os de nºs 879/81 e 030.005.340/98) - Pensão civil concedida a KIKUYO NAKAZATO-SEA. - DECISÃO Nº 8832/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração do DF para que, em diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. retificar o ato concessório para excluir a menção ao artigo 2º, § 1º, da Lei nº 6.732/79, e para incluir o artigo 7º da Lei nº 1.004/96 e os artigos 4º da Lei nº 1.141/96 e 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864/98; II. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 23 - apenso nº 030.005.340/98, a fim de encerrar a apuração em 17/7/80; corrigir a indicação da licença especial não gozada (365 dias) e confirmar a data de admissão do ex-servidor, conforme apuração feita à época da aposentadoria do instituidor (fl. 5 - apenso nº 879/81), observando ainda a possibilidade de substituição da certidão emitida pela NOVACAP (fls. 21/22 do mesmo apenso); III. elaborar nova classificação funcional, em substituição à de fl. 17 - apenso nº 030.005.340/98, observando o disposto na Lei nº 94/90; IV. elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 20 - apenso nº 030.005.340/98, para calcular o benefício com base no cargo de Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão II, atentando para a proporcionalidade apurada de acordo com o item "II" supra, e transformando as parcelas de "quintos" em "décimos", nos termos da Lei nº 1.004/96; V. apurar as quantias porventura pagas a mais, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 2216/99 (apenso o de nº 061.036.008/95) - Aposentadoria de ANA PEREIRA TAVARES-FHDF. - DECISÃO Nº 8833/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2404/99 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Polícia Militar do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8834/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 3.691/99-CTCE/PMDF, de 7/10/99; II. relevar o atraso verificado na solicitação; III. autorizar a prorrogação do prazo, por 45 (quarenta e cinco) dias, até 25/12/99, para que a PMDF ultime as providências de sua competência, relacionadas ao Processo de TCE nº 054.000.725/99.

PROCESSO Nº 2650/99 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Polícia Militar do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8835/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 3.692/99-CTCE/PMDF, de 7/10/99; II. relevar o atraso verificado na solicitação; III. autorizar a prorrogação do prazo, por 120 (cento e vinte) dias, até 3/2/2000, para que a PMDF ultime as providências de sua competência, relacionadas ao Processo de TCE nº 054.000.769/99.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 2250/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ALCY SALLES-SE. - DECISÃO Nº 8836/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 152, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de corrigir o valor da parcela intitulada parcela "Comp. Salarial Lei 6.366/76", que deve ser calculada na proporcionalidade de 20/30 avos, conforme entendimento exarado no Processo nº 2162/82; II) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2906/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO-SEA. - DECISÃO Nº 8837/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0819/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ RIBEIRO SANTIAGO-SEA. - DECISÃO Nº 8838/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2856/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de NIVALDO BISPO DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 8839/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a revisão em exame, devendo a SEA, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) refazer o abono provisório de fl. 88 para corrigir o valor da parcela de quintos, calculando-a em 2/5 da RM do DF-03; b) apurar os valores porventura pagos a mais em decorrência do erro no cálculo da parcela de quintos, para efeitos de ressarcimento ao erário, de acordo com art. 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito os documentos substituídos; 2) alertar a SEA sobre a possibilidade de aplicação da Lei nº 22/89 e do art. 67 da Lei 8.112/90.

PROCESSO Nº 2111/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 8840/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2726/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de PEDRO SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8841/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a Secretaria de Administração do Distrito Federal, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato revisório para combinar o artigo 62 da Lei nº 8.112/90 com o artigo 3º, da Lei nº 8.911/94 (item 3 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96); b) autenticar os documentos de fls. 28/30; II. alertar a jurisdicionada quanto ao cálculo correto da parcela correspondente ao ATS, observando o disposto nos artigos 67 e 102, VIII, alínea "b", da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 0768/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria de NILZA GOMIDE DE ARAÚJO-SE. - DECISÃO Nº 8842/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Secretaria de Educação que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: - apurar as quantias pagas indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, a título da vantagem prevista no artigo 184, II, da Lei n.º 1.711/52 (código 92084-01), nos meses de abril, agosto, outubro, dezembro de 1991 (fl. 63) e seguintes, referentes ao pagamento das diferenças, decorrentes do cotejo da vantagem do artigo 184, II, da Lei n.º 1711/52 com a do artigo 2º, § 1º, da Lei 6732/79, havidas no período de 05.10.88 a 14.02.91, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 1036/89 (anexo o de nº 329/91) - Aposentadoria e revisão dos proventos de EUNICE GOMES DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 8843/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria da servidora (atos de fls. 22 e 45); II - determinar que os autos retornem à Secretaria de Administração do DF - SEA/DF, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, em relação à revisão de proventos, sejam adotadas as seguintes providências: a - excluir o tempo de inatividade da contagem para fim de concessão de Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira, à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério; b - retificar o ato de fl. 82, alterado pelo de fl. 145, a fim de consignar o correto posicionamento da servidora, bem como excluir a alínea "b", do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea "c", do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão nº 7.925/97 (Processo nº 224/91); c - elaborar Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 149, com o intuito de encerrar a apuração em 26.04.90, véspera da revisão; d - elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 151, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora e calcular os proventos proporcionalmente, tendo em conta o disposto nas alíneas "a" e "b"; e - tornar sem efeito os documentos substituídos; III - autorizar, em seguida, a apensação dos autos ao Processo nº 1791/99.

PROCESSO Nº 2958/91 - Aposentadoria de SILAS FERRAZ-FEDF. - DECISÃO Nº 8844/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3980/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de CORA SIMÕES PIRES DANTE-SEA. - DECISÃO Nº 8845/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 67, observando a Decisão Normativa n.º 02/93 - TCDF, a fim de calcular a parcela Bloqueio (12/25 avos) com base no Nível 4V; II. tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3926/92 - Aposentadoria de MARIA GRACIETE CÔRTES-FEDF. - DECISÃO Nº 8846/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3168/93 (apenso o de nº 030.000.738/93) - Pensão civil concedida a ALEXANDRE DE ALMADA VIEIRA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8847/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3302/93 (apenso o de nº 030.000.767/93) - Pensão civil concedida a LUIZA BATISTA BARROS-SEA. - DECISÃO Nº 8848/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Jurisdicionada, "ad cautelam", a cessação do pagamento do benefício, caso ainda não o tenha feito, em face do óbito da beneficiária.

PROCESSO Nº 3486/93 (apenso o de nº 030.002.135/92) - Pensão civil concedida a IZABEL ESTEVES DE ANDRADE-SEA. - DECISÃO Nº 8849/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3930/93 (apenso o de nº 030.014.082/92) - Pensão civil concedida a MARIA SALETE DE VASCONCELOS COSTA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 8850/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1 - nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a SEA, posteriormente, juntar aos autos declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o

disposto no artigo 225 da Lei n.º 8.112/90, o que será objeto de verificação em futura auditoria; 2 - determinar à SEA a aplicação do § 2º do artigo 78 da Lei n.º 1.711/52 e a complementar o vencimento até o valor do salário mínimo vigente na data da concessão, apurando as demais parcelas proporcionais também sobre esse mesmo valor, em conformidade com o critério aplicável em relação ao instituidor do benefício.

PROCESSO Nº 3993/93 (apenso o de nº 030.002.245/93) - Pensão civil concedida a TEREZINHA CIPRESSO NORONHA ROMANCINI e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8851/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: 1 - quanto à concessão da pensão: a) complementar o laudo de fl. 10-v apenso pensão, indicando o nome da doença; b) anexar Certidão de Tempo de Serviço, referente ao período de 308 (trezentos e oito) dias, no qual o ex-servidor prestou serviços ao Ministério do Exército; c) retificar o Título de Pensão de fl.17-apenso pensão, para excluir LUIZ GUILHERME ROMANCINI JUNIOR; 2 - quanto à integralização da pensão: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei n.º 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 4345/93 (apenso o de nº 030.009.172/92) - Pensão civil concedida a LUZIMAR DOS SANTOS OLIVEIRA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8852/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a SEA providenciar, posteriormente, o ressarcimento das quantias recebidas a mais em razão da redução do percentual do ATS, medida a ser objeto de futura auditoria.

PROCESSO Nº 4494/93 (apenso o de nº 030.016.085/91) - Pensão civil concedida a MARIA VIRGINIA DA CONCEIÇÃO SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 8853/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; b) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 16 - Processo nº 030-016085/91, para corrigir o rateio do benefício (ônus total para o GDF), sem prejuízo dos acertos financeiros pertinentes; c) tornar sem efeito os documentos de fls. 16 e 17 - Processo nº 030-016085/91.

PROCESSO Nº 4587/93 (apenso o de nº 030.011.697/92) - Pensão civil concedida a FLORA DUTRA PINTO e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8854/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a SEA adotar, posteriormente, as seguintes providências: a) elaborar outro demonstrativo por tempo de serviço, com base no de fl. 45-apenso, para nele considerar o período de 05 de maio de 1960 até 20 de abril de 1962, na forma prevista na Lei n.º 22/89, bem como para fins de adicional, até dois anos de licenças concedidas ao ex-servidor na vigência da Lei nº1.711/52, "ex vi" do artigo 102, VIII, "b", da Lei nº8.112/90; b) aplicar ao presente caso o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4651/93 (apenso o de nº 030.012.899/91) - Pensão civil concedida a EMILIA AQUINO CORREIA-SEA. - DECISÃO Nº 8855/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a SEA, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB, conforme Decisão nº 10651/98, prolatada na apreciação do Processo nº 1753/97; b) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 17 - apenso nº 030-012.899/91-GDF, para calcular o benefício com base nos proventos integrais do ex-servidor, na data do seu falecimento, e com ônus integral para o GDF, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; c) autenticar os documentos de fls. 4 e 5 do apenso nº 030.012.899/91; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; II) determinar à SEA que verifique a possibilidade de aplicação do art. 24 do Dec. 13.166/91 e que a pensionista faz jus a 15% de ATS.

PROCESSO Nº 4879/93 (apenso o de nº 030.010.635/92) - Pensão civil concedida a JOVINA PEREIRA RODRIGUES e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8856/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a SEA adotar, posteriormente, as seguintes providências, objeto de futura auditoria: a) anexar aos autos declaração firmada pela beneficiária temporária na qual confirme que não exerce cargo, função ou emprego público; b) juntar ao processo o comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão de pensão pelo DF à beneficiária JOVELINA RODRIGUES DE SOUSA, com indicação da respectiva data de vigência.

PROCESSO Nº 4893/93 (apenso o de nº 3958/84) - Pensão civil concedida a INÁCIA DA COSTA FREIRES e outros-SEA. - DECISÃO Nº 8857/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - quanto à concessão, com base na Lei n.º 6.782/80: nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, devendo a SEA, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 57, para retificar o valor das parcelas ATS, abono mensal (Lei n.º 04/88) e antecipação salarial (Lei n.º 38/89); b) apurar valores porventura pagos a mais para efeitos de ressarcimento ao erário, em conformidade com o artigo 46 da Lei n.º 8.112/90; II - quanto à integralização da pensão: determinar o retorno dos autos à Secretaria de Administração, em nova diligência, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei n.º 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei n.º 8.112/90; d) apresentar declaração de que a beneficiária RITA LUCENA FREIRES permanecia solteira em 01/01/92.

PROCESSO Nº 4932/93 (apenso o de nº 030.017.230/91) - Pensão civil concedida a MARIA LÚCIA DE AZEVEDO SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8858/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I) anexar o processo que trata da revisão de proventos mencionada à fl. 12 do apenso nº 030.017230/91; II) retificar o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; III) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 18 do apenso nº 030.017230/91, para excluir 540 dias de licença especial não computados à época da aposentadoria, de acordo com o demonstrativo de fls. 50/53 do mesmo apenso; IV) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 19 do apenso nº 030.017230/91, para: a) corrigir o rateio do benefício (ônus integral do GDF), sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar a data de vigência a partir de 26.11.91 (data do óbito); V) tornar sem efeito os documentos de fls. 18, 19 e 20 do apenso nº 030.017230/91.

PROCESSO Nº 5637/93 - Aposentadoria de MARIA FERNANDES BATISTA-FEDF. - DECISÃO Nº 8859/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6588/93 (apenso o de nº 030.008.805/92) - Pensão civil concedida a LOURDES ALVES TEIXEIRA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8860/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1 - nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 101/98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão com base na Lei n.º 6.782/80 em exame, devendo a SEA, posteriormente, elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 16 - apenso n.º 030-008.805/92-GDF, para excluir os 180 dias a título de licença especial incluídos indevidamente; 2 - determinar o retorno dos autos à Secretaria de Administração, em nova diligência, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: 2.a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei n.º 8.112/90; 2.b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; 2.c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 7449/93 - Aposentadoria de MARIA DE ASSIS FRANCO DO AMARAL-FEDF. - DECISÃO Nº 8861/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7565/93 - Aposentadoria de ANTONIA ALVES COELHO-FEDF. - DECISÃO Nº 8862/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0894/94 (apensos os de nºs 3394/92 e 061.007.226/93) - Aposentadoria de JOÃO ALVES FERREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8863/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1160/94 - Aposentadoria de FRANCISCA GONZALES-FEDF. - DECISÃO Nº 8864/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; b) determinar ao órgão jurisdicionado que considere que a interessada faz jus à incorporação da Gratificação de Alfabetização - GAL (Lei nº 654/94), conforme fls. 46/53; c) determinar, ainda, ao órgão jurisdicionado as providências cabíveis, vez que a interessada faz jus à contagem do tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS, no período de 01/01/1963 a 31/07/1967, totalizando 1.673 dias, averbados de acordo com a certidão de fl. 05, para efeito de Adicional por Tempo de Serviço.

PROCESSO Nº 2366/94 (apenso o de nº 030.010.396/93) - Pensão civil concedida a SEBASTIANA RODRIGUES DA SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8865/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) retificar o ato concessório de fl. 15 (Proc. 030.010396/93) para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; b) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 17 (Proc. 030.010396/93), corrigindo o seu rateio (ônus integral do GDF), de acordo com o item anterior, sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes, bem como alterar a parcela de ATS para 20%; c) providenciar o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente, verificadas no título de pensão de fl. 17 (Proc. 030.010396/93), nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; d) confeccionar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 10 (Processo 030.010393/93), a fim de excluir os 720 dias relativos à licença-prêmio indevida, considerando que à época da aposentadoria do ex-servidor estava em vigor a Lei nº 1.711/52, que computava apenas decênios e não qüinqüênios, não chegando o mesmo a adquirir tal benefício na atividade; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5426/94 - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS LOIOLA DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8866/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a FEDF adotar, posteriormente, as seguintes providências, objeto de futura auditoria: I- anexar documentos que comprovem o merecimento de 7% como percentual relativo à Gratificação de Alfabetização – GAL; II- em caso de não-comprovação do item I, elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 46, com o percentual correto da GAL, observando a DN 02/93-TCDF, e tornando sem efeito o documento substituído; III- providenciar o levantamento e ressarcimento ao erário, na forma disposta no art. 46 da Lei n.º 8.112/90, das quantias pagas indevidamente à inativa.

PROCESSO Nº 5692/94 (apenso o de nº 030.003.560/94) - Aposentadoria de LEÔNCIO JESIEL SANTOS MOTTA-SEA.- DECISÃO Nº 8867/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II. determinar à Jurisdicionada corrigir os quintos incorporados, que se encontram em desacordo com o mapa de fls. 21 e 33 - Processo n.º 030-003560/94.

PROCESSO Nº 0520/95 (apenso o de nº 040.002.211/94) - Aposentadoria de JOSÉ DA SILVA REGO-SEF. - DECISÃO Nº 8868/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1387/95 (apenso o de nº 030.000.761/95) - Aposentadoria de LUIZ ALVES DE CARVALHO-SEA. - DECISÃO Nº 8869/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2845/95 (apenso o de nº 030.001.998/95) - Aposentadoria de OLÍMPIO DE MELO PIRES-SEA. - DECISÃO Nº 8870/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3404/95 (apenso o de nº 030.004.771/95) - Pensão civil concedida a MARIA COELHO RIBEIRO-SEA. - DECISÃO Nº 8871/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concesório.

PROCESSO Nº 3502/95 (apenso o de nº 061.036.083/95) - Aposentadoria de EVANE DE ALMEIDA GUIMARÃES-FHDF. - DECISÃO Nº 8872/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II. determinar à Jurisdicionada o cômputo, para fins de anuênio, a que a interessada faz jus, dos 214 dias prestados à Secretaria de Estado de Educação / MG (período de 01/05/68 a 30/11/68, fl. 5 - apenso).

PROCESSO Nº 3755/95 (apenso o de nº 020.000.314/95) - Aposentadoria de ANTÔNIO DECI DA COSTA-PRG. - DECISÃO Nº 8873/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1. nos termos do art. 11, §§ 1º e 2º, da Resolução n.º 101-98-TCDF, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a PRG, posteriormente, retificar o ato de concessão para combinar o artigo 62 da Lei n.º 8112/90 com o artigo 3º da Lei n.º 8911/94 e excluir a referência à Medida Provisória n.º 968, de 13/04/95 (item 3 da Decisão n.º 3395/99, adotada no Processo n.º 3871/96), o que será objeto de verificação em futura auditoria; 2. determinar à PRG corrigir a data do encerramento da apuração do tempo de serviço do interessado (fl. 39 - apenso n.º 020.000.314/95), bem como sobre seus reflexos no cálculo da parcela ATS.

PROCESSO Nº 5537/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para conclusão da diligência ordenada no Processo nº 082.027.136/95. - DECISÃO Nº 8874/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a prorrogação de prazo na forma solicitada.

PROCESSO Nº 7490/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para conclusão da diligência ordenada no Processo nº 082.018.063/95. - DECISÃO Nº 8875/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a prorrogação, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 0269/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para conclusão da diligência ordenada no Processo nº 082.012.546/96. - DECISÃO Nº 8876/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, concedeu a prorrogação, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 1514/98 - Aposentadoria de REJANE DE SOUSA QUINTANILHA-FEDF. Aos autos juntou-se Ofício nº 813/99, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 082.011.300/97. - DECISÃO Nº 8877/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 4478/98 - Ofício nº 732/99, mediante o qual a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 180 (cento e oitenta) dias, para cumprimento da Decisão nº 980/99. - DECISÃO Nº 8878/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação, excepcionalmente, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de forma improrrogável, com alerta para as sanções previstas no art. 57, IV e VII, da LC n.º 01/94.

PROCESSO Nº 1830/99 - Ofício nº 791/99, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 082.005.113/99. - DECISÃO Nº 8879/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação, contando o novo prazo de 04.10 a 03.12.99.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 4992/84 - Aposentadoria de SEVERIANO PEREIRA DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 8880/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4478/90 - Aposentadoria de MANOEL RODRIGUES BORGES-SEA. - DECISÃO Nº 8881/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a SEA/DF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 115, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de alterar o percentual dos qüinqüênios para 25% e de adequar a denominação do cargo do servidor ao contido no ato de aposentadoria; b) rever os cálculos de fls. 104/114, pertinentes à apuração dos valores pagos a mais a título de qüinqüênios/anuênios, considerando como de 25%, no período de 1990 a 1991, o percentual dos qüinqüênios; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 1920/92 - Aposentadoria de ANTONIO RICARDO MIZIARA-FHDF. - DECISÃO Nº 8882/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 39, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de reduzir o percentual dos "triênios" para 5%; b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente ao servidor, a título de "triênios", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 3140/92 - Aposentadoria de OTONI VICENTE DE SOUSA-FHDF. - DECISÃO Nº 8883/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 28, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de adequar seus valores à tabela de vencimentos vigente em novembro/91 e de calcular os percentuais das parcelas referentes aos "qüinqüênios" e "triênios" somente sobre o vencimento padrão; b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente ao servidor, a título de "qüinqüênios" e de "triênios", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 7476/93 - Aposentadoria de ANTONIO DE PADUA ROMANCINI-FHDF. - DECISÃO Nº 8884/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0653/94 - Aposentadoria de ANTONIO MENDES REZENDE-FHDF. - DECISÃO Nº 8885/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF retifique o abono provisório de fls. 20, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de: a) adequar seus valores à tabela de vencimentos vigente em abril/93; b) alterar o percentual da parcela referente a "triênios" para 11%, observando que tanto essa parcela quanto os "anuênios" devem ser calculadas somente sobre o vencimento padrão; c) calcular a parcela "Grat. Atividade Lei 524/93" proporcional ao tempo de serviço do servidor; d) considerar como vantagem pessoal nominalmente identificada a diferença a menos porventura apurada na remuneração do servidor, em decorrência da transposição para a carreira instituída pela Lei 87/89, conforme dispõe o seu § 8º do artigo 2º; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4965/94 - Aposentadoria de MARIA LIRIAN FARIAS-FHDF. - DECISÃO Nº 8886/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4971/94 - Aposentadoria de ROZA PEREIRA LIMA-FHDF. - DECISÃO Nº 8887/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7211/94 (apenso o de nº 061.033.338/94) - Aposentadoria de GRACIANA PEREIRA GOMES-FHDF. - DECISÃO Nº 8888/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2271/95 - Aposentadoria de AMELIA PINTO DE MENEZES-FEDF. - DECISÃO Nº 8889/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3113/95 (apenso o de nº 061.023.173/94) - Aposentadoria de LEOPOLDINA ROSA DE JESUS-FHDF. - DECISÃO Nº 8890/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2497/96 (apensos os de nºs 2075/93 e 061.011.459/95) - Aposentadoria de PAULO SERGIO NADER e pensão civil concedida a MARIA RITA BORGES PEREIRA e outros-FHDF. - DECISÃO Nº 8891/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4786/96 (apenso o de nº 061.023.562/95) - Aposentadoria de MANOEL LISBOA AMARAL-FHDF. - DECISÃO Nº 8892/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em apreço; II) determinar à Fundação Hospitalar do DF que adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 54-apenso, observando o teor da Decisão Normativa nº02/93-TCDF, a fim de excluir uma das parcelas pertinentes a "Integração de Plantões", conforme Decisão nº 5376/98 (Processo 3928/96); b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente ao servidor, a título da parcela excluída - em cumprimento ao contido na alínea anterior -, na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91), juntando aos autos a planilha de cálculos correspondente; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5381/96 (apenso o de nº 061.027.967/94) - Aposentadoria de MÁRCIO BAUM DI DOMENICO-FHDF. - DECISÃO Nº 8893/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 20-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de reduzir o percentual da parcela referente aos "triênios" para 6%, em função da exclusão de tempo de serviço mencionada a fls. 14-apenso, e de calcular a parcela "Decisão Judicial PCCS-INAMPS" proporcional ao tempo de serviço do servidor (32/35); b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente ao servidor, a título de "triênios" e de "Decisão Judicial PCCS-INAMPS", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); c) retifique o documento de fls. 07-apenso, a fim de adequar os períodos aquisitivos de licença-prêmio à exclusão de tempo de serviço efetivada no demonstrativo de tempo de serviço; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5597/96 (apenso o de nº 061.024.189/95) - Aposentadoria de JOÃO GILBERTO GOMES CRUZ-FHDF. - DECISÃO Nº 8894/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 21-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de calcular o valor da parcela "Decisão Judicial PCCS-INAMPS" proporcional ao tempo de serviço do servidor; b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente ao servidor, a título de "Decisão Judicial PCCS-INAMPS", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 7023/96 (apenso o de nº 061.030.672/96) - Aposentadoria de MARIA HELENA CUSTÓDIO-FHDF. - DECISÃO Nº 8895/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF retifique o ato concessório (fls. 14-apenso), a fim de consignar o padrão da interessada, em conformidade com o exposto a fls. 19-apenso; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 0110/97 (apenso o de nº 061.042.117/96) - Aposentadoria de ANGELINA RODRIGUES DE FREITAS-FHDF. - DECISÃO Nº 8896/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) corrija o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 26-apenso, a fim de excluir o período prestado à SANBRA – Soc. Alg. do Nord. Bras. SA (fls. 08/09-apenso) do tempo de serviço averbado, haja vista a prestação de serviço concomitante; b) retifique o abono provisório de fls. 28-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de reduzir a proporcionalidade dos proventos da inativa para 25/30, em decorrência do contido na alínea anterior; c) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, em decorrência da redução na proporcionalidade dos proventos, na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 1658/97 (apenso o de nº 061.031.141/96) - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8897/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fls. 20-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de calcular o valor da "Parc. Pec. Lei 1062/96" proporcional ao tempo de serviço da servidora; b) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título de "Parc. Pec. Lei 1062/96", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); c) aponha, no demonstrativo de tempo de serviço de fls. 18-apenso, a indicação do período de trabalho prestado à jurisdicionada; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 2010/97 (apenso o de nº 061.008.337/96) - Aposentadoria de MARIA ALICE DA SILVA ROMÃO BATISTA-FHDF. - DECISÃO Nº 8898/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) renumere as peças dos autos a partir da folha 22-apenso, exclusive; b) retifique o abono provisório de fls. 25-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de reduzir o percentual dos anuênios para 20%, conforme apurado no demonstrativo de fls. 05-apenso; c) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título de anuênios, na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 2586/97 (apenso o de nº 061.023.767/96) - Aposentadoria de ANTÔNIA SAMPAIO DA CRUZ-FHDF. - DECISÃO Nº 8899/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF renumere os autos a partir da folha 10-apenso, exclusive; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 0549/98 (apenso o de nº 061.027.353/97) - Aposentadoria de NETÚNIA MARIA DE SÁ LOPES-FHDF. - DECISÃO Nº 8900/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) renumere os autos a partir da folha 18-apenso, exclusive; b) retifique o abono provisório de fls. 24-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim de calcular o valor da parcela "Decisão Judicial PCCS-INAMPS" proporcional ao tempo de serviço da servidora, atentando para os efeitos na base de cálculo da parcela "Decisão Judicial TST 241/87"; c) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título de "Decisão Judicial PCCS-INAMPS" e de "Decisão Judicial TST 241/87", na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 0811/98 (apenso 1 volume) - Contrato SETRA/DIJUR nº 103/97 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 8901/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu, conhecendo do Termo de Recebimento Definitivo da obra atinente ao Contrato nº 504/98, bem assim dos documentos acostados à fls. 145/213, restituir o processo à Inspetoria própria para que se dê continuidade ao acompanhamento dos ajustes aqui tratados.

PROCESSO Nº 2069/98 (apenso o de nº 061.027.961/94) - Aposentadoria de DALIEMAR ANTONIA FIDELIS DOURADO-FHDF. - DECISÃO Nº 8902/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF retifique o abono provisório de fls. 26-apenso, observando o teor da Decisão

Normativa 02/93-TCDF, a fim de alterar os percentuais das parcelas referentes a "triênios" e "anuênios" para 3% e 27%, respectivamente; III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 3539/98 (apenso o de nº 061.000.742/98) - Aposentadoria de MARIA JOANA FERREIRA ALBERNAZ-FHDF. - DECISÃO Nº 8903/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) corrija o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 22-apenso, a fim de consignar os efeitos do artigo 102, inciso VIII, alínea 'b', da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); b) retifique o abono provisório de fls. 27-apenso, observando o teor da Decisão Normativa 02/93-TCDF, a fim reduzir o percentual da parcela referente aos anuênios para 20%, em decorrência do contido na alínea anterior; c) promova o ressarcimento ao erário das quantias pagas indevidamente à servidora, a título de anuênios, na forma prevista no art. 46 da Lei 8.112/90 (Lei 197/91); III) autorizar a inclusão dos autos, pela 4ª ICE, em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4694/98 - Relatório de Auditoria de Regularidade efetuada pela 3ª ICE no Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - FTPC/DF. - DECISÃO Nº 8904/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu fixar novo prazo de 30 (trinta) dias para que o DMTU dê efetivo cumprimento à diligência objeto da Decisão n.º 1885/99, encaminhada mediante Ofício GP n.º 766/99, de 22.04.99, alertando para a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 01/94.

PROCESSO Nº 0396/99 (apenso o de nº 073.002.293/98) - Aposentadoria de FRANCISCO DE ARAUJO TEIXEIRA-FZDF. - DECISÃO Nº 8905/99.- Havendo o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 2419/99 - Auditoria realizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo na Procuradoria-Geral do Distrito Federal, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões, cujos atos foram registrados pelo Tribunal, bem assim a ocorrência de melhorias posteriores, sem alteração do fundamento legal dos atos iniciais e, ainda, o cumprimento de correções a "posteriori". - DECISÃO Nº 8906/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2888/99 - Auditoria levada a efeito pela Secretaria de Fazenda na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília. - DECISÃO Nº 8907/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento dos Ofícios nos 165/99 - GAB-SUAUD, 287/99-GAB-SUAUD, 240/99-PRES/TCB, bem assim do Relatório de Auditoria n.º 005/99-DAIN/SUAUD, para considerar atendidas as disposições do artigo 114 do RI/TCDF; II) recomendar à TCB que, em atenção ao item 3 do supracitado Relatório de Auditoria, passe a observar o disposto no art. 15, §7º, inciso I, c/c art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93; III) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízos de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 2911/99 - Auditoria realizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões originárias do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA, cujos atos foram registrados pelo Tribunal, bem assim a ocorrência de melhorias posteriores, sem alteração do fundamento legal dos atos iniciais, o cumprimento de correções "a posteriori" e, ainda, a adoção de providências determinadas em auditoria anterior. - DECISÃO Nº 8908/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2913/99 - Auditoria realizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões originárias da Polícia Militar do DF, cujos atos foram registrados pelo Tribunal, bem assim a ocorrência de melhorias posteriores, sem alteração do fundamento legal dos atos iniciais, o cumprimento de correções "a posteriori" e, ainda, a adoção de providências em concessões consideradas ilegais pelo TCDF. - DECISÃO Nº 8909/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2914/99 - Auditoria realizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Administração do DF, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos de aposentadorias e pensões originárias do Corpo de Bombeiros Militar do DF, cujos atos foram registrados pelo Tribunal, bem assim a ocorrência de melhorias posteriores, sem alteração do fundamento legal dos atos iniciais e, ainda, o cumprimento de correções "a posteriori". - DECISÃO Nº 8910/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 3276/91 - Aposentadoria de HAYDÊ CONCEIÇÃO RORIZ JABBER-FEDF. - DECISÃO Nº 8911/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 7660/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de HAYDÊ CONCEIÇÃO RORIZ JABBER, visto à fl. 11, retificado pelo de fls. 74/75 e 78.

PROCESSO Nº 6151/91 - Aposentadoria de TERESA MARIA FROTA PETRA DE BARROS-FEDF. - DECISÃO Nº 8912/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 6275/96; II - julgar ilegal, com recusa de registro, o ato de aposentadoria de TERESA MARIA FROTA PETRA DE BARROS, visto à fl. 13, retificado às fls. 44/47 dos autos; III - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote, nos termos do inciso X do artigo 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, o que será objeto de verificação em futura auditoria; IV - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de a servidora utilizar-se do benefício previsto no parágrafo 1º do artigo 103 da Lei nº 8.112/90, a fim de pleitear a concessão de aposentadoria simples, com proventos integrais, observados os termos do Enurciado nº 53 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.

PROCESSO Nº 6247/91 - Resultado da auditoria realizada junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Distrito Federal - EMATER, com o objetivo de verificar a legalidade dos atos de admissão decorrentes do concurso público para os empregos de Extensionista Rural - NM/Desenvolvimento da Agropecuária, Desenvolvimento Social, Digitador, Fotógrafo e Assistente Administrativo da Tabela de Pessoal da jurisdicionada, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, conforme Edital nº 176/91. - DECISÃO Nº 8913/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada; II - considerar legais, para fins de registro, nos termos do art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as seguintes admissões para os empregos indicados, oriundas do certame regulado pelo Edital Normativo nº 176/91-IDR: EXTENSIONISTA RURAL – NM DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA: Gerlan Teixeira Fonseca e Lúcio Flávio da Silva; EXTENSIONISTA RURAL – NM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Alaíde da Silva Vieira Gomes, Andréia Gonçalves Cavalcante, Cátia Regina de Freitas Alves, Cláudia Márcia de Freitas, Eleutéria Guerra Pacheco Mendes, Luciana Xavier Ramos, Maria José Lopes Ferreira Matos, Marilzete Oliveira de Almeida Guimarães, Regina Lúcia da Cunha Lima, Rubstain Ferreira Ramos de Andrade, Sandra Maria de Lima Evangelista, Sedma Firmino de Queiroz Pinto e Sheila Maria Souza Nunes; DIGITADOR: Gervásio Cardoso Vieira; FOTOGRÁFO: Rinaldo Façanha Morelli; ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Ana Lucy Ribeiro Badke e Autaide Azevedo Veras, Francisca Fonseca da Silva, Jordenes Ferreira da Silva, Maria Rita Freire Santos Marques, Meire Maria Pinto; III - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0124/92 - Aposentadoria de MARIA HILDA DE LUCENA CARNEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 8914/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das medidas adotadas pela Fundação Educacional do Distrito Federal, em cumprimento à Decisão nº 8923/96, adotada no Processo nº 4528/95; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos a documentação comprobatória da concessão da vantagem "Quintos", concedida pela Ordem de Serviço de 26/12/94, de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.911/94 e na Portaria 114/94-SEA, bem como proceda à remessa dos autos ao Tribunal para apreciação do ato revisional, observada a Decisão nº 1749/99 exarada no Processo nº 2817/98.

PROCESSO Nº 4048/92 - Contrato nº 518/92 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma DAN-HEBERT S.A. - Construtora e Incorporadora. - DECISÃO Nº 8915/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 269/99-PRESI, de 29/07/99, relevando sua intempestividade; II - considerar parcialmente cumprida a diligência ordenada no item 2 da Decisão nº 8.728/96; III - autorizar à 3ª ICE a efetuar o acompanhamento do processo de regularização das áreas dos CAIC's do Distrito Federal, junto à TERRACAP, mediante a anotação na Pasta Permanente de Auditoria daquela jurisdicionada; IV - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3254/93 (apenso o de nº 030.001.855/92) - Pensão civil concedida a ÁGUIDA MARIA DE AMORIM-SEA. - DECISÃO Nº 8916/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 1276/99; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de concessão da pensão vitalícia a ÁGUIDA MARIA DE AMORIM, visto à fl. 13, retificado pelos de fls. 22/24 e 105/107 dos autos apensos; III - determinar à Secretaria de Administração que, no prazo de 30 (trinta) dias, retifique o Decreto de 06/07/99, fls. 105/107 do mesmo processo, para corrigir o número da matrícula do ex-servidor para 12.798-1, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4373/93 (apenso 1 volume) - Representação nº 001/93, da 2ª e da 3ª Inspetorias de Controle Externo, propondo medidas visando corrigir irregularidades relativas ao pagamento de férias dos servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal, verificadas no decorrer de auditoria naquela Entidade. - DECISÃO Nº 8917/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar à Fundação Educacional do Distrito Federal os termos da Decisão nº 1390/99, fixando-lhe o prazo de (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 6560/93 - Aposentadoria de ENY RAYMUNDA RAMIREZ-FHDF. - DECISÃO Nº 8918/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 13324/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ENY RAYMUNDA RAMIREZ, visto à fl. 08-verso; III - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 35, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" proporcionalmente a 28/30; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4567/94 - Aposentadoria de MIRTIS ALVES DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 8919/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 9313/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MIRTIS ALVES DE SOUZA, visto à fl. 06-verso.

PROCESSO Nº 3334/95 - Aposentadoria de MARIZA DA SILVA SALERNO-FEDF. - DECISÃO Nº 8920/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.352/96; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIZA DA SILVA SALERNO, visto à fl. 14, retificado pelo de fl. 36.

PROCESSO Nº 4339/95 (apenso o de nº 061.042.526/95) - Aposentadoria de DOMICIA MARIA DA ROCHA-FHDF. - DECISÃO Nº 8921/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4903/95 (apenso o de nº 061.010.693/94) - Aposentadoria de ELIANE MARIA DO MONTE-FHDF. - DECISÃO Nº 8922/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4905/95 (apenso o de nº 061.022.553/93) - Aposentadoria de PAULO ANDRADE DE MELLO-FHDF. - DECISÃO Nº 8923/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de PAULO ANDRADE DE MELLO, visto à fl. 18-verso do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) juntar aos autos Certidão de Tempo de Serviço expedida por essa entidade, referente ao período de 24/08/60 a 31/05/63, averbado conforme informação de fl. 30-verso; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 36, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular a vantagem denominada "Triênio" no percentual de 11%, tornando sem efeito o documento substituído; c) apurar o valor pago a mais, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 1383/96 (apenso o de nº 1544/93) - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, em atendimento a determinação da Corte. - DECISÃO Nº 8924/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar à Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude os termos da Decisão nº 10475/98, fixando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2094/96 (apenso o de nº 061.006.933/95) - Aposentadoria de EDNA NAZARÉ SOARES SACRAMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 8925/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de EDNA NAZARÉ SOARES SACRAMENTO, visto às fls. 14/15 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 18, a fim de excluir a parcela "Vantagem Pessoal Triênio", uma vez que a servidora não conta tempo suficiente para beneficiar-se dessa vantagem; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído; III - recomendar à jurisdicionada que numere a folha correspondente ao Abono Provisório como sendo a de número 18.

PROCESSO Nº 2793/96 (apenso o de nº 061.006.302/95) - Aposentadoria de ISABEL FARIAS DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8926/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3628/96 (apenso o de nº 061.030.690/95) - Aposentadoria de BATISTA MANETA FILHO-FHDF. - DECISÃO Nº 8927/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de BATISTA MANETA FILHO, visto à fl. 22 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo

de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 26 do processo apenso, a fim de calcular o valor da parcela "Vantagem Pessoal Triênio" no percentual de 7%, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4159/96 (apenso o de nº 061.031.210/95) - Aposentadoria de MARIA LÚCIA ANDRADE DE SOUSA-FHDF. - DECISÃO Nº 8928/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA LÚCIA ANDRADE DE SOUSA, visto à fl. 17 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, retifique o ato concessório de fl. 17 do processo apenso, a fim de corrigir o número de matrícula da interessada, o que será objeto de verificação desta Corte pela publicação do ato retificador no DODF.

PROCESSO Nº 4205/96 (apenso o de nº 061.023.620/95) - Aposentadoria de ORLANDO REGIS MONTENEGRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8929/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ORLANDO REGIS MONTENEGRO, visto à fl. 51 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 55, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de corrigir o valor da parcela referente à vantagem do artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4213/96 (apenso o de nº 061.022.472/95) - Aposentadoria de VERA PEREIRA COUTO-FHDF. - DECISÃO Nº 8930/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de VERA PEREIRA COUTO, visto à fl. 22 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, aponha, no campo próprio, data e assinatura do servidor responsável pela elaboração do Abono Provisório, acostado à fl. 25, o que será objeto de verificação em futura auditoria; III - alertar a jurisdicionada de que o tempo de serviço prestado pela servidora à Secretaria de Educação do Estado de Goiás, comprovado pela certidão de fl. 13, pode ser computado para fins de Adicional por Tempo de Serviço, observando-se seus reflexos no Abono Provisório.

PROCESSO Nº 4532/96 (apenso o de nº 061.039.032/96) - Aposentadoria de CARLOS SARAIVA E SARAIVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8931/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de CARLOS SARAIVA E SARAIVA, visto à fl. 17 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 20, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a.1) excluir uma das parcelas referentes à Integração de Plantão; a.2) calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" proporcionalmente a 34/35, observando os reflexos nas demais parcelas; b) apurar as quantias pagas indevidamente para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído; III - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de o interessado pleitear o cômputo do tempo de serviço prestado ao Ministério do Exército e ao Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 3.410 dias, para fins de anuênios, atentando para os reflexos no Abono Provisório.

PROCESSO Nº 4993/96 (apenso o de nº 061.007.722/95) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES DE ASSIS COSTA PINHEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8932/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA DE LOURDES DE ASSIS COSTA PINHEIRO, visto à fl. 18, retificado à fl. 35 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 36, a fim de excluir a "Parcela Pec. Lei nº 1062/96", uma vez que esta vantagem vigorou a partir de 03/05/96 e a aposentadoria foi concedida em 20/09/95; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5362/96 (apenso o de nº 061.023.438/95) - Aposentadoria de PETER CHRISTIAAN KUPPENS-FHDF. - DECISÃO Nº 8933/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de PETER CHRISTIAAN KUPPENS, visto às fls. 18/19 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte aos autos certidão específica, emitida pelo setor competente da Universidade Federal de Minas Gerais, comprovando o serviço prestado pelo servidor no período de 01/03/76 a 15/04/77, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6114/96 (apenso o de nº 061.001.874/95) - Aposentadoria de LEIDA DELGADO DE AVILA VIEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8934/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6122/96 (apenso o de nº 061.030.055/96) - Aposentadoria de JAILTON FERNANDES DE MEDEIROS-FHDF. - DECISÃO Nº 8935/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JAILTON FERNANDES DE MEDEIROS, visto à fl. 23, retificado à fl. 24 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 28, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 30/35, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído; III - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a incorporação de "Décimos", nos termos da Lei nº 1004/96.

PROCESSO Nº 6147/96 (apenso o de nº 061.002.674/96) - Aposentadoria de JOSÉ ROBERTO SEUFITEL DUTRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8936/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6156/96 (apenso o de nº 061.047.054/96) - Aposentadoria de EMANUEL CARVALHO MARTINS-FHDF. - DECISÃO Nº 8937/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de EMANUEL CARVALHO MARTINS , visto à fl. 22 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 27, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" proporcionalmente a 33/35, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) alterar a data da concessão do Abono Provisório para 25 de junho de 1996; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6166/96 (apenso o de nº 061.022.258/95) - Aposentadoria de DIRCEU SOARES VIEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8938/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6184/96 (apenso o de nº 061.030.198/96) - Aposentadoria de IZABEL RODRIGUES MARCOS DANTAS-FHDF. - DECISÃO Nº 8939/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6185/96 (apenso o de nº 061.043.164/95) - Aposentadoria de LAURA ROSA AIRES DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8940/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6281/96 (apenso o de nº 061.027.057/96) - Aposentadoria de MARLENE CÂNDIDO DE MOURA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8941/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6608/96 (apenso o de nº 061.001.944/96) - Aposentadoria de MARIA DE PAULA BARTHOLO E OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8942/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA DE PAULA BARTHOLO E OLIVEIRA, visto à fl. 16 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 20, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 13/30, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6613/96 (apenso o de nº 061.023.736/95) - Aposentadoria de ANTONIO DE DEUS DE OLIVEIRA MELLO-FHDF. - DECISÃO Nº 8943/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANTONIO DE DEUS DE OLIVEIRA MELLO, visto à fl. 26, retificado à fl. 28 dos autos apensos; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato de fl. 26, para corrigir a data da concessão da aposentadoria para 19/09/95, dia imediato ao que o interessado completou a idade-limite para a aposentadoria compulsória; b) tornar sem efeito o ato de retificação de fl. 28, por apresentar impropriedades; c) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 31, observando a Decisão Normativa (TCDF) nº 02/93, a fim de: c.1) calcular todas as parcelas, ressalvado o Adicional por Tempo de Serviço, proporcionais a 7/35; c.2) complementar o provento do inativo para que corresponda à terça parte da remuneração percebida na atividade, de acordo com o que dispõe o art. 191 da Lei nº 8.112/90; c.3) corrigir a data da concessão do Abono Provisório para 19/09/95; d) apurar as quantias pagas indevidamente, referentes aos itens acima, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 6618/96 (apenso o de nº 061.023.934/95) - Aposentadoria de MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 8944/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7014/96 (apenso o de nº 061.044.168/96) - Aposentadoria de MARLINDA JOANA RODRIGUES CUNHA-FHDF. - DECISÃO Nº 8945/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARLINDA JOANA RODRIGUES CUNHA, visto à fl. 14 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 16, a fim de calcular o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 19%; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 19, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, ajustando-o de acordo com a correção determinada no item precedente; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7016/96 (apenso o de nº 061.022.936/96) - Aposentadoria de NEUSA DE ARAÚJO ARAGÃO-FHDF. - DECISÃO Nº 8946/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de NEUSA DE ARAÚJO ARAGÃO, visto à fl. 29 do processo apenso; II - recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que desentranhe dos autos apensos as fls. 11/12, por não se referirem à interessada.

PROCESSO Nº 7022/96 (apenso o de nº 061.006.205/96) - Aposentadoria de EDINA SOARES DA SILVA SALES-FHDF. - DECISÃO Nº 8947/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0187/97 - Concurso público para o cargo de Analista de Administração Pública, da Carreira Administração Pública do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 02/97-IDR. - DECISÃO Nº 8948/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 749/99GAB/SEA e anexo, da Secretaria de Administração; b) do Edital nº 24, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos – IDR; II - considerar cumprida a determinação constante do item III da Decisão nº 5590/99; III - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para oportuno exame da legalidade de futuras admissões decorrentes do citado certame.

PROCESSO Nº 0511/97 (apenso o de nº 097.000.023/95) - Prestação de contas anual da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF, relativa ao exercício de 1994 - DECISÃO Nº 8949/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação nº 063/99; II - aprovar, expedir e mandar publicar o Acórdão apresentado pelo Relator; III - autorizar a devolução do processo apenso à origem e o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0860/97 (apenso o de nº 061.030.921/96) - Aposentadoria de JOSÉ MIGUEL DA SILVA TELES-FHDF. - DECISÃO Nº 8950/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOSÉ MIGUEL DA SILVA TELES, visto à fl. 17 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 21 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir uma das parcelas denominadas "Integração de Plantão", tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2166/97 (apenso o de nº 061.027.768/96) - Aposentadoria de MANUEL ALVES DE SOUSA-FHDF. - DECISÃO Nº 8951/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2274/97 (apenso o de nº 061.027.722/96) - Aposentadoria de ELZA RIBEIRO MAROCLO-FHDF. - DECISÃO Nº 8952/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ELZA RIBEIRO MAROCLO, visto à fl. 14 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 17 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de complementar os proventos da inativa, para que correspondam à terça parte da remuneração percebida em atividade, conforme determina o art. 191 da Lei nº 8.112/90, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2539/97 (apenso o de nº 061.033.054/97) - Aposentadoria de EVANGELISTA DE SOUSA LIÃO-FHDF. - DECISÃO Nº 8953/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de EVANGELISTA DE SOUSA LIÃO, visto à fl. 1 dos autos apensos; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 21 do mesmo feito, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular a vantagem pessoal denominada "Triênio" no percentual de 6%, em vez de 8%, tornando sem efeito o documento substituído, e providencie a correção do nome do servidor no ato concessivo, o que será objeto de verificação em futura auditoria; III - dispensar o ressarcimento, por economia processual, do valor percebido a mais pelo servidor.

PROCESSO Nº 3383/97 (apenso o de nº 061.008.150/96) - Aposentadoria de IRACEMA DE CARVALHO BASTO OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8954/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de IRACEMA DE CARVALHO BASTO OLIVEIRA, visto à fl. 22, retificado à fl. 23 dos autos apensos; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 13, encerrando a apuração do tempo de serviço na data anterior à publicação do ato concessório, devendo ser observados os reflexos nos percentuais de Adicional por Tempo de Serviço e Triênio; b) confeccionar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 32, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de: b.1) calcular o valor da "Parcela Pec. Lei 1062/96" proporcionalmente a 24/30; b.2) calcular o valor de Adicional por Tempo de Serviço e Triênio, em conformidade com o item 'a' supra; c) tornar sem efeito os documentos substituídos; d) corrigir nos atos de concessão e de retificação o nome da servidora; III - dispensar, por economia processual, o ressarcimento do valor percebido a mais pela servidora.

PROCESSO Nº 3732/97 (apenso o de nº 061.027.115/94) - Aposentadoria de LUIZ TORQUATO DE FIGUEIREDO-FHDF. - DECISÃO Nº 8955/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de LUIZ TORQUATO DE FIGUEIREDO, visto às fls. 19/20 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 27, atendendo às orientações abaixo discriminadas, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar a denominação da parcela referente aos quintos incorporados, passando a denominá-la "Quintos Lei nº 6732/79" em vez de "Décimos Lei 1.004/96"; b) calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 32/35; c) tornar sem efeito o documento substituído; III - alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a contagem, para fins de adicionais, do tempo de serviço prestado como médico-residente no período de 07/01/63 a 31/12/65, conforme visto às fls. 10/11 do processo apenso, nos termos da Decisão nº 10.663/98.

PROCESSO Nº 4346/97 (apenso o de nº 082.013.427/96) - Aposentadoria de MARIA LÚCIA OLIVEIRA MAGNO-FEDF. - DECISÃO Nº 8956/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA LÚCIA OLIVEIRA MAGNO, visto às fls. 42/44 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 56 dos autos apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de retificar o valor da "Gratificação de Regência de Classe", que deverá ser calculada sobre o vencimento integral da servidora, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria

PROCESSO Nº 4452/97 (apenso o de nº 082.000.263/97) - Aposentadoria de MARINETE AZEVEDO BRAZIELLAS-FEDF. - DECISÃO Nº 8957/99.-O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0437/98 (apenso o de nº 061.046.091/97) - Aposentadoria de ELISABETE RODRIGUES DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 8958/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0458/98 (apenso o de nº 061.036.288/97) - Aposentadoria de MARIA ALVES MARTINS-FHDF. - DECISÃO Nº 8959/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0469/98 (apenso o de nº 061.022.349/97) - Aposentadoria de BERNARDO DE LIMA FERREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8960/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0925/98 (apenso o de nº 061.047.129/97) - Aposentadoria de SUELY CAIXETA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 8961/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de SUELY CAIXETA DOS SANTOS, visto às fls. 34/35 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 37, para corrigir o número total de dias, inclusive no resumo do tempo de serviço, para efeito de aposentadoria e adicionais; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 44, a fim de corrigir os percentuais de Triênio e Adicional por Tempo de Serviço; c) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; d) tornar sem efeito o documento substituído; III - recomendar a jurisdicionada que renumere os documentos acostados aos autos apensos a partir da fl. 27.

PROCESSO Nº 0929/98 (apenso o de nº 061.001.903/97) - Aposentadoria de HENRIQUE FARIAS DE MEDEIROS-FHDF. - DECISÃO Nº 8962/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0933/98 (apenso o de nº 061.003.176/97) - Aposentadoria de SELMA PIRES NUNES DO COUTO-FHDF. - DECISÃO Nº 8963/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de SELMA PIRES NUNES DO COUTO, visto às fls. 16/17 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 24, a fim de excluir a parcela denominada "Vantagem Pessoal - Triênio", uma vez que, a teor do art. 10 da Resolução nº 11/72 e da Lei nº 119/90, o percentual apurado a esse título foi integralmente absorvido pelos anuênios da Lei nº 8.112/90; b) tornar sem efeito o documento substituído; III - dispensar, por economia processual, o ressarcimento do valor percebido a mais pela servidora.

PROCESSO Nº 0944/98 (apenso o de nº 061.022.700/97) - Aposentadoria de MIRTZI HORTENCI CHIANCA FRANCA-FHDF. - DECISÃO Nº 8964/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MIRTZI HORTENCI CHIANCA FRANCA, visto à fl. 33 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 40, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 26/30, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1135/98 (apenso o de nº 061.045.251/97) - Aposentadoria de LÁZARO ELEUTÉRIO NETO-FHDF. - DECISÃO Nº 8965/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de LÁZARO ELEUTÉRIO NETO, visto às fls. 19/20 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 27, a fim de excluir a parcela denominada "Vantagem Pessoal Triênio", uma vez que, a teor do art. 10 da Resolução nº 11/72 e da Lei nº 119/90, o percentual apurado a esse título foi integralmente absorvido pelos anuênios da Lei nº 8.112/90; b) tornar sem efeito o documento substituído; III - dispensar, por economia processual, o ressarcimento do valor percebido a mais pelo servidor.

PROCESSO Nº 1474/98 (apenso o de nº 061.023.341/97) - Aposentadoria de PLINIO GROSSI-FHDF. - DECISÃO Nº 8966/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de PLINIO GROSSI, visto às fls. 22/23 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 30, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 31/35, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1483/98 (apenso o de nº 061.036.407/97) - Aposentadoria de PAULINA MEDEIROS RODRIGUES-FHDF. - DECISÃO Nº 8967/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de PAULINA MEDEIROS RODRIGUES, visto à fl. 19 dos autos apensos; II - recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que numere a folha do Abono Provisório.

PROCESSO Nº 2073/98 (apenso o de nº 061.023.223/94) - Aposentadoria de MARIA ALVES DE ARAÚJO-FHDF. - DECISÃO Nº 8968/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2231/98 (apenso o de nº 061.000.864/98) - Aposentadoria de MARCELINA DOS SANTOS CARVALHO-FHDF. - DECISÃO Nº 8969/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2312/98 (apenso o de nº 061.044.026/98) - Aposentadoria de MARIA NERY MELO-FHDF. - DECISÃO Nº 8970/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2359/98 (apenso o de nº 061.022.061/98) - Aposentadoria de IOLANDA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 8971/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2553/98 (apensos os de nºs 5782/96 e 061.002.964/97) - Aposentadoria de PAULA MENEZES e pensão civil concedida a WALDEVINO PAULO MENEZES e outra-FHDF. - DECISÃO Nº 8972/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legais, para fins de registro, os atos de concessão da pensão civil temporária concedida a WALDEVINO PAULO MENEZES FRAGA e a PAULA CRISTIANE MENEZES FRAGA, filhos da ex-servidora, e de aposentadoria de PAULA MENEZES, vistos, respectivamente, às fls. 21 e 17 dos Processos nºs 061.002.964/97 e 061.001.254/96, apensos; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização do Processo nº 061.002.964/97, apenso, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 22, a fim de incluir a parcela Gratificação de Desempenho (55% - Lei nº 941/95), atentando para os reflexos no total do benefício e nas quotas-parte de cada beneficiário, tornando sem efeito o documento substituído; b) efetuar a exclusão, por apostilamento, do rol de beneficiários da pensão, caso ainda não tenha sido feito, de WALDEVINO PAULO MENEZES FRAGA, em face de haver atingido a maioridade em 19/07/99.

PROCESSO Nº 3169/98 (apenso o de nº 061.036.364/97) - Aposentadoria de ALDA ATAÍDE-FHDF. - DECISÃO Nº 8973/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3489/98 (apenso o de nº 061.033.323/98) - Aposentadoria de JAEL ROCHA-FHDF. - DECISÃO Nº 8974/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JAEL ROCHA, visto à fl. 19 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a retificação do ato concessório de fl. 19 do processo apenso, para considerar a interessada posicionada na Classe Especial, Padrão III, o que será objeto de verificação desta Corte pela publicação do ato retificador no DODF.

PROCESSO Nº 3809/98 (apenso o de nº 061.031.076/97) - Aposentadoria de BERENICE PEREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 8975/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de BERENICE PEREIRA, visto às fls. 36/37 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato concessório de fls. 36/37, para incluir as vantagens do art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 44, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de incluir a parcela referida na alínea precedente, tornando sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4076/98 (apenso o de nº 061.003.352/98) - Aposentadoria de MARIA GERCINA DE FATIMA SILVA MARACAIPE-FHDF. - DECISÃO Nº 8976/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4079/98 (apenso o de nº 061.027.156/98) - Aposentadoria de VAINER MENEGHETTI-FHDF. - DECISÃO Nº 8977/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de VAINER MENEGHETTI, visto às fls. 19/20 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 26, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 30/35, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância percebida indevidamente pelo servidor, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4084/98 (apenso o de nº 061.005.024/98) - Aposentadoria de HILDA ARAÚJO PINHEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 8978/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4088/98 (apenso o de nº 061.033.372/98) - Aposentadoria de WANDERLEY DE OLIVEIRA SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 8979/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de WANDERLEY DE OLIVEIRA SANTOS, visto à fl. 31 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 37, a fim de calcular a parcela "Dec. Jud. PCCS-INAMPS" na proporcionalidade de 31/35, observando os reflexos dessa retificação no cálculo das demais parcelas; b) apurar a importância paga indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4296/98 (apenso o de nº 061.010.177/97) - Aposentadoria de EUGENIA GEORGENILDA SERAFIM-FHDF. - DECISÃO Nº 8980/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de EUGENIA GEORGENILDA SERAFIM, visto à fl. 22, retificado às fls. 29 e 33 do processo apenso; II - recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que retifique a Instrução de fl. 33 do processo apenso, a fim de referir-se ao ato concessório original, tendo em vista que a referida Instrução operou efeitos sobre o primeiro ato retificador.

PROCESSO Nº 4297/98 (apenso o de nº 061.023.092/97) - Aposentadoria de MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 8981/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA, visto à fl. 20, retificado à fl. 32 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 22, para corrigir o número total de dias, inclusive no resumo do tempo de serviço, para efeito de aposentadoria e adicionais; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 33, a fim de corrigir o percentual de Adicional por Tempo de Serviço; c) tornar sem efeito os documentos substituídos; III - dispensar, por economia processual, o ressarcimento do valor percebido a mais pela servidora.

PROCESSO Nº 0152/99 - Ofício nº 878/99-GAB/SEA, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 8982/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 878/99-GAB/SEA; II - conceder à Secretaria de Administração prorrogação do prazo, por 30 (trinta) dias, até 03/01/2000, para conclusão da Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 030.005.143/98.

PROCESSO Nº 1592/99 (apenso o de nº 111.006.788/85) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Obras do Distrito Federal para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos com a venda direta dos lotes 2, 4 e 6 da QNL 30, na Região Administrativa III - Taguatinga, pela Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP à TELEBRASÍLIA. - DECISÃO Nº 8983/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial constante do processo apenso; II - relevar, em caráter excepcional, a falha apontada pela instrução, com relação ao artigo 158 do Regimento Interno deste Tribunal, em razão da demora na instalação da Comissão de Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria-SO nº 84/97; III - nos termos do artigo 13, inciso III, da Resolução nº 102/98-TCDF, considerar encerrada a Tomada de Contas Especial objeto dos autos, na forma do Relatório da Comissão, consignado às fls. 194/195 do processo apenso; IV - autorizar o arquivamento dos autos, com devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 2069/99 (apenso o de nº 061.044.247/98) - Aposentadoria de FRANCISCO DE ARIMATÉA BATISTA LEMOS-FHDF. - DECISÃO Nº 8984/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2115/99 (apenso o de nº 061.027.747/98) - Aposentadoria de LUIZA MARIA DA CRUZ-FHDF. - DECISÃO Nº 8985/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de LUIZA MARIA DA CRUZ, visto às fls. 24/25 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada: a) retificar o ato de fls. 24/25, a fim de incluir na fundamentação legal o art. 3º da Emenda Constitucional nº 20/98 e excluir o art. 1º da Lei nº 1.004/96, tendo em vista a inexistência de parcelas de décimos incorporadas com base nesse dispositivo legal, e para combinar o artigo 7º da Lei nº 1.004/96 com o art. 4º da Lei nº 1.141/96, o que será objeto de verificação desta Corte pela publicação do ato retificador no DODF; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 30, para calcular as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1004/96 (Décimos) pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2120/99 (apenso o de nº 061.010.879/98) - Aposentadoria de IRACI FERREIRA BRANDÃO SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 8986/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2215/99 (apenso o de nº 061.008.070/98) - Aposentadoria de ANA MARIA FERREIRA DE FARIA-FHDF. - DECISÃO Nº 8987/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANA MARIA FERREIRA DE FARIA, visto à fl. 61 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada: a) retificar o ato de fl. 61, a fim de excluir da fundamentação legal o art. 1º da Lei nº 1004/96, tendo em vista a inexistência de parcelas de décimos incorporadas com base nesse dispositivo legal, e para combinar o artigo 7º da Lei nº 1.004/96 com o art. 4º da Lei nº 1.141/96, o que será objeto de verificação desta Corte pela publicação do ato retificador no DODF; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 67, para calcular as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1004/96 (Décimos) pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, tornando sem efeito o documento substituído, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 2621/99 (apensos os de nºs 3255/98, 5353/98 e 381/99) - Ofício nº 1076/99-GAB/IEMA, mediante o qual o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, para remessa da prestação de contas anual, relativa ao exercício de 1998. - DECISÃO Nº 8988/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1076/99-GAB/IEMA, fls. 16/17; II - conceder ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal – IEMA, prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, contados a partir de 30/10/99, para remessa ao Tribunal da Prestação de Contas Anual da entidade, relativa ao exercício de 1998, e do respectivo balancete do 3º trimestre.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO Nº 2283/91 - Aposentadoria de MARIA LÚCIA PRATES LAFETÁ BORGES-SEA. - DECISÃO Nº 8989/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração do Distrito Federal, para, no prazo de 60 dias, adotar as seguintes providências: a) anexar o ato de dispensa do Emprego em Comissão de Chefe de Material do Departamento de Turismo, símbolo EC-6, cuja designação se deu em 1º/2/77 (fl. 79); b) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 114, corrigindo o percentual do ATS; c) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 35, corrigindo o valor da vantagem prevista no art. 2º, § 1º, da Lei n.º 6.732/79, considerando 2/5 da GRG de Assistente/SEPLAN/PR e 2/5 da RM do DAS-2, à vista do demonstrado no mapa de fls. 109/110, desde que comprovada a dispensa citada na letra "a"; d) apurar as diferenças pagas a mais, com vista ao respectivo ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2967/92 - Aposentadoria de MARIA CLELIA TEIXEIRA SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 8990/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3494/92 - Aposentadoria de VALERIANO VIEIRA DIAS-FEDF. - DECISÃO Nº 8991/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4085/92 - Aposentadoria de MARIA DA PAZ FARRIPAS DE MORAES DA ROCHA-FEDF. - DECISÃO Nº 8992/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4170/92 - Aposentadoria de VANDA LUIZA VIEIRA TELES-FEDF. - DECISÃO Nº 8993/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3149/93 (apenso o de nº 030.003.230/92) - Pensão civil concedida a TEREZINHA CORTES DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 8994/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a SEA/DF, posteriormente, providenciar a substituição do título de pensão de fl. 118-apenso n.º 030.003.230/92 para excluir Terezinha Cortes dos Santos, conforme ato publicado no DODF de 05.03.98.

PROCESSO Nº 4030/93 (apenso o de nº 030.009.441/92) - Revisão da pensão civil concedida a WALDIMIRA GONÇALVES RAMALHO-SEA. - DECISÃO Nº 8995/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Secretaria de Administração para que, em sessenta dias, sejam adotadas as seguintes providências: 1) apensar o processo referente à pensão concedida a Waldimira Gonçalves Ramalho; 2) retirar dos autos o documento de fl. 16-apenso, por não fazer parte do processo; 3) elaborar título de pensão relativo à concessão em apreço.

PROCESSO Nº 5078/93 - Pensão civil concedida a FRANCISCA ASSIS DE ALMEIDA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 8996/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à SEA, em nova diligência, para que, em 180 dias, adote as seguintes providências: 1 - quanto à concessão com base na Lei n.º 6.782/80: a) refazer o título de pensão de fl. 55 para incluir a parcela Complemento de Salário Mínimo, calcular o percentual do ATS com base no salário mínimo, devendo corresponder a Cr$ 78,00 o Abono Mensal, bem como efetuar o rateio de 50% dos proventos entre as beneficiárias; b) tornar sem efeito o documento substituído; 2 - quanto à integralização da pensão: a) formalizar a revisão da pensão, com efeito a partir de 01/01/92, fundamentando-a no § 5º do artigo 40 da CRFB e nos arts. 215 e 248 da Lei n.º 8.112/90; b) anexar comprovante da comunicação da concessão da pensão ao INSS, com indicação da data de vigência; c) juntar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do art. 225 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 5241/93 (apenso o de nº 030.008.911/91) - Pensão civil concedida a LUANA CORIOLANO PEREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 8997/99.- Havendo o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 2210/94 (apenso o de nº 030.000.268/94) - Pensão civil concedida a IOLANDA GIANI LOPES-SEA. - DECISÃO Nº 8998/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5586/94 - Aposentadoria de MARIA LUCIA DE CARVALHO NEIVA-FEDF. - DECISÃO Nº 8999/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0260/95 - Aposentadoria de LUZIA ELENA DUTRA DE ARAÚJO-FEDF. - DECISÃO Nº 9000/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3587/96 (apenso o de nº 030.008.359/95) - Pensão civil concedida a ANTÔNIA MARIA FLORÊNCIA DE MEDEIROS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 9001/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, determinando à Secretaria de Administração que, posteriormente, adote as providências a seguir indicadas, o que será verificado em auditoria:1) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 12-ap., adequando-o ao documento de fls. 52/55-apenso, concernente ao total de licenças do ex-servidor; 2) substituir o título de pensão de fl. 70-ap. para alterar o percentual do ATS de 9% para 8% e providenciar o ressarcimento das quantias pagas indevidamente; 3) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do art. 225 da Lei n.º 8.112/90; 4) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7218/96 (apenso o de nº 030.002.417/96) - Pensão civil concedida a JÚLIO CÉSAR MASCIMIRO-SEA. - DECISÃO Nº 9002/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: 1. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2. determinar à Secretaria de Administração que, em seguida, faça anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, na forma exigida pelo art. 225 da lei n.º 8.112/90; 3. informar àquela Pasta que o pensionista faz jus à parcela "complementação do salário mínimo", apurando-se as demais na mesma proporção, uma vez que o instituidor foi inativado na vigência da Lei n.º 1.711/52.

PROCESSO Nº 0135/97 (apenso o de nº 061.023.055/96) - Aposentadoria de IDÁLIA DÓRIA ANDRADE-FHDF. - DECISÃO Nº 9003/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar ilegal, com recusa de registro, a aposentadoria de Idália Dória Andrade, matrícula n.º 114.435-9/FHDF, por falta de requisito temporal; II) determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme art. 78, inciso X, da LODF, o que será objeto de verificação em auditoria.

PROCESSO Nº 1979/97 (apenso o de nº 030.009.455/96) - Pensão civil concedida a ELZA MEDEIROS DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 9004/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à Secretaria de Administração que adote as seguintes providências, a serem verificadas por esta Corte em auditoria: a) apurar as quantias pagas indevidamente ao servidor, à vista da percepção do ATS em percentual superior a 5% ao devido; b) depois de avaliar a economicidade das providências a serem implementadas para o ressarcimento, se for o caso, verificar a possibilidade de reaver dos herdeiros a importância paga a mais ao instituidor da pensão; c) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14-ap., referente à aposentadoria, para adequá-lo ao de fl. 42-ap; d) alterar, no título de pensão de fl. 21-ap., a proporcionalidade dos proventos e o percentual do ATS, em decorrência da correção do tempo de serviço; 3) informar àquela Pasta que o instituidor, na época da inativação, fazia jus à parcela "complementação do salário-mínimo", com o conseqüente reflexo nas demais parcelas.

PROCESSO Nº 5083/97 (apenso o de nº 030.005.620/97) - Pensão civil concedida a MARIA ALAÍDE GONÇALVES MIRANDA-SEA. - DECISÃO Nº 9005/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: 1. considerar legal, para fins de registro,

a concessão em exame; 2. determinar à Secretaria de Administração que, posteriormente, adote as seguintes providências, a serem verificadas por esta Corte em auditoria: a) incluir no demonstrativo de tempo de serviço 312 dias de disponibilidade remunerada, referentes ao período de 7/7/69 a 14/5/70, conforme registro de fls. 65/68-ap; b) elaborar novo título de pensão, corrigindo para 9% o percentual de ATS; c) apurar as quantias pagas indevidamente para o ressarcimento, à vista do registro incorreto do percentual do ATS no título de pensão; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; 3. informar àquela Pasta que à concessão em apreço poderá ser aplicado o disposto no art. 78, §2º, da Lei n.º 1.711/52.

PROCESSO Nº 1489/98 (apenso o de nº 061.023.048/97) - Aposentadoria de GETÚLIO BRAZ TINÔCO-FHDF. - DECISÃO Nº 9006/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2) determinar à FHDF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, o que será verificado em auditoria, da seguinte forma: a) refazer o abono provisório de fl. 26, observando a Decisão Normativa n.º 02/93, para consignar, também proporcionalmente, a parcela "Dec. Jud.-PCCS/INAMPS", observando os reflexos no cálculo da "Dec. Jud. TST-241/87"; b) tornar sem efeito o documento substituído; 3) informar à FHDF que o interessado poderá exercitar o direito de pleitear a incorporação de 730 dias de Residência Médica (fl. 5-ap.) prestados ao Hospital Pedro Ernesto/RJ, para fins de anuênios.

PROCESSO Nº 2122/98 (apenso o de nº 030.008.262/97) - Pensão civil concedida a UMBELINA GONÇALVES DE MELLO-SEA. - DECISÃO Nº 9007/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2. determinar à Secretaria de Administração que adote as seguintes providências, a serem verificadas por esta Corte em auditoria: a) retificar o ato concessório de fls. 23/25-ap., a fim de considerar o servidor posicionado no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I; b) elaborar novo título de pensão para anotar o correto posicionamento do servidor; c) corrigir, no demonstrativo de tempo de serviço de fl. 19 -ap., o encerramento da contagem do período, anotando a data de 20/7/80, dia em que o servidor completou 70 anos de idade, de acordo com os dados constantes da certidão de óbito de fl. 3-ap.; d) apurar as quantias pagas indevidamente para ressarcimento, à vista do registro no título de pensão do posicionamento no Padrão II, quando o correto seria Padrão I; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2485/98 (apenso o de nº 030.001.988/98) - Pensão civil concedida a SINÉSIA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 9008/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: 1. considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; 2. determinar à Secretaria de Administração que adote as seguintes providências, a serem verificadas por esta Corte em auditoria: a) retificar o ato concessório de fls. 27/29-ap., a fim de considerar o servidor posicionado no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I; b) elaborar novo título de pensão para anotar o correto posicionamento do servidor; c) apurar as quantias pagas indevidamente, para o ressarcimento, à vista do registro no título de pensão do posicionamento no Padrão II, quando o correto seria Padrão I; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2488/98 (apenso o de nº 030.002.919/97) - Pensão civil concedida a MARIA TEREZA ANTUNES VIEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 9009/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II) determinar à Secretaria de Administração que, posteriormente, promova a regularização dos autos, o que será objeto de averiguação em auditoria, adotando as seguintes providências: a) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 22 do apenso, calculando o adicional por tempo de serviço em 16%; b) providenciar o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente (fl. 22-ap.); c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2879/98 (apenso o de nº 082.009.238/97) - Aposentadoria de DELSAIR MARIA DOS SANTOS RAMBO-FEDF. - DECISÃO Nº 9010/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2284/99 (apenso o de nº 030.007.008/98) - Pensão civil concedida a LUZIA ALVES DA SILVA MOREIRA-SEA. - DECISÃO Nº 9011/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2520/99 - Representação Conjunta n.º 20/99 - MP, do Ministério Público junto a esta Corte, versando sobre a constitucionalidade do Decreto n.º 20.027/99. - DECISÃO Nº 9012/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu dar ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Secretário de Governo, do teor da Representação Conjunta n.º 020/99-MP, bem como da manifestação da 3ª Inspetoria de Controle Externo, questionando a constitucionalidade do Decreto n.º 20.027/99, mediante a remessa das respectivas cópias, a fim de que, no prazo de 30 dias, possa oferecer informações a respeito da edição do ato e de sua sustentação legal ou, se preferir, providenciar a sua invalidação.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 4686/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ ROBERTO DE ALVARENGA VIEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 9013/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 12.645/95 e, relevando as falhas apontadas pela instrução, considerar legal a revisão em exame, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1492/89 - Aposentadoria de MARIA HELENA DE MELO GOUVÊIA-SEA. - DECISÃO Nº 9014/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3770/98; b) considerar legal, para fins de registro, o ato de fl. 53-verso; c) determinar à SEA/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98: c.1) elabore novo demonstrativo, em substituição ao de fl.127, tomando como referência para o mês de dez/86 a diferença entre 3/5 do valor da Função de Assessoramento Superior-FAS e o vencimento do cargo efetivo da servidora no referido mês; c.2) confeccione novo abono provisório, em substituição ao de fl. 128, com a finalidade de fazer constar o valor correto dos 3/5 da função de Assessoramento Superior-FAS; c.3) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4679/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de DINOR TEIXEIRA NETTO-SEA. - DECISÃO Nº 9015/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal o ato revisional de fls. 38/40, para fins de registro, e determinou a Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101, de 15.07.98, apure o montante pago a mais, a título de Adicional por Tempo de Serviço, conforme documentos de fls. 42 e 58, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 0856/91 - Aposentadoria de MARIA MILKSA ARAUJO DE REZENDE-SEF. - DECISÃO Nº 9016/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 12.408/95; b) considerar legal, para fins de registro, o ato de fl. 03-verso; c) determinar, ao depois, à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, do art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl.67, para considerar no cálculo dos quintos o valor de 5/5 de DAS-3 e observar o critério do benefício mais vantajoso, nos termos da decisão proferida no Processo nº 1609/90.

PROCESSO Nº 2438/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos de DINÍSIO ANTÔNIO DA CRUZ-SEA. - DECISÃO Nº 9017/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em nova diligência junto à SEA/DF a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) torne sem efeito o ato revisório de fls. 74/76; b) retifique o ato de concessão de fl. 4-V, com fundamento no art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o entendimento adotado por esta Corte no Processo n.º 3589/91; c) elabore novo abono provisório, em substituição aos de fls. 59 e 78, de acordo com a alínea anterior; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5883/91 - Aposentadoria de DIVINA RODRIGUES BORGES-FHDF. - DECISÃO Nº 9018/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter como parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 7861/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) determinar, ao depois, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução /TCDF n º 101/98: c.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 87, atentando para a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF e para o estabelecido na Lei nº 159/91, a fim de: c.1.1) retirar desse demonstrativo a parcela "Salário Família"; c.1.2) fixar as parcelas Vencimento "Vant. Pessoal Triênio (15%)" e "Quinquênio (20%)", com base no cargo de Assistente Intermediário de Saúde, Classe Especial, Padrão V, segundo constatado às fls. 78-verso/80; c.1.3) estabelecer a parcela de "quintos" com base no valor fixado para o DF-05 e, em relação às parcelas "opção" e "representação mensal", com base no DF-11; c.2) torne sem efeito o documento de fl.87.

PROCESSO Nº 5973/91 - Aposentadoria de VALMIR DE ASSIS ARRUDA-FHDF. - DECISÃO Nº 9019/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 9938/95; b) considerar legal a concessão em exame, para fins de registro; c) determinar, ao depois, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução /TCDF nº 101, de 15.07.98: c.1) confeccione novo abono provisório, em substituição ao de fl. 48, atentando para a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, para considerar a parcela "Qüinqüênio" no valor de Cr$ 105.971,20 e calcular sob a proporcionalidade de 30/35 avos as parcelas "Dec. Jud. TST 241/87" e "Dec. Jud. PCCS-INAMPS Proc. 1557/88"; c.2) providencie o ressarcimento ao erário das quantias porventura recebidas a mais, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8112/90; c.3) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2275/92 - Aposentadoria de GERALDA MARIA DE JESUS-FHDF. - DECISÃO Nº 9020/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) aconste aos autos o "Termo de Opção" que comprove o requerimento pela servidora e a concordância da autoridade competente pela alteração da jornada de trabalho para 40 horas semanais; b) caso se constate que não ocorreu a ampliação da jornada de trabalho para 40 horas semanais, conforme exposto na alínea anterior, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 51, observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, a fim de fixar as parcelas com base na tabela salarial referente ao regime de 30 horas semanais, providenciando o ressarcimento ao erário das quantias pagas a mais, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90, bem como a anulação do documento substituído; c) junte aos autos certidão de tempo de serviço emitida pelo Governo Estadual de Minais Gerais, para fins de comprovação do tempo trabalhado pela interessada na Escola Estadual Combinada Leão XIII de São Gotardo - MG, no período de 01.02.60 a 31.01.66.

PROCESSO Nº 4165/92 - Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA SILVA MOURA-FEDF. - DECISÃO Nº 9021/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 4.394/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 4913/92 - Aposentadoria de DARCI ALVES PEREIRA QUEIROZ-FEDF. - DECISÃO Nº 9022/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em nova diligência junto à FEDF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique o ato de fl. 46 para corrigir o padrão no qual a inativa está posicionada, de forma a ajustá-lo à exclusão dos 358 dias de licença-prêmio não usufruída e utilizados para progressão funcional, bem como aproveitados para a nova aposentadoria; b) elabore: b.1) novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 43, a fim de encerrar a contagem em 31.08.95, véspera da publicação da nova aposentadoria; b.2) novo abono provisório, em substituição ao de fl. 50, observando os termos da Decisão Normativa -TCDF n.º 02/93, objetivando adequar os seus valores ao Padrão que a servidora faz jus ante a exclusão do tempo a que se refere a alínea "a"; c) apure para fins de ressarcimento ao erário, e na forma prevista no art. 46 da Lei Federal n.º 8.112/90, as quantias pagas a mais, em razão do pagamento indevido dos proventos correspondentes ao padrão 25F; d) comprove o exercício da carga horária de 40 horas semanais, nos termos da Lei; e) esclareça o motivo da não-inclusão da Gratificação de Regência de Classe no cálculo dos proventos; f) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 0054/93 - Aposentadoria de SOPHIA MARINHO PIRES DE FREITAS-FHDF. - DECISÃO Nº 9023/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 9384/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 1499/93 - Aposentadoria de ANTONIA CARMEN DE MATOS-FEDF. - DECISÃO Nº 9024/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 5303/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 1515/93 - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS DIAS DE FREITAS-FEDF. - DECISÃO Nº 9025/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 14004/95; b) considerar legal o ato de fl. 15, retificado às fls. 62/65, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2759/93 - Aposentadoria de MARIA APARECIDA JORGE-FEDF. - DECISÃO Nº 9026/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 12.684/95; b) considerar legal o ato de fl. 22, retificado às fls. 52/55, para fins de registro.

PROCESSO Nº 3580/93 (apenso o de nº 030.007.412/92) - Pensão civil concedida a BENEDITA NUNES DE CARVALHO LEMOS-SEF. - DECISÃO Nº 9027/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Fazenda do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) anexe: a.1 - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de sua vigência; a.2 - extrato do processo da pensão concedida com fundamento da Lei Federal n.º 3.373/58 pela referida autarquia federal, com indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei Federal n.º 8.112/90; a.3 - declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei Federal n.º 8.112/90; a.4 - demonstrativo de licenças concedidas ao ex-servidor (fl. 20-apenso); b) junte certidão do Ministério da Saúde, objetivando comprovar 7.878 dias prestados àquele órgão no período de 01.11.44 a 30.06.66 (fl. 20-verso apenso); c) elabore: c.1 - demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 20-apenso, para excluir 730 dias de licença especial não gozada, contada em dobro para efeito de aposentadoria, já que o ex-servidor faleceu em atividade; c.2 - Título de Pensão, em substituição ao de fl. 21-apenso, para corrigir o valor da gratificação, cuja base de cálculo era o maior vencimento da Classe - Leis DF n.ºs 74/89 e 170/91; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3603/93 - Pensão especial concedida a MARIA GINURA DA SILVA LIMA e outras-SEA. - DECISÃO Nº 9028/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 9647/96; b) considerar legal, para fins de registro, a pensão em exame; c) determinar a baixa dos autos em diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes

providências: c.1) formalizar a respectiva revisão da pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da CRFB c/c os arts. 215 e 248 da Lei Federal n.º 8.112/90; c.2) anexar: c.2.1) comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF a partir de 01.01.92; c.2.2) declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei Federal n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 3720/93 (anexo o de nº 3615/95) - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTÔNIO GABRIEL BORGES-TCDF. - DECISÃO Nº 9029/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; b) determinar à Diretoria-Geral de Administração que, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98 e em obediência ao disposto no item 3.1.1 da Decisão n.º 3.395/99, retifique o ato de revisão (fl. 60) para excluir a referência à Medida Provisória n.º 1.068/95 e ao artigo 4º da Lei n.º 8.911/94, vez que a Gratificação de Representação de Gabinete não é composta das parcelas Opção e Representação Mensal.

PROCESSO Nº 4174/93 - Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA MAGALHÃES DE CARVALHO-FHDF. - DECISÃO Nº 9030/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 9386/95; b) considerar legal a concessão em exame, para fins de registro; c) determinar, ao depois, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução /TCDF nº 101, de 15.07.98: c.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 80, atentando para a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, para considerar as parcelas de "triênio" e "qüinqüênio" calculadas apenas sobre o vencimento-padrão; c.2) apure as quantias percebidas indevidamente pela interessada, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90; c.3) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4746/93 - Pensão civil concedida a PLEONÍSIA ALVES DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 9031/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3775/98; b) considerar legal o ato de fls. 85/86, para fins de registro; c) alertar a Secretaria de Administração do DF que não foi levado em consideração, quando da elaboração do título de pensão, o disposto no art. 67, caput, da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 4782/93 (apenso o de nº 030.002.516/90) - Pensão especial concedida a CÉLIA DANTAS SOBRINHO e outro-SEA. - DECISÃO Nº 9032/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 7152/98; b) considerar legais, para fins de registro, as concessões em exame.

PROCESSO Nº 4784/93 - Pensão especial concedida a ANA ELVIRA DE ARAÚJO-SEA. - DECISÃO Nº 9033/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter como atendida a diligência objeto da Decisão n.º 805/97 (fl. 43); b) determinar a baixa dos autos em nova diligência junto à SEA/DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: b.1) Quanto à concessão com fundamento na Lei n.º 6.782/80, elaborar novo de Título de Pensão, em substituição ao de fl. 119, com a finalidade de excluir Deocleciana Ferreira de Araújo e fazer constar o Decreto de 06.08.97, vez que retificou o ato concessório inicial (Portaria de 15.07.91); b.2) Quanto à integralização da pensão com arrimo na Lei Federal n.º 8.112/90: b.2.1) retificar o ato concessório de fls. 57/60 para incluir o cargo em que o ex-servidor estava posicionado em 1º.01.92, ou seja, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI; b.2.2) esclarecer por que motivo no demonstrativo de tempo de serviço de fl. 118 constam 66 faltas no ano de 1968, vez que o Laudo Médico de fl. 68 certifica o afastamento do ex-servidor, por incapacidade funcional, a partir de 16.08.67; b.2.3) refazer o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 118, objetivando: b.2.3.1) adequar os seus dados àqueles da Certidão de fls. 80 e 82, atentando para o disposto em b.2.2 supra; b.2.3.2) computar o tempo de serviço prestado ao Serviço de Limpeza Pública (01.06.61 a 31.07.61) e a contagem do tempo de serviço nos termos do que estatui a Lei-DF n.º 22/89 e o Decreto n.º 34.395/53, atentando para as faltas existentes no período; b.2.4) elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 120, com o fim de excluir Deocleciana F. de Araújo e fazer constar o Decreto de 06.08.97, vez que retificou o ato concessório inicial; b.3) torne sem efeitos os documentos de fls. 31, 118, 119 e 120.

PROCESSO Nº 4972/93 (apenso o de nº 030.009.036/91) - Pensão especial concedida a GERTRUDES RODRIGUES MESQUITA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 9034/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3338/98; b) considerar legais, para fins de registro, as concessões em exame.

PROCESSO Nº 5265/93 - Pensão especial e integralização dos proventos concedidas a ALECI DE SOUSA MATOS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 9035/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 9940/96; b) considerar legais, para fins de registro, as concessões em exame; c) alertar a SEA/DF sobre a possibilidade de aplicação da Lei-DF n.º 22/89 e do art. 67 da Lei Federal n.º 8.112/90 na integralização da pensão.

PROCESSO Nº 6397/93 (apensos os de nºs 3686/90 e 030.010.175/91) - Pensão especial concedida a LEONIDAS LEITE MAROCLO e outra-SEA. - DECISÃO Nº 9036/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter como parcialmente atendida a diligência determinada às fls. 39/42-apenso pensão; b) considerar legal a pensão em comento, para fins de registro; c) determinar, ao depois, à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: c.1) retifique o ato concessório para incluir o artigo 40, § 5º, da CRFB, com efeitos a contar de 14.06.91 (data do óbito do instituidor), conforme orientação fixada no Processo nº 1753/97; c.2) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 35-apenso pensão, calculando o benefício pelo valor dos proventos integrais, a contar de 14.06.91, com ônus integral para o GDF, bem como inclua a parcela da vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1711/52, sem prejuízo de ajustes financeiros pertinentes; c.3) confeccione demonstrativo de tempo de serviço; c.4) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6530/93 - Aposentadoria de MARIA DOS REMÉDIOS FERREIRA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 9037/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 14007/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 1124/94 (apenso o de nº 030.008.404/93) - Pensão civil concedida a IRAÍDES LOPES DA SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 9038/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 2370/99; b) considerar legal, para fins de registro, a pensão em pauta; c) determinar à SEA/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98, apure as quantias pagas indevidamente às beneficiárias em virtude da alteração da proporcionalidade do vencimento de 19/35 para 18/35 avos, para fins de ressarcimento.

PROCESSO Nº 2926/94 (apensos os de nºs 3503/80 e 030.001.824/94) - Pensão civil concedida a MARIA DO SOCORRO FEITOSA RODRIGUES e outros-SEA. - DECISÃO Nº 9039/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 4125/98; b) considerar legal a pensão em exame, para fins de registro; c) determinar, ao depois, à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98, elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl.26-apenso pensão, a fim de incluir no "quantum" da pensão a parcela "complementação do salário mínimo", de modo a complementar o "vencimento" até o valor do salário mínimo vigente na data da concessão do benefício, apurando as demais parcelas proporcionais sobre esse mesmo valor, em conformidade com o critério aplicável em relação ao instituidor do benefício.

PROCESSO Nº 3041/94 - Aposentadoria de MARLY DE JESUS CARDOSO OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 9040/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 3640/96; b) considerar legal o ato de fl. 13, retificado às fls. 40/43, para fins de registro; c) determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que alerte formalmente a interessada sobre a possibilidade da mesma exercitar o direito de pleitear a incorporação a seus proventos da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 4651/94 - Aposentadoria de MÚCIO SCÉVOLA CAMPOS-FHDF. - DECISÃO Nº 9041/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por cumprida a diligência objeto da Decisão n.º 9646/95; b) considerar legal, para fins de registro, o ato de fl. 06-verso; c) determinar, ao depois, à FHDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98: c.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 19, atentando ao contido na Decisão Normativa n.º 002/93 para excluir a parcela referente à gratificação de nível superior (Grat. Nível PR173/8) e incluir, como vantagem pessoal nominalmente identificada, a diferença a menor porventura encontrada entre a remuneração que seria devida ao servidor em janeiro/90, em decorrência da aplicação da Lei n.º 87/89, e a remuneração de dezembro/89 (incluindo nessa as vantagens obtidas em decisão judicial), nos termos do § 8º, art. 2º, do mesmo diploma legal, corrigida pelos índices gerais de reajuste salarial, até a data da aposentadoria; c.2) torne sem efeito o documento substituído; c.3) em se constando pagamento a mais ao inativo, promova o competente ressarcimento ao erário, na forma estabelecida no art. 46 da Lei n.º 8.112/90.

PROCESSO Nº 2766/95 - Aposentadoria de ARLINDO FERNANDES CIRQUEIRA-FZDF. - DECISÃO Nº 9042/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 6418/98; b) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Fundação Zoobotânica do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) apure se por ocasião da transposição do interessado para a Carreira de Administração Pública, efetivada pelas Leis-DF n.º 82/89 e 93/90, ocorreu redução salarial, comparando-se a remuneração na antiga situação, acrescida da vantagem "Dec. Judic. Plan. Bres (58,90%)", com a instituída pelas referidas leis distritais, e demonstrar a forma de apuração; b.2) observando os termos da Decisão Normativa n.º 02/93-TCDF, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 12, a fim de excluir a parcela "Dec. Judic. Plan. Bres (58,90%)" e, se for o caso, incluir eventual diferença a menos verificada no procedimento determinado na alínea anterior, como vantagem pessoal nominalmente identificada; b.3) torne sem efeito os documentos substituídos; c) tendo presentes as disposições constantes da alínea "c" da Decisão n.º 980/99, dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de vantagens celetistas, haja vista a boa-fé em sua percepção.

PROCESSO Nº 3315/96 (apenso o de nº 030.011.739/95) - Pensão civil concedida a MARIA DO SOCORRO SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 9043/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3.409/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 4330/96 (apenso o de nº 082.002.827/95) - Aposentadoria de FRANCISCA RIBEIRO CAVALCANTE-FEDF. - DECISÃO Nº 9044/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu considerar legal o ato de fl. 21-apenso, para fins de registro, e alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação em seus proventos das Gratificações de Regência de Classe - GRC e de Alfabetização - GAL, de que tratam, respectivamente, as Leis nºs 696/94 e 654/94, bem como a contagem do tempo de serviço constante da certidão à fl.04-apenso (NOVACAP) para efeito de anuênios, observando o preceito do art. 40 da Lei nº 4242/63 e desde que providenciada certidão emitida pelo órgão próprio.

PROCESSO Nº 4576/96 (apenso o de nº 082.026.379/95) - Aposentadoria de LEDA TEREZINHA DA SILVA COUTO-FEDF. - DECISÃO Nº 9045/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legal a aposentadoria em exame, para fins de registro; b) determinar a Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98, retifique o ato de fls.16/20, no respeitante à inativa em questão, objetivando a correção da grafia do seu nome para LEDA TEREZINHA DA SILVA COUTO; c) alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear a incorporação em seus proventos da Gratificação de Regência de Classe - GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 7822/96 (apensos os de nºs 4717/97 e 040.004.617/94) - Tomada de contas anual do ordenador de despesa do então Departamento de Emprego do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 9046/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação de fls. 35/91 dos autos e 68/149 do de n.º 040.004617/94, em apenso, considerando cumprida a diligência ordenada pela Decisão n.º 940/97; b) relevar o atraso apontado pela instrução e dispensar, por economicidade, o prosseguimento do feito com vistas à identificação dos responsáveis pelo atraso verificado no encaminhamento das contas em questão a este Tribunal; c) ante as disposições do art. 32 da Lei Complementar n.º 01/94, determinar a citação do responsável pelas contas em questão, para, querendo, apresentar justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, a respeito das seguintes falhas formais, observadas no exercício de 1993, período no qual foi Ordenador de Despesa do Departamento de Emprego do Distrito Federal: c1) permanência no subelemento Almoxarifado/Material de Consumo do valor de CR$ 60.640,00, correspondente à aquisição de carimbos, distorcendo o resultado das Demonstrações Financeiras, já que o material foi adquirido e imediatamente distribuído; c2) ausência de sistema de controle no recebimento, distribuição e consumo de selos e de "tickets" de 242 garrafões de água mineral; c3) contabilização de Notas Fiscais emitidas pela TH - Engenharia e Comércio Ltda. pelo valor líquido, sem a incidência do ISS, contrariando o princípio contábil do Registro pelo Valor Original; c4) inobservância do disposto no § 2º do art. 7º da Lei n.º 8.666/93 (proc. n.º 12.690/93); c5) obrigações registradas em desacordo com as disposições estabelecidas nos arts. 70 e 72 do Decreto n.º 14.554/92 e 36 da Lei n.º 4.320/64; c6) inobservância do disposto no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 (proc. n.º 4.717/97) d) recomendar à Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda que, em parceria com o DEGEPAT, promova gestões visando à regularização das edificações do Posto de Atendimento Múltiplo, construído em Samambaia com recursos de convênio; e) determinar à Secretaria de Fazenda que, nas Tomadas de Contas Anuais, passe a incluir no rol dos responsáveis todos aqueles que, por delegação de competência, praticam atos de gestão.

PROCESSO Nº 1329/97 (apenso o de nº 061.023.491/96) - Aposentadoria de ANTÔNIO JOSÉ MACÊDO-FHDF. - DECISÃO Nº 9047/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; b) determinar à FHDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98: b.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 20-apenso, atentando para a Decisão Normativa n.º 002/93-TCDF, a fim de fixar a parcela "Pec. Lei n.º 1.062/96" à razão de 30/35 avos; b.2) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1548/98 (apenso o de nº 148.001.402/97) - Tomada de contas anual do agente de material da Região Administrativa XVII - Riacho Fundo, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 9048/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual do Agente de Material da Região Administrativa XVII - Riacho Fundo, exercício de 1996, relevando o atraso apontado pela instrução e a ausência do pronunciamento a que alude o parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno deste Tribunal; II) ante o teor do art. 32 da Lei Complementar n.º 01/94, determinar a citação do responsável pelas contas em questão, para, querendo, apresentar justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, a respeito das seguintes falhas formais, apontadas no Relatório de Tomada de Contas n.º 036/98 - DADI/SUAUD do Departamento de Auditoria da Administração Direta, vinculado à então denominada Secretaria de Fazenda e Planejamento: a) ausência de segurança aos materiais estocados no Almoxarifado da RA XVII, instalado em barracão de madeira, sem janelas e ventilação adequadas, com iluminação insuficiente, fios elétricos expostos e piso de cimento grosso, dificultando a limpeza; b) existência de extintores de incêndio na ante-sala do

Almoxarifado em contato direto com o piso; c) prateleiras de madeirites empenadas, com possibilidade de danificar os bens nelas armazenados; d) presença de materiais de consumo com prazo de validade vencido; e) inexistência de controle do nível de estoque de segurança; f) ausência de cartão de autógrafo contendo assinaturas dos servidores credenciados para requisitar materiais; g) diferença de 47 (quarenta e sete) unidades entre o quantitativo de borracha plastificada (código 14020040002) indicado na ficha de prateleira e na ficha de controle de estoque; h) ausência, em alguns Pedidos Internos de Material - PIM, da assinatura do Chefe da Seção de Material e Patrimônio e de quem recebeu o material requisitado; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 1634/98 (apensos os de nºs 5779/96 e 061.010.051/96) - Aposentadoria de LÍGIA RIBEIRO PESTA e pensão civil concedida a ROCHELLE PASTANA RIBEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 9049/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 4976/98 (apenso o de nº 082.018.679/97) - Aposentadoria de ZULEIDE DE OLIVEIRA MOURA-FEDF. - DECISÃO Nº 9050/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em diligência junto à FEDF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça circunstanciadamente os motivos que ensejaram à retificação do ato de fl. 33-apenso, vez que contraria o Laudo Médico de fl. 01-apenso, que indica ser a inativa portadora de doença não qualificada em lei, promovendo, se for o caso, as devidas correções; b) observando os termos da Decisão Normativa n.º 02/93, elabore novo abono provisório, em substituição aos de fls. 32 e 35-apenso, a fim de corrigir o valor da parcela GRC, que deve ser calculada no percentual correto, desconsiderando o tempo em que a servidora esteve no gozo de licença para tratamento de saúde, devendo, também, atentar para os reflexos da alínea anterior; c) para fins de ressarcimento, ao erário, nos termos do art. 46, da Lei n.º 8112/90, apure as quantias pagas indevidamente à servidora, à título de anuênios e Gratificação de Regência de Classe (contagem indevida de licença para tratamento de saúde superior a 730 dias), bem como da integralização dos proventos caso não se tipifique a invalidez qualificada; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 3628/91 - Concurso público para incorporação de praças no Quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, realizado conforme Edital nº 51/89-IDR. - DECISÃO Nº 9051/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos editais nºs 110/89 - IDR (fls. 3/9 e 10/90 - IDR (fls. 10/11), bem como dos resultados da Inspeção ora instruída; II - considerar legais e conceder o respectivo registro, com base no art. 78, III, da LODF, aos militares seguintes, aprovados no Concurso Público regulado pelo Edital Normativo nº 110/89-IDR, DODF de 3/11/89, para Soldado Policial-Militar do Quadro de Praça Policial-Militar Combatente - QPPMC e do Quadro de Praça Policial-Militar Feminino - QPPMF, da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF: Grupo Masculino - Adailton Ferreira Lima, Agisander Maria Alencar, Alair Geraldo de Oliveira, Carlos Alberto da Silva, Carlos Humberto de Mattos Ferreira, Carlos Pereira Gomes, Celso Alves Pereira, Cláudio Dias de Jesus, Clésio Vieira Machado, Elder Biana Heidx, Eliezer Lopes de Araújo, Gilberto Alves Souza, Herondes Oliveira Silva , Itajaí Silva Almeida, Luiz Antônio da Silva, Márcio Nogueira Vieira, Marino Lelio Magalhães Rocha , Roberto Régis de Rezende, Samuel Florindo da Silva, Sérgio Ribeiro da Silva, Valdeci Lopes de Oliveira, Vanderlei Rogério de França Souza, Wilton José Pereira; - Grupo Feminino - Almerinda Rodrigues de Lima, Ana Júlia Vidal, Andiara Ferreira Montenegro, Andréa Alves da Costa, Angela Teles do Nascimento, Cássia Maria Marques, Cláudia Regina de Souza Nobre Dias, Cleoneide de Siqueira Lisboa, Cleria França da Silva, Elaine Crisóstomo Gomes, Elismar Mateus Gomes, Francisca Meire Bezerra Rodrigues, Gláucia Lirian de Souza Nobre, Islandia dos Santos Oliveira Silva, Izabel Gomes da Silva, Jeanie Jeize Lourdes Gonçalves, Joanice Eva Vilarins Simas, Kátia Regina de Brito, Lucilene Ribeiro Silva , Lucimar da Silva, Luzmarina Martins de Oliveira, Maria Angélica Brito Machado, Maria das Graças Rocha de Morais, Maria Eugênia de Andrade Pires, Maria Lucineide Fortuna de Abrantes, Maria Luíza Nunes Gomes , Maria Simone Romualdo da Silva, Marli Rosa Pacheco, Miriam Silva dos Anjos Fontes, Neide Rodrigues Ribeiro, Neide Severino Botelho, Neide Soares Pinheiro, Nilda Alves Amador, Núbia de Freitas Silva, Patricia Silva de Carvalho Kaiser, Regina Célia Bueno, Romie de Oliveira Rodrigues, Rosana Freire Damaceno Carvalho, Roseane de Oliveira Moraes, Sueli Pereira de Souza, Valéria de Sousa Ribeiro; III - autorizar a publicação dos nomes grafados no item anterior; IV - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3684/91 - Concurso público para incorporação de praças no Quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, realizado conforme Edital nº 110/89-IDR. - DECISÃO Nº 9052/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos Editais nºs 110/89 - IDR (fls. 3/9) e 10/90 - IDR (fls. 10/11), bem como dos resultados da Inspeção ora instruída; II - considerar legais e conceder o respectivo registro, com base no art. 78, III, da LODF, aos militares seguintes, aprovados no Concurso Público regulado pelo Edital Normativo nº 110/89 - IDR, DODF de 3/11/89, para Soldado Policial-Militar do Quadro de Praça Policial-Militar Combatente - QPPMC e do Quadro de Praça Policial-Militar Feminino - QPPMF: Grupo Feminino - Adenir de Sousa Figueira de Deus, Eliane Ribeiro de Souza, Ergina Feitosa de Araújo, Evani Maria dos Santos, Helena Ribeiro de Araújo, Ilza Pereira da Silva, Joana Gonçalves de Carvalho Teresin , Joseleide Ferraz de Souza, Jucilene Garcez, Kátia Regina Fagundes Corrêa, Lucimar dos Santos Paiva, Márcia de Sousa, Margareth Rodrigues Toledo, Maria das Graças Gomes, Maria do Carmo de Oliveira, Marilene Mendes da Silva, Neide Mendonça de Oliveira, Nelcina da Silva Borges, Rejane Arruda de Abreu, Rosângela de Souza Pereira, Rosiana Maria Gomes, Roseane dos Santos Severino, Sandra Negreiros Reis, Sebastiana Batista da Silva, Selma Garcez de Paula, Silvana Ferreira Montenegro, Valéria Cardoso da Costa; - Grupo Masculino - Alexandre Vargas Fonseca, Altemar Francisco Maia , Amarilton de Oliveira e Souza, Antônio Alberto Sá Farias, Antônio Sardinha de Souza, Edson Pinheiro Bayma , Erolino de Oliveira Sardeiro, Francisco de Assis Coutinho da Silva, Francisco Mendes Nunes, Hamilton Ribeiro Cardoso, Josmar Leles Brandão, Kalley Gean Costa Brito, Robson Lima de Jesus, Valdemir Gomes dos Santos, Vicente Alves do Nascimento, Virgílio Simões Oliveira; III - autorizar a publicação dos nomes grafados no item anterior; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3700/91 - Admissão de pessoal em decorrência de aprovação no Concurso Público para o cargo de Assistente da Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 9053/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal, bem como dos editais e avisos acostados às fls. 3-18 e dos documentos às fls. 23-30 dos autos; b) considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para o cargo de Assistente da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, oriundas do Concurso Público normatizado pelo Edital nº 070/90-IDR, publicado no DODF em 24.05.90, em cumprimento ao prescrito pelo art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal: Adriana de Almeida Ramos de Carvalho, Adriana Maria de Oliveira Carvalho, Adriana Rosa Lins Leal, Alaíde Maria Ferraz Ambrósio, Alessandro Marcone Ferraz Mattos, Alexandre Luciano Ferreira, Aline Pereira Monteiro de Castro, Altair Roberto de Lima, Ana Cláudia Loiola de Morais, Ana Cláudia Ribeiro de Almeida, Ana Cristina de Campos Dutra, Ana Lilian de Andrade Sousa, Anselmo Resende, Antônio Ricardo Faria de Lima, Caio Márcio Pereira Lyrio, Carlos Alberto Daher de Souza, Carlos André Barbosa da Conceição, Carlos Augusto Barreto de Sales, Christiano de Oliveira Emery, Clara Fantine Moller Gonçalves, Clara Maria do Nascimento, Cláudio Luís Peixoto Serafim, Cláudio Santos Pereira, Cleonir de Oliveira Maranhão, Cristiane Morais de Azevedo, Cristóvão José da Silva, Daniel Moller Gonçalves, Demerval Silva Caixeta Júnior, Deraldo Cunha Barreto Filho, Dulcinéia Mendes dos Santos, Elane Pinheiro Peixoto Botelho, Elionide Graciano de Souza, Eudes Eduardo de Oliveira Lucena, Fernando Ferreira Albernaz, Fernando Santos Pereira, Fontinel dos Santos Ferreira, Glenda Liz de Paula Warmling, Heloísa Monzillo de Almeida, Iara de Figueiredo Falcão, Inês da Fonseca Porto, Irma Edilaine Moller Gonçalves, Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos Júnior, Jaime Coelho Lima, João Vagnes de Moura Silva, José Washington dos Santos, Juliana Moreira Procópio, Júlio Luiz Lociks de Araújo, Luciana Freitas Enéias, Luciana Rezende Barreto da Rocha, Luís Henrique de Souza, Maísa Ramires de Ávila, Márcia Araújo Ribeiro, Marcus Vinícius Caldas Souto, Marcus Vinícius de Oliveira Boaventura, Maria Helena Parca dos Santos, Mário Jorge Tavera de Almeida, Marisa Reis Pereira Gomes, Marise Carneiro Saraiva, Marta Pessoa Cantarino Mesquita, Milene de Alencar Fernandes, Mônica Ramos, Patricia Kelly Batista de Andrade, Paula Xavier Soares Pinto, Regina Aparecida da Cunha, Renato Radzvilavicius, Roberto Jardim Cavalcante, Rogério Lacerda, Rosângela Bona Barros, Sérgio Ricardo Mattos, Sérgio Santa Rita de Queiroz, Sheila de Oliveira Santos, Sidcley Rodrigues Campos, Soraya Rodrigues da Silva, Sylvio Eugênio de Araújo Medeiros, Vandrécia Pinto Scafutto, Vanessa Daltrozo Munhoz, Viviane Martins Pereira Cardell, Watson Fonseca da Cunha, c) autorizar a publicação da relação de candidatos grafada no item anterior; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5206/91 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9054/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Fundação Educacional que cumpra, no prazo de trinta (30) dias, a determinação contida no item III da Decisão nº 2938/97, sob pena de aplicação ao responsável das sanções previstas no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94.

PROCESSO Nº 6204/91 - Concurso público para o provimento de cargos de Analista de Controle Externo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Edital nº 147/91-IDR. - DECISÃO Nº 9055/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada e dos editais de fls. 03/16; b) considerar legais, para fins de registro, como determina o inciso III, do artigo 78, da Lei Orgânica do DF, as admissões dos Analistas de Finanças e Controle Externo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, oriundas do Concurso normatizado pelo Edital nº 147/91-IDR, publicado no DODF em 16.08.91, a seguir relacionadas: Adriane Borja Rodrigues Silva, Agnaldo Moreira Marques, Ana Martha Fonseca do Valle, André Luiz Goes de Oliveira, André Miranda Burello, Antônio Nunes Ramalho Filho, Ethel Meyri de Oliveira Camilo, Flávia Maria Ribeiro Cantal, Francisco Jayme de Aguiar Neto, Francisco Solano Ulhôa Botelho, Henrique de Freitas Soares, Inácio Magalhães Filho, João Martins de Souza Neto, Jorge Luiz Pessoa Faria, José Barbosa dos Reis, José Ferrúcio da Silva, José João de Barros, José Lino de Almeida, José Ricardo de Almeida, José Tadeu Rodrigues Pereira, Leontino José Vieira Barbosa, Luiz Alexandre Neves Lopes, Marcelo Borba Nóbrega de Vasconcelos, Marcelo Nunes de Souza, Márcio de Almeida Saraiva, Maria do Amparo Coutinho, Marina Andrade Pires Sousa, Miriam Pereira Conde, Paulo Cézar Carneiro, Reinaldo Mendes, Renato Alves da Cruz, Ryvo Matias Pires dos Santos, Sebastião Cal de Miranda, Sérgio Roberto Damasceno Paula, Sílvia Regina de Carvalho José, Sudário Luiz Hemetrio de Menezes, Vera Lúcia Coelho Santana, Wilde Ferraz Fernandes; c) autorizar a publicação dos nomes grafados no item "b"; d) ordenar o retorno dos autos à 4ª ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 5870/93 (apenso o de nº 054.000.265/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de bens patrimoniais. - DECISÃO Nº 9056/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 99/104; b) autorizar à PMDF o desconto nos vencimentos do Capitão PAULO BARBOSA DA SILVA, no valor correspondente a 992,92 UFIR's, em 12 parcelas, incidindo sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais, com suporte no art. 27 da Lei Complementar nº 1/94, referente a TCE de que trata o Processo nº 054.000.265/93.

PROCESSO Nº 4997/94 (apenso o de nº 061.022.561/93) - Aposentadoria de MARIA NÚBIA RIBEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 9057/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5011/94 (apenso o de nº 061.030.621/94) - Aposentadoria de IZABEL DE JESUS CORREGOSINHO-FHDF. - DECISÃO Nº 9058/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, com a recomendação de, posteriormente, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 24 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir a parcela denominada "Vantagem Pessoal (triênio)"; b) apurar as quantias pagas a mais, de acordo com o disposto na alínea anterior, providenciando o ressarcimento aos cofres da FHDF, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) orientar a interessada para que a mesma providencie certidão comprobatória do tempo de serviço prestado ao Instituto Nacional de Previdência Social (período de 17.01.75 a 08.03.77 - 782 dias, fl. 14-apenso), expedida pelo setor competente daquele órgão, objetivando a contagem do referido tempo para fins de adicional por tempo de serviço - ATS; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5262/94 (apenso o de nº 061.027.036/93) - Aposentadoria de ELMIRA CAETANO EVANGELISTA-FHDF. - DECISÃO Nº 9059/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, com a recomendação de, posteriormente, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 21 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir a parcela relativa ao salário-família; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5289/94 (apenso o de nº 061.009.051/92) - Aposentadoria de NILVA COELHO TAGLIALEGNA-FHDF. - DECISÃO Nº 9060/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, com a recomendação de, posteriormente, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 24 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a.1) reduzir o percentual da parcela denominada "Vantagem Pessoal (triênio)" de 14% para 9% do valor do vencimento integral; a.2) fixar o valor da parcela denominada "Comp. Pecuniária SUDS Lei 094/90" de acordo com a proporcionalidade da aposentadoria (28/30 - vinte e oito, trinta avos); b) apurar as quantias pagas a mais, de acordo com o disposto na alínea anterior, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6330/94 (apenso o de nº 082.015.528/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9061/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, diante do ressarcimento do prejuízo apurado, autorizou o arquivamento dos autos, bem como a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 1640/95 (apenso o de nº 061.022.633/93) - Aposentadoria de NILZA ALMEIDA PEREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 9062/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1644/95 (apenso o de nº 061.022.676/93) - Aposentadoria de RITA ETELVINA DA CRUZ-FHDF. - DECISÃO Nº 9063/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2877/95 (apenso o de nº 061.023.174/94) - Aposentadoria de JOSÉ ARISTEU PEDROSA PINHEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 9064/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em exame, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) anexar aos autos a certidão de tempo de serviço, expedida pelo órgão empregador, referente ao período em que o servidor prestou serviços ao Estado de Pernambuco, conforme demonstra a Certidão de fl. 05 "in fine", para fins de adicional e aposentadoria; II) elaborar nova certidão de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 09, considerando para efeito de adicional o tempo de serviço prestado ao Estado de Pernambuco, atentando, ainda, para os reflexos decorrentes de tal alteração no abono provisório no tocante às parcelas do Triênio e Adicional; III) tornar sem efeito o documento eventualmente substituído.

PROCESSO Nº 3884/95 (apenso o de nº 061.022.386/95) - Aposentadoria de ROSA MARIA DA CONCEIÇÃO MUNIZ-FHDF. - DECISÃO Nº 9065/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3907/95 (apenso o de nº 061.031.217/93) - Aposentadoria de ANA PEREIRA DA COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 9066/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3910/95 (apenso o de nº 061.022.072/95) - Aposentadoria de NILZA DA SILVA SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 9067/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4314/95 (apenso o de nº 061.027.396/95) - Aposentadoria de LUIZA FERREIRA DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 9068/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4543/95 (apenso o de nº 061.030.233/95) - Aposentadoria de LUIZ CARLOS MAYNART GARCEZ VIEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 9069/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I - expedir certidão de tempo de serviço relativa à prestação exercida, pelo servidor, como médico-residente, período de 03.02.64 a 24.03.65 - 416 dias (fls. 13/16); II - elaborar novo demonstrativo, em substituição ao de fls. 26, para fins de incluir os 416 dias (citado no item I) no cômputo do ATS; III - elaborar novo Abono provisório, em substituição ao de fls. 28, para fins de corrigir: a) a parcela do ATS para o percentual de 31%; b) a parcela da "Vantagem Pessoal - Triênio" para o percentual de 9%; c) corrigir o valor da parcela "Dec. Jud. PCCS - INAMPS" para a proporcionalidade de 32/35 avos, providenciando-se o levantamento dos valores recebidos a mais pelo inativo, para fins de ressarcimento, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.112/90; IV) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4850/95 (apenso o de nº 061.023.224/94) - Aposentadoria de ODETINA MARIA ANJOS DE ARAÚJO-FHDF. - DECISÃO Nº 9070/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6313/95 (apenso o de nº 061.045.179/95) - Aposentadoria de MARIA EUGÊNIA RODRIGUES AGUIAR-FHDF. - DECISÃO Nº 9071/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6316/95 (apenso o de nº 061.033.594/95) - Aposentadoria de JOSEFA NOLETO DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 9072/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3618/96 (apenso o de nº 061.033.845/95) - Aposentadoria de DELGA DA SILVA BRAGA-FHDF. - DECISÃO Nº 9073/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3783/96 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 9074/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do OF. nº 039/GAB-SUAUD, considerando impertinentes as medidas nele anunciadas para a situação de que cuida a Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto DEFER, nos autos do Processo nº 011.000.122/96; II - relevar, em caráter excepcional, o descumprimento da Decisão nº 1434/99 (Sessão Ordinária nº 3401, de 18.03.99); III - determinar à Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude o cumprimento, em 30 (trinta) dias, do disposto no item III, alíneas "a", "b", "c" e "d" da Decisão nº 4220/97, reiterada pelas Decisões nºs 5306/98 e 1434/99; IV - alertar a Jurisdicionada que novo descumprimento das decisões mencionadas no item anterior ensejará a aplicação da penalidade prevista no artigo 57, incisos IV e VII da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 4183/96 (apenso o de nº 061.036.408/95) - Aposentadoria de SEBASTIANA GOMES CALACIA-FHDF. - DECISÃO Nº 9075/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4310/96 (apenso o de nº 082.016.356/95) - Aposentadoria de EVANDRO CARVALHO LASMAR-FEDF. - DECISÃO Nº 9076/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II) alertar a Fundação Educacional do Distrito Federal sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear a Gratificação de Regência de Classe - GRC (Lei nº 696/94).

PROCESSO Nº 5601/96 (apenso o de nº 093.001.699/94 e anexo o de nº 5389/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 9077/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do ressarcimento (fls. 65) havido, decorrente das apurações do Processo nº 093.001.699/94; II - considerar o Senhor José Thomas quite com os cofres públicos e encerrada a TCE constante do Processo supracitado com fulcro no § 7º, Art. 2º da Emenda Regimental nº 01/98; III - dar ciência desta Decisão à Secretaria de Fazenda, em face do Certificado de Auditoria nº 109/97 - DAIN/SUAUD; IV - autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do de nº 093.001.699/94 à origem.

PROCESSO Nº 0126/97 (apenso o de nº 061.042.528/96) - Aposentadoria de MARIA NELCI RODRIGUES NETO-FHDF. - DECISÃO Nº 9078/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 19-apenso, observando a DN nº 02/93 - TCDF, para fim de incluir a parcela referente ao "Triênio", correspondente ao percentual de 4%, a que faz jus a servidora, tendo em vista o tempo de efetivo exercício na FHDF, conforme demonstram as certidões de fls. 08 e 12 (ambas apenso); II) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0134/97 (apenso o de nº 061.023.166/94) - Aposentadoria de MARIA GUABIRABA LIMA-FHDF. - DECISÃO Nº 9079/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, renumerar os documentos acostados aos autos apensos de nºs 061.023.166/94, a partir do documento de fls. 29, exclusive.

PROCESSO Nº 0578/97 (apenso o de nº 101.002.072/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 9080/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do OF. nº 1155/97-GAB/SEF e da TCE encaminhada pelo mesmo de que cuida o Processo nº 101.002.072/96, tendo-a como concluída, p. 64; b) revelar o atraso na instauração da TCE e a ausência de manifestação do Conselho Fiscal sobre o tema, alertando a entidade para o necessário cumprimento desses procedimentos regimentais; c) determinar a baixa na responsabilidade inscrita no Certificado de Auditoria nº 084/97-DAIN/SUAUD; d) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 2496/97 (apenso o de nº 061.047.100/96) - Aposentadoria de CARLOS FERREIRA DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 9081/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) elaborar novo demonstrativo, em substituição ao de fl. 37-apenso, para fim de considerar como termo final a data imediatamente anterior à da publicação do ato concessório da aposentadoria (14.10.96 - fl. 35-apenso), situação que altera a proporcionalidade do tempo da aposentadoria para 33/35; II) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 40 -apenso, observando a DN nº 02/93 - TCDF, para fim de: a) incluir a parcela "Triênio", no percentual de 5% (cinco por cento), a que faz jus o servidor, em face do tempo constante nas Certidões de fls. 29 e 37- apenso; b) calcular os proventos com fulcro na proporcionalidade 33/35, em decorrência do exposto no item I; III) apurar o montante pago indevidamente na proporção 34/35, para fim de ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, compensando-se, porém, com o que deixou de ser pago a título de "Triênio"; IV) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2597/97 (apenso o de nº 061.001.902/97) - Aposentadoria de ALEXANDRINA FLORIPES DE JESUS-FHDF. - DECISÃO Nº 9082/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, providenciar assinatura do Demonstrativo de Tempo de Serviço de fls. 20 do apenso.

PROCESSO Nº 2668/97 (apenso o de nº 061.030.353/96) - Aposentadoria de ELIZABETH RODRIGUES VITOR-FHDF. - DECISÃO Nº 9083/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) convocar a interessada para que a mesma providencie certidão comprobatória do tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Igarapé Grande (período de 09.03.80 a 09.02.83 - 1068 dias, fl. 12-apenso), expedida pelo setor competente daquele órgão, objetivando a contagem do referido tempo para fins de adicional por tempo de serviço - ATS; II) caso não haja atendimento ao item anterior, excluir o respectivo tempo da contagem para efeito de ATS, atentando para os seus reflexos no abono provisório.

PROCESSO Nº 2692/97 (apenso o de nº 081.001.734/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 9084/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) determinar à FCDF que, em 30 dias, apure o custo dos serviços necessários à reparação das avarias sofridas pelo veículo Kombi, placa BZ 1617, e, caso o valor do prejuízo fique abaixo de 3.300 UFIR(s), proceda nos termos dos artigos 12 e 14 da Resolução 102/98 do TCDF, ou, ao se constatar um valor superior a 3.300 UFIR(s), promova as apurações devidas e encaminhe o Processo nº 81.001734/97-ap a este Tribunal para efeito de apreciação e julgamento; c) autorizar a devolução do Processo nº 081.001.734/97-apenso à origem para que sejam ultimadas as providências determinadas no inciso "b" supra.

PROCESSO Nº 3384/97 (apenso o de nº 061.033.249/97) - Aposentadoria de EDNA EUGÊNIA DA SILVA SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 9085/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, providenciar a aposição de carimbo e a assinatura do responsável pela elaboração do Demonstrativo de Tempo de Serviço de fls. 10 do apenso.

PROCESSO Nº 3792/97 (apenso o de nº 030.005.477/97) - Tomada de contas anual do Agente de Material da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 9086/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - relevar as falhas apontadas nos itens 4.4 e 4.5 do Relatório de Tomada de Contas nº 126/97-DADI/SUAUD; III - recomendar à SEF que, ao detectar qualquer irregularidade nos relatórios emitidos pelo sistema SIGMA, encaminhe-a tempestivamente ao gestor do sistema, para que, no futuro, elas não mais ocorram; IV - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator: IV - determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 4528/97 (apenso o de nº 082.004.139/97) - Aposentadoria de ALZIRA DE BARROS MARQUES-FEDF. - DECISÃO Nº 9087/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1554/98 (apenso o de nº 040.008.441/97) - Tomada de contas anual dos responsáveis pelo serviço de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 9088/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual dos responsáveis pelo Serviço do Depósito de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal da SEF, relativa ao exercício de 1996, bem como dos documentos acostados nas fls. 13 a 21; II - considerar satisfatória a apresentação das contas em apreço; III - determinar à Secretaria de Fazenda que, doravante, efetue os devidos registros contábeis, relativos aos atos de apreensão de mercadorias - Serviço do Depósito de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal, nas respectivas contas do ativo compensado; IV - determinar à Secretaria de Fazenda, com vistas ao Serviço do Depósito de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal/DFMT, que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a data/época em que ocorreram os furtos de mercadorias indicados no Inventário constante nas fls. 10/77 do Processo nº 040.008.441/97, relativos aos lotes nºs 0045/92 (AIA nº 24715/92), 0118/92 (AIA nº 27427/92), 0125/92 (AIA nº 29080/92) e 0478/95 (AIA nº 28372/95), bem como o estágio em que se encontram as providências para apuração de responsabilidade pelas ocorrências; V - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 1682/98 (apenso o de nº 061.027.542/97) - Aposentadoria de ERCÍLIA VALÉRIO BANDEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 9089/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2067/98 (apenso o de nº 061.030.603/97) - Aposentadoria de MUNIRA COSTA XAVIER DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 9090/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Hospitalar do DF, posteriormente, promover a regularização dos autos, na forma abaixo indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl.19-apenso, observando a DN nº 02/93 - TCDF, para fim de incluir a parcela "Pec. Lei nº 1062/96" na proporção 25/30, correspondente a R$ 23,69, atentando para o fato de que esse valor já se encontra incluído no total dos proventos R$ 1.200,29; II) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2364/98 (apenso o de nº 061.046.031/98) - Aposentadoria de JOSÉ BERNARDINO FILHO-FHDF. - DECISÃO Nº 9091/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4168/98 (apenso o de nº 061.033.248/98) - Aposentadoria de VERA MARIZA BLANCK SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 9092/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4218/98 (apenso o de nº 061.039.722/97) - Aposentadoria de MARIA JOSÉ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO-FHDF. - DECISÃO Nº 9093/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1051/99 (apenso o de nº 061.004.639/98) - Aposentadoria de MARILENE LIMA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 9094/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1867/99 - Atas das 271ª a 298ª Reuniões da Diretoria Colegiada do Banco de Brasília S.A. - DECISÃO Nº 9095/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento das atas em exame, relevou o atraso apontado e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2062/99 (apenso o de nº 061.030.613/98) - Aposentadoria de MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA RIBEIRO-FHDF. - DECISÃO Nº 9096/99.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente reportou-se à solenidade realizada, ontem, no Auditório do Memorial JK, com a finalidade de agraciar os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e MARLI VINHADELI e o Consultor Jurídico da Presidência, SEBASTIÃO BAPTISTA AFFONSO, com honrosos títulos de "Cidadão Honorário de Brasília", enfatizando a oportunidade proporcionada pela augusta Câmara Legislativa do Distrito Federal de consolidar o mérito da distinção concedida aos Excelentíssimos Senhora e Senhores Conselheiros e ao Consultor Jurídico. Na ocasião, comunicou ao Plenário que enviará Ofício de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A seguir, concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA que, em nome dos demais homenageados, agradeceu ao Senhor Presidente pelo prestígio do seu comparecimento, aos demais membros do Plenário, aos funcionários e ao Coral desta Corte que com suas presenças contribuíram para o brilho da cerimônia.

Finalmente, fazendo uso da palavra, o Conselheiro MAURÍLIO SILVA, propôs o adiamento da Sessão Ordinária do dia 16 de novembro para as 15 horas do dia 17 do mesmo mês.- O Tribunal aprovou a proposição.

Nada mais havendo a tratar, às 11h11, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 279 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto à Corte.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DESPACHO DO GOVERNADOR
Em 19 de novembro de 1999

PROCESSO : 210.000.570/99; **INTERESSADO** : Secretaria de Turismo do Distrito Federal; **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. AUTORIZO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento às cidades do Rio de Janeiro - RJ, Recife - PE, Salvador - BA e Porto Alegre - RS, no período de 22/11/99 a 29/11/99 dos servidores **CARMEM LÚCIA CORRÊA LOPES MACHADO**, Engenheira Civil, matrícula n.º 64.429-3, da Secretária de Obras do Distrito Federal e **ANDRÉ MARTINS DE SOUZA**, Analista de Administração Pública - Arquiteto, matrícula n.º 91.547-5, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, conforme consta do presente processo, com ônus referente a passagens aéreas e diárias.
2. Publique-se.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 99, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA -RA - IV, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o inciso XXXIII, Artigo 53, do Regimento interno da Administração Regional de Brazlândia, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994 e considerando o disposto no Artigo 51 da Lei nº 8.666/93, suas alterações, resolve:
1 - Designar os servidores EUGÊNIO MONTEIRO DE REZENDE Matrícula Nº 65.820-0 Condutor Técnico – NOVACAP, SILVÂNIA MARIA DE LIMA Matrícula nº 22.783-0 Técnico de Administração Pública, JOSIAS YURI TORRES SANTOS Matrícula nº 42.473-0 Auxiliar de Administração Pública e IVANILDE PEREIRA DOS SANTOS Matrícula nº 43.165-6 Técnico de Administração Pública. Para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo ultimo comporem COMISSÃO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL desta RA – IV.

ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 100, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais, e face à competência que lhe confere o artigo 7º, Parágrafo Único do Decreto nº 13.447, de 17/09/91, resolve:
CONCEDER INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTES ao servidor WALTENCI CARVALHO DA SILVA, matrícula nº 97.330-0, Encarregado do Serviço de Topografia, DFG-02, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, desta Administração Regional. Para fazer jus ao pagamento, o servidor deverá cumprir as normas estabelecidas no referido Decreto.

ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 146, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, ínciso XLVI, do *Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de* dezembro de 1994, nos termos do Decreto 17.603 DE 15/08/96, Alterado pelo Dec..N.º 18.445 DE 15/07/97, resolve: Designar a servidora abaixo para substituir a Chefe da Seção de Arquivo Técnico/DREAEP, no período de 26/10/99 a 22/02/2000, por motivo de Licença Maternidade da titular:

NOME	MATRÍCULA	CARGO
ALZERINA DE FÁTIMA SILVA	41.698-3	Aux. De Adm. Pública

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 74, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

A Comissão de Avaliação de Desempenho da Administração Regional de Santa Maria, constituída pela Ordem de Serviço n.º 24, de 17 de abril de 1997,resolve:
Publicar o resultado da AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos servidores abaixo relacionados, referente ao interstício de 16 de outubro de 1998 a 15 de outubro de 1999, como se segue:

MATRICULA	NOME	MÉDIA	CONCEITO
21.382-9	AGEU FERREIRA DE OLIVEIRA	5,00	EXCELENTE
22.678-5	JORGE JOSÉ GOMES CONCEIÇÃO	4,10	BOM
22.772-2	GILDASIO VETE DA SILVA	5,00	EXCELENTE
24.764-3	ADAIR HELENA F. BRAGA	4,88	EXCELENTE
26.387-7	MARIA RAIMUNDA P. DAMIÃO	4,41	BOM
32.925-8	ROBERTO CARLOS GABRIEL	5,00	EXCELENTE
33.182-1	JOSE MACEDO FILHO	4,87	EXCELENTE
33.653-X	CECILIA SOUZA SANTOS DE LIMA	4,73	EXCELENTE
34.615-2	ANTÔNIO CAMPOS DE OLIVEIRA	4,87	EXCELENTE
35.096-6	WELTON BEZERRA DA SILVA	5,00	EXCELENTE
35.295-0	ALEXANDRE FERNANDES LIMA	5,00	EXCELENTE
37.759-7	ARLINDO ABREU DOS SANTOS	4.90	EXCELENTE
37.764-3	LUIZ CARLOS VILENA DE SOUZA	5,00	EXCELENTE
38.433-X	ANA LÚCIA DE ALMEIDA LEANDRO	5,00	EXCELENTE
38.669-3	EDILEUZA RIBEIRO DOS SANTOS	4,68	EXCELENTE
38.733-9	LUCINDA SOARES DA SILVA	5,00	EXCELENTE
38.737-1	MARIA LUZIA SILVA DO NASCIMENTO	4,96	EXCELENTE
38.923-4	CLAUDIONEIDE TORRES VENTURA	4,70	EXCELENTE
39.003-8	JOSEFA PEREIRA DE SOUZA	4,30	BOM
40.023-8	IVANDRO FERREIRA DE SOUZA	4,80	EXCELENTE
41.005-1	CLEBER LOPES DE OLIVEIRA	4,83	EXCELENTE
41.087-X	WELLINGTON PEREIRA GUEDES	4,48	BOM
41.626-6	PATRICIA RAQUEL BORGES DE OLIVEIRA	5,00	EXCELENTE
41.819-6	EDILEUZA RIBEIRO DA SILVA	5,00	EXCELENTE
42.025-5	MÔNICA PEREIRA DE SOUZA	4,71	EXCELENTE
42.063-8	FRANCISCO OTÁVIO C. BRANCO	4,88	EXCELENTE
42.091-3	MARCO AURELIO GODOIS BRITO	4,83	EXCELENTE
42.459-5	AURELIA RODRIGUES DA SILVA	4,92	EXCELENTE
42.471-4	MARIA HILZA C. S. ROCHA	5,00	EXCELENTE
42.709-8	IRENICE RIBEIRO DOS SANTOS	5,00	EXCELENTE
42.929-0	JOSE RIBAMAR C. R. SOUZA	5,00	EXCELENTE
43.043-9	NORMELIA KATIA DE ASSIS	5,00	EXCELENTE
43.045-5	MARIZA LIBAINO DE ALMEIDA RODRIGUES	5,00	EXCELENTE
43.147-8	SILVEIRA PEREIRA DE QUEIROZ	5,00	EXCELENTE
43.191-5	ÉLCIO BARREIRA SANTOS	5,00	EXCELENTE
43.228-8	LILIAN RODRIGUES DOS SANTOS	5,00	EXCELENTE
43.288-1	OTACILIO FERREIRA SANTANA	5,00	EXCELENTE
43.362-4	TELMA OLIVEIRA QUEIROZ	5,00	EXCELENTE
43.371-3	ERIVALDO SILVA ALVES	4,81	EXCELENTE
43.372-1	EVA MARIA TOMÉ ANGELO	5,00	EXCELENTE
43.473-6	DANILO BEZERRA ARAGÃO	5,00	EXCELENTE
43.528-7	DJALMA ALVES DA CRUZ	5,00	EXCELENTE
43.433-3	MIREILLE C. M. CARVALHO BRANCO	4,81	EXCELENTE
43.599-6	OSLEIDE CONCEIÇÃO ALVES ARANTES	5,00	EXCELENTE
43.615-1	WAGNER FRAGA FILGUEIRA	4,82	EXCELENTE
43.649-6	CRISTINA Mª DE LUCENA SILVA	5,00	EXCELENTE
43.753-0	MARISTELA QUEIROZ SANTOS	4,95	EXCELENTE
43.784-0	CRISTIANO MANGUEIRA SOUZA	4,65	EXCELENTE
43.803-0	TELMA DE LIMA ARAUJO DA SILVA	4,73	EXCELENTE
43.869-3	SEBASTIÃO FERREIRA DE SOUZA	4,43	BOM
43.988-6	ANA RITA BONIFÁCIO BONNE DOS SANTOS	4,97	EXCELENTE
44.203-8	EUNICE MARIA DE JESUS	5,00	EXCELENTE
46.271-3	EDCLEI DA COSTA ALMEIDA	4,74	EXCELENTE
46.476-7	FRANCINALDO OLIVEIRA CONCEIÇÃO	4,65	EXCELENTE

EDILEUZA RIBEIRO DA SILVA
Presidente

PATRÍCIA RAQUEL BORGES DE OLIVEIRA
Membro

EDSON GUILHERME AGUIAR TORRES
Membro

Homologo em 18-11-99

JOSÉ MEIRELLES FILHO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ATO DA COMISSÃO

A Comissão de Avaliação de Desempenho da Administração Regional de São Sebastião/RA-XIV, instituída através da Ordem de Serviço n.º 94, de 25.10.99, publicado no DODF n.º 214, de 09.11.99, pág.05, resolve:
1 – Divulgar o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores lotados nesta Administração, referente ao período de 16.10.98 á 15.10.99.
2 – Estipular o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos por parte dos servidores que se julgarem prejudicados quanto ao resultado da Avaliação de Desempenho.
Adalberto Antônio Ventura, presidente, Evandro Antunes de Oliveira, membro, Jacqueline Rodrigues dos Santos, membro e Lucilene Alves do Nascimento, representante do Sindicato.
Homologação: JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

MATRÍCULA	NOME	RESULTADO	
		PONTUAÇÃO	CONCEITO
32.277-6	Ernesto Almeida Rosa	4,50	Excelente
33.017-5	Evandro Antunes de Oliveira	4,80	Excelente
34.572-5	Jair Naves da Silva	5,00	Excelente
39.156-5	Jaime Moreira Nízio	4,63	Excelente
40.523-X	Maria Elsa Monteiro Neri	5,00	Excelente
40.545-0	Hércules Roberto Ferreira Costa	5,00	Excelente
41.132-9	Adalberto Antônio Ventura	4,80	Excelente
41.332-1	José Airton Lira	5,00	Excelente
41.642-8	Miriam de Melo Alves	5,00	Excelente
41.965-6	Osânio de Freitas Santos	4,90	Excelente
42.069-7	Wendel Lopes Dias	4,90	Excelente
43.456-6	Doraci da Costa Ribeiro Soares	5,00	Excelente
43.842-1	Lucilene Alves do Nascimento	4,90	Excelente

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, inciso XXXIII, do Decreto nº 16.247/94, resolve: Constituir Comissão de Sindicância composta do servidores Rosalinda Fonseca Moura, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 25391-X; Édio Gleiser da Silva Gondin, Fiscal de Obras, matrícula nº 24746-4; Célia Passos, Analista de Orçamento , matrícula nº 22777-3; para sob a presidência do primeiro, apurar fatos constantes no processo nº 132003821/99.

VALDEMAR DA SILVA AGUIAR

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, e ainda das que lhe são conferidas pelo Artigo 3º da Lei nº 2.346, de 12 de abril de 1999, resolve:

Conceder Gratificação Especial pelo Exercício na Residência Oficial do Governador do Distrito Federal-GEGOV, instituída pela Lei nº 2.346, de 12 de abril de 1999 a LEONARDO SOARES GOMES, na categoria de Motorista Chefe – Nível I.

Cessar a Gratificação Especial pelo Exercício na Residência Oficial do Governador do Distrito Federal-GEGOV, do servidor LEONARDO SOARES GOMES, na categoria de Motorista – Nível III.

(Republicada por haver saído com incorreção, do original, no DODF nº 219 de 17 de novembro de 1999, pág, 32).

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 165 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 27, inciso IV, do Regimento do IDR aprovado pelo Decreto nº 15.062, de 24 de setembro de 1993, resolve:

ASSINATURA SEMESTRAL
Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12
Remessa via Correios
R$ 223,08
Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

CONCEDER, Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ao servidor abaixo:

NOME	PROCESSO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	QUINQÜÊNIO
				PERÍODO
ANTÔNIO NOGUEIRA DO NASCIMENTO	00031.000260/99	80.180-1	DECAP/SATA	1º 14/11/94 a 12/11/99

ELIZABET GARCIA CAMPOS

SECRETARIA DE FAZENDA

PORTARIA Nº 420, 19 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE FAZENDA , no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

CONCEDER o adicional de que trata o artigo 62, da Lei nº 8.112/90, regulamentada pela Lei nº 8.911/94, aplicada no âmbito do Distrito Federal pela Portaria nº 114/94-SEA e, pela Lei nº 1.004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182/96, ao servidor abaixo relacionado:

Identificação do Servidor	Quintos		Transformação para Décimos	
	Fração	Vigência	Fração	Vigência
Nome: Floripes Machado Rocha Figueroa Matrícula: 07.281-8 Processo nº: 030.004.746/88	4/5 RM do DFG-06 1/5 RM do DFA-09	15.08.94	8/10 RM DFG-06 2/10 RM DFA-09	01.02.96

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E DE MATERIAL

ATO DO CHEFE

O Chefe da Divisão de Administração Financeira e de Material, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, conforme dispõe o art. 8º da Portaria SEFP Nº 1.013, de 1º de dezembro de 1994, resolve:
ELOGIAR os servidores abaixo relacionados pela colaboração, presteza, dedicação e responsabilidade dispensados no desempenho de suas funções durante o exercício em curso, bem como providenciar os devidos registros nos assentamentos funcionais dos servidores relacionados:

Da Divisão de Administração Financeira e de Material/DAG:
44.154-6 Rodrigo Torres Pontes
22.390-5 Valdecy de Alvarenga Brito

Da Seção de Execução Orçamentária e Financeira/DAFM:
33.867-2 Cláudia Macedo Holanda
40.680-5 Graziella Gomes Nascimento
23.870-8 Ivanise Barbosa Vieira
27.986-2 Márcia Aparecida F. Souza
30.818-8 Rita Hosana Adeodato
30.889-7 Ivone Marques Teixeira
31.104-9 Luzia Oliveira Chaves
30.727-0 Mara Rubia Vieira

Da Seção de Avaliação e Controle/DAFM
44.228-3 Emy Takada
42.928-7 Luciana de Almeida Rodrigues
42.662-8 Rosana Maria Gomes da Silva
42.662-8 Benício Ribeiro Barbosa
31.288-6 Adriana Rodrigues de Macêdo
43.754-9 Dagoberto Queiroz Mariano

Da Seção de Material/DAFM
42.699-7 Volmir Zaro
40.901-4 Maristela Calicci de M. Aguiar
26.075-4 José Ytiro Toujimoto
30.868-4 Maria do Rosário L. de Araújo
26.831-3 Rufino José Batista
37.071-1 Heliane Helena Ferreira
37.228-5 Sônia Regina Ferreira Giacobbo
39.909-4 Sebastião Pereira dos Santos

Da Seção de Patrimônio/DAFM
42.728-4 Hélio B. Gonzaga Filho
43.465-5 Renê Mendes Lopes
22.768-4 Marcos Queiroz Lessa
42.837-X Dhamarys Teixeira Xavier
43.310-1 André Luiz da Cruz M. Pereira

MARCELO CADETE DE ARAÚJO LIMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o disposto no Inciso VIII, do Artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o constante do Processo nº 082.016613/99, resolve:
DECLARAR VAGO o cargo de Agente de Educação/Serviço de Cozinha ocupado por MARIA APARECIDA PEREIRA LEAL, matrícula nº 28.354-1, do Quadro de Cargos de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 21.10.99, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

ATO DA DIRETORA

RELAÇÃO DE SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:

- MARIA DO ROSÁRIO FERNANDES MAIA, cargo Efetivo: Agente de Educação/Conservação e Limpeza, Referência 04-V, matrícula nº 27.691-X, Processo nº 082.008775/99, Data da Instrução: 18.11.99, a partir de 08.10.99.
- GILNEY ANTONIO CAETANO MARTINS, Cargo Efetivo: Agente de Educação/Conservação e Limpeza, Referência 04-V, matrícula nº 27.679-0, Processo nº 082.014528/99, Data da Instrução: 18.11.99, a partir de 01.10.99.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DESPACHOS DA DIRETORA

PROCESSO Nº:082.010251/99; INTERESSADA: MONIQUE BRITO KNOX; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES
Retifico o despacho constante às fls. 12 dos autos, para considerar a concessão de Licença para Trato de Assuntos Particulares pelo período de 06/10/99 a 05/10/2000, à servidora MONIQUE BRITO KNOX, matrícula nº 57.304-3.

PROCESSO Nº:082.012815/99; INTERESSADA: DÉBORA MENDES OLIVEIRA; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES
Retifico a Licença para Trato de Assuntos Particulares autorizada às fls. 05 dos autos por essa Diretoria Executiva pelo período de 01/10/99 a 30/09/99, relativa à servidora DÉBORA MENDES OLIVEIRA, Professor MG1V-GT3, matrícula nº 48.367-2, passando a considerar o período de 08/10/99 a 07/10/2002.

PROCESSO Nº:082.014719/99; INTERESSADA: DEBORA FERREIRA PASSOS CUGOLA; LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.
Autorizo, nos termos do artigo 5º da Lei 1.864/98, de 19/01/98, a Licença para Trato de Assuntos Particulares, requerida pela servidora Débora Ferreira Passos Cúgola, Professor MG3Q, matrícula nº 56.033-2, pelo período de 01/12/99 a 31/11/2000.

PROCESSO Nº: 082.014692/93; INTERESSADO: RUFINO LUIZ DE CARVALHO; ASSUNTO: APOSENTADORIA
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa e DETERMINO a emissão e liquidação da Nota de Empenho, no valor de R$ 45.913,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e treze reais), referente aos acertos financeiros apurados no presente processo.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução nº 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1 - Retificar a averbação do tempo de serviço referente aos processos formulados na vigência da Lei nº 8.112/90, adotada no âmbito do Distrito Federal, a partir de 01.01.92, através da Lei nº 197, de 04.12.91, para que se estenda os benefícios, também, para efeitos de Adicional por Tempo de Serviço (anuênios) de acordo com a Súmula 137-TCU, atendendo-se, assim, as diligências daquela Corte, relativamente ao servidor abaixo relacionado:

Nome: **ANGÉLICA NAZARÉ BORGES**	Matrícula:	**89.014-6**
Processo: **082.008895/96**	Dias:	**1.462**
Nome: **ESTER BERNARDES DE SOUZA**	Matrícula:	**59.261-7**
Processo: **082.001221/93**	Dias:	**921**
Nome: **FÁTIMA BATISTA GOMES**	Matrícula:	**99.229-1**
Processo: **082.014325/94**	Dias:	**1.076**
Nome: **FRANCISCA OLIVEIRA DO NASCIMENTO VIEIRA**	Matrícula:	**94.999-X**
Processo: **082.017945/93**	Dias:	**1.052**
Nome: **ILZA NOGUEIRA DE SOUZA**	Matrícula:	**78.104-5**
Processo: **082.009667/92**	Dias:	**1.517**
Processo: **082.010262/92**	Dias:	**799**
Nome: **JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA**	Matrícula:	**65.467-1**
Processo: **082.008321/92**	Dias:	**901**
Nome: **JOSÉ PAULA DE OLIVEIRA**	Matrícula:	**57.188-1**
Processo: **082.016691/93**	Dias:	**376**
Nome: **MARIA DO BOMFIM DIAS**	Matrícula:	**60.602-2**
Processo: **082.005886/93**	Dias:	**5.460**
Nome: **MARIA DO SOCORRO M. DE RESENDE DO NASCIMENTO**	Matrícula:	**91.816-4**
Processo: **082.006988/95**	Dias:	**614**
Nome: **MARIA GERALDINA PERILLO**	Matrícula:	**81.984-0**
Processo: **082.012063/92**	Dias:	**661**
Processo: **082.015901/93**	Dias:	**813**
Nome: **MARIA HOLANDA LOPES DE CARVALHO**	Matrícula:	**97.008-5**
Processo: **082.017445/92**	Dias:	**1.052**
Processo: **082.017692/95**	Dias:	**4.551**
Nome: **MARIA JOSÉ CANDIDA DA PAIXÃO**	Matrícula:	**94.081-X**
Processo: **082.014612/94**	Dias:	**926**
Nome: **MARIA LOPES SARAIVA**	Matrícula:	**61.727-X**
Processo: **082.001216/93**	Dias:	**632**
Nome: **MARIA LUZ DA SILVA**	Matrícula:	**75.924-4**
Processo: **082.010478/95**	Dias:	**2.484**
Nome: **MARIA ROSA BRANDÃO TONHÁ LINO**	Matrícula:	**57.323-X**
Processo: **082.013980/92**	Dias:	**3.730**

2 - Tornar sem efeito a publicação da Ordem de Serviço de 13.10.99, no DODF nº 213, de 08.11.99, página 12, por ter sido editada em duplicidade, permanecendo a que foi feita no DODF nº 210, de 03.11.99, página 102.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISAO DE PESSOAL DA FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela instrucao n. 551, de 31.01.96, subitem 1.12, resolve:
1- Averbar o tempo de servico, prestado pelos funcionarios, abaixo relacionados, ao orgao a seguir mencionado referente aos processos formulados na vigencia da Lei n. 8.112/90 adotada no ambito do Distrito Federal, a partir de 1 de janeiro de 1992, atraves da Lei n. 197 de 04 de dezembro de 1991.
Processo: 082013058/98; Ficha: 20734; Matricula: 0048987-5; Nome: ERCILIA SILVA COUTO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; SOBRADINHO-DF; Periodo: 01/09/86 a 02/07/89; Efeitos: 1.036 dias para aposentadoria.
Processo: 082011104/99; Ficha: 20762; Matricula: 0060147-0; Nome: ALVARO HOMEM; Funcao: AUTONOMO; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/12/79 a 31/08/83; Efeitos: 1.370 dias para aposentadoria.
Processo: 082014885/99; Ficha: 20763; Matricula: 0027837-8; Nome: ANALICE PEREIRA DE MACEDO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 01/08/93 a 03/01/96; Efeitos: 886 dias para aposentadoria, 886 dias para padrao.
Processo: 082014689/99; Ficha: 20764; Matricula: 0032572-4; Nome: ANA LUCIA ALVES DE SOUZA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: SLU/DF; BRASILIA-DF; Periodo: 14/02/91 a 21/04/97; Efeitos: 2.259 dias para aposentadoria, 2.259 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082014635/99; Ficha: 20765; Matricula: 0046651-4; Nome: ANGELINA DA C. N DE SOUZA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.EST.DA EDUCACAO; AVARE-SP; Periodo: 16/02/67 a 15/02/68; 01/03/68 a 31/01/71; Efeitos: 1.396 dias para aposentadoria, 1.396 dias para padrao.
Processo: 082013707/99; Ficha: 20766; Matricula: 0054437-X; Nome: ANTONIA DA SILVA SAMIR RIBEIRO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 27/04/79 a 04/06/80; 22/04/81 a 25/02/82; Efeitos: 715 dias para aposentadoria.
Processo: 082013707/99; Ficha: 20767; Matricula: 0054437-X; Nome: ANTONIA DA SILVA SAMIR RIBEIRO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 31/03/81 a 11/04/81; Efeitos: 12 dias para aposentadoria.
Processo: 082014521/99; Ficha: 20768; Matricula: 0048502-0; Nome: ARLETE JALES DE CALAIS; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 01/09/84 a 31/01/87; 01/01/88 a 31/07/92; Efeitos: 2.557 dias para aposentadoria, 2.557 dias para padrao.
Processo: 082013896/99; Ficha: 20769; Matricula: 0061359-2; Nome: ARMANDO WANDERLEY P DINIZ; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 23/04/73 a 21/05/73; 01/06/73 a 31/08/75; 03/01/77 a 09/03/77; 12/09/77 a 13/12/77; Efeitos: 1.010 dias para aposentadoria.
Processo: 082014115/99; Ficha: 20770; Matricula: 0077260-7; Nome: BENEDITO ALMEIDA DE GOES; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 26/03/74 a 31/12/75; 01/01/76 a 30/04/78; 01/06/78 a 01/01/79; Efeitos: 1.712 dias para aposentadoria.
Processo: 082014878/99; Ficha: 20771; Matricula: 0043451-5; Nome: CATARINA A PEREIRA LIMA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 23/10/73 a 27/11/73; 01/11/75 a 30/07/77; 01/08/77 a 04/04/91; Efeitos: 5.669 dias para aposentadoria.
Processo: 082013738/99; Ficha: 20772; Matricula: 0026102-5; Nome: CELIA MARIA ROSA PINTO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA EDUCACAO.; GOIANIA-GO; Periodo: 01/02/86 a 31/12/86; 01/02/87 a 31/12/87; 01/02/88 a 31/12/88; 01/02/89 a 31/12/89; 01/02/90 a 31/12/90; 01/02/91 a 31/12/91; Efeitos: 2.005 dias para aposentadoria, 2.005 dias para padrao.
Processo: 082013738/99; Ficha: 20773; Matricula: 0026102-5; Nome: CELIA MARIA ROSA PINTO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SECRET.EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 01/02/92 a 31/12/92; 01/02/93 a 28/02/93; Efeitos: 363 dias para aposentadoria, 363 dias para padrao.
Processo: 082013741/99; Ficha: 20774; Matricula: 0067582-2; Nome: DANIEL RAMOS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/06/75 a 28/05/76; 27/02/78 a 30/06/79; 04/05/82 a 13/07/89; Efeitos: 3.480 dias para aposentadoria.
Processo: 082013952/99; Ficha: 20775; Matricula: 0048276-5; Nome: DENISE DE OLIVEIRA PEREIRA; Funcao: AG. ADMINIST / ESCRITURARIO; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 15/08/85 a 02/08/92; Efeitos: 2.545 dias para aposentadoria.
Processo: 082013952/99; Ficha: 20776; Matricula: 0048276-5; Nome: DENISE DE OLIVEIRA PEREIRA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 03/08/92 a 01/02/93; Efeitos: 183 dias para aposentadoria.
Processo: 082014013/99; Ficha: 20777; Matricula: 0036152-6; Nome: EDINALVA FILGUEIRAS SILVA; Funcao: ASSISTENTE SOCIAL / AG SOCIAL; Certidao expedida: FUN.SERV.SOCIAL/GDF; BRASILIA-DF; Periodo: 02/09/85 a 22/01/98; Efeitos: 4.526 dias para aposentadoria, 4.526 dias para adicionais Tempo de Servico.

Processo: 082014700/99; Ficha: 20778; Matricula: 0032766-2; Nome: FRANCISCA LISBOA BATISTA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/08/85 a 31/03/90; 02/04/90 a 23/04/97; Efeitos: 4.283 dias para aposentadoria.
Processo: 082014073/99; Ficha: 20779; Matricula: 0035239-X; Nome: FRANCISCA SANTOS QUEIROZ; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: SEC.ADMINIST/GDF; BRASILIA-DF; Periodo: 10/06/94 a 11/01/98; Efeitos: 1.312 dias para aposentadoria, 1.312 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082014496/99; Ficha: 20780; Matricula: 0098228-8; Nome: GERHARD WALTER PETERS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: DISTRITO ESTADUAL; FERNANDO DE NORONHA-PE; Periodo: 01/01/84 a 08/02/85; Efeitos: 405 dias para aposentadoria, 405 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082014037/99; Ficha: 20781; Matricula: 0049932-3; Nome: GILBERTO CEZAR ANDRADE NEVES; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: MINIST. COMUNICACOES; BRASILIA-DF; Periodo: 08/09/81 a 16/04/90; Efeitos: 3.143 dias para aposentadoria.
Processo: 082013772/99; Ficha: 20782; Matricula: 0091325-1; Nome: HODEVA FRANCA DOS SANTOS; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 02/02/81 a 04/03/81; Efeitos: 31 dias para aposentadoria.
Processo: 082013857/99; Ficha: 20783; Matricula: 0036996-9; Nome: JANE FATIMA FONTENELES DE SOUZ; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA ADMINISTRACAO; PALMAS-TO; Periodo: 08/07/92 a 30/09/94; 01/10/96 a 31/12/96; Efeitos: 877 dias para aposentadoria, 877 dias para padrao.
Processo: 082013639/99; Ficha: 20784; Matricula: 0049377-5; Nome: JANISE APARECIDA DA SILVA; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 24/04/91 a 04/05/93; Efeitos: 742 dias para aposentadoria.
Processo: 082012317/99; Ficha: 20785; Matricula: 0065322-5; Nome: JOSE LUIZ ROSSI; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: PRES.DA REPUBLICA; BRASILIA-DF; Periodo: 01/12/85 a 03/08/87; Efeitos: 611 dias para aposentadoria, 611 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082014307/99; Ficha: 20786; Matricula: 0045471-0; Nome: JOSE MENEZES DA SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 23/02/67 a 27/03/67; 01/11/67 a 19/12/74; 05/02/75 a 01/06/81; 04/08/81 a 04/09/82; 05/09/82 a 03/05/83; 05/05/83 a 28/02/85; Efeitos: 6.252 dias para aposentadoria.
Processo: 082014307/99; Ficha: 20787; Matricula: 0045471-0; Nome: JOSE MENEZES DA SILVA; Funcao: DATILOGR / RECEPCIONIST; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/12/85 a 24/09/91; Efeitos: 2.124 dias para aposentadoria.
Processo: 082014151/99; Ficha: 20788; Matricula: 0060078-4; Nome: JURACY DE ABREU E SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; MIRINZAL-MA; Periodo: 04/03/63 a 30/06/70; Efeitos: 2.676 dias para aposentadoria, 2.676 dias para adicionais Tempo de Servico, 2.676 dias para padrao.
Processo: 082014002/99; Ficha: 20789; Matricula: 0048419-9; Nome: LENI MARTINS TORRES DE MORAIS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/09/86 a 22/01/87; Efeitos: 144 dias para aposentadoria.
Processo: 082014002/99; Ficha: 20790; Matricula: 0048419-9; Nome: LENI MARTINS TORRES DE MORAIS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 02/02/87 a 29/06/87; 06/07/87 a 22/12/88; 01/04/89 a 01/08/89; Efeitos: 807 dias para aposentadoria.
Processo: 082014002/99; Ficha: 20791; Matricula: 0048419-9; Nome: LENI MARTINS TORRES DE MORAIS; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 02/08/89 a 31/03/92; Efeitos: 973 dias para aposentadoria.
Processo: 082012068/99; Ficha: 20792; Matricula: 0028028-3; Nome: LEONOR BATISTA DE OLIVEIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; SOBRADINHO-DF; Periodo: 28/12/80 a 07/12/82; 20/03/83 a 04/08/83; 03/04/86 a 16/05/88; 17/05/88 a 02/07/91; 01/06/92 a 11/06/93; 07/06/93 a 02/01/94; Efeitos: 3.351 dias para aposentadoria.
Processo: 082012068/99; Ficha: 20793; Matricula: 0028028-3; Nome: LEONOR BATISTA DE OLIVEIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; SOBRADINHO-DF; Periodo: 04/04/94 a 07/11/94; 09/11/94 a 29/01/96; Efeitos: 665 dias para aposentadoria.
Processo: 082014522/99; Ficha: 20794; Matricula: 0027487-9; Nome: LILIAM GOMES RIBEIRO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; FORMOSA-GO; Periodo: 16/03/92 a 30/04/94; Efeitos: 776 dias para aposentadoria, 776 dias para padrao.

Processo: 082013854/99; Ficha: 20795; Matricula: 0075448-X; Nome: LINDALVA LOPES DE SOUSA; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 08/08/74 a 30/12/77; 01/01/78 a 27/04/78; Efeitos: 1.358 dias para aposentadoria.
Processo: 082013990/99; Ficha: 20796; Matricula: 0032440-X; Nome: LINDALVA PEREIRA DA SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/05/88 a 18/10/88; 03/11/88 a 08/01/89; 09/01/89 a 22/07/89; 19/07/89 a 03/10/90; 22/11/91 a 26/02/93; Efeitos: 1.338 dias para aposentadoria.
Processo: 082013990/99; Ficha: 20797; Matricula: 0032440-X; Nome: LINDALVA PEREIRA DA SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 24/03/93 a 01/12/93; 07/03/94 a 22/12/94; 15/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 07/07/95; 04/08/95 a 21/12/95; 01/03/96 a 19/06/96; Efeitos: 938 dias para aposentadoria.
Processo: 082013990/99; Ficha: 20798; Matricula: 0032440-X; Nome: LINDALVA PEREIRA DA SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 20/06/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 21/12/96; 20/03/97 a 14/04/97; Efeitos: 209 dias para aposentadoria.
Processo: 082014080/99; Ficha: 20799; Matricula: 0055152-X; Nome: LINDAURA ALVES DE FIGUEIREDO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 25/09/74 a 02/02/75; 01/05/75 a 11/09/75; 01/10/75 a 22/10/75; 08/03/76 a 16/06/76; 01/07/76 a 14/07/76; 02/02/77 a 26/08/77; Efeitos: 608 dias para aposentadoria.
Processo: 082014080/99; Ficha: 20800; Matricula: 0055152-X; Nome: LINDAURA ALVES DE FIGUEIREDO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 02/08/78 a 28/10/80; 11/12/80 a 28/05/81; Efeitos: 988 dias para aposentadoria.
Processo: 082013559/99; Ficha: 20801; Matricula: 0038999-4; Nome: MAGNA LOPES PERES DE DEUS; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 01/04/93 a 17/05/95; Efeitos: 777 dias para aposentadoria, 777 dias para padrao.
Processo: 082013850/99; Ficha: 20802; Matricula: 0023272-6; Nome: MARIA APARECIDA DE S CASTELLAR; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/03/67 a 31/12/67; 01/05/68 a 31/12/68; 01/03/70 a 12/04/70; Efeitos: 594 dias para aposentadoria.
Processo: 082013850/99; Ficha: 20803; Matricula: 0023272-6; Nome: MARIA APARECIDA DE S CASTELLAR; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS-PREF.M.ITAGUAI; TAGUATINGA-DF; Periodo: 14/05/82 a 31/12/82; Efeitos: 232 dias para aposentadoria, 232 dias para padrao.
Processo: 082014730/99; Ficha: 20804; Matricula: 0033070-1; Nome: MARIA DA CONCEICAO PACIFICO SO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 14/11/87 a 20/03/89; Efeitos: 493 dias para aposentadoria.
Processo: 082014730/99; Ficha: 20805; Matricula: 0033070-1; Nome: MARIA DA CONCEICAO PACIFICO SO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 08/03/94 a 06/05/94; 09/05/94 a 06/06/94; 07/06/94 a 22/12/94; 21/02/95 a 02/05/95; 03/05/95 a 31/05/95; 01/06/95 a 07/07/95; Efeitos: 425 dias para aposentadoria.
Processo: 082014730/99; Ficha: 20806; Matricula: 0033070-1; Nome: MARIA DA CONCEICAO PACIFICO SO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 24/07/95 a 29/09/95; 02/10/95 a 31/10/95; 01/11/95 a 21/12/95; 04/03/96 a 19/04/96; 22/04/96 a 12/07/96; 15/07/96 a 30/09/96; Efeitos: 356 dias para aposentadoria.

Processo: 082014730/99; Ficha: 20807; Matricula: 0033070-1; Nome: MARIA DA CONCEICAO PACIFICO SO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/10/96 a 31/10/96; 01/11/96 a 21/12/96; 13/03/97 a 28/04/97; Efeitos: 129 dias para aposentadoria.
Processo: 082014108/99; Ficha: 20808; Matricula: 0033155-4; Nome: MARIA DE LOURDES RIBEIRO VIEIR; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 03/05/78 a 30/10/79; 05/11/79 a 19/09/90; 20/09/90 a 14/02/91; 04/07/91 a 26/07/94; 06/04/95 a 21/11/96; Efeitos: 6.381 dias para aposentadoria.
Processo: 082013997/99; Ficha: 20809; Matricula: 0075695-4; Nome: MARIA DEUSDEME C E S PESSOA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 07/05/76 a 23/08/76; 26/07/77 a 26/07/77; Efeitos: 110 dias para aposentadoria.
Processo: 082013698/99; Ficha: 20810; Matricula: 0066908-3; Nome: MARIA DO CARMO ALMEIDA MORAES; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.EST.DE EDUCACAO; RIO DE JANEIRO-RJ; Periodo: 24/02/70 a 31/12/70; 01/01/71 a 17/02/74; Efeitos: 1.455 dias para aposentadoria, 1.455 dias para adicionais Tempo de Servico, 1.455 dias para padrao.
Processo: 082013558/99; Ficha: 20811; Matricula: 0032636-4; Nome: MARIA DOS ANJOS SILVA DE LIMA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/03/84 a 31/07/84; 01/08/84 a 11/03/85; Efeitos: 376 dias para aposentadoria.
Processo: 082013558/99; Ficha: 20812; Matricula: 0032636-4; Nome: MARIA DOS ANJOS SILVA DE LIMA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: E.E.TANCREDO NEVES; JOAO PINHEIRO-MG; Periodo: 16/11/92 a 24/12/92; 01/01/93 a 31/01/93; 04/02/93 a 28/11/94; 01/01/95 a 31/01/97; Efeitos: 1.420 dias para aposentadoria, 1.420 dias para padrao.
Processo: 082013998/99; Ficha: 20813; Matricula: 0050098-4; Nome: MARIA GENTILEZA V DA SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/04/69 a 20/12/70; 24/10/78 a 14/12/79; Efeitos: 1.046 dias para aposentadoria.
Processo: 082013998/99; Ficha: 20814; Matricula: 0050098-4; Nome: MARIA GENTILEZA V DA SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: FUN.UNIVERSIDADE BSB; BRASILIA-DF; Periodo: 22/03/71 a 16/11/73; Efeitos: 909 dias para aposentadoria, 909 dias para adicionais Tempo de Servico.
Processo: 082013864/99; Ficha: 20815; Matricula: 0022853-2; Nome: MARIA IRINELDA MENDES SILVA; Funcao: DEMONST / CONTROLADOR; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 09/04/85 a 12/11/87; 13/11/87 a 30/07/89; Efeitos: 1.574 dias para aposentadoria.
Processo: 082013651/99; Ficha: 20816; Matricula: 0035216-0; Nome: MARIA LUCIA DA SILVA ANDRADE; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA MUNICIPAL; STA.HELENA DE GOIAS-GO; Periodo: 15/03/86 a 30/09/97; Efeitos: 4.218 dias para aposentadoria, 4.218 dias para padrao.
Processo: 082014309/99; Ficha: 20817; Matricula: 0043893-6; Nome: MARIA LUIZA TEIXEIRA DE BARROS; Funcao: AG. ADMINIST / ESCRITURARIO; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 19/07/84 a 01/08/89; Efeitos: 1.840 dias para aposentadoria.
Processo: 082014309/99; Ficha: 20818; Matricula: 0043893-6; Nome: MARIA LUIZA TEIXEIRA DE BARROS; Funcao: AUTONOMO; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 02/08/89 a 30/04/91; Efeitos: 637 dias para aposentadoria.
Processo: 082014612/99; Ficha: 20819; Matricula: 0046577-1; Nome: MARIA RITA LEAO MAIA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DE EST.DE ADMIN.; BELEM-PA; Periodo: 24/10/83 a 31/03/89; Efeitos: 1.986 dias para aposentadoria, 1.986 dias para padrao.
Processo: 082014764/99; Ficha: 20820; Matricula: 0043698-4; Nome: MARIA SONIA FELINTO SANTANA DA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/08/86 a 16/05/88; 01/01/90 a 07/08/90; 18/10/90 a 19/04/91; Efeitos: 1.058 dias para aposentadoria.
Processo: 082014074/99; Ficha: 20821; Matricula: 0061549-8; Nome: NEIDE REGINA ORTIZ MIATTELLO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.EST.DA EDUCACAO; SAO PAULO-SP; Periodo: 19/10/76 a 06/11/76; 09/02/78 a 04/03/80; Efeitos: 622 dias para aposentadoria, 622 dias para adicionais Tempo de Servico, 622 dias para padrao.
Processo: 082014074/99; Ficha: 20822; Matricula: 0061549-8; Nome: NEIDE REGINA ORTIZ MIATTELLO; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/03/85 a 18/11/85; Efeitos: 263 dias para aposentadoria.
Processo: 082014540/99; Ficha: 20823; Matricula: 0040450-0; Nome: RAIMUNDO RODRIGUES DO REGO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/03/61 a 31/12/62; 01/04/63 a 31/12/63; 01/02/64 a 31/12/64; 01/01/65 a 31/12/65; 01/02/66 a 31/10/67; 01/01/68 a 31/12/68; Efeitos: 2.650 dias para aposentadoria.
Processo: 082014540/99; Ficha: 20824; Matricula: 0040450-0; Nome: RAIMUNDO RODRIGUES DO REGO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 20/09/74 a 05/08/78; 02/10/78 a 30/06/83; 01/08/83 a 30/05/84; 01/09/84 a 02/03/87; 27/05/87 a 03/08/87; 18/08/87 a 08/04/89; Efeitos: 5.035 dias para aposentadoria.
Processo: 082014540/99; Ficha: 20825; Matricula: 0040450-0; Nome: RAIMUNDO RODRIGUES DO REGO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 24/11/89 a 13/03/90; Efeitos: 110 dias para aposentadoria.

Processo: 082013768/99; Ficha: 20826; Matricula: 0068352-3; Nome: REGINA MARIA SOUZA DOS ANJOS; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 01/11/67 a 30/04/70; 02/05/70 a 15/01/71; 01/06/71 a 30/11/71; Efeitos: 1.354 dias para aposentadoria.
Processo: 082011996/99; Ficha: 20827; Matricula: 0039504-8; Nome: RITA MARIA DE OLIVEIRA CABRAL; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREFEITURA DA CIDADE; RIO DE JANEIRO-RJ; Periodo: 24/10/73 a 28/02/78; Efeitos: 1.589 dias para aposentadoria, 1.546 dias para padrao.
Processo: 082011996/99; Ficha: 20828; Matricula: 0039504-8; Nome: RITA MARIA DE OLIVEIRA CABRAL; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 10/07/96 a 21/12/96; Efeitos: 165 dias para aposentadoria.
Processo: 082014025/99; Ficha: 20829; Matricula: 0078951-8; Nome: ROSIRES COSTA A DOS SANTOS; Funcao: AUTONOMO; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/03/78 a 30/12/78; 01/01/79 a 03/09/79; Efeitos: 551 dias para aposentadoria.
Processo: 082007715/99; Ficha: 20830; Matricula: 0024132-6; Nome: SEBASTIAO JOSE SOBRINHO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 19/11/67 a 21/11/67; 27/03/68 a 31/01/69; 01/02/69 a 30/11/69; 01/12/69 a 15/04/73; 16/04/73 a 31/10/73; 01/11/73 a 24/06/76; Efeitos: 3.015 dias para aposentadoria.
Processo: 082007715/99; Ficha: 20831; Matricula: 0024132-6; Nome: SEBASTIAO JOSE SOBRINHO; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 11/08/76 a 15/05/80; 01/06/80 a 12/11/85; 10/03/86 a 08/08/90; Efeitos: 4.978 dias para aposentadoria.
Processo: 082007715/99; Ficha: 20832; Matricula: 0024132-6; Nome: SEBASTIAO JOSE SOBRINHO; Funcao: AUTONOMO; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 01/12/85 a 31/12/85; 01/09/90 a 05/06/94; Efeitos: 1.405 dias para aposentadoria.
Processo: 082014006/99; Ficha: 20833; Matricula: 0043693-3; Nome: SHEILA DE ARAUJO ALVES; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 05/11/84 a 01/02/90; Efeitos: 1.915 dias para aposentadoria.
Processo: 082014006/99; Ficha: 20834; Matricula: 0043693-3; Nome: SHEILA DE ARAUJO ALVES; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; BRASILIA-DF; Periodo: 02/02/90 a 31/07/90; Efeitos: 180 dias para aposentadoria.
Processo: 082013652/99; Ficha: 20835; Matricula: 0026286-2; Nome: SILVANA MARIA FERREIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; LUZIANIA-GO; Periodo: 01/01/81 a 30/12/86; Efeitos: 2.190 dias para aposentadoria.
Processo: 082013652/99; Ficha: 20836; Matricula: 0026286-2; Nome: SILVANA MARIA FERREIRA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: SEC.DE EST.EDUCACAO; BELO HORIZONTE-MG; Periodo: 01/02/94 a 01/01/95; 02/01/95 a 01/05/95; Efeitos: 455 dias para aposentadoria.
Processo: 082013723/99; Ficha: 20837; Matricula: 0046407-4; Nome: VALMEIRE SOUSA BEZERRA NAVES; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 01/12/85 a 10/05/90; 01/06/91 a 13/08/91; Efeitos: 1.696 dias para aposentadoria.
Processo: 082014120/99; Ficha: 20838; Matricula: 0036169-0; Nome: WAGNER PEREIRA BATISTA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: SEC.DA EDUCACAO; GOIANIA-GO; Periodo: 01/10/92 a 31/12/92; 01/02/93 a 31/12/93; 01/02/94 a 30/11/94; 01/03/95 a 31/12/95; 01/02/96 a 31/12/96; 01/02/97 a 31/12/97; Efeitos: 1.703 dias para aposentadoria, 1.703 dias para padrao.
Processo: 082011111/99; Ficha: 20839; Matricula: 0033829-X; Nome: WELCH DE PAIVA GONCALO E SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS(PREF.MUNIC.); GAMA-DF; Periodo: 01/06/87 a 09/08/90; Efeitos: 1.166 dias para aposentadoria, 1.166 dias para padrao.
Processo: 082011111/99; Ficha: 20840; Matricula: 0033829-X; Nome: WELCH DE PAIVA GONCALO E SILVA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 31/03/94 a 15/04/94; 18/04/94 a 03/05/94; 04/05/94 a 03/06/94; 06/06/94 a 22/12/94; Efeitos: 263 dias para aposentadoria.
Processo: 082011111/99; Ficha: 20841; Matricula: 0033829-X; Nome: WELCH DE PAIVA GONCALO E SILVA; Funcao: DIVERSOS /OUTROS / AUX; Certidao expedida: INSS; GAMA-DF; Periodo: 15/01/91 a 10/12/91; 03/06/92 a 01/07/92; 17/06/96 a 01/08/97; Efeitos: 770 dias para aposentadoria.
Processo: 082013925/99; Ficha: 20842; Matricula: 0057886-X; Nome: ZENILDA DE SOUSA FREITAS; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 13/12/77 a 23/12/77; 15/03/82 a 24/06/82; 20/09/82 a 13/07/83; Efeitos: 410 dias para aposentadoria.
Processo: 082013925/99; Ficha: 20843; Matricula: 0057886-X; Nome: ZENILDA DE SOUSA FREITAS; Funcao: SERVENTE / ATENDENTE; Certidao expedida: INSS; TAGUATINGA-DF; Periodo: 02/02/81 a 16/01/82; Efeitos: 349 dias para aposentadoria.
Processo: 082011998/99; Ficha: 20844; Matricula: 0035849-5; Nome: ORMEZINA APOLIANO MOREIRA; Funcao: PROFESSOR; Certidao expedida: PREF. MUNICIPAL; MASSAPE-CE; Periodo: 01/04/77 a 20/11/84; Efeitos: 2.791 dias para aposentadoria, 2.791 dias para padrao.
Processo: 082012610/99; Ficha: 20845; Matricula: 0036730-3; Nome: VALDIRENE DE ARAUJO; Funcao: AG. ADMINIST / ESCRITURARIO; Certidao expedida: MIN.DO TRABALHO; BRASILIA-DF; Periodo: 26/04/96 a 28/04/97; Efeitos: 368 dias para aposentadoria.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MAT.	LOCAL DE EXERCICIO	QUIN.	PERÍODO
VALDIVINO F. DE AQUINO	20.801-9	DSG/SAP	1º	09.09.93 a 08.09.98
CIRLENE LUIZA LUZ SANTOS	20.928-7	DRE/GAMA	1º	16.09.93 a 15.03.99
JOSELITA DOS SANTOS COSTA	200.594-8	DRE/SAMAMBAIA	1º	08.06.94 a 07.06.99
MARIA DE FATIMA A. DE ALMEIDA	200.619-7	DRE/GAMA	1º	03.11.93 a 02.12.98
MARIA LUCIA DE O. NASCIMENTO	21.037-4	DRE/PP-CRUZEIRO	1º	22.09.93 a 21.09.98
MARISELENA P. FAULSTICH	21.430-2	DRE/SAMAMBAIA	1º	03.01.94 a 02.01.99
JOANA D'ARC N. SANTOS	21.771-9	DRE/TAGUATINGA	1º	18.01.94 a 17.01.99
CARLINDO CANARIO DOS S. JUNIOR	22.506-1	DRE/GAMA	1º	01.02.94 a 31.01.99
GILMARA LOPES DOS S. PINHO	22.968-7	DRE/GAMA	1º	02.03.94 a 01.03.99
LETICIA PIRES DOS SANTOS	23.555-5	DRE/CEILANDIA	1º	18.04.94 a 17.04.99
JOAO BATISTA DA SILVA	23.617-9	DRE/CEILANDIA	1º	20.04.94 a 19.08.99
EDILEUZA DE O. RIBEIRO	23.709-4	DRE/GUARA	1º	26.04.94 a 25.04.99
NEUSA ALVES RIBEIRO	23.794-9	DRE/PP-CRUZEIRO	1º	05.05.94 a 04.06.99
EDILENE AMARAL SILVA	24.030-3	DRE/CEILANDIA	1º	26.05.94 a 25.06.99
LITON DE SOUZA ARAUJO	24.296-9	DRE/CEILANDIA	1º	13.06.94 a 12.06.99
FRANCISCO VIANA LEITE	24.343-4	DRE/CEILANDIA	1º	27.06.94 a 26.06.99
ENIS KARINE FERREIRA	24.528-3	DRE/SANTA MARIA	1º	22.06.94 a 21.06.99
MARINEIDE MARIA DE O. SILVA	24.558-5	DRE/TAGUATINGA	1º	23.06.94 a 22.06.99
CLEBIO CARMO PEIXOTO	24.610-7	DRE/PLANALTINA	1º	27.06.94 a 26.07.99
SONIVALDA MATUTINO	24.611-5	DRE/SOBRADINHO	1º	27.06.94 a 26.06.99
MARTA MOREIRA BARBOSA	24.656-5	DRE/CEILANDIA	1º	06.07.94 a 05.07.99
ZULENE MARTINS FARIAS	24.889-4	DRE/SAMAMBAIA	1º	26.07.94 a 25.07.99
VANUZA DE S. CAMARGO	24.915-7	DRE/CEILANDIA	1º	29.07.94 a 28.07.99
HANDERSON A. RODRIGUEZ	24.924-6	DRE/PP-CRUZEIRO	1º	05.08.94 a 04.08.99
MANOEL DOS SANTOS NETO	24.952-1	DRE/CEILANDIA	1º	02.08.94 a 01.08.99
ELIANE F. HENRIQUE	24.985-8	DRE/CEILANDIA	1º	04.08.94 a 03.08.99
MARIA MAILDES SOUSA DE MORAIS	24.990-4	DRE/SAMAMBAIA	1º	04.08.94 a 03.08.99
GEANE FATIMA M. NUNES	24.997-1	DRE/TAGUATINGA	1º	05.08.94 a 04.08.99
MARIA CELIA A. LIMA	25.026-0	DRE/CEILANDIA	1º	09.08.94 a 08.08.99
JANY NEVES E SILVA	25.060-0	DRE/CEILANDIA	1º	16.08.94 a 15.08.99
VALDECILIA MARQUES DE OLIVEIRA	25.076-7	DRE/CEILANDIA	1º	17.08.94 a 16.08.99
TANIA LUCIA F. DOS SANTOS	25.131-3	DRE/SOBRADINHO	1º	30.08.94 a 29.08.99
MARIA VIRGINIA A. GOMES	25.147-X	DRE/SANTA MARIA	1º	23.08.94 a 22.08.99
WANDERLEIA SOARES LIMA	25.157-7	DRE/CEILANDIA	1º	24.08.94 a 23.08.99
RITA MORGANA N. MALDI	25.183-6	DRE/TAGUATINGA	1º	30.08.94 a 29.08.99
ROBERTA LOPES DA SILVA	25.185-2	DRE/GUARA	1º	26.08.94 a 25.08.99
TELMA DIAS DE OLIVEIRA	25.187-9	DRE/NB	1º	29.08.94 a 28.08.99
RUTH ROCHA P. VICENTE	25.243-3	SATC/DEX	1º	01.02.94 a 31.01.99
MARINEZ V. DE MENEZES	25.250-6	DRE/CEILANDIA	1º	06.09.94 a 05.09.99
ERICA REJANE D. COSTA	25.255-7	DRE/CEILANDIA	1º	06.09.94 a 05.09.99
LUDIMILA DE O. GRATÃO	25.266-2	DRE/CEILANDIA	1º	08.09.94 a 07.09.99
FRANCISCA LUCIA A. DE ARAUJO	25.274-3	DRE/CEILANDIA	1º	09.09.94 a 08.09.99
VERA MARIA A. DE OLIVEIRA	25.300-6	DRE/PLANALTINA	1º	16.09.94 a 15.09.99
JOVENILCE P. DE SOUZA	25.337-5	DRE/BRAZLANDIA	1º	23.09.94 a 22.09.99
ANDREA COELHO DA SILVA	25.338-3	DRE/GUARA	1º	23.09.94 a 22.09.99
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	25.341-3	DRE/PLANALTINA	1º	23.09.94 a 22.09.99
MARTA REGINA COSTA	25.377-4	DRE/TAGUATINGA	1º	27.09.94 a 26.09.99
CLAUDIA AIRES DO REGO	25.391-X	DRE/TAGUATINGA	1º	28.09.94 a 27.09.99
RAIMUNDO JOSE L. DA SILVA	25.443-6	DSG/SDCA	1º	05.10.94 a 04.10.99
ELCI ALVES SALVADOR	30.434-4	DRE/TAGUATINGA	1º	12.07.94 a 11.07.99
JUCENILDE ALVES BATISTA	33.190-2	DRE/CEILANDIA	2º	28.06.94 a 27.06.99
ROSANGELA MORAIS B. DE SOUSA	35.400-7	DRE/SANTA MARIA	2º	29.03.94 a 28.03.99
IZAIAS LOPES CABRAL FILHO	36.294-8	DRE/CEILANDIA	1º	22.08.94 a 21.08.99
MARIA APARECIDA R. GALVAO	46.166-0	DRE/CEILANDIA	1º	27.01.92 a 26.01.97
ALESSANDRA P. DA SILVA	48.043-6	DRE/CEILANDIA	1º	01.02.93 a 31.03.98
GENTIL JOSE DE MELO	48.200-5	DRE/PLANALTINA	1º	02.03.93 a 01.03.98
SIDINEI JOSE ROSA	49.075-X	DRE/SANTA MARIA	1º	23.04.93 a 22.05.98
MARCIA FERREIRA DE F. LIMA	49.425-9	DRE/CEILANDIA	1º	07.05.93 a 06.05.98
JOAO KNOX T. DE MENEZES	49.759-2	DRE/SAMAMBAIA	1º	27.05.93 a 26.05.98
MARTA MARCELO B. DO NASCIMENTO	52.995-8	DRE/CEILANDIA	1º	11.06.91 a 10.06.96
LUCIA SALES LINS	54.396-9	DRE/GAMA	3º	25.02.92 a 24.02.97
CREUZA G. DOS SANTOS RODRIGUES	56.429-X	DRE/TAGUATINGA	3º	11.02.93 a 10.02.98
ANTONIO RIBEIRO FILHO	58.086-4	DRE/SOBRADINHO	3º	08.05.94 a 07.06.99
NILDA CRUZ DOS SANTOS	58.106-2	DRE/SANTA MARIA	3º	03.01.94 a 02.01.99
NOEMIA DOS SANTOS VIEIRA	58.484-3	DRE/TAGUATINGA	3º	17.01.94 a 16.01.99
TALITA MAHAMOUD ALI	59.098-3	DRE/TAGUATINGA	3º	02.04.94 a 01.04.99
MARIZETE S. SAMPAIO	59.125-4	DRE/SOBRADINHO	3º	04.04.94 a 03.04.99
JOAQUIM G. DE SOUSA	59.316-8	DRE/SANTA MARIA	3º	28.05.94 a 27.05.99
MARIA ANTONIETA T. GOULART	59.413-X	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	23.07.94 a 22.07.99
MARIA ABADIA L. DE PRADO	59.423-7	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	06.08.94 a 05.08.99
ANA MARIA DOS SANTOS COSTA	59.451-2	DRE/TAGUATINGA	3º	13.08.94 a 12.08.99
ELIZETE BOUSQUET OFUGI	59.492-X	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	21.08.94 a 20.08.99
LUZINEIDE E. DE LIMA REIS	59.507-1	DRE/CEILANDIA	3º	23.08.94 a 22.08.99
LAZI MONTEIRO DOS S. NEIVA	59.523-3	DRE/CEILANDIA	3º	27.08.94 a 26.08.99
SELITA ARAUJO DE CASTRO	59.525-X	DRE/CEILANDIA	3º	28.08.94 a 27.08.99
REGINA CELIA L. BERNARDES	59.532-2	DRE/TAGUATINGA	3º	29.08.94 a 28.08.99
MARCIA REGINA DE ARAUJO	59.536-5	DRE/TAGUATINGA	3º	30.08.94 a 29.08.99
CARLOS J. DO NASCIMENTO	59.545-4	DRE/CEILANDIA	3º	01.09.94 a 31.08.99
VALMIR F. DE ANDRADE	59.565-9	DRE/CEILANDIA	3º	07.09.94 a 06.09.99
MARIA LUCIA PEREIRA	59.569-1	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	05.09.94 a 04.09.99
JURACY DE FATIMA CARVALHO	59.571-3	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	10.09.94 a 09.09.99
NORMA SUELI G. DE MATTOS	59.575-6	DRE/TAGUATINGA	3º	13.09.94 a 12.09.99
ANA DIVINA P. CARVALHEDO	59.576-4	DRE/CEILANDIA	3º	10.09.94 a 09.09.99
FRANCISCA VALDETE F. DE MORAIS	59.578-0	DRE/PLANALTINA	3º	10.09.94 a 09.09.99

MARIA JOANA G. DE OLIVEIRA	59.593-4	DRE/CEILANDIA	3º	13.09.94 a 12.09.99
MARTA MARIA FERREIRA BARBOSA	60.837-8	DRE/TAGUATINGA	2º	19.06.90 a 18.06.95
RAIMUNDA NONATA C. REGO	61.659-1	DRE/NB	2º	29.04.93 a 28.04.98
ISMAEL PIMENTEL DA SILVA	64.143-X	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	25.08.91 a 24.12.97
BETANIA MIDIAN PORTO	66.723-4	DRE/CEILANDIA	2º	09.09.94 a 08.09.99
MARCIA REZENDE DE MEDEIROS	66.984-9	DRE/CEILANDIA	2º	22.05.94 a 21.05.99
NEUZA MARIA P. DE ATAIDE	67.066-9	DRE/BRAZLANDIA	2º	26.08.94 a 25.08.99
INAJA SOARES BATISTA	67.344-7	DRE/GAMA	2º	30.06.94 a 29.06.99
DORVALINA O. CARVALHO	67.501-6	DRE/PLANALTINA	2º	11.07.94 a 10.07.99
OSVALDINA CANDIDA SANTOS	67.541-5	DRE/BRAZLANDIA	2º	13.07.94 a 12.07.99
ALVACY DE ASSIS R. DE CARVALHO	67.545-8	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	13.07.94 a 12.07.99
ALOISIO GOMES MENDES	67.565-2	DRE/NB	2º	14.08.94 a 13.08.99
MARIA LICA NOGUEIRA	67.621-7	DRE/NB	2º	17.08.94 a 16.08.99
SHIRLEY G. PIMENTA	67.661-6	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	18.07.94 a 17.07.99
JOAQUIM HENRIQUE OLIVEIRA	67.718-3	DRE/CEILANDIA	2º	20.07.94 a 19.07.99
ETIO MEIRA DOS SANTOS	67.773-6	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	24.07.94 a 23.07.99
NEUZA MARIA BARROS	67.836-8	DRE/CEILANDIA	2º	27.08.94 a 26.08.99
MARCIA C. DA SILVA BECA	67.880-5	DRE/SANTA MARIA	2º	02.08.94 a 01.08.99
MARTA DE SOUZA BORGES	67.881-3	DRE/GUARA	2º	03.08.94 a 02.08.99
DENISE RODRIGUES CRUZ	67.884-8	DRE/SAMAMBAIA	2º	03.08.94 a 02.08.99
LAIS REGIS DA S. DO NASCIMENTO	67.905-4	DRE/CEILANDIA	2º	21.07.94 a 20.07.99
EDNA MARIA C. OLIVEIRA	67.966-6	DRE/GUARA	2º	10.08.94 a 09.08.99
VALDECI MARTINS DA SILVA	67.972-0	DRE/SAMAMBAIA	2º	10.08.94 a 09.08.99
SERGIO DO NASCIMENTO	68.050-8	DRE/CEILANDIA	2º	19.08.94 a 18.08.99
SONIA COSTA DE LIMA	68.075-3	SMO/TAGUATINGA	2º	17.08.94 a 16.08.99
MARIA SINHORINHA DE A. NETA	68.159-8	DRE/CEILANDIA	2º	23.08.94 a 22.08.99
LIZENITH R. DAMASCENO	68.169-5	DRE/TAGUATINGA	2º	24.08.94 a 23.08.99
MARIA VANILDA C. OLIVEIRA	68.173-3	DRE/TAGUATINGA	2º	26.08.94 a 25.08.99
MARIA CLAUDIA DA SILVA	68.176-8	DRE/GAMA	2º	24.08.94 a 23.08.99
ELOISIO DE SOUSA E SILVA	68.181-4	DRE/BRAZLANDIA	2º	24.08.94 a 23.08.99
LUZIA LAZARA DE ARAUJO	68.282-9	DRE/NB	2º	29.08.94 a 28.08.99
MARIA EVANIA DE P. PINHEIRO	68.291-8	DRE/TAGUATINGA	2º	30.08.94 a 29.08.99
NILMA CORREIA DA SILVA	68.312-4	DRE/GAMA	2º	30.08.94 a 29.08.99
NIVAM ANTONIO DOS SANTOS	68.321-3	DRE/TAGUATINGA	2º	31.08.94 a 30.08.99
VALDIRO FERREIRA DA SILVA	68.358-2	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	31.08.94 a 30.08.99
ANTONIA FATIMA M. DOS SANTOS	68.422-8	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	06.09.94 a 05.09.99
GERALDA SUELY SANTANA	68.428-7	DRE/TAGUATINGA	2º	06.09.94 a 05.09.99
IRACI H. DE LIMA NASCIMENTO	68.450-3	DRE/TAGUATINGA	2º	11.09.94 a 10.09.99
LAURITA MARIA A. BANDEIRA	68.496-1	DRE/TAGUATINGA	2º	13.09.94 a 12.09.99
MARIA APARECIDA DE A. MORAIS	68.513-5	DRE/SANTA MARIA	2º	14.09.94 a 13.09.99
PATRICIA MATEUS C. MELO	68.546-1	DRE/SAMAMBAIA	2º	20.09.94 a 19.09.99
HELCENY C. FONSECA	68.588-7	DRE/TAGUATINGA	2º	26.09.94 a 25.09.99
FRANCISCA MARIA S. DA SILVA	68.603-4	DP/CIEE	2º	27.09.94 a 26.09.99
MARIA GERALDA F. DE MATOS CAVALCANTE	68.652-2	DRE/SAMAMBAIA	2º	29.09.94 a 28.09.99
TATIANA LUCIA ZEMA	68.826-6	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	11.10.94 a 10.10.99
IRENE PROCOPIO SOARES	72.503-X	DRE/TAGUATINGA	3º 4º	25.04.88 a 24.04.93 25.04.93 a 24.04.98
MARIA DE LOURDES GONÇALVES	72.521-8	DRE/GAMA	2º	24.05.92 a 23.05.97
MARIA CELESTINO DE OLIVEIRA	73.354-7	DRE/CEILANDIA	2º	05.07.92 a 04.07.97
SEBASTIAO MIGUEL V. FILHO	73.403-9	DRE/TAGUATINGA	4º	04.02.94 a 03.02.99
LUIZ EUSTAQUIO R. DOS SANTOS	73.750-X	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	03.10.93 a 02.10.98
ROSANGELA M. DOS ANJOS	75.105-7	DRE/TAGUATINGA	2º	17.04.93 a 16.04.98
MARIA RODRIGUES DA SILVA	75.857-4	DRE/CEILANDIA	2º	18.05.93 a 17.05.98
MARIA DE LOURDES DE BRITO	76.667-4	DRE/SAMAMBAIA	2º	23.08.93 a 22.08.98
ANTONIO DE P. B. DE OLIVEIRA	76.740-9	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	01.02.94 a 01.07.99
MARIA DA CRUZ DE S. GALIZA	77.177-5	DRE/PLANALTINA	4º	13.06.94 a 12.06.99
ANA OLIVERA DA COSTA	77.349-2	SETRAN	4º	19.07.94 a 18.07.99
CYNTHIA VANIA MAGALHAES	78.334-X	DRE/PP-CRUZEIRO	4º	30.10.94 a 29.10.99
ALAIDES A. DE MACEDO	78.882-1	DRE/GAMA	2º	27.09.94 a 26.09.99
MARIA TEREZA DO N. OLIVEIRA	78.886-4	DRE/CEILANDIA	4º	28.08.94 a 27.08.99
LAZARA CAETANO DE FARIAS	78.923-2	DRE/GAMA	2º	30.08.94 a 29.08.99
CARMEM ALVES DA SILVA	78.929-1	DRE/TAGUATINGA	2º	03.09.94 a 02.09.99
DOROTEU FRANCISCO BORGES	92.549-7	DRE/PARANOA	5º	29.08.93 a 28.08.98
ROSA AMELIA DE S. MELO	94.571-4	DRE/TAGUATINGA	5º	14.08.94 a 13.08.99
LOURDES OLIVEIRA MEDEIROS	94.959-0	DRE/BRAZLANDIA	3º	27.09.94 a 26.09.99

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MAT.	LOCAL DE EXERCICIO	QUIN	PERÍODO
MARIA JOSÉ DOS SANTOS	20.960-0	DRE/TAGUATINGA	1º	17.09.93 a 16.09.98
FRANCISCO ALBERTO LEITE	22.183-X	DRE/PLANALTINA	1º	07.02.94 a 06.02.99
CONCEIÇÃO DE MARIA ASSUNÇÃO	22.760-9	DRE/SANTA MARIA	1º	16.02.94 a 15.02.99
TEREZA CRISTINA RENTE C. DO NASCIMENTO	23.996-8	DRE/GAMA	1º	23.05.94 a 22.05.99
ZILDETE QUEIROZ DE CARVALHO	24.410-4	DRE/GUARÁ	1º	15.06.94 a 14.06.99
PATRÍCIA FRANCO DE OLIVEIRA	24.787-1	DRE/TAGUATINGA	1º	08.07.94 a 07.09.99
CAMILO ALVES LOBO	24.919-X	DRE/TAGUATINGA	1º	29.07.94 a 28.07.99
GERALDO ALVES JÚNIOR	25.018-X	DRE/PLANALTINA	1º	09.08.94 a 08.09.99
FÁTIMA GARDÊNIA F. G. DE MELO	25.276-X	DRE/TAGUATINGA	1º	09.09.94 a 08.09.99
ISAÍAS TELES DE MENESES NETO	25.347-2	DRE/GAMA	1º	23.09.94 a 22.09.99
VALÉRIA MATOS SERAFIM	31.958-9	DRE/TAGUATINGA	2º	29.03.94 a 28.03.99
JOSÉ ANTONIO AMÂNCIO	33.988-1	DRE/CEILANDIA	1º 2º 3º 4º	07.04.78 a 06.04.83 07.04.83 a 06.04.88 07.04.88 a 06.04.93 07.04.93 a 06.04.98
PAULO CÉSAR FIGUEIRA	35.821-5	DRE/CEILANDIA	1º 2º	01.07.88 a 30.06.93 01.07.93 a 30.06.98
ISABELA CRISTINA B. GODOI FERREIRA	59.502-0	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	22.09.94 a 21.09.99
WANY GOMES DA SILVEIRA	59.537-3	DP/CRT	3º	30.08.94 a 29.08.99
MANOEL RODRIGUES DA SILVA NETO	59.590-X	DRE/GAMA	3º	13.09.94 a 12.09.99
EUGÊNIA LIMA DAS CHAGAS	59.596-9	DRE/PARANOÁ	3º	13.09.94 a 12.09.99
RODRIGO PALMEIÃO DE ALVARENGA	66.538-X	DRE/CEILANDIA	2º	14.04.94 a 13.04.99
MARIA HELENA DE C. PEREIRA	66.561-4	DRE/CEILANDIA	2º	19.04.94 a 18.04.99
WANDA MONTEIRO DA SILVA	66.802-8	DRE/BRAZLÂNDIA	2º	16.05.94 a 15.05.99
GERALDA ROQUE DE SOUSA	66.899-0	DRE/CEILANDIA	2º	18.05.94 a 17.05.99
JOSÉ HERMOGENES DE ARAUJO	67.557-1	DRE/TAGUATINGA	2º	13.07.94 a 12.08.99
DIVINA DE FÁTIMA PINHEIRO	67.747-7	DRE/TAGUATINGA	2º	21.07.94 a 20.07.99
MARIA DILURDES RIBEIRO MATOS	67.814-7	DRE/SAMAMBAIA	2º	26.07.94 a 25.07.99
EDSON JOSÉ ALVES DA SILVA	67.982-8	DRE/PLANALTINA	2º	10.09.94 a 09.09.99
NARA REJANE R. BELLOMO	68.301-9	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	30.09.94 a 29.09.99
MARLUCIA DOS SANTOS XAVIER	68.393-0	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	04.09.94 a 03.09.99
ISA FLOR FELIX DA SILVA	68.429-5	DRE/PP-CRUZEIRO	2º	06.09.94 a 05.09.99
VICENTE DE PAULO DE CARVALHO	68.433-3	DRE/GAMA	1º 2º	08.09.99 a 07.09.94 08.09.94 a 07.09.99
MARLY DE OLIVEIRA SANTOS	68.474-0	DRE/SOBRADINHO	2º	12.09.94 a 11.09.99
HÉLIO MARQUES DA COSTA	68.500-3	DRE/PARANOÁ	2º	13.09.94 a 12.09.99
ELIANE ALVES COSTA	68.508-9	DRE/N.BANDEIRANTE	2º	13.09.94 a 12.09.99
MARIA SÉLIA SOARES DA SILVA	68.597-6	DRE/N.BANDEIRANTE	2º	26.09.94 a 25.09.99
PAULO SÉRGIO ROSA DE LIMA	68.609-3	DRE/TAGUATINGA	2º	27.09.94 a 26.09.99
MARIA DE FÁTIMA BONFIM BISPO	68.610-7	DSG/SETRAN	2º	27.09.94 a 26.09.99
VALERIA RONDON ROSSI	68.705-7	SMO/PP-CRUZEIRO	2º	10.10.94 a 09.10.99
JOSÉ CORREIA COELHO	73.050-5	DRE/GUARÁ	4º	19.06.92 a 18.06.97
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	77.380-8	DRE/TAGUATINGA	4º	03.02.94 a 02.02.99
MAURÍCIO GOMES DA CÂMARA	78.169-X	DRE/TAGUATINGA	2º	18.04.94 a 17.04.99
ALECI DAMACENO OLIVEIRA	78.932-1	DRE/CEILÂNDIA	4º	03.09.94 a 02.09.99
CLEUSA MARIA SOARES DE CARVALHO	94.818-5	DRE/TAGUATINGA	5º	06.09.94 a 05.09.99
VICENTE DE PAULO OTAVIANO	96.694-0	DRE/PP-CRUZEIROO	1º 2º 3º 4º	05.09.75 a 15.12.80 16.12.80 a 15.12.85 16.12.85 a 15.12.90 16.12.90 a 15.12.95

1-Retificar a Ordem de Serviço de 28 de julho de 1997, publicada no DODF nº 148, de 05 de agosto de 1997, página 5.929, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ANTONIO ARLINDO BACCHI, matrícula nº 72.543-9, lotado(a) DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:

Onde se lê: 1º qüinqüênio: 19.04.78 a 18.04.83
2º qüinqüênio: 19.04.83 a 21.04.88
3º qüinqüênio: 22.04.88 a 21.04.93

Leia-se: 1º qüinqüênio: 19.04.78 a 26.04.83
2º qüinqüênio: 27.04.83 a 29.04.88
3º qüinqüênio: 30.04.88 a 29.04.93

2-Retificar a Ordem de Serviço de 24 de setembro de 1998, publicada no DODF nº 185, de 29 de setembro de 1998, página 23, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ANTONIO ARLINDO BACCHI, matrícula nº 72.543-9, lotado(a) DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:

Onde se lê: 4º qüinqüênio: 22.04.93 a 21.04.98
Leia-se: 4º qüinqüênio: 30.04.93 a 29.04.98

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei Nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei Nº 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto Nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MATISTÉIRO – TIDEM aos professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	DATA
SUINEY MARIA GONÇALVES	39.658-3	MG1Q	19/05/99
LUCIMAR XAVIER CARDOSO	37..978-6	MG3Q	14/09/99

INES MARIA DE ARRUDA

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei N ° 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei N ° 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto N ° 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO – TIDEM á professorora abaixo relacionada:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	DATA
FABÍOLA FERNANDES ALVES	35.541-0	MG1Q	11/03/99

INES MARIA DE ARRUDA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ

ESCOLA CLASSE 1 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

A Diretora da Escola Classe 01 do Guará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.° 551, de 31/01/96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, item III, alínea "B", da Lei n.° 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo a servidora Eronice Rodrigues da Silva, matrícula 41.776-8, pelo periodo de 16.10.199 a 23.10.1999.

CRISTIANE LIMA MENDES

CENTRO EDUCACIONAL 2 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O Diretor do Centro Educacional 02 do Guará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.° 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 7°, item XIX, da Constituição Federal do Brasil, combinado com o Artigo 10°, alínea "B", Parágrafo 1° dos ADCT, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao Professor Cosme Sérgio de Jesus Sousa, matrícula 46.765-0 pelo período de 01.11.99 a 05.11.99.

TARCÍSIO ARAÚJO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE SETEMBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551 de 31.01.96, resolve:

Conceder o **REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO TIDEM**, a professora **ROSE FARIA DE CASTRO**, matrícula n.° 39.446-7, autorização 39312 pelo período de 11.09 à 26.09, autorização 39313 pelo período de 27.09 à 26.10, autorização 39311 pelo período de 27.10 à 23.12.99.

ADJANIRA MARIA BORGES DE OLIVEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ , no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto n.° 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n.° 551 de 31.01.96, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

1. IVAN JOSÉ DA SILVA, matrícula 200.508-5, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 20.08.99;
2. LÍGIA CRISTINA B. DE OLIVEIRA DINIZ, matrícula 200.716-9, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF no período de 02.08.99 a 23.12.99;
3. MARIA AUXILIADORA DE SOUZA, matrícula 200.301-5, a pedido do professor(a); uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 20.10.99.

JADIR SOARES DOS REIS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31.01.96 no item 1.36, resolve:
Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7° do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
33.076-0	DELMO DE OLIVEIRA ARGUELHES	MG2Q-GT3	02/08/99

Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7° do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
38.280-9	Danielle Araújo da Costa Veloso	MG1Q	12/11/99

ANA MAGALY CIRQUEIRA NOGUEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder LICENÇA NOJO aos servidores abaixo relacionados:
NOME: JOÃO LUIZ DO L.VILLARINS, matrícula 47.990-X, Professor, pelo período de 14/11/99 a 21/11/99.
NOME: JOAQUINA HIPOLITA WENSESLAU, Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, pelo período de 13/11/99 a 20/11/99

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
CONCEDER o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério - TIDEM aos professores abaixo relacionados:
NOME: Luciene de Fátima Teles Barbosa, matrícula 45.272-6, professor MG2Q-GT3, CHEV autorizada pelo período de 01/03/99 a 23/12/99.
NOME: Flávia Rodrigues de Oliveira, matrícula 200.844-0, professor MG2Q, CHESP autorizada a partir 27/10/99, mudança de nível.
NOME: Adilcéia Maria Betônico, matrícula 200.219-1, professor MG3Q, CHESP a partir de 19/10/99.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder Licença Nojo à servidora MARILDA DIAS DA SILVA, matrícula nº 71872-6, pelo período de 05/11/99 a 12/11/99.

ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÕES DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e considerando o contido na alínea "d", artigo 23 do Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº 4.643, de 02.05.79, resolve:

Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Instrução de 31 de agosto de 1999, publicada em 03/09/99, incumbida de apurar os fatos constantes do processo nº 061.039.449/99.

Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a IV do artigo 2º, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Art. 34 (caput) da Lei 8.112/90, a servidora **DIVINA CELIA DUARTE PEREIRA**, Assistente Intermediário de Saúde II, Agente Administrativo, 2ª Classe, Padrão V, Matrícula nº 130.591-3, lotado no Hospital Regional da Ceilândia, declarando vago o referido cargo, nos termos do Art. 33, Inciso I da supramencionada Lei, conforme processo nº 061.042584/99.

JOFRAN FREJAT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no subitem 1.20, da Instrução n.° 5, de 11 de fevereiro de 1999, publicada no DODF de 12-2-99, resolve:

1 - **AVERBAR** o tempo de serviço prestado pelos servidores abaixo indicados, aos órgãos e entidades a seguir mencionados:

NOME: **RAIMUNDO PINHEIRO COSTA**, matrícula 110.880-8, Assistente Superior de Saúde - Assistente Social, HRP.
1.212 dias, ou seja, 3 anos, 3 meses e 27 dias, com base no Parecer n.° 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 28-12-64 a 23-4-68, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.045179/96.

NOME: **RAIMUNDO PINHEIRO COSTA,** matrícula 110.880-8, Assistente Superior de Saúde - Assistente Social, HRP.
959 dias, ou seja, 2 anos, 7 meses e 19 dias prestados à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, no período de 1-5-68 a 15-12-70, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.045179/96.

NOME: **MARIA JOSÉ ALVES,** matrícula 130.443-7, Assistente Intermediário de Saúde - Telefonista, HRGu.
4.220 dias, ou seja, 11 anos, 6 meses e 25 dias, com base no Parecer n.º 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 13-4-81 a 9-3-88, 4-5-88 a 18-10-88, 7-12-88 a 11-5-89, 1-6-89 a 24-8-90, 27-8-90 a 27-1-91 e 1-8-77 a 8-9-79, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.047379/99.

NOME: **EDNABETE ANA DE JESUS FELIPE,** matrícula 124.757-3, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HRT.
1.442 dias, ou seja, 3 anos, 11 meses e 17 dias, com base no Parecer n.º 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 8-4-80 a 8-7-80 e 1-10-80 a 11-6-84, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.030765/99.

NOME: **MARIA MOURANILDA TAVARES SCHLEICHER,** matrícula 120.952-3, Assistente Superior de Saúde - Médico, HBDF.
1.994 dias, ou seja, 5 anos, 5 meses e 19 dias, com base no Parecer n.º 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-9-76 a 1-12-78 e 1-3-80 a 16-5-83, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.023329/99.

NOME: **MARIA LÚCIA RODRIGUES BESERRA LIMA,** matrícula 115.475-3, Assistente Intermediário de Saúde - Técnico em Laboratório - Anatomia Patológica, HMIB.
1.374 dias, ou seja, 3 anos, 9 meses e 9 dias, com base no Parecer n.º 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 1-8-75 a 5-5-79, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo 061.027034/99.

2 - **RETIFICAR** a averbação de tempo de serviço concedida aos servidores abaixo indicados:

NOME: **VANDERLEI VELOZO,** matrícula 106.716-8, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
731 dias, ou seja, 2 anos e 1 dia, prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 1-1-68 a 31-12-69, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.030140/92.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para efeito de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6228/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo.

NOME: **VANDERLEI VELOZO,** matrícula 106.716-8, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
364 dias, ou seja, 11 meses e 29 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 2-1-67 a 31-12-67, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.030140/92.

Retificada afim de considerar o tempo prestado em internato rotatório para efeito de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6228/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo.

NOME: **PEDRO DA COSTA GONTIJO FILHO,** matrícula 104.386-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
274 dias, ou seja, 9 meses e 4 dias prestados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no período de 2-4-68 a 31-12-68, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022451/95.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como interno acadêmico para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 5279/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 171, de 4-9-95, página 36.

NOME: **PEDRO DA COSTA GONTIJO FILHO,** matrícula 104.386-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
364 dias, ou seja, 11 meses e 29 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 2-1-69 a 31-12-69, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022451/95.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 5279/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo.

NOME: **JOSÉ APARECIDO JORGE,** matrícula 113.251-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
720 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 25 dias prestados à Universidade de Brasília - DF, no período de 2-1-74 a 22-12-75, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.022595/94.
Retificada afim de considerar o período prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6669/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 211, de 3-11-94, página 33.

NOME: **HENRI HENRIQUE DE SOUSA GOMES,** matrícula 119.563-8, Assistente Intermediário de Saúde - Técnico em Laboratório - Patologia Clínica, DRH/Aposentados.
5.983 dias, ou seja, 16 anos, 4 meses e 23 dias prestados ao Ministério das Comunicações - DF, no período de 8-8-61 a 27-6-78, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.044099/96.
Retificada afim de considerar o tempo para efeito de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6613/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 88, de 8-5-96, páginas 3717 e 3718.

NOME: **JOSÉ RODRIGUES DA SILVA,** matrícula 111.846-3, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
716 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 21 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 5-1-71 a 20-12-72, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.028110/95.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 6629/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 114, de 14-6-96, páginas 4857 e 4858.

NOME: **EILTON OLIVEIRA,** matrícula 107.280-3, Assistente Superior de Saúde - Médico, DRH/Aposentados.
718 dias, ou seja, 1 ano, 11 meses e 23 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 4-1-70 a 22-12-71, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.011141/95.
Retificada afim de considerar o tempo prestado como médico-residente para fins de adicional e aposentadoria, em atendimento à Decisão n.º 5639/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo. Publicação original: DODF n.º 210, de 29-10-96, página 8880.

NOME: **LAURA REZENDE DE JESUS,** matrícula 127.543-7, Assistente Superior de Saúde - Enfermeiro, HMIB.
730 dias, ou seja, 2 anos prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 3-11-77 a 6-11-79, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.005959/88.
Retificada afim de corrigir o erro no período e no total de dias averbados anteriormente.

NOME: **TARCILIA MARIA OLIVEIRA DE MELO,** matrícula 122.991-5, NM - Agente Administrativo, ADMC.
1.225 dias, ou seja, 3 anos, 4 meses e 10 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos períodos de 7-6-77 a 5-10-80 e 6-8-81 e 1-10-81, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.001096/89.
Retificada afim de corrigir o erro no período e no total de dias averbados anteriormente.

3 - **CANCELAR** a averbação de tempo de serviço concedida ao servidor abaixo indicado:

NOME: **ABEL ANDRÉ DE MELO,** matrícula 101.813-2, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, DRH/Aposentados.
65 dias, ou seja, 2 meses e 5 dias prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 26-7-67 a 28-9-67, contados para fins de adicional e aposentadoria, conforme processo 061.034215/92.
Cancelada em atendimento à Decisão n.º 6580/99 do TCDF, proferida nos autos do processo de aposentadoria do inativo.

GERALDO FERREIRA DA SILVA

HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução N.º 5/99 - FHDF, Publicado no DODF de 12 de fevereiro de 1999 pág. 11 e 12. resolve:
Retificar as LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE dos seguintes Servidores lotados no HBDF:

Nome Servidor	Matrícula	Processo N.º	Publicado no DODF de
Período			
FRANCISCO AFONSO ALVES DA SILVA	120.125.5	061.022.773/92	22.12.93 pág. 36
Qüinqüênio: 1º: 15.12.82 a 21.01.88. Para: Matrícula 136.505.3 e Qüinqüênio: 1º: 15.12.82 a 18.01.88; 2º: 19.01.88 a 15.05.95 . Ratificando-se os demais dados.			

Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos Servidores abaixo relacionados lotados no HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 87 da Lei 8.112./90, combinado com a Lei 221/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração. Deduzidos os meses por ventura usufruídos.

Nome Servidor	Matrícula	Processo N.º	Quinquênio
CINARA SANTOS MIRANDA	113.785.9	061.023.026/89	4º: 28.05.94 a 27.06.99
MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA	114.213.5	061.024.487/89	3º: 11.09.89 a 10.09.94 4º: 11.09.94 a 10.09.99
FÁTIMA BATISTA NASCIMENTO PARENTE	121.472.1	061.022.069/93	2º: 07.06.94 a 07.07.99
MARISA CUNHA	122.409.3	061.022.140/92	3º: 12.05.94 a 11.05.99
VÂNIA LÚCIA CABRAL DE ARRUDA	122.803.0	061.033.362/92	3º: 11.08.94 a 10.08.99
WALKYRIA TEREZINHA ABRÃO ARANHA	123.448.0	061.022.348/96	1º: 29.11.84 a 05.05.90 2º: 06.05.90 a 15.05.95
MARIA DE PAULA SOUSA VASQUES	125.786.2	061.022.354/93	2º: 17.09.90 a 16.09.95
IOLANDA DE FATIMA FONSECA AMORIM RIBEIRO	127.523.2	061.022.570/94	2º: 20.12.92 a 19.02.98
ILDERICO JOSÉ DA SILVA LIMA	128.378.2	061.022.394/99	1º: 26.07.88 a 25.07.93 2º: 26.07.93 a 25.07.98
MARIA ELIZABET GONÇALVES	128.591.2	061.022.115/95	2º: 30.09.93 a 29.09.98
MARIA LUIZA DE ARAUJO	128.609.9	061.023.151/96	2º: 04.10.93 a 04.01.99
WESLEY ALVES LÔBO	128.679.0	061.022.562/95	2º: 02.02.94 a 05.05.99
ADATIVA LOPES DE SOUZA	130.205.1	061.022.736/99	1º: 21.11.90 a 20.07.99
MARIA HELENA DOS SANTOS VALE	130.334.1	061.023.227/96	1º: 06.12.90 a 30.06.99
MÔNICA PAULA DE ARAUJO	132.769.1	061.022.449/98	1º: 01.04.93 a 31.03.98
MARIA HENRIQUETA FRANCO DE OLIVEIRA	132.901.4	061.023.026/98	1º: 30.03.93 a 31.07.98
MIRIAN NUNES BORBA SANTOS	133.623.1	061.022.867/99	1º: 11.01.94 a 10.01.99
FRANCISCA PAULA DE CASTRO	133.920.6	061.023.499/98	1º: 28.03.94 a 27.03.99
MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA NERES DOS SANTOS	134.032.8	061.022.304/99	1º: 28.03.94 a 27.04.99
ELISABETE REZENDE DE ARAÚJO	134.037.9	061.022.838/99	1º: 12.04.94 a 11.04.99
SANDOVAL SANTOS QUEIROS	134.520.6	061.022.802/99	1º: 10.06.94 a 09.06.99
EBRON HELLEN DA SILVA SOARES	134.714.4	061.023.364/99	1º: 08.08.94 a 07.09.99

ALUISIO TOSCANO FRANCA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução de 28 de abril de 1990, item 1.1, resolve: -

I- Revogar a Ordem de Serviço nº. 033/99 - GD/HBDF, datada de 11 de novembro de 1999, por impedimentos administrativos.
II- Designar os servidores Wanderley Macêdo de Almeida, Assistente Superior de Saúde - Médico Cirurgião, matrícula nº. 122.353-4, Emílio Gonçalves do Nascimento Júnior, Assistente Superior de Saúde - Administrador, matrícula nº. 109.953-1, Ana Rosa C. Melo, Assistente Superior de Saúde - Assistente Social, matrícula nº. 109.746-6 e Cleuma Rodrigues Leão, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, matrícula nº. 116.636-1,como Secretária, para comporem a Comissão Especial de Sindicância para, sob a presidência do primeiro, efetuar diligências e emitir, no prazo de 30 dias, relatório conclusivo sobre a ocorrência relatada no processo nº. 061.022945/99.

ALUISIO TOSCANO FRANCA

REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Ítem 2 da Instrução nº 05 de 11 de fevereiro de 1999, da Presidência da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, resolve:

Conceder Licença-Prêmio por assiduidade nos termos do Artigo 87, da Lei nº 8.112/90, combinado com a Lei nº 221/91, aos seguintes servidores:
NOME: Dionísio Ferreira Lima Neto * Processo: 061.033.300/91
MATRÍCULA: 118.361-3
QUINQUÊNIO: 3º 12.01.92 a 11.01.97.
NOME: Claudionor Batista Neto Processo: 061.034.238/92
MATRÍCULA: 120.765-2
QUINQUÊNIO: 3º 06.01.94 a 05.01.99.
NOME: Lídio do Nascimento Santos Processo: 061.033.480/92
MATRÍCULA: 121.680-5
QUINQUÊNIO: 3º 20.08.93 a 15.02.99.
NOME: Paulo Roberto dos Santos Processo: 061.033.411/92
MATRÍCULA: 121.740-2
QUINQUÊNIO: 3º 01.10.93 a 30.09.98.
NOME: Helena Gomes de Lima Processo: 061.033.719/92
MATRÍCULA: 121.795-1
QUINQUÊNIO: 3º 30.01.94 a 29.01.99.
NOME: João de Souza Andrade Processo: 061.033.496/92
MATRÍCULA: 126.399-4
QUINQUÊNIO: 1º 20.01.86 a 30.01.91.
NOME: Lígia Verônica Zischegg Processo: 061.011.595/94
MATRÍCULA: 129.016-9
QUINQUÊNIO: 2º 16.09.94 a 15.09.99.
NOME: Maria Magnólia Pereira Maciel Processo: 061.033.610/94
MATRÍCULA: 129.160-2
QUINQUÊNIO: 2º 07.10.94 a 06.10.99.
NOME: Helvécio Alves de Carvalho Sobrinho Processo: 061.033.804/99
MATRÍCULA: 133.732-7
QUINQUÊNIO: 1º 01.03.94 a 28.02.99.
NOME: Gildete Correa Dias Processo: 061.033.820/99
MATRÍCULA: 134.839-6
QUINQUÊNIO: 1º 12.08.94 a 11.08.99.
NOME: Lindalva Alves Campelo Gomes Processo: 061.033.826/99
MATRÍCULA: 135.097-8
QUINQUÊNIO: 1º 10.11.94 a 09.11.99.
NOME: Maria Aparecida R. da Cunha Souza Processo: 061.033.771/99
MATRÍCULA: 135.146-0
QUINQUÊNIO: 1º 07.11.94 a 06.11.99.
Centro de Saúde nº 06
NOME: Eleci Ferreira Araújo Processo: 061.034.085/92
MATRÍCULA: 123.042-5
QUINQUÊNIO: 3º 01.10.94 a 30.09.99.
Retificação
NOME: João de Souza Andrade Matrícula nº: 126.399-4
Referente ao 1º Quinquênio publicado no DODF nº 50 de 13.03.96 Pg.1987.
DE: 1º 31.01.91 a 30.01.96
PARA: 2º 31.01.91 a 30.01.96
LOTAÇÃO: HRG
Ratificando-se os demais dados.

MÁRIO SÉRGIO NUNES

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Ítem 2 da Instrução nº 05 de 11 de fevereiro de 1999, da Presidência da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
Conceder os benefícios conforme os artigos 97, 196, 197 e 208 da Lei nº 8.112/90, conforme discriminação a seguir:
AUXÍLIO NATALIDADE
NOME: Francisco Pereira Castro, Mat.: 121.820-4, Nome da Filha: Vitória Raíssa Moura Castro, Data de Nascimento: 30.10.99.
SALÁRIO FAMÍLIA
NOME: Adelina Aparecida Gonçalves de Carvalho, Mat.: 112.293-2,Dependentes: Juliane Gonçalves de Andrade e Gênnifer Gonçalves de Aguiar,na qualidade de filhos.
NOME: Francisco Pereira Castro, Mat.: 121.820-4, Dependente: Vitória Raíssa Moura Castro, na qualidade de filha.
NOME: Elizabeth Fernandes dos Santos Catão, Mat.: 128.215-8,Dependente: João Pedro Fernandes Catão, na qualidade de filho.
NOME: Rosângela Aparecida Benício Chagas, Mat.: 137.014-6, Dependente: Vitória Gabriella Benício Diniz, na qualidade de filha.
NOME: Ritinha Firme Douetts, Mat.: 137.190-8, Dependentes:Maria de Lourdes Douetts Pedrosa, Nayra Larissa Douetts Pedrosa e Pedro Henrique Douetts Pedrosa, na qualidade de filhos.
NOME: Kátia Maria Nunes de Araújo, Mat.: 353.005-1, Dependente:Clarissa de Araújo Seabra, na qualidade de filha.
NOME: Marcia dos Santos Fonseca Chagas, Mat.: 353.649-1,Dependentes: Poliana Fonseca das Chagas, Hélio Fonseca das Chagas, Polyellen Fonseca das Chagas e Lucas Fonseca das Chagas, na qualidade de filhos.
NOME: José Barbosa de Miranda, Mat.: 353.653-0, Dependente: Lomanto da Silva Miranda, na qualidade de filho.
NOME: Albano César Lustosa Araújo, Mat.: 353.654-8, Dependentes: Júlio César Mendes Lustosa e André Luiz Mendes Lustosa, na qualidade de filhos.
NOME: Osvaldo Moura Carvalho, Mat.: 353.656-4, Dependentes: Fillipe Lima Carvalho e Sillas Lima Carvalho, na qualidade de filhos.
NOME: Renato Lemes Pereira, Mat.: 353.657-2, Dependentes: Lorena Bastos Pereira, Augusto Bastos Pereira e Ângelo Bastos Pereira, na qualidade de filhos.
NOME: Sisaques Batista de Souza, Mat.: 353.661-1, Dependentes: Tiago Ribeiro de Souza e Lucas Ribeiro de Souza, na qualidade de filhos.
NOME: Ivaneide Teles Brito, Mat.: 353.665-3, Dependentes: Raphael Brito Cavalcante e Alex Brito Cavalcante, na qualidade de filhos.
NOME: Creuza da Silva Felix, mat.: 353.666-1, Dependente: Maria Júlia Félix Rodrigues, na qualidade de filha.
NOME: Selma Modesto Silva, Mat.: 353.680-7, Dependentes: Vinícius Alves Modesto e Silva e Victor Alves Modesto e Silva, na qualidade de filhos.
LICENÇA FALECIMENTO
NOME: Márcia Regina Barros, Mat.: 353.068-0, ASS-Médica Ginecologista, período de 13/10/99 a 20/10/99, por falecimento do irmão.

MÁRIO SÉRGIO NUNES

REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DA REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item 2, da Instrução nº 05, de 11 de fevereiro de 1999, resolve: conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do artigo 196, da Lei 8.112:
MARIA NENEM RIBEIRO, Matrícula 131.839-0, Dependente: COMPLETAR, D.N.: 03.06.99;
ROSIVANIA DE FATIMA AUGUSTO, Matrícula 129.158-1, Dependente: Arthur Henrique Augusto da Silva, D.N.: 04.10.99;
MARGARIDA PEREIRA TELES, Matrícula 130.815-7, Dependente: Mariana Teles de Lima, D.N.: 25.10.99;
ANDREA GONÇALVES CHARTRAIN, Matrícula 133.678-9, Dependente: Ingrid Gonçalves Chartrain, D.N.: 30.10.99; CSC 07
REGINILDA VIEIRA DE LIMA SOUZA, Matrícula 127.724-3, Dependente: Ravylla Vieira de Lima Souza, D.N.: 11.10.99; CSC 11

Tornar sem efeito Ordem de Serviço de 26 de Outubro de 1999, publicada no DODF nº 191, de 04.10.99, página 46, que autoriza afastamento do servidora SIMONE BARBOSA DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 134.727-6, para participar do IV Congresso Brasileiro de Vídeo-Cirurgia da SOBRACIL, a realizar-se em Florianópolis - SC, no período de 17.10.99 a 24.10.99.

Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução N.º 27, de 05 de setembro de 1998:
LUIZA MIDORI MIURA, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 119.662-6, para participar do 1º Simpósio Brasileiro de Hansenologia, a realizar-se em Ribeirão Preto - SP, no período de 29.11.99 a 06.12.99; CSC 05

1 - Consignar Elogio à servidora APARECIDA GOMES DA SILVA, Assistente Intermediário de Saude, Agente Administrativo, Matrícula 115.320-0, pela alta qualificação profissional e excelente desempenho para a Encarregadoria de Recursos Humanos do Centro de Saúde n.º 4407 de Ceilândia, solicitado pelo Chefe do CSC N.º 07, conforme MEMO n.º 49/99-CSC 07, de 25 de Outubro de 1999. CSC 05
2 - Consignar Elogio à servidora MARIA LÚCIA LEITE DE PAULA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 115.857-1, pelo excelente desempenho na reestruturação administrativa, no trabalho de recuperação física e funcional do Centro de Saúde n.º 4407 de Ceilândia, solicitado pelo Chefe do CSC N.º 07, conforme MEMO n.º 44/99-CSC 07 de 25 de Outubro de 1999. CSC 07
3 - Consignar Elogio à servidora ANADIR SANTOS, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 131.739-3, pelas iniciativas e excelente trabalho na reestruturação e desenvolvimento dos programas de DST, hipertensão, diabete, hanseníase e medicina alternativa do Centro de Saúde n.º 4407 de Ceilândia, solicitado pelo Chefe do CSC N.º 07, conforme MEMO n.º 46/99-CSC 07, de 25 de Outubro de 1999. CSC 07
4 - Consignar Elogio à servidora ILMA ASSIS DE OLIVEIRA, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 134.894-9, pela sua dedicação, presteza e perfeita liderança que vem desempenhando na coordenação das campanhas de vacinação, PAISC e na Chefia da Enfermagem do Centro de Saúde n.º 4407 de Ceilândia, solicitado pelo Chefe do CSC N.º 07, conforme MEMO n.º 47/99-CSC 07, de 25 de Outubro de 1999. CSC 07
5 - Consignar Elogio à servidora MARTA VIEIRA DE ARAUJO FREIRE, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 136.445-6, pela dedicação e excelente trabalho no PAISM e atendimento aos usuários na sala da mulher do Centro de Saúde n.º 4407 de Ceilândia, solicitado pelo Chefe do CSC N.º 07, conforme MEMO n.º 48/99-CSC 07, de 25 de Outubro de 1999. CSC 07

conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do artigo 87, da Lei 8.112/90 combinada com a Lei 221, de 27.12.91 aos seguintes servidores:

LUZIA TEODORO DE LIMA	Processo:	061 024 294/89
Matrícula: 114.057-4	Quinquênio:	4º 11.04.94 a 10.04.99
Lotação: CSC 05		
DAVI GONÇALVES	Processo:	061 042 440/99
Matrícula: 122.491-3	Quinquênio:	1º 08.03.84 a 23.05.89
		2º 24.05.89 23.09.94
Lotação: HRC		

autorizar aos servidores abaixo discriminados, a ausentar-se do serviço, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8112/90:
MARIA ROSA DA SILVA GAMA, Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 115.143-6, no período de 08.10.99 a 15.10.99, por motivo de falecimento de seu irmão Marcos Antonio da Silva Gama;

ANTÔNIO ALVES COELHO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições delegadas pelo artigo 3º, inciso III, alínea "d", da Instrução n.º 2, de 10 de março de 1998. resolve:
CONCEDER Auxílio Natalidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo 196 da Lei 8.112/90.

NOME:	**ADORANDO GOMES PUREZA**
MATRÍCULA:	**6386-X**
PROCESSO:	**101.001198/99**
DEPENDENTE:	**MARÍLIA GABRIELLA DE OLIVEIRA GOMES**

NOME: JEAN CARLO JULIANO
MATRÍCULA: 8483-2
PROCESSO: 101.001196/99
DEPENDENTE: LUIGGE BARRICHELO FERNANDES JULIANO

ANTONIO DIAS NETO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 136, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo artigo 2º , Item IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e que consta do processo nº 073.002497/94, resolve: RETIFICAR a Instrução de Serviço "P " nº 349, de 29 de novembro de 1.996, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 240, de 11 de dezembro de de 1.996, que retificou a Instrução de Serviço "P" nº 302, de 24 de agosto de 1.994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 168, de 29 de agosto de 1.994, para incluir como beneficiária da Pensão Vitalícia TEREZA AMADO FRANCISCA DOS SANTOS, companheira do ex-servidor CARLOS ROBERTO DE FARIAS, matícula nº 92.537-3, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

AGUINALDO LÉLIS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 137, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi outorgada pela alínea "q" , inciso I, artigo 2º, do Decreto nº 12.740/90. Considerando o disposto no art. 68 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990, aplicada aos servidores do Governo do Distrito Federal através do art. 5º da Lei nº 197/90; Considerando o Item VIII do Laudo Pericial de Segurança e Medicina do Trabalho inserido nos autos do processo nº 073.004480/93, resolve: Conceder Pagamento de Adicional de Insalubridade de grau médio, percentual de 10% (dez por cento), sobre o vencimento do servidor HILDO CÂNDIDO DE LIMA , Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula nº 92.750-3, referente ao período de setembro de 1.995 a agosto de 1.999.

AGUINALDO LÉLIS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 138, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência outorgada pelo Artigo 2º, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1.990, e que consta do processo nº 073.001670/99, resolve: MANDAR AVERBAR para fins de aposentadoria, o tempo de serviço no total de 958 (novecentos e cinquenta e oito) dias, prestados pela servidora MARIA DE LOURDES SILVA, matrícula nº 93.572-7, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, conforme Certidão expedido em 13 de outubro de 1.999, pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

AGUINALDO LÉLIS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 139, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo Artigo 2º, Item IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1.990, e que consta do processo nº 073.004229/91, resolve: RETIFICAR a Portaria nº 038, de 16 de setembro de 1.991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 189, de 25 de setembro de 1.991, que concedeu na forma do Artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1.980, Pensão Especial Vitalícia a MARIA EUNICE DOS SANTOS DRACZ, viúva e Temporária a CLAUDIA DOS SANTOS DRACZ, WELLINGTON CARDULIANO DOS SANTOS DRACZ, CRISTINA DOS SANTOS DRACZ, E ANDREIA DOS SANTOS DRACZ, filhos do ex-servidor JOÃO DRACZ FILHO, matrícula nº 90.246-2, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL , ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

AGUINALDO LÉLIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 20.548, de 2 de setembro de 1999, resolve:

I - AUTORIZAR o deslocamento à cidade de PARACATU e JOÃO PINHEIRO-MG, no dia 23.11.99, dos Agentes Penitenciários CARLOS SERAFIM BEZERRA DA SILVEIRA, matrícula 23.599-7; ALEXANDRE JOSÉ B. DE SOUZA, matrícula 23.580-6; DOURIVAL PEREIRA DE ARAÚJO, matrícula 23.535-0; e JOSÉ GERALDO DIAS, matrícula 34.460-3, a serviço da Secretaria de Segurança Pública, atendendo requisição judicial, conforme consta do Processo nº 050.000. 869/99.
II – Autorizar o pagamento de ½ (meia) diária de viagem a cada servidor.

I - AUTORIZAR o deslocamento à cidade de BARREIRAS-BA, no período de 23 a 24.11.99, dos Agentes Penitenciários JURANDIR ROSA GOMES, matrícula 19.115-9 e MAURO FERREIRA DA CRUZ, matrícula 23.478-8, a serviço da Secretaria de Segurança Pública, atendendo requisição judicial, conforme consta do Processo nº 050.000.870/99.

II – Autorizar o pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diária de viagem a cada servidor.

PAULO CASTELO BRANCO

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 20.548, de 2 de setembro de 1999, resolve:

I - AUTORIZAR o deslocamento à cidade de FORTALEZA-CE, no período de 22.11 a 23.11.99, do Delegado de Polícia DOMINGOS SÁVIO DUTRA BARRETO, matrícula 23.507-5 e do Agente de Polícia CARLOS ALBERTO SILVA, matrícula 27.221-3, a serviço da Secretaria de Segurança Pública, atendendo requisição judicial, conforme consta do Processo nº 050.000. 881/99.
II – Autorizar o pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diária de viagem a cada servidor, bem como as passagens aéreas necessárias.

I - AUTORIZAR o deslocamento à cidade de SÃO PAULO-SP, no período de 24.11 a 25.11.99, dos Agentes de Polícia JOÃO ANÍSIO VIEIRA MARQUES, matrícula 21.467-1 e SANDRO VALENTIN ANDRADE, matrícula 47.168-2, a serviço da Secretaria de Segurança Pública, atendendo requisição judicial, conforme consta do Processo nº 050.000. 880/99.
II – Autorizar o pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diária de viagem a cada servidor, bem como as passagens aéreas necessárias.

PAULO CASTELO BRANCO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS

RETIFICAÇÃO

Pensão Militar retificação de Ato Concessório
O Diretor de Inativos e Pensionistas do CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere os Arts. 13 e 20 da Lei n.º 8.255/91 (LOB), c/c os Arts. 25 e 55 do regulamento daquela Lei, aprovado pelo Decreto n.º 16.036/94, em consonância com as alíneas "a" e "c" da Portaria n.º 018/93, e em cumprimento à diligência proposta pela Subsecretaria de Auditoria da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, resolve:

Retificar os atos concessórios de Pensão Militar, publicados no DODF n.º 158 de 17/08/99, que passam a vigorar com a seguinte redação:

1. Interessada: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DA SILVA (viúva); Instituidor: JOSÉ OSVALDO DA SILVA; Graduação: CABO BM Ref.; Vigência: 18 de junho de 1999; Fundamentação legal: Arts. 7º, I; 9º, § 3º e 28 da Lei nº 3.765/60, c/c os Arts. 26, I do Decreto 49.096/60, 40 §§ 7º e 8º e 42 § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pelo Art. 1º da Emenda Constitucional n.º 20 de 15/12/98, e ainda em conformidade com as Portarias 3.952/SC-5/97 e 2.826/94-EMFA, com a Pensão integral relativa aos proventos proporcionais a 17 (dezessete) cotas do Soldo de Cabo BM.
2. Interessada: MARIA COUTINHO DE LIMA (viúva); Instituidor: JUVENIL ALVES DE LIMA; Graduação: CABO BM Ref.; Vigência: 08 de julho de 1999; Fundamentação legal: Arts. 7º, I; 9º § 3º, 28 da Lei n.º 3.765/60, c/c os Arts. 26, I do Decreto 49.096/60, 40 §§ 7º e 8º e 42 § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pelo Art. 1º da Emenda Constitucional n.º 20 de 15/12/98, e ainda em conformidade com as Portarias 3.952/SC-5/97 e 2.826/94-EMFA, com a Pensão integral relativa aos proventos de 3º Sargento BM. Em conseqüência torno sem efeito os atos retificados.

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

I – Dispensar o Agente de Polícia RONALDO VASCONCELOS PIMENTEL, matrícula nº 19.782-3, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Acidentes de Veículos/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 04.08.99.

II – Dispensar o Agente de Polícia DAMIÃO SOARES BARBOSA, matrícula nº 24.528-3, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 04.08.99.

III – Designar o Agente de Polícia RONALDO VASCONCELOS PIMENTEL, matrícula nº 19.782-3, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 04.08.99.

IV – Designar o Agente de Polícia DAMIÃO SOARES BARBOSA, matrícula nº 24.528-3, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Acidentes de Veículos/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 04.08.99.

LAERTE RODRIGUES DE BESSA

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIAS DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de competência conferida pela Portaria de 25/03/99, publicada no DODF nº 60, de 29/03/99, resolve: Designar o servidor Luis Cláudio Lisboa de Almeida, matrícula nº 92.976-X, executor técnico do Contrato nº 070-CFP/99 firmado entre o GDF/SETER e a Cooperativa de Educadores - Processo nº 170.000.500/99 objetivando a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações relativas ao Plano Estadual de Qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício - PEQ/DF/99, constante do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT/nº005/99-SETER/DF.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL conforme delegação de competência conferida pela Portaria de 25/03/99, publicada no DODF nº 60, de 29/03/99, resolve: Designar o servidor Marcus Vinicius Lisboa de Almeida, matrícula nº 93.072-5, executor técnico do Contrato nº 068-CFP/99 firmado entre o GDF/SETER e o Instituto Agostin Castejon - Processo nº 170.000.473/99 objetivando a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações relativas ao Plano Estadual de Qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício - PEQ/DF/99, constante do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT/nº005/99-SETER/DF.

MARCO AURÉLIO MALCHER
Adjunto

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO - ADJUNTO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de competência conferida pela Portaria de 25/03/99, publicada no DODF nº 60, de 29/03/99, resolve: Designar o servidor Marcus Vinícius Lisboa de Almeida, matrícula nº 93072-5, executor técnico do Contrato nº 067-CFP/99 firmado entre o GDF/SETER e a Fundação Teotônio Vilela - Processo nº 170.000.484/99 objetivando a realização de projeto de formação profissional no âmbito das ações relativas ao Plano Estadual de Qualificação Profissional do Distrito Federal para o presente exercício - PEQ/DF/99, constante do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT/nº005/99-SETER/DF.

MARCO AURÉLIO MALCHER
Adjunto

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto nos itens XV do artigo 59, do decreto 19.989 de 30 de dezembro de 1998, que aprovou o Regimento Interno, resolve:

Constituir Comissão Técnica de Licitação para análise da proposta de estudos sobre a elaboração do cadastro de usuário da água da Bacia do Rio Maranhão, processo n.º 191.000.643/99, composta pelos seguintes servidores : Luiz Rancan, matrícula 00229-1; Isais da Silva Ferreira , matrícula 311-5; Renato Dias de Carvalho, matrícula 93988-5.

A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor Luiz Rancan.

Constituir Comissão Técnica de Licitação para contratação de Consultoria Técnica visando execução de inventário e diagnóstico ambiental para Reserva Ecológica e do Parque Recreativo do Gama, processo n.º 191.000.473/99, composta pelos seguintes servidores : Paulo César Magalhães Fonseca, matrícula 38051-2; Eriel Sinval Cardoso, matrícula 38.081-4; Marta Maria Gomes de Oliveira, matrícula 93988-5.

A Presidência da Comissão será exercida servidor Paulo César Magalhães Fonseca.

Constituir Comissão Técnica de Licitação para análise da proposta de contratação de consultoria para realizar estudos visando a Recuperação da Lagoa do Jaburu, processo n.º 191.000.695/99, composta pelos seguintes servidores : Luiz Rancan, matrícula 00229-1; Renan de Oliveira Lopes, matrícula 00265-8; José Aquiles Tollstadino Leal, matrícula 37392-3.

A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor Luiz Rancan.

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

Designar JOÃO FRANCISCO MIRANDA, matrícula nº 80.151-8, Chefe da Seção de Transporte, para executor do Contrato firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da Fundação Pólo Ecológico de Brasília e CIBRÁS – Empreendimentos e Serviços Ltda, Processo nº 196.000352/99.

RAUL GONZALEZ ACOSTA



SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.309 de 15 de junho de 1999, os atos praticados pelo Sr. Administrador Regional do Cruzeiro – RA XI, relativos aos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO, abaixo discriminados, registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, visando o atendimento ao disposto no art. 1º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 130, de 19 de agosto de 1998 e art. 2º, caput e §§ 1º e 2º do Decreto 20.096, de 12 de março de 1999. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 08/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000485/95; CONCESSIONÁRIA: INTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "A-05" SITUADA NA QRSW 05; ASSINADO EM 14/05/99. REGISTRADO EM 30/06/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 15/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 130.000570/90; CONCESSIONÁRIA: GRUPO OK INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "H" SITUADA NO SHC/SW SQSW 303; ASSINADO EM 02/09/98. REGISTRADO EM 12/03/99 *TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 08/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.001.338/97; CONCESSIONÁRIA: VIA ENGENHARIA S/A; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "H" SITUADA NA SHC/SW SQSW 105; ASSINADO EM 26/08/98; REGISTRADO EM 03/09/98. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 16/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.001.000/97; CONCESSIONÁRIA: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO–FHE; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "F", SITUADA NO SHC/SW SQSW 302; ASSINADO EM 10/12/98. REGISTRADO EM 22/03/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 18/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.429/93; CONCESSIONÁRIA:CONDOMÍNIO DO BLOCO "A-6"DA QRSW-04 DO SHCSW; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "A-06", SITUADA NO SHC/SW QRSW 04; ASSINADO EM 06/11/98; REGISTRADO EM 11/06/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 10/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.001.129/97; CONCESSIONÁRIA: INTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "B-05", SITUADA NO QRSW 05; ASSINADO EM 20/05/99; REGISTRADO EM 05/07/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 07/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.293/95; CONCESSIONÁRIA: INTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "A-07", SITUADA NO QRSW 05; ASSINADO EM 14/05/99; REGISTRADO EM 06/07/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 06/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.486/95; CONCESSIONÁRIA: INTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "A-03", SITUADA NO SHC/SW QRSW 05; ASSINADO EM 14/05/99; REGISTRADO EM 06/07/99 *-CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 22/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.427/90; CONCESSIONÁRIA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA LDN LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "B-12", SITUADA NO SHC/SW QRSW 01; ASSINADO EM 18/06/99 REGISTRADO EM 13/07/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 06/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.001.216/96; CONCESSIONÁRIA: PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "B", SITUADA NO SHC/SW SQSW 100; ASSINADO EM 05/11/98; REGISTRADO EM 12/07/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 19/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.999/97; CONCESSIONÁRIA: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO –FHE; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "E", SITUADA NO SHC/SW SQSW 302; ASSINADO EM 19/11/98; REGISTRADO EM 02/08/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 15/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.488/95; CONCESSIONÁRIA: CONSTRUTORA IPÊ LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "A-05", SITUADA NO QRSW 06; ASSINADO EM 31/05/99; REGISTRADO EM 03/08/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 02/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.570/90; CONCESSIONÁRIA: GRUPO OK CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO S/A; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "H" SITUADA NO SHC/SW SQSW 303; ASSINADO EM 07/04/99; REGISTRADO EM 21/08/99. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 14/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.188/97; CONCESSIONÁRIA: RÍGIDA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "A-04", SITUADA NO QRSW 06; ASSINADO EM 27/05/99; REGISTRADO EM 18/08/99. Os Contratos têm plena validade e eficácia. VALÉRIO NEVES CAMPOS, Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Of. 095/99-CCCL/PRG/DF.

RATIFICO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.309 de 15 de junho de 1999, os atos praticados pelo Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I, relativos aos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO, abaixo discriminados, registrados no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, visando o atendimento ao disposto no art. 1º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 130, de 19 de agosto de 1998 e art. 2º, caput e §§ 1º e 2º do Decreto 20.096, de 12 de março de 1999. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 09/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 110.000.756/89; CONCESSIONÁRIA: PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I; ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "07", DA SQ/NORTE 208, BLOCO "G"; ASSINADO EM 12/11/98 REGISTRADO EM 11/01/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 08/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.002.576/96; CONCESSIONÁRIA: PRINCIPAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E CONSTRUÇÕES LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I, ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO 11, DA SQ/NORTE 211, BLOCO "D", ASSINADO EM 10/11/98, REGISTRADO EM 29/01/99 *PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 08/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.002.576/96; CONCESSIONÁRIA: PRINCIPAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E CONSTRUÇÕES LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I, ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "11", DA SQ/NORTE 211, BLOCO "D"; ASSINADO EM 01/12/98; REGISTRADO EM 29/01/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 12/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.002.638/96; CONCESSIONÁRIA: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO FHE; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I; ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "03", DA SQ/NORTE 303, BLOCO "D"; ASSINADO EM 04/12/98; REGISTRADO EM 31/03/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 10/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.001.287/98; CONCESSIONÁRIA: SILCO ENGENHARIA LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I; ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "09", DA SQ/NORTE 402, BLOCO "T"; ASSINADO EM 17/11/98; REGISTRADO EM 18/06/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 11/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.001.288/98; CONCESSIONÁRIA: SILCO ENGENHARIA LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I; ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "10", DA SQ/NORTE 402, BLOCO "S" ASSINADO EM 17/11/98; REGISTRADO EM 21/06/99. Os Contratos têm plena validade e eficácia. VALÉRIO NEVES CAMPOS, Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Of. 095/99-CCCL/PRG.

RATIFICO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.309 de 15 de junho de 1999, os atos praticados pelo Sr. Administrador Regional do Cruzeiro – RA XI, relativos aos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO, abaixo discriminados, prenotados e em exigência no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, visando o atendimento ao disposto no art. 1º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 130, de 19 de agosto de 1998 e art. 2º, caput e §§ 1º e 2º do Decreto 20.096, de 12 de março de 1999. *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 20/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.118/93; CONCESSIONÁRIA: ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DO BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "D", SITUADA NO SHC/SW SQSW 302, ASSINADO EM 04/12/98 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 21/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.473/90; CONCESSIONÁRIA: ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DO BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A LTDA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR ANADETE GONÇALVES REIS; ÁREA: PROJEÇÃO "H", SITUADA NO SHC/SW SQSW 101; ASSINADO EM 04/12/98 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 27/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 139.000.547/97; CONCESSIONÁRIA: HC CONSTRUTORA S/A; USO DE ESPAÇO AÉREO, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "E", SITUADA NO SHC/SW SQSW 306; ASSINADO EM 06/07/99 *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 11/99 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96, PROCESSO: 139.001.067/96; CONCESSIONÁRIA: ANTARES ENGENHARIA LTDA E ROYAL – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; USO DE ESPAÇO AÉREO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI; ASSINADO POR FRANCISCO PIRES TEIXEIRA; ÁREA: PROJEÇÃO "LOTE 01", SITUADA NO SHC/SW QRSW 05; ASSINADO EM 24/05/99. Os Contratos têm plena validade e eficácia. VALÉRIO NEVES CAMPOS, Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Of. 095/99-CCCL/PRG/DF.

RATIFICO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.309 de 15 de junho de 1999, os atos praticados pelo Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I, relativos aos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO, abaixo discriminados, prenotados e em exigência no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, visando o atendimento ao disposto no art. 1º, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 130, de 19 de agosto de 1998 e art. 2º, caput e §§ 1º e 2º do Decreto 20.096, de 12 de março de 1999. *PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 07/96 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96 PROCESSO: 141.000.269/96; CONCESSIONÁRIA: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I, ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "01", SITUADA NA SQ/NORTE 305, DO SHC/NORTE, ASSINADO EM 11/12/98, *CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº. 07/98 NOS MOLDES PADRÃO Nº. 18/96; PROCESSO: 141.001.997/95; CONCESSIONÁRIA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; USO DE ESPAÇO DO SUBSOLO; ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA-I; ASSINADO POR ANTONIO CARLOS DE ANDRADE; ÁREA: PROJEÇÃO "06", SITUADA NA SHC/NORTE SQ 214, BLOCO "F", ASSINADO EM 02/10/98 Os Contratos têm plena validade e eficácia. VALÉRIO NEVES CAMPOS, Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal,

Of. 095/95-CCCL/PRG/DF.

SECRETARIA DE GOVERNO

EXTRATO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO
DO CONTRATO Nº 14/99 (*)

PROCESSO N.º: 030-003.574/99. PARTES: DF/SEG X DISBRAVE – DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S.A. DA RETIFICAÇÃO: Onde se lê: "Cláusula Décima nona, leia-se Cláusula Décima Sétima". DA VIGÊNCIA: O presente termo entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DE

ASSINATURA: 09 de setembro de 1999. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e inalteradas as demais ciáusulas e condições do contrato em referência. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ, na qualidade de Secretário de Governo. Pela CONTRATADA: ORLANDO VICENTE ANTONIO TAURISANO, na qualidade de Proprietário. Brasília/DF, 18 de novembro de 1999.

(*) Republicado por ter saído com incorreção no DODF, nº 181 de 20-9-99.

AVISO DE CANCELAMENTO
CONVITE Nº 39/99 REPETIDA

A Comissão Permanente de Licitação/SEG torna público o Cancelamento da licitação que trata de "Habilitação de 40 (quarenta) acessos celulares", por razões de interesse público.

Brasília, 19 de novembro de 1999
OSVALDO TEODORO
Presidente

SECRETARIA DE FAZENDA

CENTRAL DE COMPRAS

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 91/99

Objeto: Aquisição de Material Permanente: Aparelhos e utensílios para comunicação, sinalização e fotocinematografia; Abertura: 01/12/99 às 17:00 horas; Grupos: 66.03 e 66.04 . O respectivo edital poderá ser retirado mediante a entrega da cópia autenticada do CRC do GDF ou certificado equivalente, no Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, Lote 2.310, até o dia 29/11/99, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

CONVITE Nº 92/99

Objeto: Aquisição de Material de Consumo: Utensílios de curta duração para copa e cozinha; Abertura: 06/12/99 às 11 : 00 horas; Grupo: 22.01.. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a entrega da cópia autenticada do CRC do GDF ou certificado equivalente, no Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, Lote 2.310, até o dia 02/12/99, no horário de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

CONVITE Nº 94/99 – CECOM/SEF/DF

Objeto: Aquisição de Material Permanente: Aparelhos e instrumentos técnicos para medição, teste e controle, Aparelhos e utensílios do tipo doméstico, Equipamentos para escritório, Equipamento para processamento de dados e microfilmagem, Máquinas, motores e aparelhos para indústria, comércio e transporte, Aparelhos e utensílios para comunicação, sinalização e fotocinematografia, Material para decoração, objetos de arte e para coleção, Mobiliário em geral e Utensílios para escritório; Abertura: 29/11/99 às 08 : 00 horas; Grupos: 53.01, 54.01, 56.03, 57.02, 64.01, 66.01, 66.03, 67.02, 68.01, 68.03, 68.04, 68.06, 68.08 e 70.01. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a entrega da cópia autenticada do CRC do GDF ou certificado equivalente, no Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, Lote 2.310, até o dia 26/11/99, no horário de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/99

Objeto: Aquisição de Material de Consumo: Peças e acessórios para móveis e equipamentos e, Peças e acessórios para veículos; Abertura: 14/12/99 às 09:00 horas; Grupos: 20.12, 21.03, 21.04, 21.05, 21.06 e 21.07. O respectivo *edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago no BRB, através de DAR,* no valor de R$ 2,08 (Dois reais e oito centavos), que estará a disposição dos licitantes na Secretaria do Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, até o dia 10/12/99, das 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 27/99

Objeto: Aquisição de Material Permanente: Veículos e equipamentos para veículos; Abertura: 14/12/99 às 15:00 horas; Grupo: 71.08. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de *recolhimento pago no BRB, através de DAR, no valor de R$ 2,08 (Dois reais e oito centavos), que estará a* disposição dos licitantes na Secretaria do Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, até o dia 10/12/99, das 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 18 de novembro de 1999

CONCORRÊNCIA Nº 15/99

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PERMANENTE: AERONAVES, TIPO HELICÓPTERO; Grupo: 71.01 Abertura: 27/12/99 às 09:00. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago no BRB, através de DAR, no valor de R$ 0,16 (dezesseis centavos) a folha, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG QD. 06 lote 2.310 sala 05, até o dia 24/12/99, das 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

CONVITE Nº 93/99

Objeto: Aquisição de Material de Consumo: Artigos para esportes e recreação e, Encargos; Abertura: 01/12/99 às 16 : 00 horas; Grupos: 04.02 e 98.53. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a entrega da cópia autenticada do CRC do GDF ou certificado equivalente, no Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal. à SIG Qd. 06, Lote 2.310, até o dia 29/11/99, no horário de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 19 de novembro de 1999
BEATRIZ FERNANDES ALVES BITTAR
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materiais

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS DA CENTRAL DE COMPRAS DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que o Resultado de Habilitação da Tomada de Preços nº 014/99 – CECOM/SEF/DF, encontra-se afixado no Quadro de Avisos da CPL, à SIG Qd. 06, lote 2.310.

Brasília, 19 de novembro de 1999
BEATRIZ FERNANDES ALVES BITTAR
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materias

RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/99

No item 01 do Anexo I da Tomada de Preços nº 20, onde se lê : 04 (quatro portas), leia-se: 02 (duas) portas. No campo das Observações acrescentar item 8 – Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias para os itens 03 e 04; 50 (cinquenta) dias para o item 02 da Secretaria de Segurança Pública e 40 (quarenta) dias para os item 01.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/99

A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados a abertura de Processo Licitatório para aquisição de formulários contínuos, Grupo: 97.73. Data de abertura 06 de dezembro de 1999, às 10:00 horas, na sede da FEDF, sala 300. O respectivo edital poderá ser retirado na secretaria da CPL no SGAN 607 Projeção D sala 225, de 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00'

Brasília, 18 de novembro de 1999
ACHILLES DE SANTANA
Presidente CPL

DIRETORIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 2/99
PROVAS CLASSIFICATÓRIAS PARA INGRESSO DE ALUNOS NOS CURSOS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público que realizará Prova Classificatória para ingresso na **Escola Técnica de Brasília – ETB, Centro de Educação para o Trabalho – CET, Colégio Agrícola de Brasília – CAB e Centro Educacional Profissionalizante de Saúde de Planaltina – CEP/Saúde.**

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo classificatório será regido pelo presente Edital.

1.2. A classificação de que trata este Edital compreenderá o somatório dos pontos obtidos pelo candidato, nas questões de Português e Matemática.

2. DOS CURSOS – Serão realizadas Provas Classificatórias para preenchimento de vagas no 1º (primeiro) semestre dos Cursos Técnicos de Educação Profissional, em Informática Industrial, Eletrotécnica e Eletrônica na Escola Técnica de Brasília - ETB, Técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola de Brasília – CAB, Técnico em Enfermagem no Centro Educacional Profissionalizante de Saúde de Planaltina – CEP/Saúde e Técnico em Sistemas de Informações no Centro de Educação para o Trabalho – CET, oferecidos em regime semestral.

3. DA CLIENTELA – Poderão inscrever-se nas Provas Classificatórias para ingresso nos Cursos Técnicos de Educação Profissional, os alunos que já concluíram o ensino médio.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. O período das inscrições será de 24 a 26 de novembro de 1999, na escola onde é oferecido o curso pretendido.

4.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar o comprovante da escolaridade (Declaração Escolar) ou certificado de conclusão de 2º grau (original e cópia) e Carteira de Identidade (original e cópia).

4.3. A inscrição efetivar-se-á pelo preenchimento da Ficha de Inscrição, devidamente assinada pelo candidato e autenticada pela Secretaria Escolar.

4.4. Ao Candidato, impossibilitado de efetuar sua inscrição pessoalmente, será permitido fazê-la por intermédio de Terceiro, através de Procuração, anexando a essa, cópia da Carteira de Identidade do Candidato.

5. DAS VAGAS

5.1.

Centro de Educação Profissional	Curso(s)	Carga horária	Vagas					
			Turmas			Alunos		
			M	V	N	M	V	N
Centro Educacional Profissionalizante Saúde – Planaltina	Enfermagem	1975	03	03	03	105	105	105
Colégio Agrícola de Brasília/CAB-Planaltina	Técnico Agropecuária	1600	02	02	-	80	80	-
Centro de Educação para o Trabalho/CET-Ceilândia	Sistema de informação/Téc. em Informática	1600	-	03	03	-	90	90
Escola Técnica de Brasília/ETB-Taguatinga	Informática Industrial	1800	02	02	01	80	80	40
	Eletrônica	1800	02	01	02	80	40	80
	Eletrotécnica	1800	01	01	02	40	40	80

5.2. As vagas serão oferecidas por turno, tendo em vista que o 1º e 2º períodos são básicos para todos os cursos.

5.3. A opção definitiva pelo curso, por parte do aluno, dar-se-á ao final do 2º período, segundo o critério de aproveitamento definido pela escola.

5.4. O candidato portador de necessidade especial deverá apresentar laudo médico no ato da inscrição.

6. DAS PROVAS

6.1. A realização das Provas Classificatórias ocorrerá no dia 17 de dezembro de 1999, com duração de 03 (três) horas, sendo que o horário e o local serão divulgados no ato da inscrição.

6.2. O conteúdo da prova classificatória abrangerá conhecimentos de Português (Interpretação de Texto e Gramática) e Matemática, em nivel de 1ª série do Ensino de 2º grau.

6.3. As provas conterão 30 questões objetivas, sendo 15 questões de Português e 15 de Matemática.

6.4. O candidato deverá apresentar-se no local das provas 30 (trinta) minutos antes do início da mesma, portando caneta esferográfica azul ou preta, documento de identificação, comprovante de inscrição e assinar a relação de freqüência.
6.5. Se o número de inscritos for inferior e/ou igual ao número de vagas oferecidas, por turno, não haverá necessidade de realização das Provas Classificatórias.
7. DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
7.1. Serão atribuídos pontos de 0 (zero) a 100 (cem) para cada área de conhecimento. O preenchimento de vagas ocorrerá de acordo com a ordenação decrescente dos pontos obtidos pelo somatório das duas áreas na classificação do candidato.
7.2. Em caso de empate, prevalecerá o melhor resultado em Matemática. Caso persista o empate, terá prioridade o candidato mais idoso.
8. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
8.1. O resultado das Provas Classificatórias será divulgado no dia 05 de janeiro do ano 2000 na Secretaria da Escola.
9. DA MATRÍCULA
A matrícula dos candidatos classificados será realizada pela Escola no período de 06 de janeiro a 12 de janeiro de 2000.
9.1. No ato da efetivação da matrícula, o candidato deverá apresentar documento de identificação e 03 (três) fotos 3x4.
9.2. A matrícula poderá ser efetuada pelo candidato, se maior, ou pelo responsável.
9.3. O candidato que não efetivar a matrícula no período determinado perderá o direito à vaga, que será preenchida pelo candidato com classificação imediatamente inferior.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES
Diretora Executiva

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº45/99

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do Edital Normativo nº 011/99-FHDF, publicado no DODF nº 132 de 12-7-99, torna público o Resultado Final do Concurso Público para Assistente Superior de Saúde, nas especialidades a seguir:

ANESTESIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000328	CHRISTINE SOARES TAVARES	91.00	1º
000189	ELDIRO DANIEL MENDES	88.80	2º
000202	JOSÉ MARCOS DA ROCHA BASTOS	86.20	3º
000203	JOSÉ DAMIÃO DE ALMEIDA JUNIOR	85.20	4º
000006	BENVINDO ROCHA BRAGA	82.50	5º
000051	EDUARDO DOS REIS PEIXOTO	82.00	6º
000134	SARAH BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA	81.40	7º
000406	DÉBORA DE SOUZA CAPISTRANO	79.40	8º
000201	ASKANIO STANISLAU FERREIRA PINCOWSKY	78.20	9º
000255	FRANCISCO JOSE TRINDADE TAVORA	75.60	10º
000336	SILVIO MARCOS LIMA DOS SANTOS	75.60	11º
000756	FLÁVIA VIEIRA GUIMARÃES HARTMANN	74.40	12º
000059	AUGUSTO CESAR RAMOS PUPE	74.40	13º
000128	MARCO ANTONIO FIGUEIREDO C. DE SOUZA	74.40	14º
000040	LUCIANO ESTEVAM MAIA	73.60	15º
000022	ADRIANE ALBUQUERQUE E SILVA	73.60	16º
000072	ANTÔNIO IONA ROCHA	71.60	17º
000057	SAMEA VERÔNICA TARGINO DE ARAÚJO	71.50	18º
000682	JOÃO CARLOS PINTO	70.40	19º
000287	SILVANA MARIA DUARTE FERNANDES	70.40	20º
000522	SHEILA ROSSANA FRANCA DE ARAÚJO	69.80	21º
000633	ROBERTO ALBUQUERQUE BANDEIRA	69.60	22º
000310	CARMEN AMELIA GODOY COSTA	69.50	23º
000982	ALEXANDRE DE MIRANDA RANGEL	69.20	24º
000441	ALESSANDRA MARIA PELOSO	68.80	25º
000157	HERMÍNIO DE SOUSA JUNIOR	67.80	26º
000071	ANA PAULA GONÇALVES ROCHA	67.80	27º
000068	ANTÔNIO CARLOS DIAS SOUZA	67.60	28º
000116	ANDREA MAURA DO VALE SOUZA	66.00	29º
000576	EMANUEL FREIRE	65.20	30º
000858	ALESSANDRO BARBOSA SILVA	65.00	31º
000269	FÁBIA MOLINA RODRIGUES PINTO	65.00	32º
000885	MAX JURNO LOYOLA SANTANA RIOS	64.80	33º
000726	MÁRCIA SANTANA MOREL GOMES DE OLIVEIRA	64.10	34º
000844	LUIS EDUARDO PESSOA DE SOUSA	60.00	35º

BIOMETRIA E PERÍCIA MÉDICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000810	MARIA CRISTINA CARVALHO MAGALHAES	83.60	1º
000731	JAIR SHIGUEKI YAMAMOTO	70.40	2º
001102	KÁTIA CLEIA MOREIRA REIS	65.00	3º
000142	ANTÔNIO ALENCAR ARARIPE NETO	64.00	4º

CARDIOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000215	ROSANA MARIA SILVA DE OLIVEIRA	78.00	1º
000188	FERNANDO CARRUSCA BRITTO	75.20	2º
000648	LUIS CARLOS VIEIRA MATOS	74.40	3º
000558	EDUARDO SPAGNOL	73.60	4º
000340	RENAULT MATTOS RIBEIRO JUNIOR	72.40	5º
000589	CRISTIANE PROCACI ARANHA	71.60	6º
000199	ALEXSANDRO SILVA BASTOS	71.20	7º
001065	LUCIANO DOS SANTOS SILVA	71.20	8º
001017	GUSTAVO DE ALMEIDA ALEXIM	71.20	9º
000647	LINDA MARIA DO BOM C CORREIA SANTOS	71.20	10º
000856	CLEDSON REIS SILVA	70.00	11º
000674	MARIA ANCILLA DA SILVA MOURA	67.60	12º
000797	LUCIANA DE OLIVEIRA BORGES JAPIASSU	66.80	13º
000794	CARLOS DARWIN GOMES DA SILVEIRA	66.40	14º
000147	ROBERTA DE OLIVEIRA FARIA	66.40	15º
000078	MARIA CELESTE MENEZES DA FONSECA	65.20	16º
000079	MARCIA MARISIA MACIEL RODRIGUES	65.20	17º
000010	SANDRA SILVA DE BARROS COBRA	65.20	18º
000268	RUBENS CLAUDIO DE MENDONÇA JUNIOR	64.80	19º
000038	LUIS AUGUSTO DE SEIXAS GORGES	63.20	20º
000114	MARCUS ANTONIUS GADELHA MACIEL	61.60	21º

CIRURGIA GERAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000857	AQUILES LEITE VIANA	78.80	1º
000505	ALBITON DA SILVA BORGES	77.40	2º
000552	FRANCISCO WANDERLEY FERNANDES	76.52	3º
000185	DALTON LUSTOSA DE FIGUEIREDO	76.26	4º
000976	JOAO BATISTA MONTEIRO TAJRA	76.26	5º
000005	JOSE GUILHERME FILHO	76.20	6º
000205	NADJA NOBREGA DE QUEIROZ	76.20	7º
000417	RICARDO AUGUSTO DE ALMEIDA CORREIA	75.86	8º
000593	ADRIANA MARIA SANTANA DE MELO	75.26	9º
000350	ANA CRISTINA ARAUJO DANTAS	74.60	10º
000561	VIVIANE BORGES	74.52	11º
000247	DALTON DOMINGUES CORDEIRO	74.26	12º
000455	RENATO SÉRGIO DE MEDEIROS SOUZA	74.26	13º
001203	NELSON INÁCIO DOS SANTOS NETO	73.26	14º
001141	VALÉRIA CARDOSO PINTO	73.26	15º
000246	LÚCIO LUCAS PEREIRA	73.00	16º
000105	RICARDO ROCHA TAVARES	72.92	17º
000754	JAMES KLEBER LOPES PINHEIRO	72.26	18º
001157	GLAUBER BEZERRA CARVALHO	71.92	19º
000523	RENNEL PIRES DE PAIVA	71.72	20º
000706	GILMAR PEREIRA SILVA	71.26	21º
000187	JUACY BEZERRA DE OLIVEIRA	71.06	22º
001008	MARCELO DE OLIVEIRA RAMALHO	69.06	23º
001019	JURACI DA SILVA NEGREIROS	68.80	24º
000588	ANDRE LUIS SOARES LACERDA	68.12	25º
000559	RODRIGO OLIVEIRA FERNANDES	67.80	26º
001219	JORDANO PEREIRA ARAUJO	67.80	27º
000162	LUCAS SEIXAS DOCA JUNIOR	67.20	28º
000804	BENEDITO CORREA BRAGA JUNIOR	66.46	29º
001045	ELIO RIBEIRO DE MORAES	65.20	30º
000852	EULER ESTEVES RIBEIRO FILHO	64.92	31º
001047	DAVI CELSO DE SOUZA CRUZ RODRIGUES	64.92	32º
000037	MILTON WALTER DE LA CRUZ HERNANDEZ	64.66	33º
000286	ULISSES EDUARDO RAMIRO	64.60	34º
000806	MAURÍCIO COTRIM DO NASCIMENTO	64.60	35º
000297	DAMIÃO MARCELO PONTES FEITOSA	63.86	36º
000027	SÉRGIO PUTTINI MACHADO	63.26	37º
001099	MARCOS BELARMINO DA SILVA	63.00	38º
000899	ANDRE HOHMANN ENCARNAÇÃO	63.00	39º
000974	FERNANDO MARCUS FELIPPE JORGE	62.66	40º
001183	FERNANDO FERNANDES CORREA	62.60	41º
000691	PAULO CESAR DA SILVA ESCOSSIO	61.66	42º
001004	WINSTON LEONARDO CASTELO BRANCO LEAL	61.32	43º

CIRURGIA CARDIOVASCULAR PERIFÉRICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000420	FRANSCISCO ALBERTO B. XIMENES FILHO	82.40	1º
000405	SAMUEL BARBOSA MATHIAS	79.06	2º
000083	CLAUDIO ELUAN KALUME	78.92	3º
000003	MARCOS AURÉLIO PERCIANO BORGES	76.26	4º
000403	HEVERTON GEORGE LIBERALINO DA NOBREGA	74.92	5º
000717	FREDERICO NONATO FREITAS DA SILVA	69.72	6º
000514	HERCULES CURCIO NETO	64.52	7º

CIRURGIA PEDIÁTRICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000172	JAISA MARIA MAGALHAES DE MOURA	93.80	1º
000386	MAURÍCIA CAETANO CAMMAROTA	92.20	2º
000109	ANA PAULA AMARAL SOUZA	91.60	3º
000319	LUCIANO GAZZONI MACHADO	90.60	4º
000173	ACIMAR GONÇALVES DA CUNHA JUNIOR	90.20	5º
000122	ANA LÚCIA DA SILVA NETO	88.00	6º
000320	ALCIDES JOSÉ ARAÚJO RIBEIRO	85.80	7º
000150	VIRGÍNIA SATUF SILVA	75.60	8º
000784	LIANA CLAUDIA GAMA VAZ	69.40	9º

CIRURGIA PLÁSTICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000107	JEFFERSON LESSA SOARES DE MACEDO	82.40	1º
000591	MARCONI DELMIRO NEVES DA SILVA	77.15	2º
000700	LUCIO MARQUES DA SILVA	74.87	3º
000354	SIMONE CORREA ROSA	72.91	4º
000129	NADJA DE ALMEIDA ALEXIM	72.76	5º
000966	GENES LOPES DE ALMEIDA JUNIOR	71.77	6º
000776	WALBERT ALMEIDA DE CARVALHO	71.25	7º
000289	NATANIEL SOARES DOS SANTOS	71.21	8º
000683	ROGER MAYER FAKHOURI	70.63	9º
000592	MARCOS ANTONIO PEIXOTO DE CARVALHO	68.00	10º

000326	CLOVIS BRITO GUEDES	66.63	11º
000987	MARCO AURELIO RATIER JAJAH NOGUEIRA	65.73	12º
001161	ODÉSIO LUIZ LUNZ	65.44	13º
000130	JOEMAR ANTÔNIO BARBARESCO	63.88	14º
000768	LUCIANO CESAR DE ATAHYDE SILVA	60.13	15º

CLÍNICA MÉDICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000241	BERNARDINO BANDEIRA TERCEIRO	81.73	1º
001081	WALTER EMANOEL DE PAULA	79.80	2º
000404	ELIAS LEITE HONÓRIO	77.73	3º
000494	KARLA ILHA TRISTÃO	77.47	4º
000778	BENEDITO FRANCISCO CABRAL JUNIOR	76.47	5º
000669	MÁRCIA MONTENEGRO TAVEIRA	76.13	6º
001006	TECIO DE ARAUJO COUTO	76.00	7º
001107	DOMINIQUE BEZERRA ARAUJO	75.87	8º
000787	PAULO CESAR DE OLIVEIRA ZICA	75.53	9º
000305	ADRIANA ALVES GHERARDI	75.13	10º
000524	MARCELLO ABREU MARTINS	74.93	11º
000348	SÉRGIO HONORATO DE MATOS	74.53	12º
000178	IRNA KADEN DE SOUSA DANTAS	74.53	13º
000977	JOSE DAVID URBAEZ BRITO	74.40	14º
000385	VINICIUS MACHADO DE LIMA	74.13	15º
000281	PATRICK FRENSEL DE MORAES TZELIKIS	74.13	16º
000615	ISAAC AZEVEDO TENORIO	73.67	17º
000872	MARIA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	73.60	18º
000028	LUIZ EDUARDO REFATTI ESPADIM	73.60	19º
000432	CARLA MARIA RIBEIRO DE SOUSA AZEVEDO	73.20	20º
000818	RICARDO DA SILVA VALERIO	72.67	21º
001191	FÁBIO FERREIRA AMORIM	72.67	22º
000838	ALINE ADEILSIA GOMES DOS SANTOS	72.40	23º
000366	RICARDO JACARANDA DE FARIA	72.00	24º
000808	ROGÉRIO GOMES LIMA	72.00	25º
000357	CIPRIANO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	71.93	26º
000793	LETÍCIA OBA GALVAO	71.67	27º
001145	NANCILENE GOMES MELO E SILVA	70.47	28º
000043	FABIANO PEIXOTO DA CONCEIÇÃO	70.00	29º
001053	FÁBIO GOMES TEIXEIRA	69.73	30º
000487	LEILA REGINA MOREIRA GOMES	69.47	31º
000503	LEILA EPAMINONDAS DE BARROS PEREIRA	69.47	32º
000454	ROBSON BUENO DE CARVALHO	69.40	33º
000893	RICARDO CHAVES MACHADO	69.33	34º
000811	LUCIANA SOUZA DE ALMEIDA	69.20	35º
000379	CLAITON SACCOL FERREIRA	69.07	36º
000898	FERNANDO SAVIO MIRANDA ROMARIZ	68.80	37º
000887	ANA LUCIA BASTOS DE SOUZA	68.53	38º
000359	EUGÊNIA DE CASTRO E SILVA	68.40	39º
000088	JOSÉ PAULO SILVA CORTE REAL	67.87	40º
000743	RODRIGO BARBOSA VILLAÇA	67.87	41º
000279	ALINE LAGINESTRA E SILVA	67.87	42º
000535	ELISAMA SILVA DE LIMA	67.73	43º
000956	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	67.60	44º
000545	MARIA DE FATIMA DE MAGALHAES GONZAGA	67.40	45º
001153	ANDREA LEÃO SANTOS	66.93	46º
000651	SAMIA DE OLIVEIRA LEITE	66.87	47º
000501	ERIKA LAVÍNIA XAVIER DE MELO	66.67	48º
000248	JOÃO FRANCISCO MORAIS DOS SANTOS	66.53	49º
000260	JOCIVALDO SILVA PEREIRA	66.47	50º
000358	ANDRE TENORIO TEIXEIRA	66.40	51º
001055	HELOISA EUGÊNIA COSTA CANCIO	66.27	52º
000958	GILBERTO BROWN DE ANDRADE	66.13	53º
000644	JOZELDA LEMOS DUARTE	66.00	54º
001054	DANIELA SERRA DE ALMEIDA	65.93	55º
000052	ALMIR DE ANDRADE PEREIRA	65.60	56º
000190	EINSTEIN FRANCISCO DE CAMARGOS	65.60	57º
000738	LEONARDO DE SOUZA LIMA VENTURA	65.47	58º
001136	JOSÉ ROBERTO DE DEUS MACEDO	65.33	59º
000565	JOSÉ AMARANTINO DE SOUSA	65.20	60º
001179	ADRIANA COSTA VERAS	65.20	61º
000390	FÁBIA ALVES E SILVA	65.20	62º
000750	GUILHERME AUGUSTO GONDIM DE ALMEIDA	64.80	63º
000905	TATIANA VASQUES GRANGEIRO FERREIRA	64.80	64º
001029	ANA LUISA VIDIGAL SOARES DE ANDRADE	64.80	65º
000684	ERWIN ADNEN SMEJA HUNTER	64.53	66º
000475	GLYCE CARDOSO DE FARIA	64.53	67º
000815	CARLOS SERGIO MUNIZ DE SOUZA	64.00	68º
000151	LILIANA SAMPAIO COSTA MENDES	63.60	69º
000234	TARQUINO ERASTIDES GAVILANES SANCHEZ	62.93	70º
000435	GLAUBER BEZERRA PEREIRA	62.67	71º
000378	CASSIA DE MENEZES FERREIRA	62.67	72º
000627	VALÉRIA FERREIRA CAMPOS	62.67	73º
000800	RENATA CALINA RIBEIRO ALBUQUERQUE	62.67	74º
001162	MARIA ELENIZA BEZERRA	62.60	75º
000595	ROBERTO CESAR ALELLUIA DA SILVA	62.27	76º
001101	WALDERSON MARINHO BORRALHO	62.00	77º
000460	MARIA DE FÁTIMA DE CASTRO COSTA	62.00	78º
000302	CLAUDIA PEREIRA FARIA	62.00	79º
001112	ANDREA MARTHA ANTERO DOS SANTOS	62.00	80º
000259	LEDISON FERREIRA ZANINI	62.00	81º
000719	MARCOS DE VASCONCELOS CARNEIRO	61.60	82º
000155	HÉRCULES DOS SANTOS SOARES	61.33	83º
001048	GISSELE TEMOTEO DE MELO	61.33	84º
000500	ALBERTO GURGEL DE ARAÚJO	60.67	85º
000063	LIDICE DE MORAIS CELEBRINI	60.00	86º

CITOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000888	ANA LUCIA QUIRINO	79.90	1º
000994	CÉLIO MARCOS DE OLIVEIRA	77.70	2º
000258	CARMEM GUIMARÃES MENEZES PALHAS	77.10	3º
001075	CYNTHIA VIRGINIA RIBEIRO ARRUDA	75.60	4º
000141	ANDERSEN CHARLES DAROS	71.90	5º
000716	REGINA MARIA DE ARAUJO FROZ	70.20	6º
001073	CÁSSIO MONTEIRO DE CASTRO	63.70	7º

DERMATOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000515	CIBELE CAMINHA CASCUDO RODRIGUES	87.20	1º
000480	ANDRE LUIS FERREIRA GUIMARAES	80.80	2º
000507	TATIANA HER HOA MAGALHAES TORREAO BRAZ	80.60	3º
000445	ROULA KOZAK	79.20	4º
000426	MARLY DEL NERO ROCHA	76.40	5º
000367	SYLVIA YPIRANGA DE SOUZA D E RODRIGUEZ	75.00	6º
000120	ROSA MARIA CARVALHO DE MATOS	74.40	7º
000176	MARILZA ELENA FANTIN	74.00	8º
000692	JOILDA OLIVEIRA DA SILVA	70.20	9º
000339	BEATRIZ MOREIRA DE MEDEIROS	68.80	10º

ENDOCRINOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000132	CRISTIANE JEYCE GOMES LIMA	80.40	1º
000086	GRECYANE LOPES BARCELOS	80.00	2º
000823	CLAUDIA HELENA DE OLIVEIRA GURGEL	76.40	3º
000533	ADRIANA CLAUDIA LOPES CARVALHO FURTADO	75.20	4º
000499	TATIANA CHIARA COSTA GUERRA BEZERRA	70.80	5º
000779	ANDRE NEVES MASCARENHAS	64.80	6º

GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000605	DELMY FERREIRA SOUTO	90.00	1º
000300	JANAINA DE AMORIM VIANA	86.40	2º
000165	MARCELO IGLESIAS BARREIRA	86.20	3º
000081	GEORGINA PONTES PAULO	85.20	4º
000370	ISABELLA PAOLILO CALAZANS CORREA	85.20	5º
000070	FERNANDA CRISTINA AFONSO	85.20	6º
000011	CLAUDIA SOARES RIBEIRO	84.80	7º
001034	WILIAN RODRIGUES DA SILVA	84.20	8º
000225	ALBERTO CARLOS MORENO ZACONETA	83.60	9º
000100	JOÃO RICARDO DUTRA BANDOS	83.00	10º
000711	GERLI SILVA ARAUJO	82.20	11º
000904	WILLIANS MOURA LEITE	82.20	12º
000364	SIDNEY DIONISIO TOLEDO	82.00	13º
000539	CLEBER SÉRGIO DA SILVA	82.00	14º
000596	MARIA DO SOCORRO AGRA GUILHERME	81.60	15º
000360	GUSTAVO TEDDE	81.60	16º
000293	ANDREA SOARES CAVALCANTI	81.60	17º
000324	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	80.60	18º
000781	CERES NUNES DE RESENDE	80.40	19º
000232	FARID BUITRAGO SANCHEZ	80.00	20º
000489	FREDERICO JOSÉ SILVA CORREA	80.00	21º
000442	LOURDES MING CHI SHEN	79.60	22º
000496	CLAUDIA VICARI BOLOGNANI	79.40	23º
000224	CLAYTON GOIS MIRANDA	79.40	24º
001020	ANA CHRISTINA FERREIRA CAVALCANTI	79.00	25º
000578	LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE Q. FREIRE	78.80	26º
000175	VERA LÚCIA MIRANDA NUNES	78.80	27º
000508	NARAYANA DE CASTRO COUTINHO	78.80	28º
000277	FABYOLA JORGE CRUZ	78.00	29º
000948	CAREN VANESSA CUPERTINO	78.00	30º
000944	SILVANIA GUIMARÃES SILVA MORAIS	77.80	31º
000004	SÉRGIO HENRIQUE MATTIODA DE LIMA	77.60	32º
000751	KENY SOARES RODRIGUES	77.40	33º
000607	JARIA PEREIRA RICARDO	77.00	34º
000018	RICARDO AUGUSTO VIEIRA CHAVES	77.00	35º
000481	JANIO SERAFIM DE SOUSA	77.00	36º
000106	ROSANE DA COSTA VIANA	76.80	37º
000047	JOSÉ PAULO DA SILVA NETTO	76.80	38º
001009	RAQUEL ALVIM ROCHA TEDDE	76.80	39º
000235	JACIREMA SIMONE MACIEL FLOR	76.20	40º
000113	GISELE TASCA DUTRA	76.20	41º
000245	JANE NASSIF	75.80	42º
000017	HELSON JOSE DE ALMEIDA ALBERNAZ	75.20	43º
000380	ANDREIA REGINA DA SILVA ARAUJO	75.20	44º
000490	LAUDILENE DE LUCENA PEREIRA	75.20	45º
000540	MARTA DE BETÂNIA RABELO TEIXEIRA	75.20	46º
000830	LUCIANA SEGURADO CORTES	75.20	47º
000077	CRISTINA DE FÁTIMA MACIEL ALVES	74.80	48º
000356	VALÉRIA COUTINHO DOS SANTOS	74.80	49º
000346	NILMARA DE MEDEIROS RODRIGUES	74.20	50º
000611	ROSANA BRITO DE AZEVEDO	74.20	51º
000809	JEAN PIERRE BARGUIL BRASILEIRO	74.00	52º
000882	MUTSUJI SHIOKAWA	73.80	53º
000282	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS ZEMBRZUSKI	73.80	54º
000309	ANDRE LUIZ AFONSO DE ALMEIDA	73.80	55º
000676	ANDERSON MACIEL REINALDI	73.80	56º
000438	CLAUDIA CRISTINA DUARTE DE CARVALHO	73.60	57º
000665	AFRÂNIO SEBASTIAO BORGES	73.60	58º
000723	VALÉRIA LEAL MATHIAS	73.60	59º
000371	SÉRGIO EDUARDO DE PAIVA RAMOS	73.20	60º

000046	MILTAIR BAETA DE MELLO	73.20	61°
001155	ADELMO ARAUJO TEIXEIRA	73.20	62°
000069	RESALLA SALUM FILHO	72.60	63°
000848	RUBENS RICARDO BRITTO COIMBRA	72.60	64°
001144	ALEXANDRA GOUVEIA DE OLIVEIRA MIRANDA	72.20	65°
000871	SONIA MARIA BELTRÃO	72.00	66°
000208	FABIANA MACEDO CARTAPATTI	72.00	67°
000580	CAMILA VIANA COSTA	72.00	68°
000424	AIRTON FRANCA DINIZ JUNIOR	71.60	69°
000193	CAROLINA VALENTE DE MIRANDA HENRIQUES	71.60	70°
000207	ERICA ROSA TRINDADE	71.60	71°
000671	JETERSON AMARAL DOS SANTOS	71.00	72°
000947	MONICA MIRANDA ANDRADE	70.60	73°
000531	KATIA MARIA NUNES DE ARAÚJO	70.40	74°
000131	MÁRCIA REGINA BARROS	70.40	75°
000219	CLAUDIA CARVALHO DANTAS KUUSBERG	70.00	76°
000121	JORGE ERNESTO GARZON AGUILLON	69.60	77°
000464	PAULO HENRIQUE DA SILVA FREITAS	69.60	78°
000146	LUCIANA CHAVES DE LEMOS	69.60	79°
000935	ROBERTO FABIANO CINTRA FARIAS	69.60	80°
000001	LUCIANA VIRGINIA TEMPESTA	69.60	81°
000635	FERNANDO JOSE SILVA DE ARAUJO	69.60	82°
000860	ELIELSON ALEXANDRE DOS SANTOS	69.40	83°
000032	MARIA DE LURDES OPPELT RAAB	69.00	84°
000437	ROBERTA MOREIRA PAIVA	68.80	85°
000873	ALVARO LUCIANO DALCOMUNI	68.80	86°
000362	FRANCISCA EDLANIA MIRTES L. DE AQUINO	68.80	87°
000675	DARCI LUIS DURO JANARELLI	68.40	88°
000382	RENATA FURTADO TOLEDO GOUVEA PEDRINHA	68.40	89°
000660	CELI DE LIMA ZUCCOLOTTO	68.40	90°
000877	JOSÉ LOPES DA ROCHA JUNIOR	68.00	91°
000074	ZILDA ELIZABETH DANTAS PINHEIRO	68.00	92°
000541	CELSO SATORU KURIKE	67.80	93°
000600	JAIRO NAIMAYER MARQUES	66.80	94°
001214	DEMETRIO ANTONIO GONCALVES DA S. GOMES	66.80	95°
000115	VALDER JOSÉ COSER	66.40	96°
000995	WEBER CESAR MOREIRA DOS SANTOS	66.40	97°
000415	MARCOS LAZARO DE SOUZA GONDIM	66.40	98°
001205	VIVIANE LEITE OLIVEIRA	66.40	99°
001150	LUCIA ELMARA MARTINS PARCA	66.20	100°
000932	ANDRE BATISTA DE VASCONCELOS	66.20	101°
000262	RUBIENNE DEZIRREE FACHETTI	66.20	102°
000474	FERNANDO COELHO DA ROCHA	65.80	103°
001225	VITTORIA NEIDE COLLAREDA SICILIANO	65.80	104°
001224	CLAUDIMARY BEZERRA DE LIMA	65.80	105°
000242	AGNELO ANTÔNIO RIBEIRO FILHO	65.80	106°
000729	LUCIANI FIORI LEAO	65.80	107°
000228	OSVALDINO MENDES BATISTA	65.60	108°
000381	ADRIANA DE OLIVEIRA SOUZA	65.20	109°
000456	PAULA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA	65.20	110°
000728	CLAUDINEIA DIAS CAVALCANTE	65.20	111°
000048	MANOEL VANDERLEI DOS SANTOS	64.80	112°
000021	GLOVER RODRIGUES DE ROCHA	64.80	113°
000044	NISE DE LIMA BELUS	64.80	114°
000538	HELOISA DEL MONACO DE MEDEIROS	64.80	115°
000421	EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA	64.60	116°
000363	ANGÉLICA DE FIGUEIREDO REZENDE	64.60	117°
000945	SÍLVIA GUIMARAES SILVA	64.60	118°
000715	MARCOS SEITI NAGAO	64.20	119°
000981	EVERALDO DA SILVA BRAZ	64.20	120°
000637	MARIO JOSÉ PINTO LIMA	64.00	121°
000919	ROBERTO NICOLAU CAVALCANTI DE SOUZA	63.60	122°
000194	VIRGÍNIA GILA DE AMORIM	63.60	123°
000416	RODRIGO FONTOURA BEZERRA	63.20	124°
000170	ANA PAULA SILVEIRA DE CASTRO	63.20	125°
000988	DINEY SOARES TORRES ALBUQUERQUE	63.20	126°
001041	ANDRE RICARDO ARALDI	62.60	127°
000724	ROGÉRIO PALMEIRA AZEVEDO	62.60	128°
000602	ADRIANA DE MORAES MENDONCA SILVA	62.60	129°
000516	GLYCEANE CARDOSO	62.60	130°
000466	PATRÍCIA SERAFIM SANTOS	62.00	131°
000315	GISLANE VALADARES SILVA	61.00	132°
000532	MARCO AURÉLIO BRASIL PINTO	60.00	133°
000969	ROBLEDO DE SOUZA LEÃO LACERDA	60.00	134°

MEDICINA DO TRABALHO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000034	WALTER SIMÕES FILHO	86.00	1°
000056	RAIMUNDO LUZ PARENTE	83.20	2°
000192	SILVIA DO SOCORRO MENDES LOPES	83.00	3°
000352	MARCUS ANTONIO COSTA	77.20	4°
000433	IVAN SALES DOS ANJOS	75.80	5°
001063	FABIO EDUARDO VEIGA LOPES	73.00	6°
000470	ANA PAULA APARECIDA BORGES	70.40	7°
000066	LILLIAM ANDRADE ABRAHO	68.40	8°
000469	RUTERSON VIEIRA TEIXEIRA DE FREITAS	68.40	9°
000191	OSVALDO ALVES TEIXEIRA	67.40	10°
000181	EDILBERTO VIANA PEREIRA	66.80	11°
001089	CANDIDA ELIZABETH DE ALMEIDA KANIAK	66.20	12°
000917	ROSSANA KEYLLA DINIZ DUTRA	65.60	13°
001125	MARY VIEGAS DO NASCIMENTO	65.00	14°
000661	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS	61.40	15°

NEUROLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000271	MARIA CRISTINA DEL NEGRO B. FREITAS	86.80	1°
000294	JOSE ALBERTO NUNES SOBRINHO	84.80	2°
000446	WAGNER AFONSO TEIXEIRA	81.60	3°
000400	ERNANE PIRES MACIEL	76.40	4°
001146	MARCIA REGINA ALVES	70.00	5°
000216	KARINA MARIA ALECIO DE OLIVEIRA	68.20	6°
000921	ALESSANDRA PIRES AVELLAR	61.60	7°

NEUROCIRURGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000688	RODRIGO CARVALHO DINIZ	87.80	1°
000678	LUIS AUGUSTO MIRANDA DIAS	84.60	2°
000419	JOHNNY WESLEY GONCALVES MARTINS	72.40	3°
000080	LEANDRO PRETTO FLORES	72.20	4°
000562	WILSON GUIMARAES NOVAIS	71.20	5°
000039	ROSANA QUEIROZ COCCOLI	64.80	6°
001109	AMAURI ARAUJO GODINHO JUNIOR	60.00	7°

NEFROLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000554	ERIKA BIVILAQUA RANGEL	76.13	1°
000710	MARCELO ANTONIO MARTINS ALMEIDA	76.00	2°
000626	PATRICIA NOGUEIRA FERRI	73.60	3°
000831	ROSANA CHICON SILVA	70.34	4°
000401	TANIA MARIA DE SOUZA FONTES	70.13	5°
000448	ANDREA ASSANTE	70.13	6°
000308	LIENE MARIA SOBRAL NEVES	70.00	7°
000739	SERGIO RAIMUNDINI CAVECHIA	68.53	8°
000567	RAQUEL CRISTINA DE OLIVEIRA PORTO	67.20	9°

ONCOLOGIA CLÍNICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000521	ARTURO SANTANA DE OTANO	75.30	1°
000587	ICARO ARAGAO DE BARROS	65.50	2°

OTORRINILANGOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000491	HELGA MOURA KEHRLE	98.40	1°
000597	GUSTAVO BACHEGA PINHEIRO	95.20	2°
000686	RONALDO CAMPOS GRANJEIRO	93.60	3°
001192	EMILIO SANTANA MARTINS XAVIER NUNES	90.40	4°
000098	ADA SIMONE PEREIRA	85.60	5°
000662	MERCEDES FABIANA DOS SANTOS ARAUJO	82.40	6°
000774	JACINTO DE NEGREIROS JUNIOR	75.20	7°
000090	MARIA CRISTINA TEIXEIRA	74.40	8°
001108	DAYSE MANRIQUE	69.86	9°
001082	ALEXANDRE JOSE PRADO	66.52	10°

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000614	CRISTIANO OLIVEIRA LEITAO	91.60	1°
000613	ERIKO GONCALVES FILGUEIRA	90.40	2°
000924	OTON NAZIAZENE LIMA	88.80	3°
000126	EDGAR ALVES DE ALENCAR JUNIOR	86.40	4°
001196	JOSE ANTONIO BORJA RIBEIRO LIMA	77.60	5°
000497	MARCIO LUIS GUEDES BOLOGNANI	77.60	6°
000055	ALEX ROMULO DE LIMA ALVES	74.00	7°
000312	ROSALVO ZOSIMO BISPO JUNIOR	70.40	8°
000273	MARGA V POTI A LIMA	68.40	9°
000291	WILLIAM ROBERTO PAREDES ARGOTTE	67.60	10°
000144	WALTER RODRIGO DAHER	67.60	11°
000459	CLAUDIO FERREIRA CAMPOS VIEIRA	66.40	12°
000657	RENATO CESAR REZENDE DE CASTRO	66.40	13°
000399	EDSON DE ARAUJO BURGEL	64.00	14°
000926	RICARDO FILGUEIRAS DA MATA	63.60	15°
000493	ARLON FULGENCIO TAVEIRA	63.20	16°
000583	ANTONIO ANDRADE FARIA NETO	62.00	17°
000030	CHARLES CURTE SOUZA PINTO	61.60	18°
000311	ROGERIO RODRIGUES DA SILVEIRA	61.60	19°
000777	MARCELO CHMIELEWSKI FERREIRA	60.00	20°

PATOLOGIA CLÍNICA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
001046	PAULO MARCELO OLIVEIRA	90.00	1°
000744	ELEN SIMAAN	83.60	2°
000599	ERIDANE BATISTA BOTELHO	81.60	3°
000598	RICARDO DOMINGOS GUZMAN	81.60	4°
000198	JUSSARA RAMALHO MARQUES	79.60	5°
000274	HUGO MENDONCA MUNDIM	76.80	6°
001067	FLAVIA LUCIA FERREIRA AMORIM	76.40	7°
000431	IVAN RUD DE MORAES	65.60	8°

PEDIATRIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000138	ADRIANA CYSNEIRO MILHOMEM	90.26	1°
000654	CRISTINA CHAVES DOS SANTOS DE GUERRA	89.66	2°
000159	FABIOLA SCANCETTI TAVARES	89.32	3°
000812	PATRICIA RIBEIRO LOPES DE ALMEIDA	89.32	4°
000288	ITAMAR SOUSA BRITO JUNIOR	89.26	5°
000164	SILVANA AUGUSTA JACARANDA DE FARIA	87.12	6°
000118	WALESKA AFFONSO SALIGNAC MARCIAO	87.06	7°
000377	MARIA CRISTINA DE PAULA S MACIEL	86.80	8°
001180	JULIANA DUARTE DINIZ	86.40	9°
000087	ERLANE MARQUES RIBEIRO	85.72	10°
000099	RENATA BELEM PESSOA DE MELO SEIXAS	85.12	11°
000094	RAQUEL ALVES TOSCANO	84.86	12°
000112	HERBERT NELSON SILVA GUIMARAES	84.80	13°
000518	MARISTELA ESTEVAO BARBOSA	84.46	14°
000936	ANA AURELIA ROCHA DA SILVA	83.26	15°
000842	SERGIO GOMES MORENO	82.66	16°

000883	MARCELO AUGUSTO DO AMARAL	82.52	17º
000182	ANA RAQUEL MACEDO FRANCO	82.20	18º
000153	SILVIA BICUDO DE CASTRO MAGALHAES	81.86	19º
001087	DANIA LEMOS DIONIZIO	81.32	20º
000849	FRANCISCO RUFINO ROSA NETO	81.32	21º
000586	PAULO SERGIO S. B. NASCIMENTO ROQUE	80.92	22º
000183	CYNTIA SUZANE MAIA DE OLIVEIRA	80.86	23º
001178	MARIA JUCINEIDE RIBEIRO ALVINO	80.66	24º
000372	ALBERTO LUIZ BEHR DA ROCHA	80.66	25º
000457	GEORGE ETELVINO DE MEDEIROS	80.52	26º
000418	CLAUDIA MACHADO DE SOUSA	80.32	27º
001111	CESAR FERREIRA ZAHLOUTH	80.00	28º
000604	GLAUCIA SIMONE RUBIRA FAKHOURI	80.00	29º
001159	MAGNO CARDOSO VERAS NETO	80.00	30º
000938	CLAUDIA REGINA ZARAMELLO	79.72	31º
000895	PATRICIA APARECIDA CARDOSO RIBEIRO	79.66	32º
000085	ALINE COUTO CESAR	79.32	33º
000841	ANA PAULA COSTA	79.32	34º
000903	LANCASTER MONTEIRO DINIZ	79.06	35º
000608	ANTONIA CARLOS MAGALHAES	79.00	36º
000101	JAIRO KONO DE OLIVEIRA	78.72	37º
000850	ALEXANDRE GARCIA BARBOSA	78.72	38º
000104	ISRAEL MARIANO MENDES	77.80	39º
000847	TATIANA RAAQUEL SELBMANN COIMBRA	77.40	40º
000427	MARTA REGINA DORNELES COSTA	77.06	41º
001051	FABIA OLIVEIRA DE QUEIROGA	76.72	42º
000396	JEANNE FROTA ALECRIM	76.12	43º
000632	JOELIA CRONEMBERGER RIBEIRO SILVA	76.00	44º
000993	WOLNEY DE OLIVEIRA TAQUES	75.86	45º
000512	FABIOLA DA SILVA MACIEL	75.86	46º
000699	MARCIA SANTOS PEREIRA	75.80	47º
000220	JOSEFA GRACIENE SILVEIRA SANTOS	75.52	48º
000462	AUGUSTO WEGUELIN GUNYICS PARANAGUA	75.52	49º
000361	LUCIA DE FATIMA VIANA REGO	75.52	50º
000937	CRISATIANE MOREIRA DE OLIVEIRA CINTRA	75.12	51º
001007	MORGANA CEDRIM PITUBA	75.12	52º
000067	PATRICIA BARROS DE CARVALHO SILVA	74.86	53º
000668	VANESSA GEMUS OLINTO	74.86	54º
000853	ANITA DE SOUZA MELO	74.80	55º
000195	FERNANDO DIAS MACIEL	74.60	56º
000601	WANDREA MARCINONI VARAO RIBEIRO	74.52	57º
000894	DESIANE TAVARES SIMOES	74.20	58º
000702	ADRIENE DE SOUZA HEITOR	74.20	59º
000054	DEBORA PONTES LANNES TORRES CRUZ	74.12	60º
000444	MARA JANE DE ARAUJO PERACIO MONTEIRO	74.12	61º
001164	CLEILDO TORRES DE OLIVEIRA	73.93	62º
000036	TEREZA CRSITINA INFANTE NOGUEIRA	73.86	63º
000062	FLAVIO HENRIQUE ZOTTI	73.86	64º
000351	TERESA VICENZINA TRIDICO	73.60	65º
000267	JULIANE PENA LAUAR	73.32	66º
000713	WALNEY AMOROSO DIAS	73.26	67º
000394	ROSANA CINARA BATISTA	73.26	68º
000250	FABIANA BORGES	72.86	69º
000680	ELIZABETH PEREIRA	72.60	70º
000836	WALKYRIA DOS SANTOS CHIANCA	72.32	71º
000423	ALESSANDRA RIBEIRO VENTURA OLIVEIRA	72.32	72º
000392	MILENA CAMARA FERNANDES RODRIGUES	72.26	73º
000160	LEONARDO NUNES CORREA	71.92	74º
001025	JOSANA LEITE PEREIRA BARROS	71.32	75º
000093	ANA CLAUDIA DA GAMA PEREIRA	71.32	76º
001024	ROBERTA LEITE BOAVENTURA DE CASTRO	71.32	77º
000227	JOCELEA DE LIRA MENDES	70.66	78º
000026	RACHEL MARIA TEIXEIRA MACEDO	70.32	79º
000837	SALMA LIANE SIQUEIRA BENICIO SANTOS	70.06	80º
000620	GRASIELA GASPARY OLIVEIRA	69.92	81º
000581	ROSEANE FERNANDES AZEVEDO	69.80	82º
000256	LUCELIA MENEZES THOME	69.66	83º
000206	MERKIA MACHADO TOLEDO	69.40	84º
000563	LIGIA CARLA BARBOSA CHAVES	69.06	85º
001233	EUDOCIA MARIA HOLANDA DE ARAUJO CALDAS	69.00	86º
000822	SILVIA HELENA LIMA DE ANDRADE	68.72	87º
000330	GILVANA DE JESUS DO VALE CAMPOS	68.06	88º
001040	TANIA SEABRA GUIMARAES	67.80	89º
000740	MARIA MIRTES DE MELO PEIXOTO	67.40	90º
000550	ANITA ESSINGER TOLEDO	67.12	91º
000791	LIDIA M. M. GONCALVES DE O. AGNELLO	67.12	92º
000167	MARIA LEOPOLDINA DE CASTRO VILLAS BOAS	66.86	93º
000649	ADRIANA BORGES DELGADO	66.72	94º
000631	VIRGINIA MARIA DE MELO	66.60	95º
001118	MONICA MULATINHO DE ALMEIDA	66.20	96º
001186	JADER PETRUCELI	66.12	97º
000091	DOROTHEA HRANEC	65.86	98º
000299	CLAUDIA GERMANA CIRAULO BRAGA	65.46	99º
000863	KEILA LOBO LOUREIRO	65.20	100º
001018	ALBERTINA MEDEIROS CAVALCANTE PINHEIRO	64.26	101º
001226	ANA CARLA ANDRADE DE LIMA	64.26	102º
000123	EDUARDO LUIZ DA COSTA	63.86	103º
000449	LILIAN MESQUITA LIMA	63.86	104º
000263	ROSANIA DE LOURDES ARAUJO COELHO	63.32	105º
000840	EDENIR APARECIDA RESENDE ANDRADE	63.32	106º
000594	KATIA APARECIDA DE JESUS	63.20	107º
000009	MARIA BETANIA FALCAO AZEVEDO	62.32	108º
000453	LUCIANE DO NASCIMENTO MACHADO	62.16	109º
000628	SANDRA DERANI GURGEL VALENTE	62.00	110º
000345	ANTONIO DOS SANTOS NETO	61.66	111º
000338	MARIA ANGELICA DE CARVALHO BARBOSA	61.66	112º
000174	JOELSON FERREIRA RIBEIRO	60.66	113º

PSIQUIATRIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000953	CEZAR AUGUSTO DIAS DOS SANTOS	82.80	1º
000253	VIRGINIA FERREIRA BARBOSA	75.60	2º
000799	DANYELA CRYSTYNA DE PADUA MOURAO	74.80	3º
000213	MARCIA CHRISTINA MEDINA NASCIMENTO	69.60	4º
001228	MARIA CHRISTINA DIAS MANFRINATO	69.60	5º
000064	ULYSSES RODRIGUES DE CASTRO	65.20	6º
000983	ISABEL CRISTINA PETERS	64.00	7º
000016	CLEONICE COELHO DE OLIVEIRA	63.80	8º
001037	EINSTEIN ALVARENGA VIEIRA	62.00	9º

PNEUMOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000393	CLARICE GUIMARAES FREITAS SANTOS	79.40	1º
000835	NORMA SUELY GOMES DE ATHAYDE	70.00	2º
000915	TEREZINHA DO SOCORRO MACEDO LIMA	67.00	3º
000236	REGINA BECKER REIFSCHNEIDER LOESCH	65.60	4º
000222	IRACEMA FERREIRA SANDERS	63.60	5º

RADIOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000659	ANA CLAUDIA RODRIGUES PIMENTEL	89.00	1º
000439	EDIMILSON MOREIRA ALVES	87.20	2º
001061	COSMO ALVES DE AQUINO	86.00	3º
000318	ANDREA CAMPOS DE OLIVEIRA	84.20	4º
000244	VALERIO ALVES FERREIRA	82.80	5º
000440	ARTHEMIZIO ANTONIO LOPES ROCHA	80.00	6º
000820	ILAILSON DEGOES TELES	79.60	7º
000265	THOMAZ ANTONIO GUTSCHOW PALHAS	74.60	8º
000375	GYLSEANNE DE SOUZA LIMA	72.60	9º
000488	MARIA CRISTINA ALENCASTRO R.FARIA	71.40	10º
001083	ELIAS FOUAD RABAHI	70.00	11º
000084	YANE PATRICIA RIGODANZO CANUTO	70.00	12º
000965	KAIO AIME JUNQUEIRA COMAR	69.60	13º
000391	ANDREA BETANIA VELOSO	68.80	14º
000528	RONALDO HONORATO	65.20	15º

REUMATOLOGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000484	CARLOS EDUARDO DE CARVALHO LINS	75.20	1º
000103	WILTON SILVA DOS SANTOS	74.66	2º
000133	LUIS PIVA JUNIOR	70.20	3º
000736	GUSTAVO DE PAIVA COSTA	66.60	4º

TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	MÉDIA	CLASSIF
000327	FABIANA MOREIRA PONTES	85.96	1º
000473	MARCIA PIMENTEL DE CASTRO	84.12	2º
000573	SUELY DE GASPAR BRAVIM	81.00	3º
000290	LUCIANA BEZERRA ARAUJO CIRILO	78.82	4º
000163	LIVIA JACARANDA DE FARIA	78.82	5º
000073	CARLOS ALBERTO MORENO ZACONETA	77.62	6º
001010	PAULA CELIA DIAS MENEZES	76.00	7º
000645	ERIKA DA CUNHA IBIAPINA	74.46	8º
000321	ADRIANA KAWAGUCHI FERNANDES	73.20	9º
000316	FABIANA MARCIA DE ALCANTARA MORAIS	72.20	10º
000149	MARIA LUCIA IATAROLA	70.76	11º
000154	ALESSANDRA DE CASSIA MOURA GONCALVES	69.56	12º
000556	EVELY MIRELA SANTOS FRANCA	68.56	13º
000422	SANDRA LUCIA ANDRADE DE CALDAS LINS	68.12	14º
000629	GEORGIA QUINTILIANO CARVALHO DA SILVA	68.12	15º
000239	MARIA DO SOCORRO MENDES CORTES	68.00	16º
000814	MARTA DAVID ROCHA	66.50	17º
000295	LUCIA MARIA MACHADO AFFONSO REGO	66.40	18º
000650	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA J. VILELA	66.40	19º
000158	ILDIVAN GOMES DOS SANTOS	66.20	20º
001077	MARIA APARECIDA DE ALBUQUERQUE	66.02	21º
000217	ERASMO EUSTAQUIO COZAC	65.80	22º
000252	MARIA ELISA CABANELAS PAZOS PIXINING	65.70	23º
000821	SELMA HARUE KAWAHARA	65.20	24º
000537	MARIO CESAR QUAZZELLI DE ARAUJO	64.80	25º
000773	VITORIA MARIA SANTOS SIMOES	64.80	26º
000817	CRISTINA MENDES DE RESENDE	64.20	27º
000275	SUSYANE VIEIRA DE OLIVEIRA	63.26	28º
000548	LUCIANA CARTAXO ELOY NASCIMENTO	63.20	29º
000732	JOSE MARCAL DE AZEVEDO JUNIOR	63.20	30º
000569	SIDNEY CUNHA DA SILVA	63.20	31º
000272	CRISTINA LUCIA ROCHA CUBAS ROLIM	63.20	32º
000301	CIRA FERREIRA ANTUNES COSTA	61.76	33º
000813	LUIZ CESAR PINTO DE ALMEIDA JUNIOR	61.60	34º
001195	RENATA MYLENA GUERRA DE H. BARBOSA	61.32	35º
001132	ADRIANA MARIA DA SILVA SERRA	60.50	36º
000060	ANDREA LOPES RAMIRES KAIRALA	60.00	37º
001022	JACIARA DE ALMEIDA FREITAS CAVALCANTI	60.00	38º
000949	ANA PAULA SEVERINO BORGES	60.00	39º

(Republicado por ter saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 217 de 12-11-99).

Homologamos,

Em 19.11.99.

JOFRAN FREJAT

EDITAL Nº 46, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados na prova escrita, conforme o Edital Normativo nº 030/99-FHDF, para a realização da prova prático oral, nos dias, locais e horários determinados:

ESPECIALIDADE – SAÚDE MENTAL.
DIA:24-11-99.
LOCAL: ED. CEDRHUS - Q. 501 NORTE – BLOCO A - TÉRREO – SALA "D".
HORÁRIO:08:00 h
INSCRIÇÕES: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010.

ESPECIALIDADE – SAÚDE MENTAL.
DIA:25-11-99.
LOCAL: ED. CEDRHUS - Q. 501 NORTE – BLOCO A - TÉRREO – SALA "D".
HORÁRIO:08:00 h
INSCRIÇÕES: 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020.

ESPECIALIDADE – SAÚDE MENTAL.
DIA:25-11-99.
LOCAL: ED. CEDRHUS - Q. 501 NORTE – BLOCO A - TÉRREO – SALA "D".
HORÁRIO:14:00 h
INSCRIÇÕES: 021, 022, 023, 024, 025, 027, 028, 030, 031, 032.

ESPECIALIDADE – SAÚDE MENTAL.
DIA:26-11-99.
LOCAL: ED. CEDRHUS - Q. 501 NORTE – BLOCO A - TÉRREO – SALA "D".
HORÁRIO:08:00 h
INSCRIÇÕES: 033, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 048.

JOFRAN FREJAT

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
15/99	061.010567/99	08/12/99	14:30	Fralda descartável para recem nascido e outros.	5,00
16/99	061.010356/99	08/12/99	15:30	Penicilina G. Potassica Cristalina 5.000.000UI e outros.	5,00
17/99	061.010293/99	08/12/99	16:30	Metotrexate 1G e outros.	5,00
18/99	061.010228/99	08/12/99	17:30	Hidroclorotiazida 50MG e outros.	5,00
19/99	061.010227/99	09/12/99	08:30	Gluconato de Cálcio 10% - 10ML e outros.	5,00
20/99	061.009833/99	09/12/99	09:30	Enflurano 100% 100 ML e outros.	5,00
21/99	061.010226/99	09/12/99	10:30	Hidróxido de alumínio + Magnésio FR e outros.	5,00
22/99	061.010181/99	09/12/99	11:30	Diclofenaco Potássico 25MG/ML 3ML e outros.	5,00
23/99	061.010355/99	09/12/99	16:00	Cefalexina 500MG DG/CS/CP e outros.	5,00
24/99	061.003652/98	10/12/99	14:30	Tesoura ortopédica, 145mm x 5.3/4 e outros.	5,00
25/99	060.002570/99	10/12/99	15:30	Bomba de infusão, microprocessada, indicada para uso em adulto e pediatria volumétrica.	5,00
26/99	061.011437/99	10/12/99	16:30	Processadoras p/ filmes Radiog. de aplicações gerais similares,c/2 ciclos de processamento:Rápido e Padrão	5,00

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das licitações em epígrafe estão à disposição dos interessados, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 2242209 - Fax (061) 2262751. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 9º andar, sala de reuniões.

Brasília, 18 de novembro de 1999
DIVINA DOS REIS SILVA JATOBÁ
Presidente

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
464/99	061.009806/99	01/12/99	15:15	Adequação elétrica do CEDRHUS	1,00
518/99	063.000179/99	02/12/99	08:15	Aquisição de cuvetas com reagente THB1-Lyse para determinação de hemoglobina e outros.	1,00

CONVITE-REPETIÇÃO

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
458/99	061.009760/99	29/11/99	15:15	Aq. de fosfato sodico enema e outros.	1,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 8º andar, sala da CPL.

Brasília, 19 de novembro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISOS DE ABERTURA DE PROPOSTAS
CONVITE Nº 234/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura das propostas do Convite nº 234/99, proc. 061.009676/98, objetivando serviços de adequação da rede de Alta Tensão do Instituto de Saúde Mental, será realizada no dia 23/11/99, às 17:15 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 292/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura das propostas da Tomada de Preços nº 292/99, proc. 061.006299/99, objetivando a aquisição de Aquisição de escova dental infantil com cerdas de nylon 6.12 (dupont) quantidade de 30 a 40 tufos e outro, será realizada no dia 23/11/99, às 16:15 horas.

Brasília, 19 de novembro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISOS DE RECURSO
CONVITE Nº 426/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a empresa BIOLOG ENGENHARIA BIOMÉDICA interpôs recurso contra resultado de julgamento referente a licitação aberta na modalidade de Convite nº 426/99, proc. 061.007779/99.

TOMADA DE PREÇOS Nº 246/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a empresa REALMAK ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE DUPLICADOES LTDA interpôs recurso contra o resultado da habilitação, referente a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 246/99, proc. 061.004760/99.

TOMADA DE PREÇOS Nº 264/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que as empresas UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A e ITAFARMA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA interpuseram recursos contra resultado de julgamento referente a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 264/99, proc. 061.007763/99.

Brasília, 19 de novembro de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/99

PROCESSO: 101.001.528/95; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA; OBJETO: Ocupação do imóvel situado à EQNP 13/09, Bloco "G", Loja 05 em Taguatinga-DF, de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, cedido à FUNDAÇÃO por força do Termo de Cessão de Uso/IDHAB-DF/PRESI/ASUR/Nº 01/99; VALOR DO CONVÊNIO: O presente convênio se dará a título gratuito; ASSINATURA: 18/11/99; VIGÊNCIA: de um ano a contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/CONVENENTE: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONVENIADO: Luzia de Lourdes Moreira de Paula.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1/98

PROCESSO: 101.001.259/98; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE GOVERNO OBJETO: prorrogar o prazo da vigência até 31/12/99; ASSINATURA: 30/07/99; VIGÊNCIA: contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO SIGNATÁRIOS: P/CEDENTE: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CESSIONÁRIO Benjamin Segismundo de Jesus Roriz.

SECRETARIA DE OBRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 5/99

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Obras torna público resultado do julgamento das propostas comerciais, declarando vencedora do *item 1* a empresa **GALUSSE METAL LÍNEA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**; *do item 2*, **MOVFLEX MÓVEIS LTDA**; *do item 3*, **BALFAR S/A**; *do item 4*, **MOVFLEX MÓVEIS LTDA**; *do item 5*, **GIROFLEX S/A**; *do item 6*, **GALUSSE METAL LÍNEA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**; *do item 7*, **GIROFLEX S/A**; *dos itens 8 e 9*, **BALFAR S/A**; *dos itens 10 e 11*, **MOVFLEX MÓVEIS LTDA**.

Brasília, 19 de novembro de 1999
LUZIA BRITO SILVA
Presidente da CPL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP:112.005.774/99. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 060/99-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Contrato de Empreitada Obra Engª D.U. ASJUR/PRES nº 546/99. OBJETO: Execução total, sob o regime de empreitada por drenagem piuvial na SHIN QI 11, conjunto 2 e 9 localizada - RA XVIII - Lago Norte, em

Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma PH ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia do recebimento da correspondente Ordem de Serviço Externa, e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados à partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. VALOR: R$ 256.826,84 (duzentos e cinqüenta e seis mil, oitocentos e vinte e seios reais e oitenta e quatro centavos). RECURSOS: Correrão por conta do Contrato 013/99-Secretaria de Obras, publicado em 13/10/99, vigente até 08/06/2000, conforme Nota de Lançamento nº 99NL12978, parcial no valor de R$ 52.675,71 (cinqüenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos, emitida em 05/11/99, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 16/11/99. PELA CONTRATADA: EDBERTO LOPES DOS SANTOS. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO RODRIGUES SILVA e MARCELO PEDRO CAMARGO.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP:112.005.774/99. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 060/99-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Contrato de Empreitada Obra Engª D.U. ASJUR/PRES nº 547/99. OBJETO: Execução total, sob o regime de empreitada por drenagem pluvial na SHIN QI 11, conjunto 6, localizada Lago Norte, em Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma CONTERC - CONSTRUÇÃO, TERRAPLENAGEM E CONSULTORIA LTDA. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia do recebimento da correspondente Ordem de Serviço Externa, e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados à partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. VALOR: R$ 268.194,91 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e um centavos). RECURSOS: Correrão por conta do Contrato 013/99-SO, publicado em 13/10/99, vigente até 08/06/2000, conforme Nota de Lançamento nº 99NL12979, parcial no valor de R$ 54.733,65 (cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), emitida em 05/11/99, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 16/11/99. PELA CONTRATADA: FRANCO LAURO BOTELHO. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO RODRIGUES SILVA e MARCELO PEDRO CAMARGO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/99

A NOVACAP, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados em concurso público para o emprego de Marceneiro, conforme Editais 1-C/96-UnB, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Brasília-DF, no prazo de 30(trinta) dias, impreterivelmente, a contar da publicação deste edital no DODF, sob pena de decaírem do direito à contratação.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Domingos Eustáquio de Santana	5º
João Ribeiro Guedes	6º
João Rodrigues Machado	7º
Josenilson Alves Albano (Deficiente)	1º

Brasília, 18 de novembro de 1999

ELMAR LUIZ KOENIGKAN
Diretor Presidente

AVISOS DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Torna Público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC, a Licença de Instalação para o empreendimento/atividade de pavimentação asfáltica e duplicação da L4 Norte.
Local: Via de ligação da Av. L2 à L4 Norte e trecho entre estação experimental da UnB e a ETEB Norte/CAESB-Brasília/DF
Processo nº : 191.000.664/99
Não foi determinada a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Brasília, 17 de novembro de 1999

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
torna público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal-IEMA/SEMATEC, a LICENÇA DE OPERAÇÃO - RENOVAÇÃO para o empreendimento/atividade de explotação de cascalho laterítico (jazida J-356).
Local: Núcleo Rural Tabatinga, Lote 151/172, Planaltina/DF.
Processo nº : 191.000.707/97.
Não foi determinada a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Interessado: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Torna Público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC, a Licença de Instalação para o empreendimento/atividade de explotação de cascalho laterítico.
Local: Núcleo Rural Ponte Alta, Rodovia DF 290, Cabeceira do Córrego Barreiro-Gama/DF.
Processo: 191.000.244/91.
Não foi determinada a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental- EPIA/RIMA

Brasília, 18 de novembro de 1999
ELMAR LUIZ KOENIGAN
Diretor Presidente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE PROTOCOLO

Protocolo de Intenções celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a CPL PARTICIPAÇÕES LTDA. Objeto: Constitui objeto do presente Protocolo definir e coordenar as ações a serem assumidas pelas Partes para o desenvolvimento de um programa de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), totalizando, aproximadamente, 200 MW, lançando as bases para viabilizar técnica, econômica e financeiramente esse programa, a ser implantado de quedas d'água a serem selecionadas, de conformidade com a Resolução da ANEEL nº 395/98. Prazo: 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, a contar da data de assinatura, Valor: xxx. Data de assinatura 30.07.99; Despesas de Publicação: CEB; Assinaturas: pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e MAURÍCIO DE NASSAU PARREIRA COSTA e pela CPL: CARLOS SEABRA SUAREZ.

Protocolo de Intenções celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a THEMAG ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA. Objeto: Constitui objeto do presente Protocolo somar esforços para participar da elaboração do estudo de viabilidade relativo ao projeto "UHE CORUMBÁ III". Prazo: 60 (sessenta) dias, prorrogável, a contar da data de assinatura. Valor : xxx; Data de assinatura 03.11.99; Despesas de Publicação: CEB; Assinaturas: pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e MAURÍCIO DE NASSAU PARREIRA COSTA e pela THEMAG : HENRIQUE HERWEG e MILTON VARGAS.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 8/99

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/99-G.SSU/CEB, celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a OROPEÇAS AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA : Objeto: Adequação técnica do objeto inicialmente contratado, pela redistribuição dos valores relativos ao contrato;de 1.790 (mil e setecentos e noventa) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos da G. Motors; 2.502 (dois mil, quinhentos e dois) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos Volkswagem; 2.803 (dois mil, oitocentos e três) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos Mercedes Benz; 842 (oitocentos e quarenta e dois) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos Fiat; 2.001 (dois mil e um) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos Toyota e 205 (duzentos e cinco) conjuntos de peças originais e acessórios para veículos Ford; Processo: 093001443/98 e Resolução de Diretoria nº 244/99 de 05.11.99 Tomada de Preços de Materiais-TPM nº 062/98-CEB, regidos pela Lei n.º 8.666/93. Prazo: 31.12.99. Data da Assinatura: 08.11.99: Despesas de Publicação: CEB. Assinaturas pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e WALDIR LEAL DE ANDRADE e pela OROPEÇAS : ODEVALDO GOMES FERREIRA.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

CONTRATO Nº 5836. Ass.:19.11.99. PROCESSO: 092.005324/99. PARTES: CAESB X XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: prestação de serviços, de locação de 01 (uma) máquina impressora para emissão de avisos de debito e guias de corte, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Atividade/Subatividade 13.007.0021.8501/0074-Coordenação dos Serviços Administrativos-rubrica 34.90.39, código 12.303.304.309-0. VALOR: 50.524,77 (cinqüenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos). PRAZO: O prazo para prestação dos serviços de locação será de 90 (noventa) dias a contar da data da emissão da ordem de serviço, sendo esta expedida após a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial (Decisão nº 12.358/95 do TCDF). VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias a contar a partir da data da publicação do extrato do ajuste (Decisão nº 6057/97 do TCDF). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA: José Maria Fernandes.

CONTRATO Nº 5837. Ass.:19.11.99. PROCESSO: 092.004056/99. PARTES: CAESB X INTEGRAL CONSTRUTORA LTDA. Homologação e adjudicação do Convite CVO nº 007/99- CAESB. OBJETO: execução das obras de 02 (dois) galpões para deposito de materiais e equipamentos nas dependências da CAESB no SIA. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE, CÓDIGO 21.101.100.000-5. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto/Subprojeto 13.0007.0025.1188/0001-construção, ampliação e reforma de unidades administrativas e operacionais, código 22.404.101.060-4. VALOR: R$ 144.000,00(cento e quarenta e quatro mil reais). PRAZO: O prazo para execução das obras é de 90 (noventa) dias consecutivos, contado a partir da data da emissão da ordem de serviço, que será expedida após a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial (Decisão nº 12.358/95 do TCDF). VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta), dias consecutivos contado a partir da publicação do extrato do ajuste (Decisão nº 6057/97 do TCDF). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ INTEGRAL CONSTRUTORA LTDA: Luiz Ernesto Rodovalho Villela.

1º Aditivo ao Contrato nº 5746. Ass.: 17.11.99. PROCESSO: 092.004832/98. PARTES: CAESB X MC ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Terceira (Preço/Valor). Fica acrescida a quantia de R$ 138.692,00(seiscentos e trinta e oito mil e seiscentos e noventa e dois reais) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), elevando o seu valor de R$ 554.768,97 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos) para R$ 693.460,97 (seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e noventa e sete centavos). ASSINANTES: P/CAESB: José Antônio da Silveira - Diretor do Sistema de Esgotos. P/MC ENGENHARIA LTDA: Manoel Pedro Gomes Coelho.

3º Aditivo ao Contrato nº 2471. Ass.: 17.11.99. PROCESSO: 092.0005021/91. PARTES: CAESB X ANNA DE OLIVEIRA DOMINGUES. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Preço/Valor). A partir de 13/11/99, ficará reajustado o aluguel mensal do imovel de que trata o Contrato, em R$ 520,12 (quinhentos e vinte reais e doze centavos), pelo período de um ano, passando o valor mensal de R$7.075,83 (sete mil, setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) para R$ 7.595,95 (sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), no percentual de 7,35% (sete virgula trinta e cinco por cento). ASSINANTES: P/CAESB: Humberto Ludovico de Almeida Filho - Diretor Administrativo. P/ANNA DE OLIVEIRA DOMINGUES.

À vista das instruções contidas no processo nº 092.001486/99-CAESB, e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº16.098, de 29.11.94, Art. 37 da Lei 4.320 de 17.03.64, regulamento pelo Decreto nº62.115 de 12.01.68 em seu Art. 1º,paragrafo unico inciso III e de acordo com as Normas de Execução Orçamentaria, Financeira e Contabil para o exercicio de 1.999, e ainda em conformidade com a portaria nº2 de 28 de janeiro de 1.999,

reconheço a Divida, autorizo a despesa e determino a emissão do empenho no valor de R$ 2.711,70 (dois mil, setecentos e onze reais e setenta centavos) em favor da Empresa CBC CONSTRUÇÕES LTDA, Nota Fiscal nº062, CGC 00.569.673/0001-67. DATA DA ASSINATURA: 18/11/99. ASSINANTE: P/CAESB:Fernando Rodrigues Ferreira Leite - Presidente da CAESB.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 88/98

PROCESSO N.º 113.000.249/96 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e DYNATEST ENGENHARIA LTDA. - OBJETO: Rescinde o contrato pela incidência do Artigo 78, XIV, da Lei nº 8.666/93. - DATA DA ASSINATURA: 18.11.99.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 25/99

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas de preços referente à Concorrência Pública supracitada. Foram classificadas todas as empresas participantes do certame, na seguinte ordem: *para o lote 01*: **1ª classificada:** TORC TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIÁRIAS E CONSTRUÇÕES LTDA cujo coeficiente multiplicador K apresentado foi de 0,97% (zero vírgula noventa e sete); **2ª classificação** – ficaram empatadas as empresas: ETEC – Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A., Construções e Topografia BASEVI S.A. e CONTERC Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda., cujo coeficiente K apresentado foi 0,98 (zero vírgula noventa e oito); **3ª classificação** – ficaram empatadas as empresas: BRASPAC Brasília Pavimentadora e Construtora Ltda. e COMPACTA Máquinas e Terraplenagem Ltda. cujo coeficiente K apresentado foi 0,99 (zero vírgula noventa e nove); *para o lote 02:* **1ª classificada:** CONSTRUÇÕES E TOPOGRAFIA BASEVI S.A. cujo coeficiente multiplicador K apresentado foi de 0,97% (zero vírgula noventa e sete); **2ª classificação** – ficaram empatadas as empresas: TORC Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda., ETEC – Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A. e CONTERC Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda., cujo coeficiente K apresentado foi 0,98 (zero vírgula noventa e oito); **3ª classificação** – ficaram empatadas as empresas: BRASPAC Brasília Pavimentadora e Construtora Ltda. e COMPACTA Máquinas e Terraplenagem Ltda. cujo coeficiente K apresentado foi 0,99 (zero vírgula noventa e nove). Empresas vencedoras: *para o lote 01*: ***TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.*** com coeficiente multiplicador K de 0,97 (zero vírgula noventa e sete) no valor total de R$ 1.229.805,97 (hum milhão, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinco reais e noventa e sete centavos), *para o lote 02*: ***Construções e Topografia BASEVI S.A.*** com coeficiente multiplicador K de 0,97 (zero vírgula noventa e sete) no valor total de R$ 1.238.193,56 (hum milhão, duzentos e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais e cinqüenta e seis centavos). Diante dos empates ocorridos na 2ª e 3ª classificações, a Comissão convoca todas as empresas para proceder o sorteio conforme estabelecido no § 2º do artigo 45 da Lei 8.666/93, marcando o mesmo para o dia 01/12/99 às 16:00 horas na sala 106 do 1º andar do Edifício Sede do DER/DF, caso não seja interposto recurso.

Brasília, 19 de novembro de 1999
COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 73/99

Objeto: Prestação de serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado, com eventual aplicação de peças
Data da Abertura: 08-12-1999 às 09:00 h
OBS.: Deverá ser recolhido na Tesouraria/DER-DF, valor referente a aquisição do Edital.
Local de obtenção do edital: Núcleo de Compras/DMS, Edifício Sede do DER/DF, 1º andar, sala 102, localizado no SAIN, Lote "C", em Brasília - DF.

Brasília, 19 de novembro de 1999
CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL
Chefe

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Ref: processo nº 095.000817/99-TCB
Concorrência N.º 001/99-CPL/TCB
Abertura: 13/10/99 às 09h30min.
Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação, asseio, copa e cozinha, contínuo e lavagem de veículos.

A Comissão Permanente de Licitação da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda., avisa aos licitantes e interessados que de conformidade com o TERMO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO expedido em 16 de novembro de 1999, foram **declaradas habilitadas** ao presente certame as empresas abaixo indicadas:
- APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA; e
- IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS TRANSPORTES LTDA.

As licitantes relacionadas a seguir, foram **declaradas inabilitadas** por descumprimento de condições impostas no Edital:
- LIDERANÇA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA;
- CONSERVADORA DE IMÓVEIS 5 ESTRELAS LTDA;
- CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS GERAIS LTDA;
- CORAL - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA;
- CIBRÁS - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA; e
- DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E OBRAS LTDA.

Assim, fica aberto o prazo para a interposição dos recursos previstos na Lei n.º 8.666/93, com as suas alterações subseqüentes.

Dê-se ciência aos licitantes e providencie a publicação deste aviso no Diário Oficial do Distrito Federal, bem como a sua afixação no quadro de aviso da Comissão Permanente de Licitação para conhecimento dos demais interessados.

Os interessados poderão obter cópia de inteiro teor do TERMO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, junto a esta Comissão, em horário comercial, no seguinte endereço: SGON. Quadra 06 Bloco "A" - Lote Único - Brasília - Distrito Federal.

MARIA CÉLIA DE CASTRO
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/99

Processo nº 050.000.271/99
Objeto: Manutenção, com fornecimento de peças e acessórios originais, novos e de 1ª linha, para veículos das marcas Mercedes Benz, Agrale, Kia e Toyota da frota da SSP/DF.
A CPL, de ordem, torna público aos licitante e demais interessados, de acordo com o Art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93, que indeferiu o recurso da empresa: BRASÍLIA MOTORS LTDA e que realizar-se-á no dia 23/11 às 15h no auditório do Edifício Sede da SSP, situado SAM conjunto "A", bloco "A, sessão para abertura das propostas de preços.

Brasília-DF, 19 de novembro de 1999
FERNANDO CESAR NEVES
Presidente da CPL

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X CBP – COMERCIAL BRASÍLIA DE PAPÉIS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º TAKEO MORE, na qualidade de Gerente Comercial.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 62/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X COMERCIAL IPL INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º CARLOS ANTÔNIO DE ANDRADE, na qualidade de Gerente de Vendas Externas.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 63/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X EL SHADAI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA a Sr.ª EMÍLIA LIMA NUNES, na qualidade de Sócia Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 64/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X JFA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º JORGE MOURÃO DA SILVA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 65/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X LICITI COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º WANDERLEY FERREIRA DA SILVA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 66/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X LUMA PAPELARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º DAVID FERREIRA DE OLIVEIRA, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 67/99

PROCESSO: 053.000.580/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 009/99. PARTES: CBMDF X RISQUEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para expediente e ensino e filmes para cinematografia do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30. Fonte de Recursos: 130. DATA DA ASSINATURA: NOV. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º ANTÔNIO BATISTA VERA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 68/99

PROCESSO: 053.000.565/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 007/99. PARTES: CBMDF X CASA PLANETA DE BRASÍLIA MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. OBJETO: aquisição de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios para as oficinas do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30 e 4.5.90-52. Fonte de Recursos: 132. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º JUARES DE PAIVA BRITO, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 69/99

PROCESSO: 053.000.565/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 007/99. PARTES: CBMDF X CONSTRUKSA VIDROS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios para as oficinas do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30 e 4.5.90-52. Fonte de Recursos: 132. DATA DA ASSINATURA: OUT. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º GILBERTO NASCIMENTO PIMENTA, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 70/99

PROCESSO: 053.000.565/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 007/99. PARTES: CBMDF X FAROL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios para as oficinas do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30 e 4.5.90-52. Fonte de Recursos: 132. DATA DA ASSINATURA: NOV. 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º JOSÉ HUVANI PARENTE MACEDO, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 71/99

PROCESSO: 053.000.565/99. TOMADA DE PREÇOS N.º 007/99. PARTES: CBMDF X JD EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios para as oficinas do CBMDF. PRAZO: a partir da data de publicação de seu extrato até 31/12/99. Evento: 400091. Unidade Orçamentária: 24104. Programa de Trabalho: 6007002185010032. Natureza da Despesa: 3.4.90-30 e 4.5.90-52. Fonte de Recursos: 132. DATA DA ASSINATURA: OUT 99. SIGNATÁRIOS: BENJAMIM FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela CONTRATADA o Sr.º JAILSON DAMASCENO DE ARAÚJO, na qualidade de Sócio Gerente.

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/99

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, em grupos geradores, subestações elétricas, disjuntores de alta tensão, iluminação de proteção ao vôo, iluminação externa, no-break, multiplexador e ar condicionado para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o ano 2000.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVÉLOPES: 08/12/99 às 10h.
CONCORRÊNCIA Nº 04/99
OBJETO: Locação de máquina fotocopiadora para a Polícia Civil do Distrito Federal, durante o ano 2000.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 23/12/99 às 10h.
A CPL informa que encontram-se à disposição dos interessados, GRATUITAMENTE, os Editais relativos às licitações supramencionadas, na sede da CPL/PCDF, situada no SGON Quadra 05, Lote 02/07 (antigo prédio da Dimat/SSP, ao lado do IDR/GDF). Fone: 343-2275 e 343-2147.

Brasília-DF, 19 de novembro de 1999
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidente da CPL

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/99

OBJETO: Prestação de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores, subestações elétricas, disjuntores de alta tensão, iluminação de proteção ao vôo, iluminação externa e no-break e multiplexador para a Polícia Civil do Distrito Federal. A CPL/PCDF informa que a licitação acima foi revogada, por interesse público.

Brasília-DF, 19 de novembro de 1999
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 311/99

PROCESSO nº150.000385/99; PARTES: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a empresa CREPS SERVIÇOS DE BUFFET LTDA.; OBJETO: Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, destinada à coquetel para atender à Secretaria de Cultura, PRAZO: 40 (QUARENTA) meses. FUNDAMENTO LEGAL: obedece os termos do Edital de Convite nº013/99 (fls. 20 a 29) e da Lei 8.666/93, de 21.06.93; VALOR DO CONTRATO: R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura; DATA DA ASSINATURA: 16/11/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIA LUIZA DORNAS, na qualidade de Secretária de Cultura. Pela CONTRATADA: GENILSON FONTENELLE RODRIGUES, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília, 18 de novembro de 1999.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/99

PROCESSO nº150.000385/99; PARTES: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a empresa RONILDA MARIA DE SOUSA - ME; OBJETO: Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, destinada à coquetel para atender à Secretaria de Cultura, PRAZO: 40 (QUARENTA) meses. FUNDAMENTO LEGAL: obedece os termos do Edital de Convite nº013/99 (fls. 20 a 29) e da Lei 8.666/93, de 21.06.93; VALOR DO CONTRATO: R$10.000,00 (dez mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura; DATA DA ASSINATURA: 16/11/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIA LUIZA DORNAS, na qualidade de Secretária de Cultura. Pela CONTRATADA: RONILDA MARIA DE SOUSA, na qualidade de Gerente. Brasília, 18 de novembro de 1999.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/99

PROCESSO nº150.000379/99; PARTES: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a empresa XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. ; OBJETO: Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondente à locação de máquinas fotocopiadoras para atender as necessidades desta Secretaria de Cultura, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços 002/99 e seus anexos (fls 38 a 58) e a proposta de fls. 203 e 208, que passam a integrar o presente Termo. PRAZO: 40 (QUARENTA) meses. FUNDAMENTO LEGAL: obedece os termos do Edital de Tomada de Preço 002/99 – CPL – DAG – SC e seus anexos (fls. 38 a 58) e da Lei 8.666/93, de 21.06.93; VALOR DO CONTRATO: R$ 64.764,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS). VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura; DATA DA ASSINATURA: 17/11/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIA LUIZA DORNAS, na qualidade de Secretária de Cultura. Pela CONTRATADA: LUIZ CLAUDIO MACHADO ALVES, na qualidade de Gerente de Mercado.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/99

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº314/99-SCDF. CONTRATADAS: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e o Teatro Espírita dde Brasília - TEB; Processo 150.000771/99; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "A NOVA RICA", programado para os dias 26/11/99 às 21:00 horas , 27/11/99 às 18:00 e 21:00 horas e 28/11/99 às 20:00 horas, ficando designado o dia 26/11/99 a partir das 9:00 horas para a montagem do espetáculo, tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$2.302,01 (DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E UM CENTAVO). DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 1999; ASSINATURA: p/CEDENTE: ARTHUR WINTHER SEABRA, p/CESSIONÁRIA: IRENE MARTINS DE SOUZA CARVALHO; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/99

PROCESSO nº150.000385/99; PARTES: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a empresa REAL BIFE LTDA.-ME; OBJETO: Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, destinada à coquetel para atender à Secretaria de Cultura, PRAZO: 40 (QUARENTA) meses. FUNDAMENTO LEGAL: obedece os termos do Edital de Convite nº013/99 (fls. 20 a 29) e da Lei 8.666/93, de 21.06.93; VALOR DO CONTRATO: R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura; DATA DA ASSINATURA: 16/11/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIA LUIZA DORNAS, na qualidade de Secretária de Cultura. Pela CONTRATADA: SEBASTIÃO PEREIRA LIMÃO, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília, 18 de novembro de 1999.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 585/99

PROCESSO nº081.001853/98; PARTES: DF/SC X ITIQUIRA TURISMO LTDA.; OBJETO: 1) O presente Termo tem por objeto alterar as Cláusulas Segunda, Caput, Cláusula Terceira item 3.1, Cláusula Quarta, Cláusula Quinta e Cláusula Sexta; CLÁUSULA SEGUNDA: Prorrogar em mais 12 (doze) meses o Termo de Contrato n□7 585/98, estando o seu valor estimado em R$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) para o referido período, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93, de 21.06.93.; CLÁUSULA TERCEIRA: 3.1 – A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 08.048.0021.8501.0010; III – Natureza de Despesa: 34.90.33; IV – Fonte de Recursos: 100; V – NE 895/99; CLÁUSULA QUARTA: Este Termo Aditivo entra em vigência a partir da sua assinatura; CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo; CLÁUSULA SEXTA: A eficacia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela PGDF; DATA DA ASSINATURA: 16/11/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIA LUIZA DORNAS RAMOS, na qualidade de Secretária de Cultura. Pela CONTRATADA: RAIMUNDO FONTENELE MELO .

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 6/99

PROCESSO nº081.002427/95; PARTES: O Distrito Federal, através da SECRETARIA DE CULTURA, representada por MARIA LUIZA DORNAS, na qualidade de Secretária de Cultura, resolve rescindir o Contrato nº049/96, celebrado com a NORMATEL – NORDESTE MATERIAIS LTDA. em 15/04/96, publicado no DODF de 19/04/96, tendo em vista o disposto no art. 78, inciso XII, da Lei 8.666/93 e em virtude do Decreto nº 20.264 de 25/05/99, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA – O contrato nº049/96, firmado com a NORMATEL – NORDESTE MATERIAIS LTDA., vigorará até a presente data, rescindindo-se de pleno direito.; CLÁUSULA SEGUNDA: Exclusivamente para efeito de recolhimento de dívida pelo serviço prestado pela empresa NORMATEL – NORDESTE MATERIAIS LTDA., O Distrito Federal procederá ao pagamento dos meses em atraso, emitindo nota de empenho em nome da empresa NORMATEL – NORDESTE MATERIAIS LTDA., em até 60 (sessenta) dias a partir da presente data.; DATA DA ASSINATURA: 04 de outubro de 1999; ASSINATURA: p/DF: MARIA LUIZA DORNAS; TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO.

ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATERIA DE SEGURANÇA: PULSO.
Secretaria de Segurança Pública Governo do Distrito Federal

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 196, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições conferidas pelo parágrafo 7º, art. 6º da Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999 e tendo em vista o que consta da Resolução nº 03/99 - CPDI/DF, de 26 de agosto de 1999, publicada no DODF nº 169, de 01 de setembro de 1999,torna público o cancelamento da reserva da Lote nº 13, Conjunto "A" da Quadra 219 , do Setor de Oficinas de Santa Maria/DF, da empresa **CONSERVADORA ASA IMPERIAL LTDA,** processo nº **160.000.388/97.**

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 197, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 038/95 - CDE/DF de 30 de agosto de 1995, torna público o cancelamento da reserva do Lote nº 03, do Conjunto "A" da Quadra 01, do Setor Industrial Bernardo Sayão – Núcleo Bandeirante/DF, da empresa **FRACTUS PROJETOS E CONSULTORIA LTDA,** processo nº **160.000.094/92**, com fundamento legal na Resolução nº 255/98 - CDE/DF, de 27 de agosto de 1998, publicada no DODF nº 176, de 16 de setembro de 1998.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 198, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 155/96 - CDE/DF de 17 de dezembro de 1996, torna público o cancelamento da reserva do Lote nº 03, do Conjunto "A" da Quadra 02, do Setor Industrial Bernardo Sayão – Núcleo Bandeirante/DF, da empresa **CONECTA TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA,** processo nº **160.000.225/96**, com fundamento legal na Resolução nº 298/98 - CDE/DF, de 29 de outubro de 1998, publicada no DODF nº 215, de 12 de novembro de 1998.

LAZARO MARQUES NETO

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/99

EXTRATO DO CONTRATO 067-CFP/99- SETER - Processo nº 170.000.484/99, de 05/11/99 PARTES: GDF/SETER x Fundação Teotônio Vilela - OBJETO: Realização de projeto de formação profissional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional do Distrito Federal - PEQ/DF - para o exercício de 1999 - VALOR TOTAL: R$ 670:956,00 (seiscentos e setenta mil e novecentos e cinquenta e seis reais) FONTE DE RECURSOS: Recursos oriundos do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 2288, de 08/01/99, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25101, Programa de Trabalho: 14078047020440005; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 132, 104 e/ou 100, sendo empenhada a importância total de R$ 670.956,00 (seiscentos e setenta mil e novecentos e cinquenta e seis reais), conforme Nota de Empenho nº 99NE00763, emitida em 10 de novembro de 1999, sob o evento 400091, modalidade Global. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso XIII - Artigo 24 - Lei 8.666, de 21/06/93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08/07/94. DATA DE ASSINATURA: 10 de novembro de 1999. VIGÊNCIA: de 10 de novembro de 1999 até 15/12/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Wigberto Ferreira Tartuce, na qualidade de Secretário de Trabalho, Emprego e Renda. Pela CONTRATADA: Geraldo Lessa dos Santos, na qualidade de Diretor Superintendente da Fundação Teotônio Vilela.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/99

EXTRATO DO CONTRATO 068-CFP/99- SETER - Processo nº 170.000.473/99, de 04.11.99 PARTES: GDF/SETER x Instituto Agostin Castejon - OBJETO: Realização de projeto de formação profissional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional do Distrito Federal - PEQ/DF - para o exercício de 1999 - VALOR TOTAL: R$ 198.976,50 (cento e noventa e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) FONTE DE RECURSOS: Recursos oriundos do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 2288, de 08/01/99, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25101, Programa de Trabalho: 14078047020440005; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 132, 104 e/ou 100, sendo empenhada a importância total de R$ 198.976,50 (cento e noventa e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme Nota de Empenho nº 99NE00768, emitida em 11 de novembro de 1999, sob o evento 400091, modalidade Global. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso XIII - Artigo 24 - Lei 8.666, de 21/06/93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08/07/94. DATA DE ASSINATURA: 11 de novembro de 1999. VIGÊNCIA: de 11 de novembro de 1999 até 15/12/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Wigberto Ferreira Tartuce, na qualidade de Secretário de Trabalho, Emprego e Renda. Pela CONTRATADA: Krishna Miranda de Campos, na qualidade de Presidente do Conselho da Instituto Agostin Castejon.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/99

EXTRATO DO CONTRATO 070-CFP/99- SETER - Processo nº 170.000.500/99, de 11.11.99 PARTES: GDF/SETER x Cooperativa de Educadores - OBJETO: Realização de projeto de formação profissional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional do Distrito Federal - PEQ/DF - para o exercício de 1999 - VALOR TOTAL: R$ 648.960,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e sessenta reais) FONTE DE RECURSOS: Recursos oriundos do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 2288, de 08/01/99, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25101, Programa de Trabalho: 14078047020440005; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 132, 104 e/ou 100, sendo empenhada a importância total de R$ 648.960,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e sessenta reais), conforme Nota de Empenho nº 99NE000773, emitida em 11 de novembro de 1999, sob o evento 400091, modalidade Global. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso XIII - Artigo 24 - Lei 8.666, de 21/06/93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08/07/94. DATA DE ASSINATURA: 11 de novembro de 1999. VIGÊNCIA: de 11 de novembro de 1999 até 15/12/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Wigberto Ferreira Tartuce, na qualidade de Secretário de Trabalho, Emprego e Renda. Pela CONTRATADA: Edson Manoel da Conceição dos Santos, na qualidade de Presidente da Cooperativa de Educadores.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE REVOGAÇÃO

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o previsto no Artigo 59, inciso IX do Decreto n.º 19.989, de 30 de dezembro de 1998, resolve:
Revogar as licitações relativas aos Convites 005/99 e 006/99 de acordo com o Artigo 49, "caput" da Lei n.º 8.666/93, considerando o interesse público e a conveniência administrativa.

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 60/99 (*)

Processo: 193.000.416/99 - FAPDF; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos- FINATEC: Apoio financeiro a execução do evento "VII Congresso Brasileiro de Sono"; Vigência: 14/11/99 até 14/01/2000; Valor: R$ 13.243,00 (treze mil, duzentos e quarenta e três reais); Nota de Empenho: nº 99NE00293; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 3010005720760002; Fonte de Recursos: 104; U.O.: 21201; Elemento: 349020; Data de Assinatura: 10/11/99; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Orlando de Lima Júnior, Diretor-Presidente; P/Convenente: Antônio Manoel Dias Henriques, Diretor-Presidente; José Luiz Alves da Fontoura Rodrigues, Diretor Financeiro; Paulo Tavares, Coordenador.
(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF 16-11-99.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF, de conformidade com o que preceitua o artigo 39, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, torna público que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 02 de dezembro de 1999, às 14:00 horas, na SEP/SUL, EQ 702/902, Bloco A, Edifício LEX, 2º andar, Brasília, Distrito Federal, visando a instauração de procedimento licitatório para a execução de serviços de limpeza de vias e logradouros públicos, compreendendo: serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares, comerciais, hospitalares, de edifícios públicos, de entulhos, de varrição e de todos os resíduos resultantes dos serviços de limpeza; serviços de varrição de vias e logradouros públicos; serviços de lavagem e desinfecção de vias e logradouros; e serviços complementares de limpeza e varrição em parte da área do Distrito Federal; manutenção e operação dos sistemas de destinação final de resíduos urbanos; aterros de resíduos sólidos, usinas de triagem e compostagem e usina de incineração.

Brasília, 19 de Novembro de 1999
LUIZ ANTONIO PERES FLORES
Diretor-Geral

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/99 (*)
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 4/96

PROCESSO Nº 230.000.088/99 – PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOVLIMENTO DO ENTORNO X DISBRAVE LOCADORA DE VEICULOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de locação de 1 (um) veículo . VALOR: O valor deste contrato é de R$ 16.788,00 (dezesseis mil setecentos e oitenta e oito reais). U.O.: 36101. PROGRAMA DE TRABALHO: 07007002185010100. NATUREZA DA DESPESA: 3490-39 – Outros serviços de Terceiro – Pessoa Juridica. FONTE DE RECURSOS: 100 – Ordinário não vinculado, conforme Nota de Empenho nº 99NE00198, emitida em 12/08/99, pelo Serviço de Orçamento e Finanças, sob o Evento 400091, modalidade ESTIMATIVO, no valor inicial de R$ 6.062,30(seis mil, sessenta e dois réais e trinta centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 006/99-CPL/SEADE. PRAZO: 1 (um) ano. VIGÊNCIA: O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 13/08/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ALEXANDRE COSTA AYRES; Pela Contratada: JAMIVALDO ANDRADE DE SOUZA. TESTEMUNHAS: Cristiane Meireles dos Santos e Maria da Solidade Oliveira Costa.
(*) republicado por Ter saido com incorreção do original publicado no DODF nº 166 de 27/08/99 pag. 30.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Nº DO PROCESSO: 160.001.394/90 - GDF. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 134/99. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Ronan Sebastião de Andrade - ME. OBJETO: Concessão do Direito Real de Uso com Opção de Compra

do imóvel denominado Lote 11(onze), Conjunto "B", Quadra de Oficinas da Candangolândia/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, da Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 185,00(cento e oitenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 03.11.99. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Ronan Sebastião de Andrade. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 111.001.264/99. ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 148/99. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Saint-Germain Consultores Associados Ltda. OBJETO: Execução dos serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral com implantação de pontos de apoio geodésicos de precisão e de referência de nível, como subsídio para o desenvolvimento do projeto urbanístico, na área de aproximadamente 91 há, localizada no trecho entre a DF-003 (EPTT), inclusive, o Ribeirão Bananal e o Balão do Torto. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme licitação mediante Carta Convite n.º 28/99, realizada de acordo com a Lei n.º 8.666/93, à qual se sujeitam as partes contratantes. VALOR: R$ 53.949,00 (cinqüenta e três mil e novecentos e quarenta e nove reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da Terracap, correndo à conta do Elemento 459039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 1020, datada de 09.11.99. VIGÊNCIA: A partir da data da publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Distrito Federal até 31.12.1999. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 18.11.99. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, José Gomes Pinheiro Neto e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADA: Luis Alberto Monsalves Araus. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 111.000.851/99. ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 147/99. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Banco de Brasília S/A – BRB. OBJETO: Autorizar o Banco de Brasília S/A – BRB a receber contas, tributos e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, recebimento e devoluções de cauções de imóveis, pagamentos de empregados e a fornecedores nas condições da lei. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Com dispensa de licitação, nos termos do Inciso VIII, Artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, à qual se sujeitam as partes contratantes e decisão da Diretoria Colegiada e Conselho de Administração da TERRACAP, em suas 1.978ª e 1.476ª Sessões, datadas de 21.09.99 e 08.10.99. VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da Terracap, correndo à conta do Elemento 349039.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 927, datada de 13.10.99. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Distrito Federal. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 18.11.99. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Dalmo Alexandre Costa e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADO: Tarcísio Franklim de Moura. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 111.000.851/99. ESPÉCIE: Termo de Distrato nº 146/99. DISTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Banco de Brasília S/A – BRB. OBJETO: Distratar o Contrato de Prestação de Serviços nº 147/99, que tem como objeto autorizar o Banco de Brasília S/A – BRB a receber contas, tributos e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, recebimento e devoluções de cauções de imóveis, pagamentos de empregados e a fornecedores nas condições da lei, a partir da data da publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Distrito Federal. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Com dispensa de licitação, nos termos do Inciso VIII, Artigo 24 da Lei n.º 8.666/93 e decisão da Diretoria Colegiada e Conselho de Administração da TERRACAP, em suas 1.978ª e 1.476ª Sessões, datadas de 21.09.99 e 08.10.99. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 18.11.99. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ricardo Lima Espindola e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADO: Tarcísio Franklim de Moura. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

INEDITORIAIS

ABRACE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE CÂNCER E HEMOPATIAS

EXTRATO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Conforme Ata Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 1999, em Brasília, decidiu-se haver alteração no Estatuto da ABRACE, registrado no Cartório Marcelo Ribas do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas, em Brasília. O artigo 7º, letra "e" – extingui-se o Conselho de Voluntariado e cria-se o Conselho de Instituições Conveniadas. O artigo 14º, letra "g" – muda-se o nome de Diretor Jovem para Diretor do Grupo Jovem; acrescenta-se a letra "j" – 01 Diretor de Voluntariado. O artigo 23º altera a denominação: Diretor Jovem para Diretor do Grupo Jovem. O artigo 26º passa ter a seguinte redação: Ao Diretor de Voluntariado compete: a) Organizar e estruturar o serviço de voluntariado, b) Recrutar, selecionar, treinar, supervisionar e avaliar os voluntários, c) Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas. Os artigos 26º, 27º, 28º, 29º e 30º têm suas numerações alteradas passando respectivamente para 27º, 28º, 29º, 30º e 31º. O artigo 31º e parágrafo são extintos passando o artigo 32 e seu parágrafo a terem a seguinte redação: artigo 32º. O Conselho de Instituições Conveniadas será composto por representantes indicados pelas instituições que mantenham parceria e apoio com a ABRACE. As regras dessa parceria deverão ser formalizadas e definidas através de convênio. Parágrafo único: O Conselho de Instituições Conveniadas terá função consultiva. Quanto aos artigos 32º, 33º, 34º, 35º, 36º e 37º têm suas numerações alteradas passando respectivamente para 33º, 34º, 35º, 36º, 37º e 38º. O artigo 33º alterado para 34º exclui de sua redação: o Conselho de Voluntariado. Brasília (DF), 11 de novembro de 1999. Ilda Ribeiro Peliz, Presidente.

CONDOMÍNIO PRIVÉ LAGO NORTE I E II

RESOLUÇÃO Nº 9905, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1999

A Síndica do Condomínio Privé Lago Norte I e II, no uso de suas atribuições, com base na Convenção do Condomínio, e em face da necessidade de atender o detalhamento das atividades do Condomíno,RESOLVE: Constituir a Comissão de Regimento Interno, com a seguinte composição: o Dr.ANDRÉ LUIZ DE MOURA, o Dr.JOSÉ ESTEVÃO GOMES, o Dr.MARCOS AURÉLIO DE MEDEIROS e o Dr.UBIRAJARA MAINIER, para, sob a presidência do primeiro desenvolver os trabalhos de elaboração da Minuta do Regimento Interno do Condomínio dentro do prazo de 45 dias. Os Condôminos de que trata esta Resolução estão em gozo de seus direitos e obrigações junto ao Condomínio. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sujeita a homologação em assembléia.Ass.LEILA FORTE BURACHED, Síndica.

DAR 7030/99

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA – SINDICAVIR, sito à SQS 302, PLL, Bloco A, Salas 01,02, e 03, nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, letra "A", do Estatuto Social da entidade, CONVOCA os associados quites e em condições de votar para participarem da Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24/11/99, às 17:00, horas em primeira convocação com mais de 2/3 (dois terços) dos associados, em segunda e última convocação, às 18:00 horas com qualquer número de sócios presentes, no auditório do Edifício Camilo Cola – Térreo, sito à SAS Quadra 06, Bloco "J", nesta Capital, com a seguinte ordem do dia:

1º - Aprovação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2000;
2º - Prestação de Contas do Exercício de 1998;
3º - Alteração Estatutária;
4º - Assuntos Gerais.

Brasília/DF, 19 de novembro de 1999
VALMIR GOMES DE CASTRO
Presidente em Exercício

DAR 7032/99

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPRESA DE CORTE E COSTURA E CONFECÇÃO DE ROUPAS DO DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AGE

O Presidente do SITECCCR – DF, convoca os trabalhadores da categoria para AGE, dia 03 de dezembro de 1999. Em 1ª convocação às 18:30 horas, e 2ª convocação às 19:30 horas, na sede CNA 04 lote 03 sala 303, praça do DI Taguatinga – DF, com quorum no estatuto, conforme Arts. 12 a 18, para deliberar sobre a Ordem do Dia : a) Eventual tomada de Contas; b) Dissolução do Sindicato; c) Assuntos Gerais de interesse da Categoria. Brasília, 17 de novembro de 1999. José Sebastião dos Santos Filho, Presidente.

DAR 7006/99

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20814, 19-11-99 1
.DECRETO EXECUTIVO 20815, 19-11-99 2
.DECRETO EXECUTIVO 20816, 19-11-99 2
.DECRETO EXECUTIVO 20817, 19-11-99 3
.DECRETO EXECUTIVO 20818, 19-11-99 3

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO-*, SUCAR, 31-03-99 4
.DESPACHO-*, SUCAR, 10-06-99 4
.DESPACHO-R, SUCAR, 19-11-99 4
.DESPACHO, SUCAR/RA-IV-BRAZLANDIA, 19-11-99 4
.DESPACHO-R, 17-11-99 3
.ORDEM DE SERVICO 87-R, SUCAR/RA-VIII-NUCLEO BANDEIRANTE, 18-11-99 5
.ORDEM DE SERVICO 147-R, SUCAR/RA-X-GUARA, 18-11-99 4

SECRETARIA DE FAZENDA

.DESPACHO, SECRETARIO, 18-11-99 5
.DESPACHO, SUREC/DAT-DT, 16-11-99 5
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 08-11-99 6
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 09-11-99 6
.DESPACHO, TARF/PRESI, 10-11-99 6

SECRETARIA DE EDUCACAO

.PARECER 11-*, CEDF, 19-11-99 6
.PARECER 12-*, CEDF, 19-11-99 6
.PARECER 13-*, CEDF, 19-11-99 6
.PARECER 14-*, CEDF, 19-11-99 6
.PARECER 16-*, CEDF, 19-11-99 6
.PARECER 17-*, CEDF, 19-11-99 6

SECRETARIA DE SAUDE

.PORTARIA-R, SECRETARIO, 18-11-99 6

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.RESOLUCAO 29, CAS/DF, 17-11-99 7
.RESOLUCAO NORMATIVA 5, CAS/DF, 17-11-99 7

SECRETARIA DE OBRAS

.INSTRUCAO, DER/DG, 18-11-99 7

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DECISAO, METRO/DF, 17-11-99 7

SECRETARIA DE CULTURA

.DESPACHO, SECRETARIA, 18-11-99 7

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL

.PORTARIA 141-R, SECRETARIO, 18-11-99 7

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.DESPACHO, SECRETARIO, 10-11-99 9
.DESPACHO-R, SECRETARIO, 11-11-99 9
.RESOLUCAO 108, CTDF, 18-11-99 9

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, IEMA/DG, 08-11-99 9
.DESPACHO, IEMA/DG, 09-11-99 9
.DESPACHO, IEMA/DG, 10-11-99 9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.PORTARIA 293, SECRETARIO, 17-11-99 9
.PORTARIA 300, SECRETARIO, 19-11-99 10

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ACORDAO 34, PRESI, 11-11-99 10
.ACORDAO 35, PRESI, 11-11-99 10
.ACORDAO 36-R, PRESI, 17-11-99 11
.ATA 3461, SECRETARIA DAS SESSOES, 11-11-99 12
.PORTARIA 42, DGA, 19-11-99 12

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO



AGORA O GDF QUER OUVIR VOCÊ. LIGUE.

FALACIDADÃO

0800-611516

Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

D&M

VOCÊ TEM O DIREITO DE RECLAMAR. E O GDF QUER OUVIR.

Toda vez que você quiser ser ouvido pelo Governo do Distrito Federal, ligue sem cerimônia para a **Ouvidoria Geral**. Você vai poder encaminhar suas opiniões, idéias e reclamações tranqüilamente. E mais do que isso, sua participação vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a toda a população. Participe ligando para a **Ouvidoria**. Uma iniciativa que começa a mudar a relação entre a população e seus governantes.



FALACIDADÃO

0800-611516

Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A GENTE FALA, A GENTE FAZ